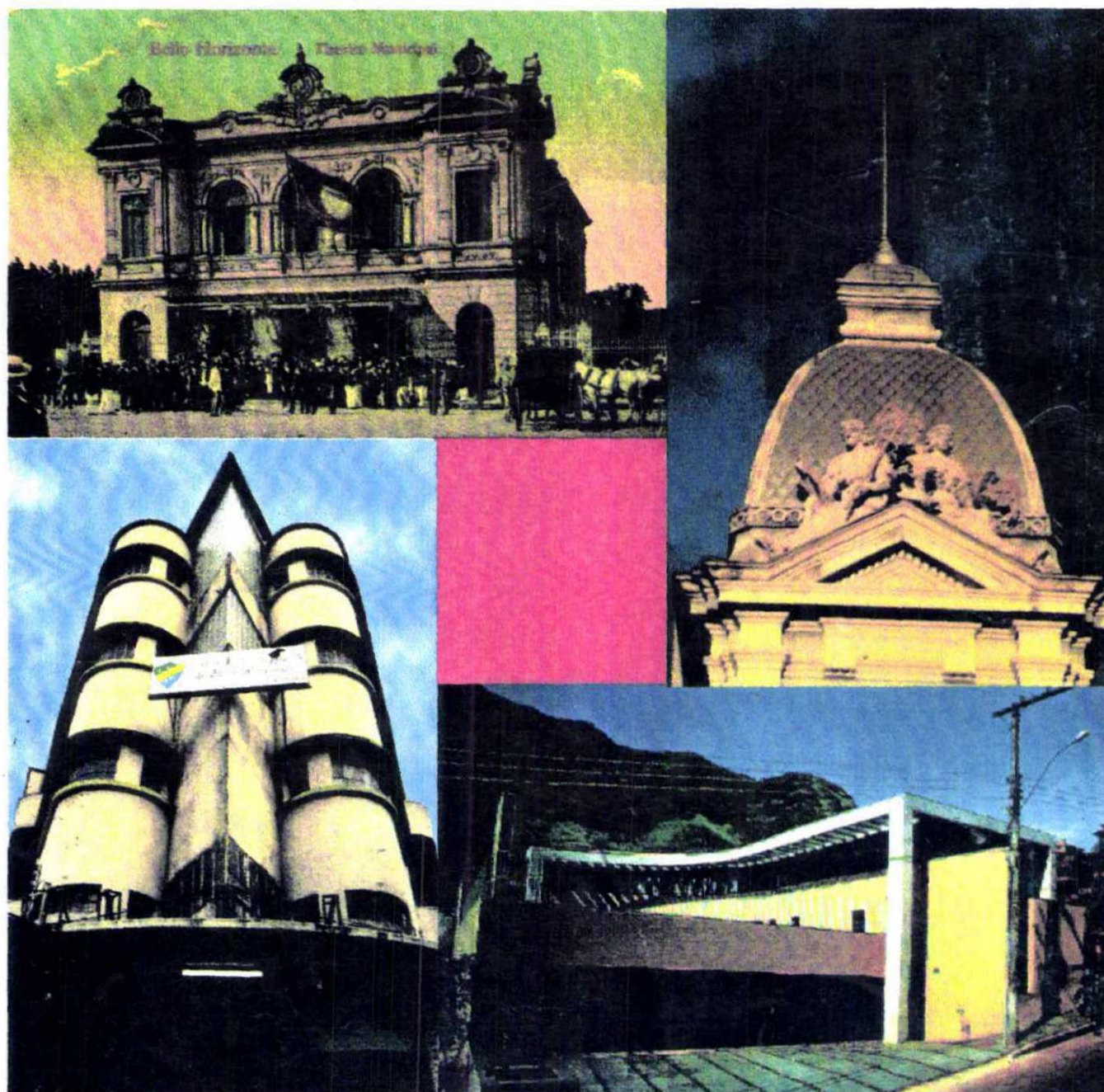


Anuário da Arquitetura de Belo Horizonte

100 ANOS DE MODERNIDADE



VOLUME 4

Primeira Parte

Cronologia

1894 - 1940



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

TEC 1041/96-00
V 4-1ª parte

Governador do Estado de Minas Gerais
ITAMAR FRANCO

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
MAURO SANTOS FERREIRA da COSTA

Presidente da Fundação João Pinheiro
JARBAS NOGUEIRA de MEDEIROS SILVA

Diretora do Centro de Estudos Históricos e Culturais
SYLVANA de CASTRO PESSOA SANTANA

100 ANOS DE MODERNIDADE: ANUÁRIO DA ARQUITETURA DE BELO HORIZONTE

Referência: FAPEMIG - TEC 1041/96
Coordenador: Carlos Roberto Noronha

Fase inicial da pesquisa:

Governador de Minas Gerais
Eduardo Azeredo

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
Walfrido Mares Guia

Presidente da Fundação João Pinheiro
Roberto Borges Martins

Diretora do Centro de Estudos Históricos e Culturais
Eleonora Santa Rosa

Direção da Fundação João Pinheiro – Fase de desenvolvimento da pesquisa:

Presidente
João Batista Rezende

Diretores do Centro de Estudos Históricos e Culturais
Júnia Ferreira Furtado
Carlos Rodrigues
Maria Marta Martins de Araújo

100 Anos de Modernidade: Anuário da arquitetura de Belo Horizonte.
Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais - 2001
9 V.
1. Belo Horizonte. 2. Arquitetura. 3. Cronologia das Edificações. 4. Vida Cultural. 5. Políticas públicas. 6. Representações Gráficas.

RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

100 ANOS DE MODERNIDADE: Anuário da Arquitetura de Belo Horizonte

Ref.: TEC 1041/96

Financiamento:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG
Ago/1998 – Abr/2000

Sistema Estadual de Planejamento
Fundação João Pinheiro
Centro de Estudos Históricos e Culturais
Ago/1998 – Fev/2001

Belo Horizonte
2001

SUMÁRIO

Equipe Técnica

Colaborações e Agradecimentos

Apresentação

Resumo

1.	Cronologia da Arquitetura	1894 – 1940	1
2.	Cronologia da Arquitetura	1941 – 2000	271

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação:

Carlos Roberto Noronha

Pesquisa e redação final:

Andréa Mendonça Lage da Cruz

Carlos Roberto Noronha

Fádua Maria de Sousa Gustin

Maria Marta Martins de Araújo

Maria Valeska Duarte Drummond

Consultores:

Lúcia Raquel Serrano – Projeto Gráfico

Miguel Aun – Fotografia

Rita de Cássia Lucena Velloso – Teoria e História da Arquitetura

Estagiários

André Luiz de Oliveira

Fernanda Cançado Fernandes

Flávio de Lima Souza

Gustavo de Melo Franco

Juana Bárbara Castro

Karina Oliveira Gonçalves

Márcia de Araújo

Ramilson Noronha Santiago

Roberto Eustáquio M. Santos

Silvânia Maria da Silva

Zilda Maria Teixeira

Apoio administrativo:

Luzia Oliva Barros

Josely Durães Caminhas

Kellen Regina Rodrigues Soares

Conceição Aparecida Ferreira

Wallace G. T. Gomes

Fernando A. Rodrigues de Paula

Colaboração na 1ª fase – ago./dez. 1998

IEPHA –MG:

Jurema de Sousa Machado

Ruth Villamarin Soares

Breno Decina Filho

Maria Inês Cândido

Silvana Cançado Trindade

Daniele Groenner Barbosa

Marcelo de Oliveira Marangoni

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho contamos com a preciosa colaboração das seguintes pessoas e instituições:

Ana Maria Saraiva

Arquivo da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Arquivo Público Mineiro

Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Biblioteca Central da UFMG / Coleção Linhares

Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG

Biblioteca da Fundação João Pinheiro

Biblioteca da Prefeitura de Belo Horizonte

Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa

Câmara Municipal de Belo Horizonte

Conselho do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

Coordenadoria de Documentação e Informação da COPASA/MG

Délcio Antônio Duarte

Escola de Arquitetura da UFMG

Faculdade de Arquitetura Isabela Hendrix

Fátima Cristina Gomes Diniz Cândido Araújo

Hemeroteca Pública

Museu Histórico Abílio Barreto

Prodabel

Milton Menezes Magalhães

Pedro de Fátima Teixeira

Secretaria de Estado de Obras Públicas

Secretaria de Estado da Cultura

Secretaria Municipal da Cultura – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

Secretaria Municipal de Atividades Urbanas

Universidade Federal de Minas Gerais – Departamento de Planejamento Físico e Obras

Wanda Lúcia Fagundes de Freitas

APRESENTAÇÃO

“No capitalismo, os próprios objetos são sonhos coletivos que extraem seu poder alucinatório da produção em massa e do merchandisign.”

GEORG STEINER - Cambridge

O sonho utópico da criação de Belo Horizonte pode ser representado pela obsessão *alucinatória da produção em massa* em busca da modernidade. Para Walter Benjamin, *inconclusão* é a palavra *chave* para o modernismo e Adorno afirma que *a totalidade é a mentira*. Estas assertivas estão refletidas na construção de Belo Horizonte e seu processo de produção do espaço, paradigma dessa modernidade, que se enquadra na poética do fragmentário, dos *fragmentos que apoiam nossa ruína*, ou seja, na cidade eternamente inacabada, sempre em reconstrução, de final aberto, que gera seu próprio modelo de imensidão incompleta.

Belo Horizonte é sem dúvida uma cidade criada dentro da filosofia modernista. E segundo STEINER, no “modernismo a forma não é um ato concluído, mas processo e constante revisão”. Neste trabalho, o *fragmento* tornou-se uma referência para responder a questão principal da pesquisa: como se deu a construção do espaço urbano de Belo Horizonte?

Consideramos, também, que a *inconclusão* é uma dimensão desta empreitada de reconstituir a arquitetura de Belo Horizonte, ano a ano, abrangendo as políticas públicas, a vida cultural, as notícias em jornais e revistas, e as descrições individuais de obras

arquitetônicas. Desta forma, seguindo o citado conceito de modernidade, o resultado é apresentado em “fragmentos”, que possibilitam leituras dissociadas, nos volumes que compõem o relatório final. São fragmentos de políticas públicas, fragmentos de vida cotidiana, fragmentos de arquitetura, fragmentos imagéticos, enfim, fragmentos de 100 anos, ou mais, de modernidade. Assim, permanece a hipótese de que qualquer obra de arte acabada (e a cidade conforme nos coloca MUMFORD é a maior obra de arte feita pelo homem, junto com a linguagem), significa a morte de sua intenção, da visão conceitual que a originara. Esse duplo enfoque da *inconclusão* – da cidade de Belo Horizonte e do presente trabalho – deixa como desfecho a possibilidade de uma complementação, uma obra em aberto, que talvez nunca venha a se concretizar plenamente. Como os principais filósofos da modernidade – HEIDEGGER, que não concluiu a prometida terceira parte de *Ser e Tempo*, e WITTGENSTEIN, que não chegou ao final das *Totalidades Formais* (prometidas) –, nós, sem a pretensão de nos igualarmos aos grandes mestres, também deixamos *inacabada* a pesquisa, ou talvez, *aberta*, passível de ser tomada como referência para continuidades futuras...

O século XX, que podemos designar, dentre outros codinomes, como aquele *além da modernidade*, não exige a perfeição, pois a *realização concluída*, como vimos acima, é a antítese da modernidade. STEINER coloca que “a aceleração e a violência da história [...], o desaparecimento em grande escala dos privilégios da privacidade, do silêncio e do lazer, que permitiam o exercício da leitura e da resposta estética, a economia do efêmero, do descartável e reciclável que alimenta o mercado de consumo de massa, seja na mídia, seja na fábrica, militam contra as representações de completude e totalidade [...] A colagem feita de detritos, de coisas efêmeras, de utensílios banais...” são os componentes estruturais dessa pesquisa. Esses *detritos*, *essas coisas efêmeras*, as formas *banais*, dão o ritmo aos capítulos, cuja “seqüência” não tem a pretensão de esgotar o assunto. Trata-se de uma organização cronológica, que tenta penetrar e invadir a privacidade de alguns lugares e objetos capazes de construir, de forma relativamente efêmera, o fragmentado cenário urbano atual.

Após uma pesquisa na qual foram consultados, principalmente, mais de 20.000 micro-filmes e projetos pertencentes a Secretaria Municipal de Atividades Urbanas e à PRODABEL, conjugadas com as pesquisas ano a ano efetuadas em jornais e revistas nos arquivos públicos de Belo Horizonte, ficamos imbuídos do desejo de ampliar os conhecimentos sobre a cidade. A investigação mostra uma contínua destruição de legados deixados por nossos antecedentes, tanto por parte do poder público como pela iniciativa privada. Os valores para justificar essa destruição são fornecidos pelo capitalismo e pelo mercado de massa.

Cada informação era uma trilha aberta para novas investigações. As descobertas nos apontavam que fatos “adormecidos *deveriam* ser despertados”. Sem dúvida, a vasta investigação realizada abriu *sótãos e porões* cheios de memórias. Assim, em função de sua amplitude, todas as pesquisas efetivadas, por mais de dois anos, não puderam ganhar uma formatação adequada ao relatório. Ficaram grande parte delas apenas como vestígios, que vão possibilitar novas incursões e releituras dos fatos. Pela necessidade de concluir o inconcluível, partimos para uma triagem, em que cada pesquisador, de acordo com sua área de atuação, elegeu aspectos prioritários, que ganharam maior visibilidade nos documentos finais.

Grande parte das referências iconográficas encontradas não puderam ser transformadas em cópia, devido aos custos previstos para o projeto. Assim, também, foram priorizadas as imagens até os anos de 1960, compatíveis com o orçamento, e mais difíceis de serem resgatadas posteriormente. Uma parte significativa das imagens referentes ao período 1960/2000 foi catalogada. Algumas destas foram fotografadas, porém, como simples referências para trabalhos posteriores, servindo como suporte para descrições de obras do período.

É desejo da Fundação João Pinheiro tornar pública uma versão, conclusiva, de toda a pesquisa, através do projeto de editoração, já elaborado, intitulado: *Belo Horizonte: a construção do espaço e modos de representação de sua arquitetura*. Cabe ressaltar que se trata de um trabalho inédito, dado que não existem obras que sintetizem um conjunto tão significativo de informações, além de corrigir, ainda, algumas informações equivocadas que constam de outras publicações.

Sabemos que, além da cidade legal, estende-se uma outra cidade que escapa das regulamentações e normas do poder público. Pesquisar esta outra cidade, com sua arquitetura de cunho popular, demandaria métodos de investigação mais complexos, além de um tempo maior, que extrapolaria o cronograma físico-financeiro inicialmente proposto.

Ressalta-se que a pesquisa privilegiou o exame das obras civis que passaram por aprovação municipal, tentando suprir uma lacuna existente nesta área e, inclusive, como afirmamos, corrigir algumas leituras do espaço legalmente construído. Conscientes dos limites da pesquisa, finalmente, observamos que o cenário esboçado neste estudo representa apenas parte do espaço construído da cidade de Belo Horizonte.

A equipe técnica – fevereiro de 2001

RESUMO

Este volume apresenta uma seqüência temporal, ano a ano, de algumas obras e notícias da estruturação do espaço de Belo Horizonte. São alguns recortes da arquitetura que se fez durante os mais de 100 anos de vida da cidade. A voracidade autofágica do modelo modernizante iniciada com a demolição do antigo Curral D'el Rei, imposto pelo processo político-social, é retratada através de uma amostragem da arquitetura de várias décadas, parte delas permanecendo até o presente.

É através da observação das tipologias utilizadas que podemos caracterizar alguns momentos, ao mesmo tempo em que a diversidade, invariavelmente mantida pela inserção de novos esquemas volumétricos e tipológicos, harmonizam o cenário urbano com vários estilos.

As notícias foram pesquisadas ano a ano nos arquivos da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais e na Coleção Linhares, da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais.

As obras pesquisadas, tiveram como fonte primária os microfilmes da então Secretaria de Atividades Urbanas e PRODABEL.. A estas informações foram acrescentadas aquelas fornecidas por arquitetos e empresas.

Todos os anos foram identificados com alguma obra, muitas vezes não a mais significativa, mas acreditamos serem representativas e simbólicas do momento cultural específico.

100 ANOS DE MODERNIDADE: Anuário da Arquitetura de Belo Horizonte

CRONOLOGIA
Primeira Parte

1894

Notícias:

14.02.1894: “É criada, pelo Decreto n. 680, a Comissão Construtora da Nova Capital, cuja chefia é confiada ao engenheiro Aarão Reis.”

14.05.1894: “O Governo do Estado, com o Decreto n. 712, aprova a “planta n.2 das que acompanharam o relatório da Comissão de estudos das localidades indicadas para a Capital do Estado, para o fim de serem desapropriados os terrenos, prédios, benfeitorias do distrito de Belo Horizonte, município de Sabará.” (PENNA, 1997:36)

Diário da Municipalidade, 23.06.1894: “O Engenheiro chefe da Comissão Construtora propõe ao governo do Estado a demolição da Igreja da Boa Viagem e a conseqüente construção de um novo templo católico.”

Diário da Municipalidade, 27.10.1894: “A Comissão Construtora contrata com M. Lourenço Laranjeira a construção da ponte David Campista (Praça da estação) a primeira obra d’arte definitiva a ser feita no perímetro da Cidade”

1º.11.1894: É iniciado o primeiro alicerce de casa de moradia no âmbito da nova Capital. Trata-se da casa para o agente da estação do entroncamento, posteriormente General Carneiro. (PENNA, 1997:37)

3.11.1894: É lançada a pedra fundamental da Estação de Minas. (PENNA, 1997:37)

Projetos:

Dos projetos da CCNC elaborados sob a coordenação de José de Magalhães, os que podem ser considerados mais ousados em termos formais e plásticos não foram executados. As obras construídas foram as mais simples e comedidas, com única exceção da despojada (não comparável em intenção plástica e elegância com nenhum outro projeto) Estação de General Carneiro. Algumas edificações foram rejeitadas sendo seus projetos refeitos ou abandonados, uns por falta de recursos, que deveriam ser canalizados para obras de infra-estrutura e construções essenciais à inauguração da cidade em 1897, outros devido ao seu alto custo e “suntuosidade”. Estas, provavelmente, não atendiam às determinações do Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894, que em seu Capítulo I, art. 4º determinava: “A organização dos projetos geral e parciais, das obras da nova capital, deverá obedecer às mais severas indicações e exigências modernas de higiene, conforto, elegância e embelezamento; porém, sem exagerada preocupação de suntuosidades dispensáveis, salvo os monumentos artísticos que o governo deliberar sejam erigidos...” Os monumentos artísticos não se efetivaram, não chegando mesmo a ser objetos de concurso como determinava o referido decreto.

Obras públicas, já bastante descritas em outras publicações, não serão tratadas, com detalhes, neste anuário, apenas citaremos algumas, como referência.

Projetos de José de Magalhães como Chefe da Seção de Arquitetura da CCNC:

Estação de General Carneiro, o mais significativo projeto elaborado e executado pela CCNC (ver descrição em Da Arquitetura, v. 1);

Palácio do Congresso, na praça da República (atual Afonso Arinos), apesar dos projetos elaborados, de grandes proporções, o aprovado ficou apenas em seus alicerces, não se efetivando. O custo das obras iniciadas consumiu 187:272\$701. Pelos desenhos conhecidos seria este o mais significativo projeto da comissão construtora, extrapolando o simples jogo de simetria encontrado nas demais edificações. De grande

monumentalidade e ocupando uma extensa área frontal na avenida Afonso Pena, no local onde hoje se encontram os edifícios dos Correios e a Prefeitura Municipal. Teve sua pedra fundamental lançada em 7 de setembro de 1895;

Um “Hospital” proposto para ser edificado no atual bairro Santo Agostinho, na esquina de rua Uberaba com rua Gonçalves Dias;

Secretarias do Interior, Finanças e Obras Públicas, no local hoje, em parte, ocupado pelo Colégio Arnaldo;

Projeto da Matriz a ser edificada na praça do Cruzeiro, iniciada as fundações e não concluída, com gastos de 75:911\$111;

Palácio Presidencial localizado na praça da Liberdade, com custos preliminares na época da inauguração da cidade, com a obra parcialmente concluída, da ordem de 1.389:612\$084;

Cassino no Parque Municipal, projeto aprovado e não construído, sendo gasto nos preparativos 17:363\$708;

Outros projetos elaborados e não construídos: Pavilhão e Restaurante no Parque Municipal; Observatório Meteorológico, o Hipódromo, um teatro “Politeama”; um Jardim Zoológico. A maior parte das obras não se efetivaram, com se pode prever, devido a escassez de recursos e da necessidade de se implementar as obras consideradas essenciais.

1895

Notícias:

1º.02.1895: “É lançada a pedra fundamental da estação de General Carneiro, no local denominado Arrudas, barra do antigo ribeirão Grande (hoje, ribeirão dos Arrudas) com o rio das velhas”. (PENNA, 1997:38)

06.03.1895: “É aprovado o projeto do brasão da Cidade de Minas.” (PENNA, 1997:38)

23.03.1895: “Foi terminada a planta geral da nova Capital, que logrou aprovação, pelo Governo do estado, em 15 de abril de 1895. Essa planta abrangia uma área total de 51.220.804 m², distribuídos em três zonas: central ou urbana, com 8.815.382 m²; suburbana, com 24.930.803 m²; e o restante para sítios. Nessa planta, foram traçadas: na área urbana, 65 ruas, 21 avenidas e 24 praças; na área suburbana, 174 ruas, duas avenidas e sete praças. Na zona urbana, as ruas perfaziam, em extensão linear, 87.764 m; as avenidas, 38.823 m; e as praças, 509.662 m². Na zona suburbana, as ruas totalizavam, em extensão, 140.887 m; as avenidas, 1.180 m; e as praças, 140.887 m².

Essa planta foi assinada pelos eng. Aarão Reis, chefe da Comissão; eng. Hermilo Alves, chefe do escritório técnico; eng. Samuel Pereira, chefe do serviço topográfico; eng. Bernardo Figueiredo, chefe da seção da 3ª divisão; Estevão Neiva, desenhista.

O Arraial a desaparecer, cobrindo uma área de cerca de 1.080.000 m², contava oito ruas, dez becos e dois largos, onde se alinhavam trezentas casas e cafuas. (PENNA, 1997:38)

Projetos:

Capela do Rosário, Projetada por José de Magalhães, construída na esquina de rua São Paulo com rua dos Tamoios, sob a responsabilidade de Pedro Sigaud, a *empreitada* foi ganha por Afonso Masini. Os trabalhos em estuque foram executado por João Morandi e o baixo relevo sobre a entrada principal, representando Nossa senhora do Rosário, é do escultor W. Troschel. A capela foi inaugurada em 26 de setembro de 1897. Hoje, encontra-se obstruída em grande parte por obras comerciais mandada executar pelos “proprietários” do terreno, doado pelo poder público para fins sociais, o Orfanato de Santo Antônio.

Palácio da Justiça, projeto de José de Magalhães aprovado em 1895 e não construído. A Estação de Minas, primeira edificação pública iniciada em Belo Horizonte. O primeiro projeto não foi aprovado. Elaborou-se um projeto mais simples que foi edificado, sendo demolido no final da década de 1910 e construído o existente na praça Rui Barbosa.

Projeto proposto para a Imprensa Oficial aprovado em 1895, construído na rua da Bahia e destinado a Chefia de Polícia. O prédio da avenida Augusto de Lima entre ruas Espírito Santo e Rio de Janeiro, foi projetado pela CCNC em 1897, sendo o seu construtor o conde de Santa Marinha. Na época da inauguração da capital o edifício ainda encontrava-se em obras.

As casas dos Secretários e Chefe de Polícia projetados pela CCNC foram construídas na avenida João Pinheiro e rua Bernardo Guimarães. Correspondem às edificações destinadas hoje ao Arquivo Público Mineiro (antiga residência do Secretário de Finanças, local em que funcionou a Prefeitura Municipal); ao Museu Mineiro (antiga residência do Secretário de Agricultura, na qual funcionou o Senado Mineiro, adaptada em 1905, quando sofreu acréscimo em sua parte frontal); o Grupo Estadual Afonso Pena (antiga residência do Secretário do Interior) e edificação que faz parte da Escola Estadual Ordem e Progresso na rua Bernardo Guimarães.

Dos primeiros projetos aprovados pela Comissão Construtora, para a Nova Capital de Minas, em 1895, encontramos as obras executadas por Carlos Monte Verde, aprovadas como projeto de número 5 - e não a primeira planta aprovada para a iniciativa privada, como relatado por BARRETO, 1995:539. A obra executada nos lotes 2 e 3, do quarteirão 7, da I Seção Urbana, na esquina de rua Espírito Santo com avenida Amazonas, foi a primeira construção particular a ser *inaugurada*. Como relata o jornal *A Capital* de 11.02.1896: "...Terminou na maior cordialidade a modesta reunião, que teve por fim festejar o auspicioso acontecimento da inauguração da primeira casa que se conclui na nova capital de minas".

1896

Notícias:

08.02.1896: Inaugura-se a primeira construção particular, sita no lote 2, quarteirão 7, da I Urbana. . (PENNA, 1997:40)

13.08.1896: É iniciada a construção, sob planta aprovada, da primeira casa da zona suburbana, as oficinas do conde Santa Marinha, no quarteirão 3, da VI Seção Suburbana. . (PENNA, 1997:41)

17.10.1896: é lançada a pedra fundamental do Grande Hotel. (PENNA, 1997:42)

Projetos:

O ano de 1896, apresenta uma quantidade bem expressiva de exemplares. Um caso ilustrativo a ser analisado é o de reformas em casas de funcionários. Estas unidades deixavam muito a desejar no que se refere as suas dimensões e estrutura interna. Pode-se aventar a hipótese de que os funcionários, como toda a sociedade naquele momento

dos anos de 1895 a 1897, não tinham plena confiança na empreitada que era a construção de uma nova capital e, em razão desta incerteza, não despenderam esforços com grandes modificações por ocasião da escolha da casa tipo. Segundo relatório de Francisco Bicalho, de abril de 1896, discorrendo sobre as construções particulares, em número relativamente reduzidos, afirmava: “Acreditamos que muito maior seria, sem dúvida, o número de imitadores [construtores], se não fosse a campanha fervorosa e odienta que tem sido sustentada pelos adversários da idéia da mudança, no intuito de desacreditar ou, pelo menos, embarçar o grande melhoramento de nosso Estado”¹

Assim, só a partir da concretização da Cidade de Minas e com a efetiva mudança da Capital é que se inicia uma nova *estruturação* das casas tipos, geralmente com acréscimos e adequação dos espaços às reais necessidades físicas de cada proprietário.

Em 24 de fevereiro de 1896, o Engenheiro Arquiteto Guilherme Bonnitz, aprova projeto de “Modificação da casa do Ilmo. Senhor Antônio Baptista Vieira, proprietário do imóvel existente nos lotes 14,16 e 18, do quarteirão 10, da V Seção Urbana, situado na rua Alagoas, entre ruas Cláudio Manoel e dos Inconfidentes. Vieira era funcionário da CCNC.

Bonnitz que não assina na cidade outras obras consultadas, demonstra uma qualidade técnica bastante apurada no desenho e solução formal, pouco usual nos projetos civis do início da cidade. Apresenta uma solução clássica, simétrica, com utilização de tijolos aparentes, e platibanda interrompida pela introdução de varanda central, guarnecida por guarda-corpo, telhado aparente e lambrequins.

Os dois corpos salientes apresentam uma composição bem estruturada, com embasamento alteado até a altura do peitoril das janelas, no qual estão presentes os vãos de ventilação do “vazio” existente entre o terreno e o madeiramento estrutural dos pisos, barrotes e tábuas. Em seguida, para o enquadramento das janelas, de vergas retas, muda o tratamento da alvenaria, ladeadas por paredes com reboco, recortada por saliência e reentrâncias que servem de arremate à vedação em tijolo aparente. As janelas

¹ BARRETO, 1995:545.

apresentam-se em duas folhas, com bandeira fixa, protegida por frisos e moldura superior, que atinge apenas parte da bandeira.

As platibandas, são lançadas após cimalthas em frisos salientes, também com parte revestida em tijolo aparente e com pequeno arco central envolvendo elemento de destaque interno, simples, conformado por dois círculos sobrepostos.

A varanda apresenta, como acesso, pequena escada, com degraus que vão diminuindo sua forma em todas as dimensões, criando possibilidade de acessos frontal e lateral.

Talvez a obra de iniciativa particular mais significativa seja o sobrado de autoria de José de Magalhães, principal arquiteto da Comissão Construtora. Trata-se da única obra encontrada, de caráter particular atribuída a Magalhães, de acordo com dados da pesquisa, em Belo Horizonte, excluindo os edifícios públicos. Elaborada em 1896, tem sua aprovação datada de 8 de julho de 1896, momento em que José de Magalhães não mais compunha o quadro técnico da referida comissão.

Situada à rua São Paulo, nos lotes 11 e 13, do quarteirão 15, da II Seção Urbana, a obra tinha como proprietário o farmacêutico Francisco Seabra. Composta de dois pavimentos, conjugava farmácia e residência. O setor destinado à farmácia e ao laboratório ocupa a parte esquerda frontal, enquanto a sala de visitas e o acesso à residência faz-se pela lateral direita. Internamente há uma circulação que une sala de espera (vestíbulo), farmácia e laboratório.

A parte de moradia estrutura-se através de um corredor que se inicia no vestíbulo tendo em seu extremo o banheiro, e na lateral direita a copa e cozinha. No lado esquerdo há um acesso ao terreiro.

Através da sala de espera tem-se o acesso à sala de visitas, a um dos quartos, e à escada que faz a ligação entre os pavimentos. A parte superior, desenvolvida em um quadrado, apresenta um *hall* que serve de ligação aos 4 quartos e ao banheiro. O projeto apresenta uma organização funcional elaborada, com um jogo de volumes bem proporcionado, solução técnica que apresenta uma superposição de paredes, e equilíbrio volumétrico através de redução do segundo pavimento em relação a área ocupada pelo primeiro.

A fachada principal destaca a área destinada à Farmácia, com uma solução de janelas, ladeando a porta principal. As bandeiras das janelas, separadas por pequena viga, são trabalhadas em forma de $\frac{1}{4}$ de círculo, enquanto a da porta é solucionada de forma reta. As demais janelas apresentam bandeiras fixas sob verga reta, em duas folhas de abrir. Como revestimento aparecem rebocos lisos conjugado com argamassa texturizada. A platibanda é reta, sem ornamentos, composta apenas por frisos que sobressaem. Esta solução lembra algumas propostas elaboradas para residência por Ramos de Azevedo, no mesmo período. Assim, esta obra representa, sem dúvida, uma solução mais condizente com o momento histórico, sem ornatos excessivos, em contraponto ao que se fazia, principalmente, nas obras de Luiz Olivieri, João Morandi e Edgard Nascentes Coelho.

Em 22 de maio de 1896 é aprovada uma construção que Abílio Barreto, pela sua localização no lote 1, da quadra 19, da I Seção Urbana, afirma ser o primeiro sobrado construído na cidade. O projeto só apresenta a assinatura do construtor Cláudio Solanes. Na verdade trata-se de uma construção de pequeno porte com um único cômodo no segundo pavimento. Há uma observação registrada pela CCNC: “Esta construção não se manteve”, referindo-se ao cômodo superior.

Em 10 de novembro de 1986, José Anguinete, proprietário da Alfaiataria Universal, manda elaborar e aprova, sob o n. 106 (não consta o autor do projeto na prancha), na rua dos Tupinambás, próximo à avenida Amazonas, um estabelecimento comercial, destinado a Alfaiataria, em que o chefe da 3ª divisão, Adalberto Ferraz, faz a seguinte ressalva:

“ Pode ser aprovada – reduzindo o pé-direito de toda a casa a 4,50m; dando 1,0m de largura de vista em todas as portas internas; amarrando o coroamento da cimalha com tirantes às terças e estabelecendo uma grega recortada, com 15cm de altura, entre a tabeira do forro e a cimalha, em toda as divisões internas”

Assim, a comissão construtora mostrava, que existiam alguns parâmetros legais a serem observados, incluindo aspectos internos da edificação que, aparentemente, extrapolam os aspectos legais, a exemplo de “uma grega recortada...” .

A construção ocupava apenas 7,50m de fachada dos dois lotes, com 30 metros de frente (dois lotes de 15m). A área de sanitário, geralmente denominada “latrina “ nos projetos, encontrava-se na área externa, em corpo conjugado com o bloco principal. A altura de 4,50m recomendada já antecipava as regras para regulamentação da legislação a ser adotada posteriormente. Essas regras seriam implementadas, em princípio, em 1898, e tratavam especialmente, no caso de edificações, das alturas das construções, determinando altura mínima de 4,50m para o primeiro pavimento.

A fachada apresentava 2 portas, com bandeiras em arco pleno, sobre as quais trabalhava-se, em relevo, molduras envolvendo a parte superior das mesmas. A platibanda, em forma curva, era ladeada por elementos ressaltantes (coruchéus), arrematados por dois globos, maciços.

É fornecido o alvará para a primeira construção fora da avenida do contorno no dia 14 de agosto de 1896, concedida ao conde de Santa Marinha para o projeto de sua residência e galpões no lote 1 do quarteirão 3 da VI Seção Suburbana.

Adolpho Papini projeta uma residência conjugada com comércio na rua dos Caetés esquina de rua São Paulo, onde hoje se localiza o edifício Cartacho, no lote 6, do quarteirão 18, da I Seção Urbana, de propriedade de Antônio Cartacho.

Edgard Nascentes Coelho e José Piffer projetam a Escola Livre de Direito, que será construída nos primeiros anos da cidade, na praça da República, atual Afonso Arinos.

1897

Notícias:

10.06.1897: “É concluído o primeiro trecho de pavimentação de um logradouro da Capital: uma faixa de seis metros de largura por duzentos metros de comprimento, em macadame, na praça da Estação...”(PENNA, 1997:42)

22.07.1897: “Luiz Olivieri instala, na antiga rua Sabará, o primeiro escritório particular de desenho e arquitetura.” (PENNA, 1997:43)

06.08.1897: “Inaugura-se o Grande Hotel, com 52 quartos.” (PENNA, 1997:43)

26.07.1897: “Inaugura-se solenemente a capela do Rosário.” (PENNA, 1997:43)

Projetos:

O Quartel do 1º Batalhão da Brigada Policial, na praça Belo Horizonte (atual Floriano Peixoto) teve seu projeto aprovado em 1897, não concluído até a data de inauguração da capital. Em 6 de abril de 1898, já ocupado, ocorreu na edificação um grande incêndio, considerado o primeiro na nova cidade. A edificação foi reconstruída e sua nova inauguração se deu em 12 de maio de 1889. O projeto da edificação é de Edgard Nascentes Coelho.

Edgard Nascentes Coelho projeta o edifício do Ginásio Mineiro (atual Instituto de Educação), na rua Pernambuco esquina de rua dos Timbiras e da atual avenida Carandaí. A obra foi destinada pelo governo, após sua conclusão em 1898, ao Tribunal de Relações e ao Fórum. Funcionou no local a partir de 1909 a Escola Normal Modelo, que no período de 1926/1930 passou por significativa reforma, seguindo projeto de Carlos Santos.

Edgard Nascentes Coelho aprova o projeto de sua residência nos lotes 7 e 8 do quarteirão 1 da I Seção Suburbana, em uma chácara na esquina de rua Chumbo (atual Professor Estevão Pinto) com avenida do Contorno.

Um dos mais significativos projetos, destinados à indústria, é o projetado para o Conde de Santa Marinha, aprovado em 5 de fevereiro de 1897, sob o n. 54, ao lado da residência que se construía para o mesmo, na VI Seção Suburbana, próximo à avenida do Contorno e rua Jacuí, junto a linha férrea.

O galpão, de grandes proporções, tem vãos finalizados em arco pleno, de raio de 1,80m, vedados por uma grade de duas folhas, encimada por uma bandeira curva, fixa. Na parte inferior, predomina como revestimento a cantaria, enquanto a parte superior central, apresenta como acabamento tijolos requemados e esquadrias em vidro, com verga pouco arqueada (alteada). Como ponto focal, uma vez que a fachada é trabalhada de forma escalonada, a platibanda em forma de frontão mostra uma escultura, proporcional às dimensões do imóvel. Obra até hoje existente, sem grandes mudanças em sua fachada principal, pertence atualmente ao conjunto urbano da Praça da Estação. Não há referência se a escultura foi colocada na fachada e cabe observar que ela não aparece em fotografias do início do século.

O conde de Santa Marinha, A. Teixeira Rodrigues, aprova projeto no dia 23 de abril de 1897, sob o número 176, de uma construção de grande proporção, quando comparada com outras daquele momento, de solução bem específica, em dois blocos, ligados por passarela. Como em planta não há designação dos cômodos, faz-se supor, que se trata de uma construção que conjugava residência e serviço.

A obra situava-se na esquina de rua dos Aimorés com rua da Bahia, onde hoje encontra-se a igreja de Lourdes. Obra provavelmente destinada a fins educativos, pois nela encontra-se a inscrição "SCIENCIA". Sabe-se que naquele local, o padre Dias, pároco do arraial de Belo Horizonte, instalou um colégio, um dos primeiros da cidade.

Na proposta, está inserida a seguinte inscrição: "Está de acordo com as 'Instruções', exceto o challet de madeira que não pode ser construído. O chefe da 3ª Divisão, Adalberto Ferraz". Cabe ressaltar que o projeto tem uma assinatura não reconhecida, datada de 1987 e o nome do senhor Antônio Olynto dos Santos Pires, possível proprietário, sendo o Conde de Santa Marinha o construtor.

O projeto mostra uma fachada assimétrica, coroada por uma cúpula em tronco de pirâmide, encimada por guarnições metálicas e um suporte metálico vertical, com uma pequena "bandeirola" fixada em sua extremidade. Já o outro lado apresenta uma platibanda rebuscada, com frontão grego interrompido, volutas e uma *agulha* em forma de delgada pirâmide de base quadrangular, coroando a solução.

As janelas são em duas folhas, com bandeiras em arco pleno, bem proporcionadas aos cheios e vazios, sem seguir uma postura de organização rígida, em simetria e dimensão, alternada nos dois pavimentos. A fachada lateral apresenta janelas com verga reta, de mesma dimensão. Em uma das paredes cegas, o autor propõe uma pintura alegórica, ocupando todo o enquadramento do 2º pavimento, em que encontramos a palavra "SCIENCIA".

Já o anexo, denominado pelo poder público "challet", tem como ligação uma passarela, coberta, estruturada por delgadas colunas e arrematada por lambrequins. A construção, estruturada em madeira, apresenta uma planta em que o segundo pavimento é reduzido, ganhando um balcão em balanço, e sem arremate de platibanda. Assim, o telhado, resolvido em duas águas, avança seus beirais, criando duas empenas, nas quais se propõe trabalhar a argamassa com relevos, criando formas retangulares escalonadas, que seguem as dimensões das três portas que se abrem para o balcão. Em função da observação nas instruções de aprovação, acredita-se que o challet não tenha sido construído.

Os dois blocos que vão compor o partido, mostram um hábil jogo de volumes em que um escalonamento harmônico de telhados dá uma correta proporção ao conjunto.

Um dos primeiros projetos encontrados, de obra a ser construída para um alto membro da Comissão Construtora é a residência do Dr. Adalberto Ferraz, chefe da 3ª Divisão. O projeto, sem autoria expressa, localiza-se no lote 3, do quarteirão 2, da Primeira Seção Suburbana (Serra). Tem como limites, a avenida do Contorno e a rua do Chumbo (atual rua Professor Estevão Pinto), com mais de 3.000 m² de área. Estava na região especificada para chácaras, local que será apropriado por parte da elite nos primeiros anos da capital.

A solução, mais adequada a uma casa de chácara do que às urbanas, apresentava em toda a sua extensão (16,50m) uma longa varanda, acessada por uma única escada externa com oito degraus, existindo, portanto, um baixo porão, separando o piso interno do terreno natural. O partido é composto por dois blocos unidos pela sala de jantar. Os ambientes apresentam boas proporções, porém sem um esquema de circulação preciso,

principalmente na parte íntima. No projeto não há descrição de banheiros, tendo o mesmo aparecido à lápis, como acréscimo, junto a um dos compartimentos, denominado "vestiário". Anexo ao bloco destinado a serviços há um quarto isolado, com acesso pela parte externa. A fachada tem como principal elemento o tratamento de balaustrada e lambrequins. Os telhados são em planos diferenciados, com o corpo principal em duas águas, e a varanda em uma única água..

Como curiosidade, ressaltamos que quem assina a aprovação, como chefe da 3ª Divisão, não é o proprietário, Dr. Adalberto Ferraz, e sim o secretário da citada divisão. O Fato deve ser visto como uma questão ética, uma vez que o projeto pertencia ao próprio chefe do setor encarregado das aprovações dos projetos civis na Comissão Construtora. Não há ressalvas, em que pese o pé direito ser de apenas quatro metros, enquanto nas demais obras exigia-se 4,50m.

Um segundo membro da Comissão que vai optar por construção no bairro da Serra é o Dr. Cícero Ferreira. Sua residência é construída no lote 6, do quarteirão 1, da Primeira Seção Suburbana, tendo o projeto recebido aprovação no dia 14 de maio de 1897. O lote, como o da residência de Adalberto Ferraz, situava-se entre avenida do Contorno e rua do Chumbo, não constando em planta suas dimensões. Consta apenas que o imóvel seria implantado com afastamentos de 30,00m dos logradouros citados. Este projeto, também, não apresenta assinatura do autor, seguindo, porém, os mesmos artifícios técnicos de representação da residência de Adalberto Ferraz, o que faz supor que as duas residências tenham sido projetadas pelo mesmo profissional.

A planta apresenta uma varanda na lateral direita, pela qual se dá o acesso às salas de visita e de jantar. Em seu extremo abre-se uma comunicação para um hall de espera e salas contíguas, supostamente destinadas à cozinha, de onde sai uma chaminé em fachada, com uma circulação indireta em relação à sala de jantar. A planta é composta de nove cômodos, ficando difícil distinguir algumas funções e principais fluxos, uma vez que não há uma discriminados dos mesmos, e o projeto não contempla acessos secundários, apenas aqueles diretamente ordenados através da varanda.

A cobertura é feita com telhados em quatro águas no corpo principal, com parte em galgo, sem platibandas e com beirais salientes em todas as fachadas. A varanda tem

uma balaustrada como guarda-corpo e os lambrequins são em madeira, com ornamentação simples. As janelas, em sua maioria padronizadas em duas folhas com bandeira fixa, apresentam dimensões uniformes de 1,00m de largura por 2,00m de altura.

Data de 1897, uma das mais significativas construções que vai se estruturar durante os primeiros anos da capital, e tem como localização os lotes 17 e 18, do quarteirão 24, da III Seção Urbana, no trecho da famosa esquina da rua da Bahia, avenida Afonso Pena e rua dos Tupis, onde mais tarde instalou-se o Bar do Ponto.

O primeiro proprietário, Sr. Abel Pereira dos Santos, contrata para realizar o projeto um desenhista de sua edificação um desenhista da Comissão Construtora. Trata-se de Luiz Olivieri, que assina o projeto aprovado em 18 de junho de 1897, de número 75, em que consta: “Está de acordo com as instruções”.

Sua fachada segue uma composição clássica, com dois pavimentos, simétrica, com 5 vãos em cada andar voltados para a avenida Afonso Pena e 3 vãos em cada pavimento nos andares voltados para as ruas dos Tupis e da Bahia. As portas e janelas voltadas para a avenida Afonso Pena são de maior dimensão em comparação com as demais. Os dois pavimentos têm como elemento de separação frisos horizontais. A platibanda, que é trabalhada sem maiores detalhes, ganha nas partes centrais, relacionadas às três vias, tratamentos específicos, onde são lançados ornamentações, com florões e saliências verticais. No segundo pavimento, sobre as vergas retas, ressaltam-se frontões salientes, alternando sua conformação entre triangulares e em arco, dando maior diversidade e ritmo à fachada.

Na parte inferior, são abertas 11 portas com vergas retas, destinadas às diversas lojas. As portas são compostas de duas folhas com relevos retangulares, tendo em sua parte superior uma bandeira vazada, guarnecida por grade metálica, propiciando, assim, ventilação aos compartimentos.

“O edifício do necrotério do Cemitério do Bonfim foi idealizado pela Comissão Construtora da Nova Capital e inaugurado em 1897 – ano da fundação de Belo Horizonte. Com uma arquitetura eclética, foi construído em alvenaria, em planta

quadrada, "coroadada por uma cúpula de estrutura de ferro coberto de chapas metálicas importadas da Bélgica, assim como as grades de ferro dos vãos de iluminação." (Estado de Minas, 18.09.1991, p. 22)

Projeto para a Faculdade Livre de Direito em terreno indiviso do quarteirão 12, da V Seção Urbana, assinado por José Piffer como autor do projeto e como Diretor da Faculdade Dr. Affonso Augusto Moreira Penna. O projeto encontrado é constituído de uma planta dos "alicerces e baldrames" e de uma fachada. Foi aprovado em 30 de maio de 1897 sob o n. 213.

Em 5 de agosto de 1897, é aprovado por Luiz Olivieri um palacete na avenida da Liberdade, atual João Pinheiro, situada no lote 15, do quarteirão 28, da IV Seção Urbana. O proprietário era o Sr. J. Augusto da Silva. A fachada apresenta duplas colunas coríntias enquadrando os três módulos superiores, enquanto a parte inferior, comercial, recebe um tratamento com menor profusão de elementos decorativos.

Dois frontões laterais compõem a fachada que apresenta elementos decorativos com motivos humanos, florais e globos arrematando a platibanda.

As moradias para operários transformaram-se em uma questão de difícil solução para o poder público. Já em 1897, os empreendedores imobiliários, antevêem como um bom investimento a produção de casa em série, destinadas aos trabalhadores contratados para a construção da nova capital de Minas.

No dia 7 de setembro, o projetista e construtor José Piffer aprova um conjunto de 6 unidades residências, já na VI seção Suburbana, atual bairro Floresta, fato que vai tornar-se comum, caracterizadas nos projetos aprovados como construção destinada "a renda", ou "para aluguel", ou "para venda".

Este pequeno conjunto, intitulado *CASAS PARA TRABALHADORES*, foi executado no lote 1, do quarteirão 2, tendo como limites a avenida do Contorno, a rua "Itagamita", e uma quadra da rua Pouso Alegre. Cada construção estava inscrita em uma fração de lote de frente de 11,08m e de 37,90m de profundidade.

As unidades, todas com a mesma solução espacial e fachadas idênticas, provavelmente configuram um dos primeiros conjuntos uniformemente elaborados. Sua planta foi desenvolvida em um retângulo de 5,00m por 6,00m, composto de apenas de 3 cômodos: *Sala* (2,75mx4,60m livres), *Quarto* (2,75mx2,25m) e uma cozinha de tamanho idêntico ao quarto. Embora o projeto não apresentasse instalação sanitária recebeu aprovação: o discurso higienista da Comissão Construtora não era extensivo às classes operárias. Não faltava, contudo, uma análise *estética*. Chama-nos a atenção, na planta aprovada, os seguintes dizeres: “Pode ser aprovada, colocando gregas de 10 cm entre a tábua do forro e a cimalha, em todo os cômodos”.

A fachada, apresentava telhado em duas águas, sem platibanda, uma vez que as unidades estavam afastadas do alinhamento. Na empena da fachada principal destacava-se um grande triângulo em relevo, no centro do qual estava localizado um pequeno óculo, circular, com seu entorno ressaltado por moldura. Uma agulha esbelta com volutas em sua base coroava o telhado.

Também é de 1897 o projeto de Luiz Olivieri aprovado no dia 3 de outubro, em lote situado na avenida Liberdade, atual João Pinheiro. Implantado nos lotes 3 e 9, do Quarteirão 31, da 4ª Seção Urbana, tinha como proprietário o Sr. Leonardo A. Gutierrez.

O projeto, desenvolvido em dois pavimentos, apresenta, na parte térrea, um amplo salão para “negócio”. Por de uma escada interna, separada do salão, chega-se no 2º andar a um corredor que dá acesso à sala de visitas, voltada para a avenida e a uma sala de jantar, que se comunica com três quartos. Por um corredor situam-se os acessos, à direita para a cozinha, à esquerda para a despensa e na extremidade a uma varanda, que serve de articulação do espaço interno com o banheiro. Desta forma, observa-se que mesmo nos pequenos palacetes, a localização do banheiro é, às vezes, relegada a um apêndice da construção.

Sua fachada apresenta duas portas de menor largura nas laterais e uma de maior imponência no centro, com verga curva, em contraste com as laterais de verga reta, todas com bandeiras fixas, em grade vazada. Na parte central, ladeando a porta de maior dimensão, dois “atlantes” semi incrustados na alvenaria “sustentam” um balcão que se

comunica com a sala de visitas. Seu guarda-corpo é composto por uma balaustrada que se repete como ornamento nas partes inferiores das duas janelas laterais. A porta de comunicação do balcão com a sala é de verga curva, com bandeira fixa, subdividida em dois arcos laterais e um retângulo central.

O coroamento da construção é feito através de platibanda, com alguns pilaretes salientes, ladeando um pequeno frontão decorado com “vegetações, serras e um sol nascente”.

Esta construção representa o protótipo de vários “palacetes” que vão configurar o cenário de várias ruas e avenidas da área central nos primeiros anos da cidade.

Em 22 de outubro de 1897 é aprovada um acréscimo na casa tipo pertencente ao senhor Francisco E. Ferraz, residência situada nos lotes 11 e 13, da quadra 16, da IV Seção Urbana, com frente para a rua Alagoas. O projeto é assinado por Tartáglio Ângelo, e tem como especificidade as bandeiras fixas das janelas em forma de seção circular, com incrustação de uma rosácea de 8 pontas, e o trabalho em relevo da platibanda, onde formas reentrantes e salientes fazem a composição, formando um “falso” ziguezague.

Edgard Nascentes projeta para Raimundo de Paula Dias a residência da avenida Liberdade, entre rua Timbiras e Aimorés, aprovado sob o número 208, em 15 de novembro de 1897. Sua composição apresenta dois pavimentos na parte posterior e apenas um pavimento voltado para a avenida, em função da declividade do terreno. Segue uma organização simétrica das janelas, em número de cinco, apresentando como elemento marcante 4 colunas coríntias, semi-embutidas na alvenaria. As janelas apresentam verga em arco pleno, e a platibanda tem um frontão que se eleva além das laterais da platibanda, com frisos e motivos florais, e em seu centro, em relevo, destacam-se as iniciais do proprietário RPD. O acesso é feito pela lateral, onde se encaixa uma varanda sustentada por finas colunas metálicas e lambrequins

O arquiteto Ernesto Scrachel, projeta para o Sr. Alberto Brejano Lopes, residência situada no lote 8, do quarteirão 23, da V Seção Urbana, tendo sido aprovado

em 9 de julho de 1897. A fachada, apresenta uma colunata que envolve as três janelas e que sustenta uma platibanda coroada por esculturas e conchas, finalizada por uma agulha. Apresenta a inscrição: ANNO DOM. 1897.

Luiz Olivieri projeta a modificação da fachada da residência do Sr. Francisco de Paula Ferreira e Costa, na Avenida João Pinheiro esquina de rua dos Timbiras, no lote 1 do quarteirão 28 da IV Seção Urbana. Aprovada em 7 de outubro de 1897, apresentava uma cúpula ricamente trabalhada, com carrancas e guirlandas em sua base, sendo arrematada por uma agulha de grande proporção.

Em 5 de agosto de 1897, é aprovado por Luiz Olivieri um palacete na avenida da Liberdade, atual João Pinheiro, situada no lote 15, do quarteirão 28, da IV Seção Urbana. Para o Sr. J. Augusto da Silva. A fachada apresenta duplas colunas coríntias enquadrando os três módulos superiores, enquanto a parte inferior, comercial, recebe um tratamento com menor profusão de elementos decorativos.

Dois frontões laterais compõe a fachada que apresenta motivos humanos, florais e globos arrematando a platibanda.

1898

Notícias:

24.04.1898: “Pelo primeiro lançamento de impostos de industriais e profissionais, publicados nesta data, exerciam as respectivas profissões na capital:

Arquitetos e desenhistas: 5;

Construtores: 15;

Madeireiras: 7;

Marmorarias: 1;

Materiais de construção: 1;

Serrarias e marcenarias: 3.”

27.05.1898: “A prefeitura aprova o projeto de adaptação de um prédio da Av. do comércio para nele ser instalado o primeiro teatro da Capital”.

Belo Horizonte, 26.07.1898, p.1: “Ai está a cidade de Minas Gerais (que melhor se chamaria Cidade de Belo Horizonte) com seu ramal férreo, com seu plano traçado para 200 mil habitantes, com suas ruas, praças e avenidas delineadas, e já bastante edificadas; com seu parque, com suas redes de esgotos e canalização de água potável; com sua iluminação elétrica, com seus belos e majestosos palácios públicos, com numerosíssimos edifícios particulares e com comércio sensivelmente desenvolvido e animado. Ai estão funcionando regularmente as diversas repartições dos negócios públicos do Estado: as três secretarias, o Tribunal da Relação, a repartição de divisão de terras e de higiene, o congresso, a repartição de polícia, etc. Ai estão já a Academia Livre de Direito e o Ginásio...”

Projetos:

Em 9 de março de 1898 é aprovado por José Grossi o primeiro projeto a ser implantado no local do futuro Bar do Ponto. No projeto está especificado: “Projeto de uma casa a ser construído nos lotes n. 17 e 18 – quarteirão 14 – seção III; de propriedade do Ilmo. Sr. Francisco Soucasaux & Cia”.

O primeiro pavimento, de solução simétrica, apresentava três espaços interligados pelos fundos, denominados “Armazém”. Nas duas laterais localizam-se os acessos ao segundo pavimento, complementado por cômodos destinados a cozinha, a avarina e a “sala de jantar”. No pavimento superior, de mesma repartição que o inferior, tinha seus espaços denominados, cada um deles, por “Salão”. Sobre as entradas laterais não havia construção, encontravam-se dois terraços. A construção tem suas fachadas estruturadas da mesma forma que a construção apresentar-se-á posteriormente, com projetos de ampliação laterais e modificações internas, destinada ao Hotel Globo. No livro *Bilhete Postal*, na página 36, encontra-se uma foto da rua da Bahia, mostrando a edificação com esta sua conformação inicial.

Outra residência assinada por Luiz Olivieri, aprovada em 25 de junho de 1898, é a situada na rua Pernambuco, entre rua Tomé de Souza e rua dos Inconfidentes, no lote 13, do quarteirão 5, da V Seção Urbana, de propriedade de Joana Catapreta Santos.

A entrada realiza-se por uma varanda à esquerda do terreno, envolvida por um jardim lateral, que dá acesso ao Hall principal. Deste, há uma comunicação com a sala de visitas, que se liga a um “*gabinete*”. Pela direita encontramos a sala de jantar, para a qual se abrem dois quartos. A seguir, através de um pequeno corredor, tem-se acesso a mais dois quartos, sendo que um deles possui uma “*toilet*”. Após este corredor chega-se a uma sala de “engomar”, para onde se volta o banheiro. A seguir, encontra-se a cozinha, com acesso ao terreiro e a uma despensa.

Sua fachada principal é solucionada por três janelas, sendo que a central recebe tratamento diferenciado, alterando a altura dos frisos, que aí se mostram arqueados com a inclusão de um pequeno escudo, do qual saem duas fitas laterais. A platibanda apresenta pequenos torreões, e no centro de cada módulo, as janelas são adornadas com cabeças de leões nas duas laterais. No centro a platibanda ganha maior altura e é arrematada por um globo encimado por pequeno minarete. Sob as janelas, e como guarda-corpo da varanda há pequenos trechos em balaustradas. O porão apresenta três ventilações circulares, gradeadas.

José Piffer aprova uma das primeiras residências conjugada com comércio fora da avenida do Contorno no ano de 1898. Implantada no lote 3 do quarteirão 2 da VI Seção Suburbana, correspondendo a rua Pouso Alegre, no bairro Floresta.

A residência do Senador Francisco Veiga é projetada por Edgard Nascentes Coelho nos lotes 1, 2 e 9, do quarteirão 15, da IV Seção Urbana, na esquina de avenida João Pinheiro com Bernardo Guimarães. O projeto foi aprovado em 1898.

Edgard Nascentes Coelho projeta a residência de Pedro da Nóbrega Sigaud no lote 5, do quarteirão 24, da V Seção Urbana, correspondendo ao terreno situado na rua Cláudio Manoel entre ruas Pernambuco e Alagoas. O projeto foi aprovado em 1898.

José Verlangieri aprova em 1898, para seu uso, um projeto de comércio e residência na rua dos Carijós esquina de Afonso Pena, na praça Sete de Setembro, no lote 1 do quarteirão 22 da II Seção Urbana, onde hoje se encontra o edifício Joaquim de Paula.

As soluções de casas geminadas com pátio central são presentes nesse primeiro momento da cidade. O projeto, aprovado em 22 de setembro de 1898, por Germano Rolla para Oberti Ginseppe e Davico Valério, construído no lote 7, do quarteirão 5, da primeira Seção Urbana, na rua da Bahia, entre rua dos Tupinambás e rua dos Carijós é um exemplo em que se conjugam moradia e negócio, ficando as cozinhas em blocos separados do corpo principal. Em solução simetricamente distribuída mostra na fachada um pórtico monumental, que dá acesso ao pátio interno. Os dois espaços destinados às lojas encontram-se nas extremidades, permanecendo uma janela, correspondente à da sala de estar, para cada unidade, voltada para a rua.

1899

Notícias:

Minas Gerais, 09.03.1899, p.2: “A Nova Capital - Dentro de quatro ou cinco decênios a cidade de Minas Gerais deve ter atingido o seu maior desenvolvimento, para se tornar então a capital condigna do Estado.

Tivesse ou não sido grande erro a sua construção, já agora o fato é irretratável, e é dever de todos nós curvar-nos-emos resignadamente às conseqüências daí decorridas, porque bem largas serão também as compensações futuras.

[...]

O maior erro que se cometeu, a nosso ver, na construção da nova capital, foi a concepção grandiosa do engenheiro incumbido dos seus fundamentos de querer fazer surgir do deserto uma capital luxuosa, como si os nossos recursos financeiros pudessem suportar mais do que a construção de um núcleo propriamente dito, donde futuramente se irradiasse a cidade projeto. E assim está a Capital estendida, desde já, por toda a zona

urbana, numa área considerável, e isto torna problemático o seu povoamento antes de decorridos 40 ou 50 anos, como traz dificuldades quase insuperáveis à administração local para prover condignamente a todos os serviços necessários à vida de uma grande cidade. [...]

Mas o que está feito, está feito.

Resta apenas que a ação continua e lenta do poder estadual, combinada com a da prefeitura, possa ir alicerçando os fundamentos da futura grandeza da Capital.

São notáveis as construções publicas da cidade de Minas e muitas outras particulares. O palácio do governo, embora não inteiramente terminado ainda, e os edificios em que funcionam as Secretarias de Estado, são obras dignas de uma grande capital, quer quanto às suas belezas arquitetônicas, quer em relação às obras decorativas interiores, mobiliamento, etc.

Há também outros muitos palacetes particulares sobressaindo, dentre todos, os dos Srs. Drs. Antônio Olyntho e conselheiro Affonso Penna. O Sr. Conde de Santa Marinha também possui belíssima vivenda, em cuja frente, parece, vai construir um grande parque, ao lado das suas importantíssimas oficinas de construção (ferraria e carpintaria). [...]

Chamou, porém, nossa particular atenção o Grande Hotel, edificio de aspecto encantador, situado à rua da Bahia, que é a rua por excelência da capital, e onde já se aboletou a imprensa.

Domina o Grande Hotel duas ruas grandes e populosas, e de qualquer de suas janelas, no pavimento superior, se desdobram à vista do observador extensos e deslumbrava horizontes, com os seu belíssimos panoramas de relva e de verdura. No gênero, é sem dúvida, o primeiro estabelecimento em todo o Estado.

Dispondo de confortáveis aposentos para hospedes, principalmente para famílias, que ali encontram o melhor tratamento possível, tornou-se o Grande Hotel o ponto preferido dos viajantes de gosto, que aportam à nova Capital, como ainda o centro de reunião do high life local...”

09.08.1899: “Cuida-se da construção de um prédio destinado à Prefeitura. O Minas gerais , de então, diz que, “no local à Av. da Liberdade o Cel. Mariano de Abreu, já está depositando os necessários materiais para tal construção.”

21.08.1898: “ É exposto o projeto de um grande teatro a ser feito no quarteirão 23 da III Urbana, de autoria de José Grossi, com capacidade para 2.000 pessoas. Nesse local, entretanto, foi feito(dezembro de 1899) o Teatro Soucasaux.”

03.06.1899: “É nomeado, pelo Presidente do Estado, para o cargo de desenhista da Prefeitura, o Sr. Edgard nascentes Coelho. Como arquiteto, autor de inúmeros projetos de edificios públicos e particulares, muito lhe ficou devendo a cidade.” (PENNA, 1997:59)

Projetos:

É de José Piffer um dos projetos mais significativos de residência exclusiva, localizada na rua dos Tupis, de propriedade do Dr. Francisco Borja de Almeida, aprovada em 4 de janeiro de 1899. A residência é construída com um afastamento de 8,00m da rua, e apresenta uma escada em L, para acesso. O partido é tratado com uma varanda embutida, possibilitando um jogo de volumes e a combinação de cheios e vazios, em uma solução bem equilibrada formalmente, sem a utilização de simetria. Na solução em planta destaca-se um longo alpendre para o qual se abrem a entrada principal, o escritório, a sala de visitas e a sala de jantar. Desta, chega-se ao espaço mais interno, através de corredor ligando os quartos, a cozinha e o banheiro, além de permitir uma ligação com o terreiro, através de uma escada.

Luiz Olivieri aprova, em 22 de fevereiro de 1899, um projeto residencial situado nos lotes 12,14 e 16, do quarteirão 25, da III Seção Urbana, na rua Rio de Janeiro, entre rua dos Tupis e rua dos Goitacazes. De propriedade de João Ribeiro de Rezende, tem como principal aspecto uma fachada longa, com cinco janelas frontais bastante trabalhadas com colunas e frontões, alternados na forma, mas distribuídos de forma

simétrica em relação ao elemento central, constituído de um frontão encimado por concha e volutas. Nas duas laterais a platibanda ganha maior dimensão, apresentando vasos, volutas e um pequeno frontão arrematado por pináculo.

Um outro membro da Comissão Construtora que após a sua dissolução inicia a carreira de arquiteto autônomo na cidade, conjugada com o emprego de desenhista no serviço público é Edgard Nascentes Coelho, que projeta uma oficina, aprovada em 23 de julho de 1899. Idealizada para o lote 4, da quadra 9, da I Seção Urbana, na avenida dos Andradas, para o Sr. José de Ávila Goulart, é resolvida em dois pavimentos, com o segundo centralizado e de menor proporção.

O projeto é bastante rebuscado em se tratando de obra para fins industriais. Apresenta no pavimento térreo três grandes portões, sendo que o central apresenta maiores dimensões e um fechamento em serralheria bastante trabalhada, de vão reto, enquanto os laterais são em arco pleno. O segundo pavimento, destinado a escritório, contém, também, um quarto. Nenhum dos dois pavimentos apresenta, em projeto, sanitários.

O tratamento em fachada e volumetria é bem diversificado, tanto no uso de materiais, quanto no trabalhado desenho das grades e na solução dada à empena do pavimento superior, onde semicírculos fazem o principal enquadramento, dando continuidade aos vãos das duas janelas presentes, e uma agulha, arrematando a cumeeira apresenta motivos florais e arabescos em sua composição e fixação.

Uma das principais características das construções do início da cidade são as residências conjugadas com atividade comercial. Temos como exemplo o projeto de Edgard Nascentes Coelho, para os lotes 2, 3 e 12, do quarteirão 18, da I Seção Urbana, elaborado para o Sr. Olympio Brasiliense, na avenida do Comércio (atual Santos Dumont) e aprovado em 6 de setembro de 1899. O projeto consiste em um grande armazém que se comunica internamente, por meio de uma escada, a um dos dormitórios. A parte residencial contém um hall de entrada que faz as ligações com a sala de visitas e sala de jantar, que se comunicam com os quartos principais. Da sala de

jantar inicia um corredor que dá acesso a um terceiro quarto, uma pequena copa e termina na cozinha, onde há um acesso ao terreiro.

Sua composição volumétrica é nitidamente caracterizada pela separação dos dois usos (residência e comércio), marcada por pilares com coroamentos diferenciados. O armazém apresenta cinco portas com vergas em arco pleno, enquanto a parte residencial é marcada por quatro janelas de vergas retas, com tratamento superior em arco saliente. A platibanda, embora siga uma mesma tipologia, também sofre pequenas diferenças, sendo ambas as partes compostas por trechos em falsa balaustrada.

No dia 28 de novembro 1899, foi aprovado pela diretoria de Obras e Viação, da Prefeitura da Cidade de Minas, sob o número 309, o projeto de uma residência nos lotes 3, 4 e 6, do quarteirão 3, da I Seção Suburbana, tendo como proprietário o Sr. Dr. Estevão Leite de Magalhães Pinto. O projeto foi elaborado pelo arquiteto Edgard Nascentes Coelho, com características de uma chácara, e implantado com grande recuo do alinhamento. Sua principal característica é a grande área de varanda que contorna parte significativa das fachadas. Sua solução mostra duas entradas independentes: a primeira, através da varanda, que se comunica com os espaços sociais, os quartos e com a copa, e a segunda é uma entrada exclusiva para o escritório. Internamente, dois espaços articulam as circulações principais, a sala de jantar e a copa. A primeira comunica-se com os quartos e com a sala de visitas, que dá acesso interno ao escritório; pela segunda tem-se acesso à cozinha, à dispensa, a um quarto, ao banheiro e a uma escada que se comunica com o porão.

Sua volumetria é marcada pelo jogo de águas do telhado e varanda, ganhando relevância a altura significativa da construção em relação ao terreno, com o porão aberto por vãos em arco pleno, estruturados com tijolos aparente. No telhado salientam-se dois áticos que contêm pequenos óculos no centro da empena triangular. A varanda apresenta um guarda-corpo bem delineado, e os lambrequins são bastante rebuscados, com volutas ligando as delgadas colunas metálicas com o entablamento do telhado.

É projetada na esquina da rua Rio de Janeiro com avenida Amazonas (local do edifício do BEMGE/ITAU, na praça Sete de Setembro) a primeira Loja Maçônica da

cidade. Foi edificada no lote 7, do quarteirão 7, da I Seção Urbana. Seu autor foi o projetista José Spinelli.

Edgard Nascentes Coelho aprova em 1899 a residência do Senador Benjamim de Lima na rua Sergipe, entre ruas dos Timbiras e dos Guajajaras, nos lotes 7 e 9, do quarteirão 27, da IV Seção Urbana, em frente à praça onde se localiza a Matriz da Boa Viagem.

Também é de Luiz Olivieri, um dos mais atuantes projetistas das três primeiras décadas da cidade, a residência proposta para o Sr. Alfredo Arduini aprovada em 12 de maio de 1899. Um projeto de grande área construída, mostra uma setorização melhor organizada que outros projetos do mesmo autor. A proposta, embora em bloco único, apresenta setores distintos: o primeiro deles, faceando o alinhamento, é acessado por um lance de 6 degraus, elevando a residência em relação ao nível do passeio. Esta solução garante maior privacidade e permite aeração do piso, localizado sobre porão. Acha-se no primeiro setor o *gabinete*, com entrada independente pela varanda, e conjugado com a sala de refeições. Anexo a este espaço, encontra-se a sala de visita. Esta sala tem como entrada principal um segundo acesso localizado na outra extremidade da construção, que se transforma em entrada social. A moradia é solucionada, portanto, com dois acessos, através de duas varandas simétricas. A sala de jantar comunica com dois quartos e com a cozinha. Daquela partimos para um outro setor, polarizado por uma varanda interna, que se abre para um jardim, e para onde estão localizadas as entradas da dispensa, do banheiro e de mais três quartos. A fachada é bem rebuscada nos elementos compositivos. Além das varandas com lambrequins e mãos francesas, apresenta três janelas em arco pleno, emolduradas por falsos pilares com capiteis coríntios. A platibanda, dividida em dois lances, apresenta ao meio um frontão saliente com decoração floral, encimado por pequena concha. Em plano recuado, a platibanda apresenta duas balaustradas ladeando o frontão. A parte inferior das janelas mostra um tratamento semelhante ao das balaustradas, embutido na alvenaria. Os falsos pilares apresentam em seu corpo caneluras.

Joaquim Bejarano, desenhista que passa a elaborar projetos arquitetônicos no início da construção da cidade, aprova em 1899, para a Sra. Penelope Ricci Pieruccetti, residência à rua dos Timbiras, contra-esquina de rua Sergipe, nos lotes 1 e 2, do quarteirão 27, da IV Seção Urbana. A planta é desenvolvida em um quadrado de 12,00m de lado, descontando uma varanda lateral. Na parte frontal, abrem-se duas portas comerciais, entre as quais é alocada uma janela, e um conjunto de janelas da sala principal. A fachada é composta por uma vasta quantidade de elementos ornamentais, com colunas rebuscadas, frontões, diversos pináculos, falsas balaustradas, globos, carrancas, uma profusão de motivos florais e esculturas coroando a platibanda alteada na parte residencial.

O espaço interno é composto de três salas interligadas, um quarto e uma cozinha que se abrem para um pátio incrustado no volume. Não há banheiro projetado.

José Piffer aprova em 04.11.1999 a edificação situada nos lotes 20 e 21, do quarteirão 25, da terceira seção Urbana, localizado na rua dos Tupis em frente a casa paroquial da igreja São José. Destinada a residência unifamiliar, seu proprietário foi Dr. Francisco Borja de Almeida.

A solução recuada 5,00 metros do alinhamento na rua dos Tupis, apresentava uma varanda em “L”, que era acessada por uma escada em dois lances. Com uma organização mais setorizada, apresentava um corredor, denominado “passagem” para o qual estavam voltados quartos, cozinha e banheiro, finalizando em um patamar que dava acesso ao terreiro. Sua volumetria apresentava um corpo avançado ao qual se encaixava a varanda, de telhado aparente e de menor altura, proporcionando uma leveza ao volume. Os telhados eram todos resolvidos sem empenas, arrematado por delicadas mãos francesas.

1900

Notícias:

Almanack da Cidade de Minas. Cidade de Minas. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900. LIMA, Joaquim Ramos de (org):

“Minas Gerais, o glorioso berço da liberdade, surpreendem o Século XIX com a construção da sua invejável Capital. [...] E os que não viam com júbilo a edificação da nova Capital, os que taxaram de utopia a majestosa idéia, têm a prova do seu erro ou da sua má fé, enfrentando a admirável cidade, cortada de largas avenidas, de espaçosas e aprazíveis ruas, com seus soberbos palacetes, ornada com esses ajardinamentos verdejantes, com seu formoso parque e com lindos passeios e mais do que isto, com essa evolução que traduz o seu progresso sempre crescente e a sua esperança no porvir. [...]

Trabalho homérico, foi o da edificação desta encantadora Capital. Zonas edificadas: A área já edificada, na parte urbana, ocupa uma superfície de 378 hectares, sendo ela destinada para uma população de 30.000 habitantes. (...)

Todas as zonas suburbanas e a maioria das de sítios, onde se acham localizadas as colônias, Carlos Prates, ‘Córrego da Mata’, ‘Adalberto Ferraz’, ‘Afonso Penna’ e ‘Bias Fortes’, são já bastante populosas, notando-se naquelas, grande numero de chácaras aprimoradas. Atualmente existem 1.500 casas em todas as zonas”. (p. 11)

“Divisões da Cidade: Os quarteirões da área suburbana têm 120 metros de face os lotes deste quarteirões medem 600m²,00, aproximadamente sendo três os seus tipos: os de 10 ms. de frente por 60 ms. de fundo, os de 15x40 e os de 20x30; são perfeitamente regulares. Existem também lotes triangulares.” (p. 12)

“Adjacências: Nas adjacências da cidade existem grandes núcleos populosos e muitos deles equívalem á algumas vilas e bairros dos demais municípios. São eles: ‘Lagoinha, Calafate, Pampulha, Cardoso, Pastinho, Menezes’ e outros.

Nos pequenos montes e vales circunvizinhos da cidade existem também núcleos igualmente populosos, na sua maioria, formados de casas de construção ligeira e grosseira denominadas ‘cafuas’, cujos moradores, na sua maior parte, são operários. Os principais desses núcleos são: ‘Favela, Córrego do Leitão e Barro Preto”. (p. 13-14)

“Estação General Carneiro: A Estação General Carneiro... cuja pedra fundamental foi assentada no dia 1º de Fevereiro de 1895, como verdadeiro pórtico para a grandiosa Capital que o nosso Estado erigiu, não podia ser uma simples estação do entroncamento das nossas ferrovias.

Por isto, o seu projeto obedeceu a um plano que reunindo o belo à utilidade, nos desse um edifício ‘digno da nossa Capital, dos mineiros e do nosso Estado; ai temo-lo belo e admirado pelos nacionais e estrangeiros que a ‘une voce’, proclamam a originalidade da sua forma em triângulo curvilíneo, sua aparência majestosa que o difere dos tipos da nossas estações ferroviárias.

O triângulo de reversão formado pelo conjunto das três curvas de raios iguais que envolvem a estação, supre a falta de virador.

Além da agencia, escritório telegráfico, tem a estação dois armazéns para encomendas e mercadorias, um salão circular central que dá ingresso, para as três espaçosas plataformas. Tem também um salão de espera e um cômodo apropriado para botequim. (...)

O salão central, circular, é encimado por uma cúpula de uma forma original, coberta de zinco escamado e guarnecida de vidros de cores e obras de estuque, interiormente, cúpula esta que muito realça o aspecto geral do soberbo edifício”. (p. 15-16)

“Mercado: Sua construção obedece a forma retangular, sendo todo de ferro com colunas repousadas em cantaria.

No lado posterior existe um pavilhão central, quadrangular, com colunas, tendo uma área total de 100 m², completamente aberto.

Esse pavilhão é destinado ao comercio dos tropeiros que farão seus negócios, separados do demais mercados. (...)

O frontispício é embelezado por dois torreões de 13ms. de altura, por 4 ms. de comprimento e 4 ms. de largura colocados nas duas extremidades.

O portão principal, bela peça ornamentada, medindo 4 ms. de largura, está colocado na parte central. (...)

O edifício é coberto de zinco e circundado por um passeio de dois metros de largura, protegido pela saliência do telhado, tendo o chão cimentado. (...)

O seu aspecto é severo e agradável”. (p. 17-18)

“Palácio Presidencial: (...) assentou-se a primeira pedra desse edifício a 7 de setembro de 1895. É ele composto de dois pavimentos e tem uma grandiosa fachada de cantaria lavrada, encimada por um busto da Republica, também de cantaria. (...)

A sua escadaria marmórea que dá acesso para o segundo pavimento é de uma concepção admirável.

O vão desta escada é belamente decorado, tendo no tecto alegorias à ‘Liberdade’, à ‘Ordem’, à ‘Fraternidade’ e ao ‘Progresso’ e nas paredes e frisas da cimalha, admiráveis obras de estuque.

O sistema Joly, foi o adaptado nesta escada, sendo seus corrimões uma bela obra em ferro, representando flores e seus degraus de mármore branco.

As decorações deste edifício, são riquíssimos e finos.” (p. 18-19)

“Secretaria do Interior: Este edifício está também situado na Praça da Liberdade. O seu conjunto é simples e belo. [...] A sua decoração interna é simples, porém elegante, salientando-se a do salão nobre que é esplendida. O tecto deste salão é uma obra artística e valiosíssima, assim também o soalho que é de mosaico de madeira embutida. ...” (p. 19-20)

“Secretaria das Finanças: este é um importante edifício. As ornamentações dos tectos e paredes são singelas, porém deslumbrantes, com especialidade as do gabinete do Secretario e da diretoria.

Tem o edifício três pavimentos aos quais dá acesso bela escadaria do sistema Joly.” (p. 20)

“Secretaria da Agricultura: é o mais grandiosos dos já referidos edifícios. A sua concepção, em que predomina o belo estilo toscano, foi magnífica.

A sua decoração, assim como as dos demais edifícios já descritos, devido ao hábil pincel dos Sr. F. Steckell, é caprichosa e de grande realce.” (p. 20)

“Fórum: Outro edifício de bela aparência é o Fórum. Situado em um quarteirão formado pelas ruas ‘Pernambuco, Paraíba, Timbiras’ e avenida ‘Carandaí’, faz frente para a praça ‘Benjamim Constant’. Pela sua situação topográfica, embelezada pela naturalidade do terreno, é um dos belos prédios da Capital.” (p. 21)

“Imprensa Oficial: O edifício da Imprensa Oficial foi construído com todas as condições indispensáveis ao fim a que é destinado. Tem espaçosas oficinas, e excelentes compartimentos para a administração. É um prédio de grandes dimensões e faz frente para a avenida ‘Paraopeba’...” (p. 22)

“Faculdade de Direito: um dos mais belos da Capital, já pela sua excelente colocação, já pelo apurado gosto artístico que presidiu sua construção.” (p. 22)

“Capela do Rosário: Belíssimo e eloquente, na sua simplicidade, é o pequeno templo que a fé Cristã erigiu nesta cidade [...] Construído no estilo gótico, fazendo face para a rua ‘S. Paulo’, presidiu sua construção o apurado gosto artístico aliado à beleza e elegância.” (p. 22-23)

“Quartel Policial: Construído na praça ‘Belo Horizonte’ é o ‘Quartel Policial’ o melhor do Brasil, não só pelas suas grandes dimensões, como pelas suas condições de confortabilidade.

O seu projeto, de genial concepção, é devido ao atual desenhista da prefeitura, Sr. Edgard N. Coelho, tendo sido rigorosamente executado e observadas, na sua confecção, todas as regras de uma instalação perfeita. (...) É um dos próprios estaduais que, incontestavelmente, não tem rival em toda a República. A sua fachada é simples e imponente. O pátio interior é vastíssimo, podendo nele formar o batalhão e fazer evoluções.” (p. 23)

“Grande Hotel: É um dos edificios particulares mais importantes da nova Capital. Situado na esquina da rua da Bahia com a avenida Paraopeba, com fachadas de 40 metros e iguais para ambas, tem o edificio 18 metros de altura o que lhe dá um aspecto imponente. O seu interior é decorado singelamente, porém, com muito gosto e elegância. [...] No seu gênero é um dos primeiros estabelecimentos do Brasil.” (p. 24)

“Palacete Santa Marinha: É ele avarandado nos fundos que dão para um parque caprichosamente arranjado. O centro do edificio é ocupado por um elegante zimbório de onde se descortina o panorama magnifico e sedutor de Belo Horizonte. Dispõe de extensos compartimentos perfeitamente arejados claros e decorados artisticamente. Tem uma bela e luxuosa escadaria de cantaria lavrada. Ao seu lado estão as grandes oficinas, talvez as primeiras do Brasil, também pertencentes ao mesmo senhor. Foi este o primeiro prédio particular que se construiu em Belo Horizonte, na zona suburbana.” (p. 24)

Outros edificios da época: Ginásio Mineiro, Cadeia, Banco, Correio, Congresso, Colégio Imaculada, Hotel Antunes e Estação Telefônica. O 1º alvará para construção em BH foi expedido em 4 de novembro de 1895.

Minas Gerais. 05.01.1900, p.3: “Reunião de Comissão para construção de uma Capela à N.S. de Lourdes: “No dia 1º do corrente, reuniu-se, na capela do Colégio da Imaculada, uma comissão composta das exmas. Sras. DD. Esther Brandão, Rita Drumond, Esther de Lima, Josina Monteiro, Francisca A. Pires, Francisca de A. Ottoni, Rachel Chaves Pires, Augusta Coelho Pereira, Eugenia Gaia, Arminda Junqueira, Maria de Magalhães, Maria Moreira Penna, Maria Silvana Olyntho Pires e Maria Ernestina Ottoni de Carvalho, para tratar com urgência da construção de uma capela consagrada a N.S. de Lourdes, unida ao Colégio da Imaculada, em substituição da capela provisória, que, no mesmo estabelecimento, há cerca de uma ano, existe. Pela boa vontade e entusiasmo que manifestaram aquelas exmas. senhoras é de se esperar que em muito pouco tempo esteja pronta a capela.”

Minas Gerais, 24.01.1900, p. 2: "... Promete ter grande brilhantismo a solenidade da colocação da primeira pedra da capela destinada ao S.S. Coração de Jesus, que se vai realizar amanhã. Como é sabido a Exma. Esposa do Sr. Dr. Francisco Salles, cujos sentimentos religiosos são geralmente conhecidos, tem empenhado o melhor de seus esforços para transformar em realidade a beliscam idéia da construção dessa capela, que brevemente ali estará, de pé afirmando os sentimentos católicos da nossa população. A virtuosa senhora conta nessa cruzada com o auxílio de diversas damas da nossa sociedade administrativa da Confraria do SS. Coração de Jesus para assistir amanhã a benção e lançamento da primeira pedra da capela que a mesma associação vai construir no triângulo 38 entre o Parque e a avenida Carandaí ..."

Minas Gerais, 18.02.1900, p.2: Área para Igreja Matriz - "O Sr. Dr. Bernardo Pinto Monteiro, prefeito desta Capital, recebeu ontem uma atenciosa carta do Sr. D. Silvério, bispo de Marianna, pedindo concessão do quarteirão n.º 29 da terceira seção urbana, onde se acha atualmente o almoxarifado, para nele ser edificada a igreja matriz desta cidade, casa paroquial e dependências [...]. A planta da matriz é a mesma que foi feita há tempos por ordem do engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital."

Minas Gerais, 25.01.1900, p. 5: "Dom Silvério - O Sr. Bispo diocesano atendendo à importância e extensão territorial desta Capital resolveu dividi-la em duas freguesias, elevando provisoriamente a capela do Rosário em matriz da segunda freguesia ora criada [...]. Com esta acertada providencia ficam consultados os interesses religiosos da população desta cidade, esparsa e em grande perímetro.

É objeto de estudo a construção, em breve, de um sumptuoso templo destinado á matriz desta Capital.

O Sr. D. Silvério se interessa em ver transformada em realidade esse testamento. Pessoas altamente colocadas na nossa sociedade também empenham os seus esforços nesse sentido.

Ontem vimos uma bela planta que, segundo nos informam, agradou bastante ao ilustre prelado.

O Sr. vigário da freguesia acha-se incumbido pelo Sr. Bispo de tratar da fundação nesta capital de um estabelecimento de ensino que será dirigido pelos conhecidos preceptores denominados 'Petits Fils de Marie'.

Esta congregação mantém em Paris e em muitas outras cidades européias importantes estabelecimentos, onde são educados milhares de moços

Caso o tempo não permita hoje a solenidade do lançamento da primeira pedra da capela do SS. Coração de Jesus, informam-nos que ela se realizará talvez amanhã ou depois.

O Sr. Bispo espera apenas a realização dessa solenidade na qual oficiará para seguir com destino a Sabará, onde é esperado com grandes festas.”

Minas Gerais, 25.03.1900, p.5: “A Matriz Velha - Quando aqui estive, há pouco ainda, o Sr. Bispo diocesano, noticiamos que S. Exc. Revdmo. cogitou da construção da nova matriz, tendo mesmo examinado diversos pontos da cidade que se prestam para essa construção.

Dias depois noticiamos também que o revdmo. Padre Vicks, como procurador do Bispo, requereu à Prefeitura o quarteirão em que se acha colocado o barracão do almoxarifado, para ali ser construída a nova matriz.

Isto quer dizer que S. Exc. Revmma. deseja levar avante esse empreendimento, para o que encontrará a melhor boa vontade por parte do governo, da Prefeitura e do povo da Capital.

Quanto tempo durará, porém, a construção desse templo, que não foi ainda iniciada, é o que não podemos saber, sendo presumível que tão importante obra não se realize em pouco tempo.

Entretanto a antiga igreja, que é hoje a matriz da freguesia de N. S. da Boa Viagem, constitui um verdadeiro anacronismo na nossa Capital, estabelecendo um contraste desagradável com os novos e belos edificios que aqui se notam por toda parte. Além disso, a velha matriz cada vez mais se estraga, e para que este contraste não se torne de dia para dia mais notável, urge que seja ela reparada, até que possamos ter um templo na altura das exigências da nova capital. Foi para atender a esta necessidade que

S. Revma. Nomeou uma comissão composta de distintos cavalheiros, que já começaram a se desempenhar na missão que lhes foi incumbida.

À redação desta folha vieram ontem os Srs. Desembargador Carlos Ottoni e major Alexandre Coutinho, dignos membros dessa comissão, a fim de nos pedir a abertura de uma subscrição, cujo produto será aplicado nos reparos de que precisa a velha matriz.

Acedendo de bom grado a este justo pedido, iniciamos hoje, a subscrição, convencidos de que não apelaremos baldadamente para os sentimentos religiosos da população belo horizontina (...).

Cada um concorrerá com a quantia que lhe for possível e assim se conseguirá o ‘quantum’ indispensável para que a velha matriz possa figurar ainda por algum tempo, sem maior vexame para todos nós que aqui residimos, no meio das modernas e graciosas construções que se ufana de possuir a bela capital mineira.”

Minas Gerais, 23 e 23.01.1900, p. 2: “Obras da Matriz - A comissão paroquial nomeada pelo venerando Sr. Bispo Diocesano, para reparação da Matriz de NS. da Boa Viagem, constitui-se da seguinte forma: presidente – o desembargador Carlos Ottoni; secretario – o sr. Felisberto Horta, tesoureiro – o coronel Antônio Francisco Junqueira; procuradores – o tenente-coronel Manoel Victor Mendonça e major Alexandre de Souza Coutinho.

Na sua ultima reunião contratou com o conceituado construtor Sr. Francisco Soucasaux aquelas obras, que vão ser as mesmas desde já começadas, tendo-se em vista desde logo a construção de duas novas torres.

Sendo tais obras feitas por subscrição dos católicos a comissão para eles apela, pedindo-lhes que ativem a cobrança das respectivas listas.

Pede também a comissão aos donos de pedreiras, construtores e operários que ajudem fornecendo pedra para os alicerces, cal, cimento, areia, e prestando seus serviços.

Comunica-nos a comissão que espera poder levar avante a reconstrução da Matriz, mas que não pode deixar de apelar para todos os que comungam as mesmas crenças religiosas.”

Minas Gerais, 04.10.1900, p. 3: “Santa Casa de Misericórdia - Uma festa modesta e tocante ao mesmo tempo, a do levantamento da cumieira da primeira ala do edifício da Santa casa [...]

Ainda a pouco, em 16 de julho p. passado, quando se colocava a primeira pedra do edifício, cujo levantamento da cumieira ontem assistimos, e dos mais esperançados, dos que mais confiavam na persistência do Sr. coronel Emygdio Germano (provedor), ouvíamos palavras, senão de desalento, pelo menos de duvida quanto ao êxito do empreendimento, que tão arrojado e crente atacava, contando exclusivamente com essa índole tradicional de bondade e de altruísmo que o povo mineiro jamais desmente, mormente em ocasião de atenuar a miséria dos que sofrem a dor dos aflitos.

A Santa Casa torna-se deste modo *uma realidade* – que bela realidade! – causa de satisfação para todos nós, que no meio das grandes casas bem construídas, trazendo a marca de uma arquitetura moderna e a opulência e a majestade que uma cidade nova e Capital de um operoso povo requisita, não tropeçamos com os mendigos, nem com os enfermos, para quem reservamos um lugar cheio de conforto, de higiene e de alta comodidade, que, não lhes minorando os males, há de acobertá-los da fome e da intempérie [...].

A nova enfermaria, lateral ao pavilhão central da Santa Casa, tem, como as demais terão, 30 metros sobre 85 de largo, comportando 24 pessoas, feitas as esquadrias das janelas de superior em canela preta, bem aparelhadas, e as paredes de tijolos sobre alicerce de 1 metro e 50 acima do nível da terra, sendo coberta por telha francesa.

A enfermeira tem dois banheiros, mictórios, ‘water closets’ e as demais dependências necessárias, sendo o entramento das madeiras arranjado com uma segurança a toda a prova [...]

Em seguida, examinada que foi a enfermaria em construção, visitamos os atuais pavilhões da Santa Casa que estão asseadas, limpos, e os doentes, em camas cuja nitidez e ??? de lençóis é completa, dando sinais de tratamento cuidado e caprichoso.

O Sr. coronel Emygdio Germano, referindo-se muito encorajado às tentativas da imprensa, mostrou o local em que será posta a ‘Enfermaria Ferreira de Araújo’, sob os nossos auspícios, e cuja primeira pedra será colocada dentro em pouco [...]

Um dos nossos colegas (de imprensa) agradeceu... ao provedor da Santa Casa, Sr. coronel Germano, que tem sido motivo primordial da prosperidade dessa pia instituição ...”

Minas Gerais, 07.10.1900, p. 5: “Mercado - As 7 horas da manhã de ontem, efetuou-se a inauguração do mercado, que foi entregue pelo Sr. Dr. Prefeito ao comércio, tendo antes recebido solene benção do revdm. Padre Pedro Beek (...)

O Mercado estava vistosamente embandeirado e ostentando atraente decoração: á hora matinal em que se realizou a cerimonia, já era grande o movimento de tropeiros e vendedores, que ofereciam um aspecto de trabalho e de atividade dignos de serem apreciados.

Nos pavilhões faziam-se vendas de frutas, hortaliças, toucinho, farinha, polvilho, aguardente, etc., etc. .. e nos viveiros observávamos pássaros e aves de varias espécies [...]

O administrador do Mercado, uniformizado, prestava toda a atenção ao serviço, na mais completa ordem ...”

Minas Gerais, 13 e 14.10.1900, p. 2: “Capela de Santa Efigênia - Com as solenidade do ritual católico, realizou-se anteontem a cerimonia da benção e lançamento da primeira pedra da Capela de Santa Efigênia, que os oficiais e praças do 1º Batalhão da Brigada policial pretendem construir nas imediações do quartel [...] Os trabalho de construção da Capela serão atacados amanhã, já existindo no local dos trabalhos grande quantidade de material.

A capela ficará situada na avenida Floriano Peixoto e no centro de três magníficos lotes. Brevemente será constituída a Irmandade de Santa Efigênia dos Militares, já estando o seu compromisso feito e dependendo apenas da aprovação do bispo da diocese.”

Minas Gerais, 28.03.1900: “Capela de Santa Efigênia - Deve ser entregue ao culto no próximo mes de setembro a capela de Santa Efigênia [...] tivemos anteontem

ocasião de visitar as obras do novo templo, cujas linhas arquitetônicas são muito ariosos e elegantes.

Exteriormente acha-se a capela pronta, faltando apenas a escadaria, que já esta contratada. Estão agora revestindo as paredes internas e terminando o altar, que é um belo trabalho de arte executado em cimento. O coro esta quase pronto, e o tecto já recebeu os últimos trabalhos de carpintaria.

Atendendo à exigência de higiene e de conservação resolveu a administração da irmandade empregar o ladrilho em vez de madeira para o soalho.

A pintura do novo templo que é, como se sabe, a parte principal, foi confiada ao conhecido artista comendador Frederico Steckel, o que é o mais seguro penhor de que esse serviço terá a mais completa execução.

O estimado artista projetou um grande painel para o centro da igreja, representando um dos fatos principais da vida da milagrosa princesa da Etiópia ...”

Minas Gerais, 15.12.1900, p. 1 e 2: “Instruções para a Exposição Permanente - O edificio da ‘Exposição Permanente’ é destinado a ter constantemente em deposito, a matéria prima e os produtos das industrias extrativa, manufatureira e agrícola, de todos os municípios do Estado de Minas Gerais.

O edificio será construído pela Prefeitura da Capital com o concurso das municipalidades do Estado, tendo cada uma delas pavilhão de sua propriedade, administrado sempre pela Prefeitura.

As municipalidades não poderão em caso algum dar aos respectivos pavilhões destino diferente do para que foram criados (...)

O trabalho de construção do edificio, cuja planta já foi aprovada, ficará a cargo exclusivo da prefeitura”

Projetos:

Luiz Olivieri aprova, em 28 de março de 1900, um palacete de dois pavimentos, localizado na avenida Liberdade (atual João Pinheiro) esquina com rua dos Guajajaras. A solução segue os esquemas já mencionados de organização espacial, apresentado,

porém, uma característica específica, ao isolar os dormitórios e uma sala de visitas no andar superior, ficando o primeiro pavimento ocupado por espaços destinados a comércio, a parte de serviço e instalação sanitária da residência. Sua fachada, de porte monumental, é tratada simetricamente em relação ao chanfro da esquina, apresentando portas e janelas com verga em arco pleno e bandeira fixa. Não há referência do proprietário a não ser as iniciais AC, grafadas em um escudo no ponto superior da platibanda, que é marcada por vasos nos pontos de interseção dos pilares, que enquadram, nas laterais, duas janelas em cada módulo, emolduradas por colunas coríntias.

Os projetos, após pouco tempo de construção, passam, muitas vezes, por reformas de ampliações e remodelação de fachadas. Já em 1900, em 1º de setembro, Luiz Olivieri aprova, sob o n. 74, um projeto de modificação da fachada de um imóvel situado nos lotes 3 e 9, do quarteirão 31, da IV Seção Urbana, localizado na Av. João Pinheiro, de propriedade do Dr. Virgílio M. de Mello Campos.

A fachada alterada apresenta uma composição com três janelas em verga alteada, enquadradas por falsas pilastras com capitéis coríntios. A platibanda apresenta motivos geométricos e, após uma cimalha, é trabalhada com simples arabescos e coroada por uma concha envolvida em volutas.

Em 1900, Maurício Bernisconi projeta, para José Francisco Cardoso uma pequena residência situada no bairro Serra, datada de 22 de setembro, no início da rua do Ouro, esquina de avenida do Contorno, local onde hoje encontram-se as ruínas da Villa Rizza. O projeto é solucionado em um quadrado onde estão inseridas duas salas, dois quartos e uma cozinha em forma retangular. Não constam do projeto instalações sanitárias. O volume é resolvido com uma empena frontal, telhados em duas águas, duas janelas com verga alteadas e bandeira fixa, e um falso óculo. Os beirais aparentes são arrematados por um singelo lambrequim. As paredes são em tijolo aparente, emolduradas por pilares e duas faixas contendo as janelas, em alvenaria frisada.

Luiz Olivieri aprova aumentos e modificações na residência do comendador Frederico Antônio Steckel, no lote 5 do quarteirão 31 da IV Seção Urbana. O projeto foi aprovado em 20 de março de 1900. A obra anterior, na qual se faz as modificações foi projetada por Joaquim Bejarano, aprovada em 18 de maio de 1898.

Edgard Nascentes Coelho, projeta em 1900, a igreja do Sagrado Coração de Jesus, situada no quarteirão 38, da sexta Seção Urbana, nos lotes 1, 2 e 3, terrenos doados por Aarão Reis para o fim determinado. O projeto, seguindo os preceitos historicista, é solucionado em estilo neogótico, bem verticalizado, seguindo as soluções adotadas por Violet Le Duc. A planta em nave única, sem subdivisões, apresenta um altar elevado, acessado por uma escada central de 5 degraus, e em seu contorno, há uma galeria em forma de “C”, sem especificação de uso (provavelmente suporte aos párocos, pois não existia uma sacristia). O projeto original não apresenta instalações sanitárias. Consta, à lápis, acréscimos posteriores nas duas laterais, transformando o partido retangular em uma solução em cruz latina. A fachada mostra uma torre única, bem delgada, em que a sua ligação com o corpo principal é resolvida através de uma platibanda escalonada, dando uma melhor adequação ao volume.

No dia 12 de outubro, quarto centenário da descoberta da América, é lançada a pedra fundamental da Capela de Santa Efigênia, a ser edificada pelo Batalhão de Brigadas da Polícia, concluída provavelmente no ano de 1902, segundo nota expressa na página 51 do livro de Paulo Kruger Corrêa Mourão, *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Esta capela seria substituída posteriormente por outra, projetada em 1929 por Luiz Signorelli.

1901

Notícias:

Minas Gerais, 01.01.1901, p. 7: “Santa Casa de Misericórdia - Esta marcada para domingo (03/fev.) a inauguração da primeira enfermaria desse estabelecimento de

caridade [...]. A enfermaria que se vai inaugurar foi construída com o maior cuidado, dirigindo todo o serviço a própria mesa.

Os serviços do pavilhão central prosseguem ativamente e espera-se que em breve seja ele também inaugurado.

É intuito da mesa administrativa, logo que esteja pronto mais um pavilhão, entregar a administração do hospital às irmãs de caridade [...]

A solenidade de inauguração efetuar-se-á às 9hs da manhã, havendo por essa ocasião benção do edifício e missa.”

Minas Gerais, 04.02.1901, p. 3: “Santa Casa de Misericórdia - Realizou-se ontem, conforme anunciamos, a inauguração solene (...) [do] edifício da enfermaria, que é solidamente construído de pedra e tijolos e rodeado de grande jardim.

[...] A enfermaria é dotada de todos os requisitos exigidos pela higiene, havendo muita luz e ar que nela penetrava por uma serie de janelas espaçosas [...] Tudo na enfermaria se acha muito bem acabado, sobressaindo as esquadrias, belíssimo e delicado trabalho. Numa das extremidades dessa enfermaria achava-se levantado um altar sobre o qual se via uma imagem de N. Senhora do Carmo, protetora do hospital [...]

A enfermaria ontem inaugurada é destinada ao tratamento dos oficiais e praças da Brigada Policial.

Acha-se convenientemente dividida, notando-se espaçosos quartos para oficiais e inferiores. Possui uma instalação sanitária de primeira ordem e é iluminada á luz elétrica ...”

Minas Gerais, 26.04.1901, p. 2: “Santa Casa de Misericórdia - Efetuou-se ontem, com a presença de diversas famílias e cavalheiros, a solenidade da colocação da cumeeira do edificio central do hospital da Santa Casa (...) o Sr. Coronel Germano (...) havia resolvido que os pregos que iam segurar a peça principal do madeiramento, fossem batido pelos representantes da imprensa (...)

O Sr. Coronel Emygdio Germano [provedor da Santa Casa] mandou entregar ao nosso diretor, como lembrança dessa festa, o elegante martelo que serviu para bater os pregos da cumeeira.

O corpo central do grandioso edificio do hospital (...) Terá ele dois andares, além do porão, sendo o segundo reservado para a capela, sala de reuniões da diretoria e secretaria.

No primeiro pavimento ficarão a sala do banco, farmácia, etc.

Dá acesso a esse edificio cujo estilo é muito elegante e cuja construção é o que há de mais solido, uma grande porte, riquíssimo trabalho de talha (...).”

Minas Gerais, 28.12.1921, p. 6 e 7: “Um passeio a Minas – ‘O Paiz’, publicou na sua edição de anteontem o artigo de Arthur Azevedo sob o título acima. Hei-lo:” “... o amável prefeito de Belo Horizonte levou-me a ver o matadouro, situado a três quilômetros da cidade, à margem do ribeirão Arrudas, que o separa do leito da estrada de ferro, e ocupando uma extensa área, toda cercada de arne farpado [...] o matadouro e as suas dependências construídas com a maior simplicidade, sem nenhuma pretensão artística, só tem de notável o irrepreensível asseio[...] depois dessa interessante visita o Dr. Bernardo Monteiro foi mostrar as obras do monumental palácio que se acha em construção na praça do Progresso, destinado à exposição permanente dos produtos mineiros. Esse palácio, que ocupará um quarteirão inteiro, ou seja mais de três mil metros quadrados, tendo a entrada principal na avenida, do Parque e duas majestosas fachadas nas avenidas Carandaí e Paraibuna, esse palácio, dizia eu, vai ser o atestado mais eloquente da alta capacidade administrativa do Dr. Bernardo Monteiro.

Examinando aquela construção gigantesca [...] e conhecendo a crise que atravessa as finanças mineiras, um estranho naturalmente perguntaria aos seus botões de onde havia saído o dinheiro preciso para a realização daquele sonho. Simples seria a resposta. Trata-se de um estabelecimento que tão de perto interessa a todos os municípios do estado, o Prefeito apelou para as respectivas municipalidades, e o êxito foi positivo e brilhante...Por felicidade um grande estabelecimento industrial americano, creio, ofereceu-se espontaneamente para fazer de graça toda a instalação elétrica do edificio, sob a condição única de ter seu anúncio gravado no vidro das lâmpadas...

Lembrei ao prefeito, pois que o estado não possui propriamente um Museu Histórico, a conveniência de reservar, no novo palácio, um compartimento destinado aos velhos objetos de arte que ainda se possam encontrar em Minas...”

Em 1901, inicia-se a construção da igreja São José, situada no local previsto para a construção do Teatro Municipal no plano de Aarão Reis. Segundo MOURÃO (1970:51), havia, nos primeiros tempos da cidade, uma pequena igreja cujo padroeiro era São José, na rua São Paulo, entre avenida Amazonas e rua dos Carijós. O projeto da igreja é de Edgar Nascentes Coelho, que após a dissolução da CCNC, passa a integrar a equipe da Secretaria da Agricultura e continua, também, a assinar diversos projetos elaborados como autônomo, como fazia, dentre outros, Luiz Olivieri.

Projetos:

Um dos projetos mais significativos da cidade, aprovado em 9 de novembro de 1901, é o do THEATRO SOUCASSAUX, localizado na avenida Afonso Pena esquina de rua da Bahia, onde mais tarde, na década de 1930, será construído o Edifício Hass (atualmente existe uma nova construção que abriga um Bingo). Cabe ressaltar, em que pese o carimbo de aprovação registrar o ano de 1901, há notícias de seu funcionamento já no ano de 1899.

O projeto, assinado por Francisco Soucasaux, data de 5 de setembro de 1901, tendo sido construído no quarteirão 23, da III Seção Urbana. Sua planta apresenta como entrada um espaço caracterizado como "terraço", de 9,00m por 4,50m, com quatro pilares retangulares para sustentação da cobertura.

Há um palco que ocupa 1/3 do espaço interno, e uma área destinada a platéia desenvolvida em forma de "ferradura". Nas duas laterais, junto ao palco, encontram-se os banheiros masculinos, e feminino. Junto à entrada, marcada por três vãos, localiza-se uma pequena arquibancada de 6 degraus, de larguras diferenciadas, maiores nos locais destinados aos assentos. À esquerda do acesso principal existe uma escada com a seguinte descrição: "Entrada para Camarotes". Na lateral direita, voltada para ampla área ajardinada, encontram-se mais três entradas: a primeira denominada "Entrada para as Galerias", a segunda "Entrada para Camarotes e Galerias Nobres" e a terceira uma entrada para os camarins. Esta última dá acesso a um grande espaço livre, que estende-se a partir do palco, e apresenta no final 4 camarins e uma área destinada a

"Contrarregras". Há uma escada para um mezanino. Não foram encontrados os projetos deste mezanino nem os das galerias, dos camarotes e das fachadas.

O projeto foi aprovado sob o número 146, da Prefeitura da Cidade de Minas, assinada por Pedro Sigaud , então diretor de Obras e Viação.

Luiz Olivieri aprova, em 1901, para Antônio Garcia Paiva, Conde de Santa Marinha, uma residência nos lotes 12 e 14 do quarteirão 5 da I Seção Urbana, na rua Espírito Santo onde hoje se encontra o edifício do Ex-Banco de Crédito Real de Minas Gerais. O referido conde era um dos maiores empreendedores imobiliários do início da construção da Capital. A construção, provavelmente, era para venda posterior.

Edgard nascentes Coelho aprova modificação na edificação já existente nos lotes 2 e 3, do quarteirão 16, da I Seção Urbana, localizado na rua dos Caetés entre avenida Amazonas e rua Espírito Santos, provavelmente faz parte desta reforma a construção ainda existente no local, de apenas um pavimento. A projeto foi aprovado em 15 de maio de 1901. Em dezembro de 1917 foi autorizado ao proprietário a transformação de duas janelas frontais em portas. O uso era residencial aos fundos e destinado a um pequeno hotel na parte voltada para a rua, onde encontravam-se sete quartos e duas salas. A parte íntima da residência ficava isolada por muro. As instalações sanitárias eram isoladas, nos fundos do terreno.

Laurindo F. de Assis aprova, através de projeto elaborado por Edgard Nascentes Coelho, modificações em sua residência localizada nos lotes 8 e 10 do quarteirão 10 da V Seção Urbana., situado na rua Alagoas entre rua Santa Rita Durão e rua dos Inconfidentes.

1902

Noticias:

Minas Gerais, 19.04.1902, p. 3: “Nova Matriz - Prosseguem ativamente os trabalhos de construção da nova igreja matriz desta Capital.

Conforme já tivemos ocasião de noticiar, este novo templo depois de concluído será um dos mais espaçosos do Estado e ainda pela beleza de suas linhas arquitetônicas um dos mais belos do território mineiro.

Os alicerces, iniciados em outubro último, já se acham terminados e na sua construção foi empregada excelente pedra e magnífica argamassa, cuja base é o cimento.

A igreja interiormente vai ser decorada com muito gosto embora sobriamente e as grandes colunas e arcarias lhe darão um aspecto imponente.

No local já existe grande quantidade de material, bem como as grandes pedras de cantaria lavradas para a soleira e portadas.

Os padres redentoristas que têm dirigido as obras com muito critério e economia esperam que até o fim do ano esteja a nova matriz coberta, ocasião essa em que passarão a funcionar na mesma.

Os trabalhos de decoração e pintura irão sendo feitos aos poucos.”

Minas Gerais, 21.04(?)1902, p. 3: “Nova Matriz - Realizou-se ontem, às 5 h da tarde, a benção e colocação da pedra comemorativa da construção da nova igreja matriz de São José (...)

Na benção obedeceram-se todas as prescrições do ritual, sendo depois dado começo ao assentamento da lapide, que, conforme já noticiamos, é um belo trabalho de mármore incrustado em uma pedra de granito. Sobre a lapide lê-se a seguinte inscrição: ‘Me possuit Franciscus Silvianus Brandão, illustris hujus Status gubernator’ (...).

As obras do novo templo prosseguem ativamente, já estando prontos os alicerces e dado começo ao levantamento das grandes paredes laterais. O serviço mais adiantado é o da frente, que tem sido feito com o máximo cuidado e segurança, atendendo-se ao

grande peso da torre que, como se sabe, terá trinta e nove metros de altura, ou então duas vezes mais que a da estação do ramal férreo.

Já estão prontas também as bases das grandes colunas centrais, bem acabado trabalho de pedreiro.

A igreja terá 62 metro de comprimento e o seu formato é o de uma grande cruz, ficando nos braços desta os dois altares.

Faltam construir os dois últimos pegões da torre que na altura de dois metros, além dos alicerces, são de pedra, começando daí então o assentamento de tijolos, feitos especialmente para essa obra (...).

É mestre de obras desse grande serviço o Sr. Daniel Fernandes, muito conhecido pela sua competência nesse gênero de trabalho.

Dirige o serviço o irmão redentoristas Gregório, que tem superintendido varias construções de igrejas e conventos na Europa.”

Minas Gerais, 04 e 05.05.1902, p. 6: “Capela de Lourdes - Foi ontem solenemente benta e entregue ao culto a capela de N. Senhora de Lourdes, ultimamente construída, graças ao espirito de iniciativa de varias senhoras da nossa sociedade (...) A capela ainda não se acha concluída, faltando para isso vários trabalhos, entre os quais o de revestimento das paredes internas e externas, pintura, a gruta, etc., mas a administração da associação resolveu desde já aproveitá-la para o serviço de culto e ao passo que as esmolos forem entrado irão as obras prosseguindo ...”

Projetos:

A primeira Escola Livre de Música, projetada na avenida Afonso Pena, data de 22 de setembro de 1902, tendo sido sua aprovação assinada pelo Diretor de Obras e Viação, Pedro Sigoud. A título de curiosidade, citamos que no carimbo ainda consta “Prefeitura da Cidade de Minas”, cidade que já havia, em 1901, mudado o seu nome para Belo Horizonte.

O projeto é assinado pelo “bebuxante” Maurício Bernisconi” e pelo proprietário, maestro, Francisco J. Flores.

A planta, recuada 5,00m da avenida, apresentava um grande salão em forma retangular. Na parte frontal mostrava um vestíbulo para o qual se voltavam um toucador” e uma sala de visitas. No extremo oposto, eleva-se um palco com acesso feito através de duas escadas laterais de 5 degraus cada. Este palco era contornado por uma passarela, que no fundo do palco abria para duas passagens que davam acesso a duas ‘latrinas’. Constava em projeto uma entrada lateral para o palco e um depósito de acesso externo.

A fachada, seguindo as características neoclássicas, é solucionada em perfeita simetria, com uma portada monumental, ladeada por colunas dóricas, caneladas. Nas laterais aparecem duas janelas em arco pleno, com bandeira fixa, ladeadas por colunas sem caneluras. A empena é solucionada com um frontão em linhas curvas, aberto no seu ponto central, onde aparece uma lira estilizada. O telhado, em duas águas, mostra um elaborado tratamento com um arremate em lambrequins. Na composição são utilizados uma grande diversidade de adornos, incluindo volutas, estrelas, pequenos bustos junto a fitas e motivos florais. A escada de acesso principal apresenta degraus em forma de ‘C’.

No ano de 1902, no dia 6 de novembro, é inaugurado o Mercado de Belo Horizonte, localizado na praça Rio Branco. Construído em estrutura metálica, era destinado a venda de gêneros alimentícios, a maior parte deles originário dos sítios existentes no entorno da cidade.

O Tenente Coronel Antônio Daniel da Rocha, proprietário de um conjunto de lotes na quadra 6 da I Seção Urbana aprova em 4 de junho de 1902 projeto elaborado por Maurício Bernasconi, para o lote 2, esquina de avenida Amazonas com rua Espírito Santo, correspondente a modificação e acréscimo de edificação existente. Este acréscimo vai envolver a esquina, dando continuidade à composição existente, ou seja, portas e janelas em duas folhas, com vergas arqueadas. A platibanda é resolvida com trechos em balaustrada e trechos fechados com decoração floral, marcadas por pequenos torreões em intervalos simétricos, coroados por pináculos bem verticalizados. Neste local, após acréscimos de mais dois pavimentos na década de 1920, será instalada a filial do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Em 1902, Luiz Olivieri aprova o projeto para a construção da casa paroquial da igreja São José, no mesmo momento em que Edgard Nascentes Coelho elabora o projeto da igreja. O projeto pode ser considerado um dos mais significativos do arquiteto. Projetada com um partido que destaca um volume central mais saliente, apresenta uma pequena escada para acesso principal a partir do passeio da rua dos Tupis, em função do desnível do terreno. Todas as suas fachadas principais são executadas em tijolos requemados, com um desenho artesanal, em que cada trecho conforma panos bem definidos, contornados por tijolos em relevo. Apresenta um jogo de esquadrias sob vergas em arco pleno.

Trata-se de um dos únicos exemplares existentes com solução de platibanda escalonada, em tijolos aparente, , conformando um resultado volumétrico peculiar entre as construções da cidade, no qual é possível verificar o primoroso jogo de cheios e vazios, bem como a leveza dos desenhos resultantes dos diversos tipos e formas de articulação dos tijolos empregados.

Edgard Nascentes coelho aprova, em 1902, o projeto da residência de Álvaro da Silveira na esquina de ruas Alagoas com Gonçalves Dias, nos lotes 18 e 24, do quarteirão 24, da V Seção Urbana.

Luiz Olivieri aprova, em 1902, sua residência na avenida Afonso Pena entre praça Sete de Setembro e rua dos Tupinambás, correspondendo ao lote 4, do quarteirão 15, da I Seção Urbana.

1903

Notícias:

Minas Gerais, 01.01.1903, p. 2 e 4: Artigo sobre a Santa Casa relatando a benção e inauguração do Pavilhão Central.

Minas Gerais, 01.01.1903, p. 4: Anúncio de “Venda ou aluguel de prédio ‘próprio para hotel ou armazéns’ na avenida do Comércio (atual Santos Dumont).

16.04.1903: “Gustavo Penna, que por muitos anos, colaborou no Minas Gerais, preferencialmente sobre coisas e fatos da Capital, com uma crônica sobre a praça da Liberdade, inicia essa colaboração”. (PENNA, 1997:80)

Dados estatísticos: População: 16.180 habitantes; Pavimentação: a) em macadame comum: 81.699,24 m² - 97:437\$525, b) em alvenaria poliédrica: 20.565,82 m² - 105:466\$116. (PENNA, 1997:82)

Projetos:

Os primeiros projetos elaborados por Antônio da Costa Christino são de 1903. Como exemplo citamos a residência projetada para o lote 4, do quarteirão 30, da IV Seção Urbana, correspondendo a obra não mais existente na Afonso Pena próxima do atual edifício São José. Um segundo projeto, do mesmo ano, é a residência de José Cyro Vaz de Mello no lote 3, do quarteirão 27, da VI Seção Suburbana, no bairro Lagoinha, na esquina de ruas Itabira com rua Itapecerica.

Em 11 de maio de 1903, Maurício Bernisconi aprova projeto de modificação e acréscimo para a residência do Major Antônio Augusto de Souza Paraíso, nos lotes 3, 4 e 5, do quarteirão 18, da V Seção Urbana, caracterizando uma das fachadas ecléticas mais peculiares, pelo seu delicado trabalho ornamental, em que a platibanda é coroada por dois anjos simetricamente alocados.

Sobre as janelas em par, é sobreposto um óculo, circundado por delicada guirlanda. A residência, ainda hoje, apresenta as mesmas características do projeto, havendo uma inversão do lado em que a varada foi projetada.

Luiz Olivieri assina, em 1903, projeto aprovado no dia 16 de setembro, que modifica uma casa tipo (B), de propriedade do Sr. Francisco Júlio Henrique Mallard, situada no lote 17, do quarteirão 28, da V Seção Urbana.

Victor Purri, proprietário do lote 7, do quarteirão 5, da I Seção Urbana, na rua da Bahia, provavelmente no local onde há um edifício vertical com o seu nome, tem o projeto de sua residência e oficinas aprovado por Luiz Olivieri em 1903.

Luiz Olivieri aprova, em 18 de setembro de 1903, uma pequena residência para o Sr. José Ricardo da Silveira no lote 12, do quarteirão, 15 da II Seção Urbana. Composta de dois retângulos justapostos, o primeiro de 7,00mx9,00m contém 4 cômodos: duas salas e dois dormitórios interligados; no segundo há uma ligação formal com a sala de jantar por uma varanda de circulação, através da qual se tem os acessos à cozinha e ao banheiro. A entrada principal, localizada na lateral, tinha uma cobertura suportada por mão francesa.

Em 23 de dezembro de 1903, Edgard Nascentes Coelho aprova o projeto de uma edificação destinada a Farmácia e Laboratório, com dois quartos conjugados, porém sem dependências como cozinha e demais áreas de apoio ao uso residencial. Era proprietário o Sr. Ignácio de Magalhães, e ficava situada na esquina de ruas Rio de Janeiro com dos Goitacazes, onde hoje se encontra uma unidade da rede de lanchonetes MacDonalDs.

Mais duas residências são projetadas por Edgard nascentes Coelho no ano de 1903: a primeira pertencente a Joaquim Severiano de Carvalho, no lote 22, do quarteirão 18, da V Seção Urbana (na rua Cláudio Manoel entre ruas Lagoas e Sergipe), e a segunda, de propriedade do Sr. Raul Mendes, no lote 7, do quarteirão 5, da III Seção Urbana (na avenida Álvares Cabral entre ruas espírito Santo e da Bahia, onde, atualmente, encontra-se o edifício do ex-Clube Belo Horizonte.

1904

Notícias:

A Epoca, 23.10.1904, p. 2: “Sabemos que já está orçada a construção do edifício dos Correios e Telegraphos e que será construtor do mesmo o competente engenheiro dr. Prado Lopes.”

19.03.1904: “Inaugura-se, com grande solenidade, a primeira parte construída da igreja São José”. (PENNA, 1997:83)

11.06.1904: “...é inaugurado o Clube Belo Horizonte, com sede no palacete Steckel. O Dr. David Campista foi o seu primeiro presidente.” (PENNA, 1997:84)

07.07.1904: “...é iniciado o ajardinamento da praça da estação.” (PENNA, 1997:84)

04.08.1904: “É lançada, com a presença dos senhores presidente da República e do Estado e do ministro da Viação, a pedra fundamental do edifício dos Correios.” (PENNA, 1997:84)

31.04.1904: “É lançada a pedra fundamental do Templo Evangélico, na av. Afonso Pena, fronteiro à matriz de São José, templo este posteriormente (março de 1943) demolido.”

Projetos:

Em 29 de novembro de 1904, Luiz Olivieri aprova projeto de reforma da residência do desembargador Emiliano Pires de Amorim, em construção situada à rua Sergipe, nos lotes 11,13 e 15 do quarteirão 27, da IV Seção Urbana, entre rua dos Guajajaras e dos Timbiras. O projeto trata de ampliação do setor de cozinha e banheiros,

ligados ao corpo já edificado por uma circulação que também se abre para o terreiro, através de uma escada. Outra modificação é a inclusão de varanda lateral, denominada alpendre, que tem o guarda-corpo em serralheria bastante trabalhada. O telhado é sustentado por delgadas colunas metálicas, e arrematado, junto ao forro em madeira, por lambrequins.

João Morandi, projeta em 24 de novembro de 1904, o projeto para o Clube Republicano Floriano Peixoto, construção localizada na avenida Afonso Pena, próximo a Praça da Republica, atual Afonso Arinos. Aprovada no lote 3, do quarteirão 30, da IV seção Urbana.

Sua solução inicial, antes dos acréscimos posteriores, lembra os projetos de Palladio, principalmente as suas vila, com um corpo central circular, ao qual são acoplados em forma de cruz, quatro elementos de forma quadrangular. Este projeto constava de salão circular central, que tinha como principal acesso uma sala de espera voltada para a avenida, nas laterais estavam situadas, à direita uma secretaria e à esquerda a sala da diretoria. Aos fundos, encontrava-se o sanitário e um depósito, ambos com possibilidade de acesso externo.

A fachada era composta por janelas em duas folhas e bandeiras em arco pleno. A platibanda trabalhada com escudos envoltos em motivos florais e volutas continha as palavras: HONRA – ESCOLA OPERÁRIA – TRABALHO. A cúpula central, de altura relevante, e de exagerada proporção, era circundada por “tambor” em que se encontravam espaçados simetricamente óculos, que serviam de iluminação, e após frisos, em uma alvenaria lisa, estava grafado: CLUB REPUBLICANO FLORIANO PEIXOTO. A cúpula, forrada em folhas metálicas, em forma de escamas, era encimada por um globo.

No quarteirão que se acha implantado o Instituto metodista Izabela Rendrix 914 da X Seção Urbana), no ano de 1904, Maurício Bernasconi aprova em 5 de setembro de 1904, o projeto de uma residência para Júlio P., no local onde se acha implantado o auditório da instituição citada. Na esquina a residência ganha uma solução para o

telhado em ático, que não corresponde a nenhum cômodo no pavimento superior, funcionando como elemento compositivo e de aeração.

Na esquina de rua dos Tamoios com Rua Curitiba o coronel Antônio da Rocha Mello constrói, provavelmente para renda, duas casa geminadas, a partir de projeto elaborado por Luiz Olivieri, aprovado em outubro de 1904. Sem varandas de acesso, cada unidade tinha entrada individual por uma das ruas e eram compostas de 2 quartos que se comunicavam com as duas salas, um corredor onde se situava o banheiro e a cozinha na unidade voltada para a rua Curitiba, na outra o acesso ao banheiro se dava através da cozinha. No local há uma nova edificação dos anos de 1930, projetada por Angelo Antônio Murgel.

Seguindo uma “tipologia” desenvolvida para outras residências, Edgard Nascentes Coelho aprova o projeto elaborado para José de Freitas, localizado na esquina de rua da Bahia com rua Gonçalves Dias, nos lotes 1, 2 e 3 do quarteirão 9 da IV Seção Urbana. Com um programa diferenciado pela inclusão de um único quarto, agregado a um setor social com sala e escritório, a unidade é complementada por uma varanda que dá acesso a um *hall* para o qual se abrem as salas. O setor de serviços e banheiro é funcionalmente bem organizado.

Edgard Nascentes Coelho aprova em 23 de janeiro de 1904 a casa de Hermenegildo Rodrigues de Barros, desembargador, na esquina de rua Santa Rita Durão com praça da Liberdade, onde hoje se encontra o palácio arquiépiscopal.

A pedra fundamental da Igreja Metodista, no local onde existe hoje o edifício Acaiaca, foi lançada em 31 de dezembro de 1904 e inaugurada em 2 de julho de 1905. O terreno foi doado pelo prefeito Adalberto Ferraz, após avaliar a proposta da sociedade da primeira Igreja Metodista. Compreendia todo o quarteirão entre as ruas Tamoios, Espírito Santo, Bahia e Tupinambás, com frente, também, para a avenida Afonso Pena. Na década de 1940 o empreendedor Redelvim Andrade, sogro do

arquiteto Luiz Pinto Coelho que projetou o edifício Acaiaca no local, adquiriu parte dos terrenos da igreja pela exorbitante quantia de 2.500 contos de réis.

1905

Notícias:

A Epocha, 08/01/1905, p.2: “Foi lançada no último dia do ano extinto a pedra fundamental do templo que Igreja Metodista vai erguer à avenida Afonso Pena. O ato revestiu-se de toda

solenidade, estando presentes autoridades, cavalheiros, senhoras, imprensa local, etc. ...”

A Epocha, 19/03/1905, p. 1: “Estão bem adiantadas as obras nos prédios que se constróem para o Correio e para o culto dos Metodistas na avenida Afonso Pena.”

Jornal Belo Horizonte, 24/12/1905, p. 2: “Já vão adiantados os serviços de construção do edifício da Escola Livre de Musica. Até meados de fevereiro estará pronto.”

Projetos:

Luiz Olivieri elabora o projeto da residência de Elisa Deliege nos lotes 20, 21 e 22 do quarteirão 25, da XII Seção Urbana, na rua Domingos Vieira entre ruas Grão Pará e Maranhão. Proposto em dois blocos, um frontal e um de fundos. A prefeitura só aprova a parte frontal que constava de duas salas, dois quartos e uma cozinha. Não há indicação das funções dos espaços no bloco não aprovado. Não há banheiro projetado na unidade.

João Morandi constrói, a partir de projeto de Luiz Olivieri, uma "fábrica e manufatura de fumos", no quarteirão 31, da I Seção Urbana, voltada para a antiga rua da

Estação, atual Aarão Reis, denominada Manufatura de Fumos a Vapor de Junqueira e Junqueira. A aprovação é de 19 de janeiro de 1905.

Edgard Nascentes Coelho projeta a oficina de José Scarlatelli no lote 3, do quarteirão 10, da I Seção urbana, na rua da Bahia com fundos para a avenida dos Andradas. Solucionada com um grande salão frontal, com três portas em madeira, de duplas folhas e verga em arco pleno guarnecida por grade metálica trabalhada com motivos florais e volutas. Na parte superior das portas, abaixo da platibanda, há a inscrição proposta: “J. SCARLATELLI MARMORISTA”. A aprovação deu-se em 4 de fevereiro de 1905. Fazia parte da edificação um corpo anexo à oficina com três quartos, uma sala de jantar e a cozinha com um banheiro voltado para a mesma..

Edgard Nascentes Coelho aprova o projeto para a Sociedade Prado Mineiro em 14 de janeiro de 1905.

João Morandi aprova em 1905, para Nelson Coelho de Senna, projeto localizado nos lotes 5 e 6, do quarteirão 16, da V Seção Urbana, na esquina de rua Santa Rita Durão com rua Pernambuco. Trata-se de modificação e acréscimo na casa tipo, concluída em dezembro de 1896, adquirida por Senna, conforme consta em relação de BARRETO, 1995:530. O proprietário adquiriu o lote contíguo de n. 6, posteriormente.

1906

Notícias:

Anuário de Minas Gerais, 1906: “A Capital do Estado: Cidade de Bello Horizonte - São edifícios mais notáveis da Capital de Minas: o Palácio Presidencial, as Secretarias de Estado, o Palácio da Justiça, a Imprensa Oficial, o Ginásio, a Faculdade de Direito, a Usina Elétrica, o Mercado Público, o Senado, a Câmara dos Deputados, a Delegacia do Tesouro Federal, a Matriz de São José, a Santa Casa de Misericórdia, a Estação Férrea, o Quartel de Polícia, as igrejas de Santa Ifigênia, Boa Viagem e

Coração de Jesus, o Templo Metodista, o Palácio do Correio, e muitos palacetes particulares. Todo o distrito da Capital contém 20 mil almas e cerca de 3 mil prédios.” (p. 133)

Informações gerais sobre Belo Horizonte : “Conta a cidade 1.238 prédios térreos e de um e dois andares, no recinto urbano, intra-muros, e nela se vêem: 5 igrejas católicas, 1 templo protestante, 1 Academia, 1 Ginásio, 2 Quartéis de policia, 2 delegacias, 1 cadeia, 2 livrarias, 1 biblioteca, 1 Teatro, 6 Hotéis, 5 Colégios, 10 Farmácias, 1 Estação férrea, 1 Estação de carris elétricos, 1 Banco de credito, 1 Fórum, 1 Mercado publico, 1 Convento, 1 Necrotério e muitas fabricas e oficinas.” (p. 135)

“Os estabelecimentos de ensino superior e secundário da capital são: a Faculdade de Direito, o Ginásio Mineiro, os colégios Santa Maria e Isabela Hendrix, os colégios e externatos Dom Viçoso, Caetano Dias, Cassão, Coração de Jesus, Olynto, Auxiliadora, São José, etc.” (p. 136)

Projetos:

João Morandi, escultor, projetista e construtor, aprova em 27 de agosto de 1906, na praça da Liberdade, no quarteirão 1, da IV Seção Urbana, o projeto de um castelinho, residência do Sr. João Baptista Palermo, posteriormente conhecido como Palacete Dolabella. Seu aspecto singular é o partido irregular adotado, incomum nas demais construções. Havia um pequeno torreão e um amplo terraço, do qual se descortinava toda a vista da praça da Liberdade.

Projetado por Edgard Nascentes Coelho, o Teatro de Belo Horizonte teve sua parte interna, em estrutura metálica, proposta por José Verdussem. O projeto apresenta 3 pavimentos de galerias, estruturado em delgadas colunas metálicas, com capitéis jônicos, e uma serralheria artística como guarda-corpo. O projeto é datado de outubro de 1906.

Dando continuidade ao projeto elaborado por Edgard Nascentes Coelho, José Verdusem aprova o projeto de sua estrutura interna , frisas e galerias, do forro, e da marquise externa, todos em estrutura metálica. O projeto de Verdusem do "Plafod de Theatre" elaborado em 1906, mostra em detalhes as estruturas e acabamentos para o forro, a marquise externa com 11 metros de comprimento por 3,10 metros de largura, sobreposta ao vãos das três principais portas centrais do edifício. Esta marquise, tinha como sustentação 6 mãos francesas solucionadas com volutas e ornamentação de folhas estilizadas., na altura de 1,75m, entre a base de suporte fixada na alvenaria até o último trecho de apoio da marquise, situado a 2,50m de vão.

Luiz Olivieri aprova, em 1906, reforma para aumento em uma casa tipo A, localizada nos lotes 19 e 20, do quarteirão 43, da VI Seção Urbana, de propriedade do Tenente Reginaldo Simião da Silva. O terreno situa-se na rua dos Otoni, entre avenida Bernardo Monteiro e avenida Mantiqueira (atual avenida Alfredo Balena). O projeto original da casa tipo era desenvolvido em um retângulo de 6,00m x 8,00m, e não incluía varanda.

1907

Notícias:

O Propagador Mineiro, 05.05.1907, p. 4: Anúncio comercial: "Dr. Prado Lopes – Engenheiro e construtor – Encarrega-se de qualquer construção e confecção de plantas. Grande depósito de materiais para construções. Rua da Bahia – Belo horizonte – Minas."

O Propagador Mineiro, 28.09.1907, p. 4: "Anúncio comercial: "Preços correntes da Agência de produtos Mineiros – Raul Mendes - Encarregado da propaganda comercial e exposição de produtos mineiros pelo governo do estado de Minas Gerais, de acordo com o Decreto n.2027, de 8 de junho de 1907.

[Preço de] Materiais:

Cal em pedra, quilo \$050;
Cal em pó, saco 30 quilos 1\$000;
Peroba superior, metro cúbico: 90\$000;
Cedro superior, metro cúbico: 80\$000;
Madeira de lei, metro cúbico: 65\$000
Tijolos furados, 1.000 (sem frete): 100\$000;
Tijolos refratários, 1.000 (sem frete): 150\$000;
Paralelepípedo grez, 1.000 (sem frete): 200\$000;
Ladrilho de cerâmica, 1.000 (sem frete) : 150\$000;
Manilhas, 1.000: 8\$500;
Ocre de cores, quilo: \$150 a \$300.”

O Propagador Mineiro, 28.06.1907, p. 1: “Casas aos funcionários estaduais – Consta-nos que o Sr. Prefeito vai tomar uma providência indispensável para garantir legítimos interesses da cidade, fazendo cessar também revoltante injustiça relativa, que tem desde muito provocado amargas e bem fundadas guerras. O Caso é o seguinte: Em consequência da Lei n.3 de 19 de dezembro de 1893, o Governo mandou edificar casas para os funcionários residentes então na capital. Entregues aos seus donos foram em seguida hipotecadas ao Estado para garantir o pagamento da importância despendida com a sua construção.

Nas escrituras ajustadas e lavradas entre as partes contratantes - o estado e os proprietários – firmou-se a seguinte cláusula: “...igualmente vencida ficarás e o devedor (proprietário do prédio) por qualquer motivo faltar com o devido pagamento ou prestação mensal, a qual, uma vez lhe falhe, determina sempre o vencimento da hipoteca. Promovida em consequência a execução do imóvel, o excedente da dívida que por ventura se apure em praça será, descontadas as despesas judiciais, entregue a quem tenha direito ao referido excesso sobre a quantia devida.

Os proprietários que continuam fazendo parte do funcionalismo do Estado têm cumprido o seu dever e, deduzidas de seu vencimentos, são entregues com toda regularidade as quotas de amortização de sua dívida com a Prefeitura, a quem pertencem, em virtude da lei n. 246, artigo 23. Mas, das casas edificadas nas mesmas

condições e que pertencem a pessoas que ora fazem parte do funcionalismo, ou nunca fizeram, tendo apenas adquirido o direito e ação dos funcionários, a mesma correção não se observa, havendo devedores até de quantias avultadíssimas. É necessário e independe de qualquer comentário o procedimento dos que desfrutam todas as vantagens de proprietário da casa, que nenhum sacrifício lhes custa, sem se lembrar do compromisso do hipotecário. Ora, um Governo que se presa de justo e o é de fato, não pode se acomodar no regime de duas pessoas e duas medidas diferentes, segundo as individualidades, a se aplicar.

Se a Prefeitura não carecesse, não tivesse absoluta necessidade de tais rendas para conservar e aformosear a cidade, então seria o caso do indulto geral.

Mas paguem uns e outros não – isso é que não pode continuar. Batamos palmas, pois, ao enérgico Dr. Benjamim Jacob que, segundo nos informam, vai acabar de vez, definitivamente e sem exceções, com o regime das condescendências injustificadas e injustificáveis.”

Projetos:

Edgard Nascentes Coelho aprova, em 7 de janeiro de 1907, projeto para a companhia Industrial Belo Horizonte, no quarteirão 24, da I Seção Urbana. A obra foi demolida nos anos 60, quando os escritórios da companhia foram transferidos para o bairro Renascença, onde já estava implantado o setor fabril. Desenvolvida em dois blocos, nos quarteirões 25 e 26 da I Seção Urbana, apresentava plantas retangulares: a maior delas foi desenvolvida em uma área de 90,00mX28,80m interna, estruturada por uma malha de pilares de 4,50mX4,50m e por cobertura em *sheds* sucessivos em número de 10; já o bloco menor apresentava uma modulação de 4,80mX4,50m em um retângulo 9,60mX63,00 e um conjunto de 7 *sheds*. A área de banheiros era resolvida em pequenos blocos anexos, assim como o espaço destinado a “estação transformadora”.

João Morandi volta a projetar uma edificação referencial da primeira década da cidade. Trata-se do Clube Republicano Floriano Peixoto, no lote 3, do quarteirão 30, da

IV Seção Urbana, localizado entre a avenida Afonso Pena e a praça da República, atual Afonso Arinos. Este projeto é aprovado em 17 de outubro de 1907, sob o número 136.

O partido da construção é calcado nas vilas "paladianas". A edificação é coroada por uma *imensa* cúpula central, com sete metros de diâmetro e quatro metros de altura, ficando o espaço central com um pé direito de 8,50m, a partir do qual se desenvolve a cobertura.

Luiz Olivieri aprova em 28 de agosto de 1907 a residência de Josephino Torquato, projetada para o lote 21, do quarteirão 9, da VI Seção Urbana, na rua dos Aimorés entre rua Piauí e Ceará, no bairro dos Funcionários. A volumetria mostra uma fachada com duas janelas sob frontões triangulares, e uma platibanda com maior altura na parte central, coroada por um pequeno globo.

Com a expressiva ocupação do bairro Lagoinha por operários, um grande número de singelas edificações são construídas, muitas delas com apenas 4,00 metros de frente, como é o caso da residência de Francisco Xavier dos Santos, aprovada por Luiz Olivieri em 31 de Outubro de 1907. A solução continha uma sala de visitas, a partir da qual se comunicava por um corredor (no qual se encontrava uma janela) com a sala de refeições, pela qual tinha acesso à cozinha e ao quarto. Não há projetado dependência destinada a banheiro. A volumetria é resolvida com telhado de duas águas, e uma empena frontal. Desenhos geométricos fazem as marcações dos elementos decorativos presentes.

1908

Noticias:

24.02.1908: "...corre, pelas ruas da capital, o primeiro automóvel, de propriedade da firma Trajano de Medeiros, marca Popp-Hartford, vermelho, cinco lugares, dirigido por J. Martins Pena. Foram seus passageiros o Dr. Benjamim Jacob,

prefeito, e o Dr. J. Santa Cecília, diretor dos Serviços de Eletricidade, que foram da cidade ao recinto da Exposição, no Prado.”(PENNA, 1997:100)

09.06.1908: “O Cinema Colosso exhibe as primeiras películas cinematográficas relativas à Capital e filmadas, aqui, pelo Sr. Raimundo Alves Pinto.” (PENNA, 1997:101)

05.11.1908: “Grande incêndio, o maior até então registrado na capital, devora totalmente o grande hotel.” (PENNA, 1997:103) . Observação: Edificação projetada por Edgard Nascentes Coelho, edificado na esquina de rua da Bahia com avenida Augusto de Lima.

29.10.1908: “O Governo do Estado, com o Decreto n. 2.776, muda a denominação de avenida Liberdade para avenida João Pinheiro.”(PENNA, 1997:103)

13.12.1908: “...colam grau os primeiros cirurgiões-dentistas diplomados na Capital: [...] Dario Renault Coelho...” (PENNA, 1997:103) . Observação: Dario Renault Coelho era filho de Edgard Nascentes Coelho e vai se tornar um dos mais importantes projetistas em arquitetura nas décadas de 1920 e 1930.

20.12.1908: “O Dr. Prado Lopes tem concluído o primeiro grupo de casas destinadas aos funcionários dos Correios, na VII Seção Urbana. Esse grupo, na maioria localizado no quarteirão 30, foi por eles próprios ironicamente chamado Vila Vintém. (PENNA, 1997:103) . Observação: o quarteirão 30, da VII Seção Urbana tem como limites a avenida do Contorno, e as ruas Cláudio Manoel, Maranhão e Gonçalves Dias.”

Dados estatísticos: “População:26.398 habitantes.” (PENNA, 1997:104)

Projetos:

Edgard Nascentes Coelho aprova em 10 de março de 1908 o projeto da residência de Jayme Salse, nos lotes 10 e 12, do quarteirão 18, da V Seção Urbana, na rua Sergipe entre ruas Santa Rita Durão e Cláudio Manoel. Com um partido resolvido em dois blocos retangulares, não alinhados, permitindo um vazio frontal onde se localiza a varanda, cujo acesso se dá através de uma pequena escada curva. Em um dos blocos encontra-se a sala de visitas e três quartos, no outro a sala de jantar e um corredor fazendo a ligação desta última com a cozinha e com o banheiro. A fachada proposta tem como acabamento predominante o tijolo aparente, e relevos em argamassa fazem as marcações entre as janelas e os elementos decorativos. A platibanda apresenta formas alteadas, em curva, onde trevos de 4 folhas são organizados, às vezes isolados e outras vezes em conjunto de três.

Em 10 de abril de 1908 Luiz Olivieri aprova projeto de residência para a família de Benjamim Torres da Costa Franco, na rua dos Inconfidentes, entre ruas Alagoas e Sergipe, nos lotes 4, 5 e 6, que perfaziam uma área de 1.800,00 metros quadrados para uma residência de apenas 70,00 m². O arquiteto utilizava um esquema, recorrente, de justaposição de dois quadrados ou retângulos, em que o primeiro era subdividido em 4 cômodos, geralmente salas e quartos e o segundo continha a cozinha e demais complementos. A fachada era resolvida com aberturas simétricas, independente de sua posição em relação ao espaço interior. Nas casa construídas no alinhamento utilizava-se platibanda, nas afastadas, no estilo *chalet*, empena frontal trabalhada com relevos em alvenaria e estuque.

Em 5 de fevereiro de 1908 João Morandi aprova o projeto elaborado para a residência e indústria de Lorenzo Chiari, a ser construída no lote 16, do quarteirão 18, da II Seção Urbana. Correspondendo a terreno situado na esquina de rua Carijós com avenida Olegário Maciel. Na parte frontal existia um grande salão de 10,00mX8,00m e na parte dos fundos uma sala de jantar e um quarto. Da sala partia um corredor com saída par o quintal na parte extrema. De cada lado deste, estavam localizados mais dois

quartos, a cozinha e o banheiro, resolvido em dois cômodos independentes, um destinado a “latrina” e o outra a banho. A fachada apresentava uma porta monumental com verga curva e duas janelas laterais que e voltavam para o espaço denominado “Oficina para Ferraria”. Os acabamentos eram em tijolos aparentes e argamassa em relevo. A platibanda era marcada por uma maior verticalização no corpo central, que enquadrava a porta, e ornamentada por grandes conchas e vasos nas laterais.

1909

Notícias:

27.01.1909: “A Prefeitura, na execução de um programa de calçamento das ruas da Capital, contrata a pavimentação dos logradouros: av. Afonso Pena, entre Bahia e Espírito Santo, em paralelepípedos; rua Alagoas, entre Aimorés e Gonçalves Dias, e rua Bernardo Guimarães, entre Paraíba e Afonso Pena, em alvenaria poliédrica; rua Aimorés, entre Ceará e rio grande do Norte, av. do Comércio, toda, a rua Curitiba, entre Tamoios e Carijós, rua Guaicurus, entre Rio de Janeiro e Curitiba, e rua Itapecerica, da praça da Lagoinha até o final, em macadame.” (PENNA, 1997:105)

11.02.1909: “Com a Lei Municipal n. 35, é delimitada, no Barro Preto, a área destinada ao bairro operário. Foi essa a primeira tentativa de *zoning* em Belo Horizonte.

O prefeito promulga lei autorizando a construção de um prédio destinado à Biblioteca Pública e ao Conselho Deliberativo.” (PENNA, 1997:105)

16.02.1909: “Pela Lei Municipal n. 38, o prefeito é autorizado a vender até dois lotes urbanos para pagamento em 12 prestações.” (PENNA, 1997:105)

30.03.1930: “Com o Decreto n. 2.486, o Governo do Estado fixa a área compreendida entre avenidas Paraopeba, Cristóvão Colombo [trecho da atual Bias Fortes], 17 de Dezembro [Avenida do Contorno] e ruas Rio Grande do Sul e Barbacena para área exclusivamente operária.”(PENNA, 1997:106)

1º.04.1909: “O Grande hotel, totalmente reconstruído, inaugura as suas novas instalações.” (PENNA, 1997:106)

07.09.1909: “O Club Floriano Peixoto inaugura o prédio construído para sua sede, na av. Afonso Pena” (PENNA, 1997:105) Observação: o projeto foi elaborado por João Morandi.

21.10.1909: “...com grande solenidade, é inaugurado o Teatro Municipal. A peça de estréia foi “Magda”, de Sundermann, levada à cena pela artista Patrícia Nina Sanzi. Para os seus frequentadores, a Municipalidade mandou preparar alguns bondes de luxo, atapetados e com os bancos forrados de linho.” (PENNA, 1997:109)

Dados estatísticos: População: 29.619 habitantes (PENNA, 1997:110)

Projetos:

Após a execução do projeto do edificio dos Correios, inaugurado em 1906, na avenida Afonso Pena esquina de rua da Bahia e rua dos Tamoios, o arquiteto Francisco Izidro Monteiro volta a projetar na cidade, principalmente nos anos compreendidos entre 1909 e 1913. Um de seus projetos mais relevantes é o palacete realizado para o Sr. Francisco Narbona, na praça da Liberdade esquina de rua Santa Rita Durão.

Aprovado no dia 17 de dezembro de 1909, a edificação, em dois pavimentos, ainda existe e faz parte do Conjunto Urbano Praça da Liberdade, delimitado pela Secretaria Municipal de Cultura.

Sua planta apresenta um hall principal, onde encontra-se a escada que interliga os pavimentos. À esquerda localiza-se um escritório e à direita a sala de visitas. Em um segundo plano, conjugado aos espaços citados, encontra-se a sala de jantar, que se comunica com um quarto e a cozinha, para a qual se voltam as instalações sanitárias e uma despensa. Da sala de jantar e da cozinha há ligações com o terreiro, através de um patamar e escada. Na parte superior há uma galeria que se comunica com uma circulação, através da qual é feito o acesso aos 5 quartos e ao banheiro.

Sua fachada é caracterizada por dois elementos verticalizados que fazem a marcação da esquina e do acesso principal. Estes elementos são enquadrados por colunas coríntias e frontão sobreposto à verga. A platibanda tem sua altura elevada onde os frisos se arqueiam, envolvendo um escudo com anjos, motivo florais e as iniciais FN. Acima encontra-se um coroamento verticalizado, encimado por dois globos superpostos, de diâmetros diferentes. As janelas do primeiro pavimento são em vergas retas, bandeiras fixas, encimada por quadro em alvenaria saliente, ornados com motivos florais. Na parte superior, as vergas são em arco abatido, seguindo o ritmo das existentes no térreo.

Luiz Olivieri aprova, para José de Paula Câmara, em 11 de agosto de 1909, o projeto de uma pequena residência, no lote 20, do quarteirão 26, da III Seção Urbana, na rua dos Tupis entre ruas Rio de Janeiro e São Paulo. O projeto apresenta varanda embutida na volumetria e janelas duplas no corpo alinhado, com platibanda trabalhada em forma arqueada. Sua planta mostra uma sucessão de cômodos interligados, iniciando com a sala de visitas. No extremo localiza-se a cozinha, que se comunica com a sala de jantar por uma circulação onde situam-se os acessos aos quartos e ao banheiro.

Francisco Izidro Monteiro aprova um projeto destinado à indústria, localizado na avenida Tocantins (atual Assis Chateaubriand), para o Sr. Silvério Silva, que recebe aprovação em 5 de setembro de 1909, sob o número 171. A construção foi projetada do mesmo lado da Serraria Sousa Pinto, após a transposição da linha férrea. Existente até o momento, a construção não recebeu uma revitalização adequada. A pintura empregada descaracterizou o contraste existente na fachada, principalmente, as saliências nas argamassas, e nos detalhes em tijolos requemados aparentes, sobretudo aqueles que solucionavam as vergas alteadas das janelas e portas do conjunto.

Izidro apresenta um primoroso desenho, com elementos decorativos art nouveau, principalmente na parte tratada com platibanda mais alta, caracterizando a entrada principal. A construção está edificada nos lotes 13 e 14, do quarteirão 2A, acrescido no projeto original de Aarão Reis.

A planta desenvolvida em um retângulo de 8,00mx24,15m é subdividida em três setores: a parte de escritório; um segundo compartimento com o maquinário especificado tratem-se de “motores”; e o último destinado a depósito de materiais com uma serra em um de seus cantos, sendo esta parte destituída de vedação, composta por três vãos livres, que dão passagem ao espaço exterior.

Em 6 de agosto de 1909 Luiz Olivieri aprova um conjunto de 4 “*chalets*”, construídos nos lotes 1 e 7 e em parte do 2, no quarteirão 26, da XIII Seção Urbana, no Bairro de Santa Efigênia, para a Sra. Felicíssima de Paula Teixeira. Os “*chalets*”, voltavam-se para as ruas Álvares Maciel e rua Piauí, e continham 4 cômodos: uma sala centralizada para a qual se voltavam dois quartos e uma cozinha. A obra com área de aproximadamente 40,00m² era destinada “a renda” e atendia ao regulamento de 1901, que determinava afastamento mínimo de 5,00 m para as construções não alinhadas.

Em 2 de setembro de 1909, o Sr. Virgílio de Melo Franco aprova sua residência na rua Goiás, praça da República, esquina de avenida Liberdade (hoje João Pinheiro).

O projeto é assinado por Luiz Olivieri e é solucionado em dois pavimentos. O térreo apresenta sua compartimentação sem designações, caracterizando apenas o espaço destinado ao “escritório”, que possui como comunicação com o andar superior uma escada circular que parte do hall de entrada. O segundo pavimento é composto por uma varanda com acesso pela parte externa, lateral, que se abre unicamente para o hall. Este comunica-se com a sala de visitas, isolada, e com a sala de jantar, ponto estruturante de toda a solução. Para este espaço abrem-se quatro dormitórios, sendo que dois deles comunicam-se sequencialmente. Uma copa faz a transição entre as áreas destinadas ao banheiro e à cozinha. Desta sai uma pequena varanda que dá acesso ao terreiro através de uma escada. A fachada mostra a solução de residência com alto porão, iluminado por pequenos vãos, idênticos, protegidos por grades localizadas na parte inferior de cada janela. A varanda lateral, embutida em sua menor dimensão, apresenta escada externa e um telhado aparente que sobressai. As janelas são de vergas retas, com diferentes larguras, em número de dez. As da sala de jantar, voltadas para a rua Goiás, recebem um tratamento especial, sendo coroadas por uma ornamentação em

linha curva. A platibanda segue esta conformação em seu ponto mais elevado. Nas duas janelas laterais há um tratamento em relevo na alvenaria, onde aparecem inscrita as iniciais VMF, sobrepostas. No local, funciona hoje o Teatro da Cidade.

Luiz Olivieri projeta as modificações em uma CASA TIPO B, pertencente ao Sr. Vicente do Espírito Santo, situada nos lotes 5 e 6, do quarteirão 8, da V Seção Urbana, aprovada sob o número 237, em 1909.

Além de algumas alterações de paredes internas, e do acréscimo de uma varanda lateral, a solução defini uma nova área para cozinha, ligada através de um varanda externa, com acesso interno à cozinha encontram-se o banheiro e a despensa.

Luiz Olivieri aprova, em 17 de dezembro de 1909, para Américo de Mendonça Scotti um "aumento no estabelecimento já construído para "indústria", nos lotes 5 e 6, do quarteirão 28 da I Seção Urbana. Assim, do mesmo modo que as residências ganhavam novos pavimentos ou aumentos, as primeiras indústrias também se expandiam, em função de novas demandas decorrentes do contínuo crescimento da cidade. A indústria localizava-se na rua dos Guaicurus, entre ruas São Paulo e Rio de Janeiro, um dos locais em que vão se agrupar, na fase inicial da cidade, as atividades industriais e as voltadas para o comércio atacadista.

O autor apresenta uma planta minuciosa do maquinário a ser locado no espaço projetado, cuja legenda transcrevemos:

1. Moinho para fubá
2. Debulhador
3. Desintegrador
4. Preparador de Forragem
5. Compressor de Fardos

A .Fogão para palha bruta

B Laminadores

C Brunidores

D Prensas para palha

E Cortadores

F Motor elétrico

O Grande Hotel (que teve sua pedra fundamental lançada em 17 de outubro de 1896 e foi inaugurado em 6 de agosto de 1897, com 52 quartos)², foi destruído por um incêndio na madrugada do dia 5 de novembro de 1908. O projeto de reconstrução, aprovado em 4 de janeiro de 1909, é de Edgard Nascentes Coelho. Compunha-se de dois pavimentos, com entrada na esquina de rua da Bahia com avenida Augusto de Lima, onde havia, em projeto, um espaço denominado sala de visitas. após esta sala aparecia o vestibulo, principal nó articulador das circulações horizontais e verticais. Do vestibulo desenvolviam-se duas alas de quartos, uma voltada para a rua da Bahia e outra para a avenida Augusto de Lima. Nas suas laterais encontravam-se duas escadas de solução simétrica, que faziam o acesso às duas alas de quartos, sobrepostas às descritas. Do vestibulo partia, ainda, uma circulação desenvolvida na diagonal da esquina, que dava acesso, através de uma longa varanda, ao grande Salão de Jantar, de 23,10m x 9,10m, e anexo a parte de balcão, ladeada por duas copas, comunicava-se com a cozinha.

1910

Notícias:

14.04.1910: “A Prefeitura obtém do Governo do Estado permissão para murar o terreno do Congresso (hoje, ocupado pelos edificios da Prefeitura e dos Correios e Telégrafos), cujos alicerces, de há muito paralisados, se apresentam com mau aspecto, no centro da cidade.” (PENNA, 1997:111)

² PENNA, Otávio, 1997:42-3

16.04.1910: “A Prefeitura faz modificar a construção da agência de bondes, na av. Afonso Pena, construindo um torreão central, com o objetivo de colocar ali o segundo mostrador público da cidade.” (PENNA, 1997:111)

03.05.1910: “O Instituto João Pinheiro inaugura o pavilhão Mendes Pimentel.” (PENNA, 1997:112)

06.05.1910: “Com o Decreto n. 2.819, o Governo autoriza a Prefeitura a vender os lotes urbanos por 5\$000, com a obrigação de serem edificados dentro de determinado prazo.” (PENNA, 1997:112)

04.08.1910: “Inaugura-se oficialmente o Hospital de Isolamento de Belo horizonte, posteriormente, em 26 de abril de 1922, denominado Hospital Cícero Ferreira, no quarteirão 53 da VII Suburbana [Santa Tereza].” (PENNA, 1997:113)

18.08.1910: “O Governo do Estado (Decreto n. 2.919) reserva, na praça Benjamim Constant, um terreno com 2.893 m², destinado à construção de uma usina de gás pobre.” (PENNA, 1997:113)

13.09.1910: “...é iniciada a primeira obra de vulto, em concreto armado, no município da Capital: a ponte da Gameleira, sobre o Arrudas. Inicialmente projetada, pelo Dr. Arthur Guimarães, em vigas retas, em dois lances, foi logo, no princípio de outubro, substituída por um único arco abatido e com 26,60 [m] de luz. Essa ponte, que custou 22:958\$950, foi demolida em 1943.” (PENNA, 1997:114)

25.11.1910: “Os serviços do adro da igreja São José – muros e gradis de contorno e as escadarias – estão praticamente concluídos.” (PENNA, 1997:116)

Dados estatísticos: “População: 33.245 habitantes.” (PENNA, 1997:117)

Projetos:

O diretor de obras da prefeitura, J. Nogueira de Sá, aprova em de setembro de 1910, projeto elaborado por Francisco Izidro Monteiro para sua residência, em que se exime de assinar o projeto de aprovação, sendo o mesmo assinado pelo escriturário Luiz Magalhães.

Olinto Belém, um dos fotógrafos mais destacados dos primeiros anos da cidade, tem o projeto de seu “Atelier Fotográfico” aumentado por Luiz Olivieri e aprovado em 23 de julho de 1910. O *atelier* situava-se no lote 2, da quadra 16, que corresponde ao terreno de esquina da rua da Bahia, com a avenida Augusto de Lima. Ressalta-se que o gabinete fotográfico tinha acesso pela rua da Bahia e além de uma sala de visitas, continha um pequeno espaço para exposições. No projeto, Luiz Olivieri propõe uma parede pintada com uma paisagem lacustre.

Em 9 de novembro de 1910, é aprovado, por Luiz Olivieri, o projeto da escadaria da igreja São José, localizada no quarteirão 29, da III Seção Urbana, local que na planta original de Aarão Reis era destinado à construção do Teatro Municipal de Belo Horizonte.

O diretor de obras da prefeitura, J. Nogueira de Sá, aprova em setembro de 1910, projeto elaborado por Francisco Izidro Monteiro para sua residência, em que se exime de assinar o projeto de aprovação, sendo o mesmo aprovado pelo escriturário Luiz Magalhães.

A construção, localizada na Av. Oiapoque com rua São Paulo, nos lotes 1 e 2 do quarteirão 32, da I Seção Urbana, ainda existe, descaracterizada, fazendo parte do conjunto de edificações da extinta Cervejaria Antártica.

A solução apresenta uma varanda de acesso que se comunica com um hall que divide a parte íntima da parte de serviços. Este último setor é composto de cozinha, da qual, por uma circulação, se chega à despensa e ao banheiro.

Na parte frontal, abrem-se para a varanda uma “Saleta” e um quarto, com caráter de escritório ou dormitório de visitas, por estar isolado da parte íntima, que é solucionada após um conjunto de salas que se comunicam com a “Saleta”. Destas salas abrem-se dois quartos e, um deles comunica-se com um terceiro, em forma de octógono.

A fachada é marcada por 5 módulos, sendo os do meio, resolvidos com três formas diferenciadas de janelas: uma em arco pleno, voltada para a saleta (Hall) e com o *corpo* um pouco recuado do bloco principal, onde há um conjunto de janelas, em par, na sala principal, e no quarto com três aberturas. No lado esquerdo é resolvida a varanda com telhado aparente e lambrequins e no direito avista-se parte do octógono, recuado, com um telhado pontiagudo, em várias águas e galgo. A platibanda ganha diversos adornos, com dois pontos de maior relevância: tratam-se dos arremates sobre a sala de visitas de maior altura, com pináculos e escudo com as iniciais NS entrelaçadas. Já sobre a área de quarto, a platibanda é solucionada em curva superior, com desenhos florais em seu centro.

Edgard Nascentes Coelho aprova em 16 de agosto de 1910 a residência de Guilherme Leite, projetada nos lotes 3 e 5, do quarteirão 12, da V Seção Urbana. Localizado na esquina de ruas Santa Rita Durão com rua Sergipe, a edificação apresenta dois setores bem definidos: o primeiro com salas e quartos e o segundo a área “molhada”, com um hall, banheiros, cozinha e despensa. Do hall abre-se uma porta para ligação com o terreiro. A fachada resolvida de forma assimétrica, com platibanda alteada na janela de um dos quartos, apresenta um delicado desenho de adornos com motivos florais. Não há varanda projetada.

Francisco Izidro Monteiro aprova, sob o número 4, em 10 de janeiro de 1910, projeto de um *chalet*, situado na rua Bernardo Guimarães esquina de rua Sergipe, nos lotes 18 e 24, do quarteirão 6, da IV Seção Urbana, que tinha como proprietário o Sr. Gustavo Penna.

O edifício era afastado 5,00 metros do alinhamento, com um corpo avançado em relação aos demais, com um telhado em quatro águas, com forte inclinação, criando uma pequena torre. Este espaço era destinado ao “gabinete de trabalho” e apresentava

uma grande janela de verga curva, envolvida por um círculo em tijolos aparentes, iniciado em uma jardineira localizada junto ao peitoril da janela. Os beirais são sustentados por um conjunto de mãos francesas em série, espaçadas por pequenos intervalos, conformando pequenos conjuntos, que são distribuídos, em intervalos simétricos, em todo o perímetro do telhado.

A escada, localizada em uma diagonal externa ao bloco principal, transforma-se em elemento marcante, e dá acesso a uma pequena varanda, na qual encontra-se um nicho, arrematado por arco pleno em tijolo aparente, com um jarro ornamental. Desta varanda temos o acesso principal através de um *hall*, para o qual se voltam um quarto e a sala de visitas (Salão). A seguir situa-se a sala de jantar, que se abre para um pequeno terraço, do qual se tem acesso ao jardim lateral esquerdo. A residência apresenta três outros quartos, dois deles voltados para uma circulação para a qual se abrem, também, o banheiro e a cozinha, esta com saída independente para o terreiro. Há uma escada interna que liga ao porão.

Outra residência aprovada por Luiz Olivieri, em 10 de março de 1910, é a de Francisco Gomes Nogueira, na rua Guarani, nos lotes 5, 7 e 9, da quadra 32, da II Seção Urbana. O projeto segue as características das construções genéricas do momento, apresentando como aspectos mais relevantes um *hall* de entrada e uma circulação entre a copa e a cozinha, pela qual se dá o acesso ao banheiro, retirando-o da comunicação direta com a cozinha. Nesta obra, a varanda localiza-se na lateral, com o tradicional portão em ferro, com grade trabalhada, em duas folhas. A fachada mostra janelas em verga arqueada, bandeira fixa e um tratamento em tijolo aparente na parte superior das duas que se voltam para a sala de visitas, ganhando neste trecho uma maior altura na platibanda. Esta construção, da forma como se apresenta no projeto, deveria ser repetida em sequência (de acordo com a implantação na "planta dos lotes", em escala 1:500).

Francisco Izidro Monteiro aprova, em 8 de abril de 1910, um *Pavilhão de Variedades*, a ser construído no lote 11 do quarteirão 17 da III Seção Urbana, situado na rua da Bahia entre a avenida Augusto de Lima e a rua dos Guajajaras. O pavilhão

continha um pequeno teatro, inclusive com galeria. No espaço externo estavam locados um setor para “tiro ao alvo” e um “carrossel”. Seu proprietário era Álvaro Paes.

Em 20 de julho de 1910, Francisco Izidro Monteiro projeta um espaço de lazer para ser edificado na avenida Cristóvão Colombo, esquina de rua Pernambuco. O texto da prancha nos informa: “Projeto de construção de um prédio destinado a um ‘BAR’ e jogos infantis no lote n.º 5 e 6 do quarteirão n.º 9 da XI Seção Urbana”. O proprietário era o Sr. Torquato Panicali

Projeto bastante singular para o momento, apresenta dois pavimentos frontais e uma área em um pavimento, desenvolvida em forma circular, de raio igual a 9,25 metros, onde localizavam-se as mesas e, no seu extremo, um palco que recebeu a referência “MÚSICA”, no projeto.

A parte que contorna a esquina, em forma de um trapézio, apresenta em seu centro uma circulação de entrada, ladeada pelo “Restaurant” e pelo “Buffet”.

Da circulação de entrada chega-se a uma varanda solucionada em um “C” com as laterais inclinadas, onde situam-se as mesas cobertas e, em suas extremidades, estão localizados os banheiros, divididos em dois setores: mictório e WC.

Na parte interna do restaurante tem início uma escada para o segundo pavimento, onde é resolvida uma residência. Nela estão situadas uma cozinha e um sanitário, seguida de duas salas, através das quais chega-se a dois quartos.

Há uma dependência isolada, com dois quartos para empregados, sem instalação sanitária. A fachada, seguindo o gosto pelos motivos art nouveau, é composta por uma entrada monumental, encimada por uma janela dupla de bandeira em arco pleno, envolvida por argamassa em relevo, com contornos sinuosos e coroamento por escudo e motivos florais. A composição é simétrica, com os vãos do primeiro pavimento em verga reta e os do segundo em verga arqueada. Há a introdução de pequenos trechos em alvenaria de tijolos aparentes, fazendo contraste com as áreas emassadas.

Lucas Machado Velloso Caldas inicia a construção de sua residência em 1910, a partir de projeto aprovado no dia 21 de outubro, elaborado pelo arquiteto Francisco Izidro Monteiro, para o lote 18, do quarteirão 11, da VI Seção Urbana, situado na

esquina de rua dos Aimorés com avenida Parauna (atual Bernardo Monteiro). Esta edificação mantém até hoje as suas principais características volumétricas.

O projeto é estruturado em três setores. O primeiro deles desenvolve-se a partir de uma varanda lateral de entrada, que se comunica com um *hall* que dá acesso ao gabinete, à sala de visitas, a um quarto, e a uma circulação para onde se abrem dois dormitórios e a sala de jantar, daí, chega-se a mais um quarto. Esta sala comunica-se através de um segundo corredor a uma despensa, um banheiro, e finaliza na copa, que dá acesso pela direita à cozinha e pela esquerda a um quarto.

Sua fachada, trabalhada com motivos art nouveau, apresenta um conjunto de três janelas, solucionadas com vergas em arco pleno e envolvidas por um ramalhete. Sobre as mesmas desenvolve-se o principal trecho da platibanda, envolvendo um sol nascente entre conchas e volutas organizadas simetricamente. Em um segundo plano apresenta uma janela, também em verga curva e o guarda corpo da varanda, sustentada por delgadas colunas metálicas. Parte do volume do telhado, que ganhava maior altura, foi modificado, ainda em projeto, adquirindo proporções modestas em relação ao projeto inicial.

O prefeito Olyntho Meireles aprova, no dia 16 de novembro de 1910, o projeto para a USINA DE GAZ POBRE, projetada por Francisco Izidro Monteiro, localizada na avenida Afonso Pena, no quarteirão 32, da IV Seção Urbana. Nas plantas aprovadas constam todas as fachadas, sendo que a principal mostra, em sua platibanda, alteada na parte central de uma composição em três módulos, os dizeres: "UZINA DE ELETRICIDADE".

Gabriel Galante, projetista registrado na Diretoria de Obras da Prefeitura de Belo Horizonte, aprova em 2 de dezembro de 1910, projeto para reconstrução da casa do Coronel Francisco Gomes Nogueira, proprietário da rede de cinemas Gomes Nogueira. A obra situava-se no lote 4, do quarteirão 31, da II Seção Urbana, referente ao imóvel existente na esquina de rua dos Tupinambás com avenida Paraná.

O projeto apresenta dois pavimentos. O térreo, designado como porão, contém uma entrada monumental, marcada por um portão e uma varanda térrea, que comunicava-se com outra idêntica, situada no pavimento superior. A varanda é caracterizada, em sua imagem externa, por um pequeno balcão circular com guarda-corpo em estrutura metálica trabalhada, sustentado por mãos francesas que se abriam em um semicírculo. Para esta longa varanda voltam-se uma sala de visitas e a sala de espera, que se comunica com um quarto, com uma varanda privativa, embutida no corpo da casa, e com a sala de jantar. Através da sala de jantar são feitas as ligações com outros dois quartos, com a cozinha/despensa e com o banheiro. A sala de visita abre-se para um balcão que avança sobre o passeio.

A fachada é trabalhada com motivos ornamentais variados – grades, balaustradas, dupla janela em arco pleno, pilastras com motivos florais, platibanda com conchas e vasos e, sobre a entrada principal, ergue-se uma esbelta torre, de forma piramidal, com 7,60 metros de altura, incluindo uma *agulha* que a arremata.

Destes primeiros anos existe um projeto para os Carris Elétricos de Belo Horizonte, com uma anotação no verso referindo-se a "Casa de Bondes", sem autoria expressa, o que faz supor que o projeto tenha sido desenvolvido pela própria equipe técnica da Prefeitura de Belo Horizonte. Trata-se de um galpão, com dimensões de 24,00m x 10,20m, que apresenta no centro um portão monumental, de três metros de largura, e dois cômodos frontais, dos quais não consta descrição de suas finalidades.

Internamente, a linha de trilhos que vem do espaço exterior bifurca-se em dois ramais, sob parte dos quais encontram-se estreitas aberturas que possibilitavam os trabalhos de manutenção dos bondes.

Sua fachada apresenta uma grade de verga arqueada no vão central e duas janelas laterais, de vergas retas e bandeira fixas, coroadas por uma platibanda que segue a curva do vão, onde encontra-se grafado CARRIS ELECTRICOS DE BELLO HORIZONTE, e como arremate três pináculos. O projeto não contém assinaturas, tampouco é datado.

1911

Notícias:

Constam do periódico *Almanack - Guia de Bello Horizonte*, organizado por Felipe Veras , no ano de 1913, algumas informações sobre edificações e sua localização na cidade:

- Senado Mineiro: situado na Av. João Pinheiro, 378
- Câmara dos Deputados: edificio situado na Praça da República, esquina com Av. Paraopeba.
- Secretaria da Agricultura, Industria, Terras, Viação e Obras Publicas: situada na Praça da Liberdade. “Um dos maiores da Capital, edificado em primoroso estilo toscano, tendo importado em 733: 212\$542 a sua construção.” (p. 115)
- Secretaria da Policia: “Em julho de 1911 foi transferida a Secretaria da Policia, para o prédio à rua da Bahia, esquina com a rua Bernardo Guimarães, belo edificio adquirido pelo Estado e adaptado ao serviço dessa importante Repartição, com sensíveis vantagens para os cofres públicos.” (p. 135)
- Imprensa Oficial: edificio situado na Av. Paraopeba (atual Augusto de Lima).
- Escolas Dr. Bernardo Monteiro: funcionam no Calafate.
- Escolas da Colônia Américo Werneck.
- Escolas da Colônia Carlos Prates
- Escolas da Floresta
- Escolas Silviano Brandão: funcionam agrupadas no edificio à rua Itapecerica, esquina com rua Serro (Lagoinha).
- Escolas Juvelina Prado: funcionam na Colônia Bías Fortes.
- 1º Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”: Av. João Pinheiro.
- 2º Grupo Escolar: funciona no prédio à r. Tupinambás, esquina com a rua Guarani.
- 3º Grupo Escolar: no mesmo prédio que o 2º.
- 4º funciona no edificio à r. Ouro Preto (no Barro Preto).

- Colégio S. Clemente e Orphanato Santo Antônio: “Provisoriamente Colégio e o Orphanato estão instalados à rua Espírito Santo, 903, mas concluído o prédio que lhe é destinado, funcionarão à rua. São Paulo, junto à Capela do Rosário.” (p. 275)

- Teatro Municipal: “O Teatro Municipal é um edifício digno da Capital e satisfaz todas as exigências modernas desta natureza; foi seu construtor o Sr. J. Verdusem (...). Todo o material metálico empregado na sua construção foi adquirido na Bélgica, e seu rico mobiliário foi comprado nos Estados Unidos...” (p. 296)

- Cinema - Teatro Odeon (r. da Bahia, 870): “O Cinema Teatro Odeon foi fundado em fevereiro de 1912. [...] O cinema está instalado em um grande salão, iluminado profusamente e arejado, tendo do fundo deste, um bom palco onde os mais célebres artistas têm trabalhado. Na sala de espera, nota-se uma cascata luminosa onde o gosto e arte presidiram sua confecção.” (p. 297)

Projetos:

Luiz Olivieri aprova o projeto para o “Orphanato de Santo Antônio” para a construção de sua sede nos lotes 3,4,5 e 6, do quarteirão 29, da III Seção Urbana, em terrenos doados pelo poder público. A obra localizada na rua São Paulo formava um conjunto especial com a capela do Rosário que lhe era vizinha. O orfanato foi edificado em blocos que possuíam uma platibanda bastante verticalizada e escalonada *sugerindo* a conformação volumétrica da capela. Posteriormente, com a sua demolição e construções avulsas realizadas no local, a capela foi obstruída, perdendo a região uma identidade que marcou o espaço até os anos de 1940.

Francisco Izidro Monteiro aprova, em 8 de fevereiro de 1911, a edificação existente na avenida Brasil esquina de ruas Pernambuco e Bernardo Guimarães, no bairro dos Funcionários. Destinada a comércio e serviço, foi solucionada com a loja voltada para a avenida Brasil, enquanto a entrada da residência faz-se por uma varanda, existente na rua Pernambuco. A construção encontra-se em estado crítico devido a falta de manutenção.

Uma das edificações já demolidas e de grande referências na literatura e cartões postais da cidade foi a construção erguida na esquina de avenida Afonso Pena com rua Espírito Santo, denominada Palacete Guanabara. Destinada ao comércio e a serviços, a obra projetada por Luiz Olivieri é aprovada no dia 26 de maio de 1911. Era uma das construções mais altas naquele momento, com seus três pavimentos e uma cúpula coroando a esquina. Seu proprietário era o Capitão Eugênio Thibau.

A construção apresentava pés direitos variáveis: no primeiro, 4,85m; no segundo, 4,25m e no terceiro, 3,80m. A cúpula apresentava um raio de dois metros, e uma altura de 6,80m, sem considerar seu coroamento (agulha) de 2,00m de altura. Embora não rivalizasse com a altura das torres da igreja São José, o Palacete Guanabara era uma das principais atrações de um dos cruzamentos mais famosos da cidade: avenida Afonso Pena com ruas Espírito Santo e dos Tamoios, onde situar-se-ão, em um determinado momento, dois templos; pois em frente a igreja São José erguia-se a pequena e singular igreja Metodista. Em quarteirões próximos estavam o prédio dos Correios de um lado e no oposto, onde se situa até hoje, o Castelinho - Condomínio Álvaro dos Santos.

As construções na área central, principalmente nos trechos mais comerciais, passam a ganhar um segundo pavimento ou construções anexas, uma vez que os lotes adquiridos, dois ou mais, apresentavam, normalmente, áreas residuais voltadas para a via pública. A título de exemplo, temos o caso da construção de "aumento do prédio para sobrado" nos lotes 2 e 3, do quarteirão 24, da II Seção Urbana, projetado por Luiz Olivieri e aprovado em 20 de dezembro de 1911. O proprietário era o Sr. Domingos Falci e o imóvel estava localizado na rua dos Carijós, entre rua Curitiba e avenida Paraná. Este projeto tem sua fachada impressa no livro publicado pelo autor, provavelmente entre 1912-1913, intitulado O ARQUITETO MODERNO NO BRASIL, em sua página 24.

Em 1911, de autoria de Luiz Olivieri, é aprovado uma aumento para o hotel existente na esquina conformada pelas ruas da Bahia, Tupis e avenida Afonso Pena, imóvel de propriedade de Gabriel Santos. O aumento, proposto na rua dos Tupis,

apresenta um subsolo e dois pavimentos, "para estabelecimento [de] Balneário e quartos para Hotel Existente".

A construção é proposta com vigamento em aço 'T', de duas dimensões, 149mmx380mm e 163mmx435mm, apoiadas em alvenaria, sustentando os barrotes de madeira, sobre os quais se assenta o assoalho.

Edgard Nascentes Coelho aprova em 30 de junho de 1911 um projeto de residência para os lotes 7 e 8, do quarteirão 11, da V Seção Urbana, de propriedade de Roselmira Renault de Figueiredo, situado na esquina de rua Sergipe com rua dos Inconfidentes. Projeto similar a outros desenvolvidos pelo autor, como o aprovado para o Sr. Joaquim Severiano de Carvalho (lote 22 do quarteirão 18 da v Seção Urbana), em 1903. Compunha-se de dois retângulos justapostos; no frontal, os espaços organizam-se a partir de um *hall* com duas salas laterais e três quartos; no posterior, um corredor que se inicia na sala de jantar estrutura os espaços da cozinha, do banheiro e da despensa. A fachada é resolvida de forma assimétrica, ganhando na parte oposta a da varanda de entrada uma maior altura, e é adornada com volutas, ramalhetes e uma *flor de lotus* no coroamento.

Francisco Izidro Monteiro aprova em 20 de novembro de 1911, o projeto de residência nos lotes 1 e 2, do quarteirão 12, da V Seção Urbana, localizado na esquina de avenida Cristóvão Colombo com rua Sergipe, no então bairro dos Funcionários. O proprietário era Francisco Narbona. Constava de dois blocos separados, no primeiro era resolvida uma residência alinhada à esquina, no segundo um galpão subdividido em um depósito de materiais, sem vedação frontal, dois quartos e um depósito de lenha.

João Morandi aprova em 17 de agosto de 1911, projeto de um sobrado de propriedade de J. Pinto Vallente, localizado nos lotes 3 e 4, do quarteirão 31, da III Seção Urbana, na avenida Afonso Pena entre praça Sete de Setembro e rua dos Tamoios. A parte inferior destinava-se a comércio e no pavimento superior o uso era residencial. Sua volumetria apresenta uma fachada simétrica, marcada por três portas de cada lado, com vergas curvas e protegidas por serralheria. Na parte superior é dado um

tratamento diferenciado, com marcação central de cada módulo, onde são criados balcões protegidos por balaustradas. Sobre a porta de acesso a estes há um frontão triangular. A platibanda é bem ornamentada, com escudos, semicírculos e jarros.

João Morandi aprova em 13 de dezembro de 1911, a residência de Anna Isabel Francfort, na esquina de rua Rio de Janeiro com avenida Afonso Pena, na praça Sete de setembro onde hoje se encontra o edifício Clemente Faria. Casa de porão alto, com 2,80m de pé direito, a residência mostra uma solução bem setorizada para a época, utilizando corredores para acesso aos quartos. A solução segue as características do ecletismo, com fachada trabalhada com uma platibanda com diversos elementos de arremate superior, entre eles coruchéus, vasos e conchas.

Francisco Izidro Monteiro projeta a edificação destinada a Serraria Souza Pinto, de propriedade de Garcia de Paiva & Pinto, aprovada em 22 de setembro de 1911, planta n. 128. A obra passará nos anos de 1990 por grandes reformas e restauros, transformando-se em espaço cultural, sob a coordenação de Lizandro E. C. Melo Franco.

João Morandi aprova em 9 de fevereiro de 1911, o “projeto de aumento do prédio da Prefeitura”, situado nos lotes 1, 2, 3, e 7, da quadra 23, da IV Seção Urbana, correspondente à esquina de rua dos Aimorés com Avenida da Liberdade (atual João Pinheiro). A edificação, hoje, destina-se ao Arquivo Público Mineiro, e foi construída para casa de secretário, quando da inauguração da capital.

1912

Notícias:

O *Guia de Belo Horizonte* organizado por Felipe Veras e Antonio Moretti, datado de 1912, ano I, apresenta a relação das principais edificações públicas na cidade:

-“Secretaria do Interior: edifício situado na Praça da Liberdade, perto do Palácio Presidencial.

-Secretaria das Finanças: situada na Praça da Liberdade ao lado da Secretaria do Interior.

-Secretaria da Agricultura: em frente à Secret. Das Finanças

-Prefeitura: edifício situado na avenida João Pinheiro

-Conselho Deliberativo: funciona no edifício do senado, na Av. João Pinheiro; o prédio próprio estava sendo construído na r. da Bahia, esquina da Av. Paraopeba.

-Inspetoria Agrícola Federal: Av. João Pinheiro, 173 (esquina com r. Guajajaras).

-Secretaria da Polícia de Minas Gerais: R. da Bahia, esquina com rua Gonçalves Dias.

-Congresso Mineiro: Praça da República, esquina com Av. Paraopeba.

-Secretaria do Senado Mineiro: edifício situado na Av. João Pinheiro.

-Quartel da 9ª Companhia: edifício situado no Prado Mineiro.

-Cadeia da Capital: edifício situado na rua Rio de Janeiro, 931

-Tribunal da Relação: Palácio da Justiça, Av. Afonso Penna..

-Correios: edifício situado na avenida Afonso Penna, esquina com rua da Bahia.

-Faculdade de Medicina: Av. Afonso Penna esquina da rua Espírito Santo.

-Faculdade Livre de Direito: Praça da República, esquina com a Av. Álvares Cabral.

-Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais: Av. Afonso Penna, 976.

-Banco de Credito de Minas Gerais: r. da Bahia, esquina com a rua Timbiras.

-Escola Livre de Odontologia: Rua Guaicurus, 266.

-Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte: Av. do Comércio esquina com a Praça da Estação.

-Escola Livre de Musica: fundado em 1902; prédio na Av. Afonso Penna, 1577.

-Escola Normal da Capital: edifício situado na Praça Benjamim Constant.

-Ginásio Mineiro: rua da Bahia esquina com rua Gonçalves Dias.

-1º Grupo Escolar – Barão do Rio Branco: fundado em fevereiro de 1906; situado na Av. João Pinheiro, 486.

-“Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais
Esta Escola foi instalada em Belo Horizonte na avenida Afonso Penna onde funcionou o Clube Floriano Peixoto. “O edifício é acanhado e absolutamente imprestável para uma Escola de Aprendizizes Artífices, é de esperar que o Estado dê outro edifício ou terreno conveniente para construir-se um edifício para a Escola...” (p. 61)

-Colégio Santa Maria: palacete situado na r. Pouso Alegre, 741.
“Encontram-se neste Colégio todas as vantagens que os Paes possam desejar á suas filhas. Está colocado no cimo de uma colina de onde se avista a Cidade inteira. O prédio é cercado de vastos jardins e satisfaz á todas as condições higiênicas exigidas pelo conforto moderno.” (p. 65)

- Colégio Cassão: r. Timbiras, 1365

-Colégio D. Viçoso: rua. da Bahia, 1500

-Colégio Izabela Hendrix: rua Espírito Santo, 605 – Fundado em 1904.

-Colégio Arnaldo: rua Timbiras, 1505

-Colégio São Clemente: rua Espírito Santo, 903

-Colégio Azevedo: Av. João Pinheiro, 316 – Fundado em 1904.

-Clube Belo Horizonte: sociedade recreativa e literária fundada em 1904.

Sede: rua da Bahia, no sobrado do Cinema Odeon.

-Clube dos Democráticos: sociedade carnavalesca; sede: Av. do Comércio

-Teatro Municipal: r. da Bahia esquina com rua Goiás.

-Cinema Theatro Odeon: rua da Bahia.

-Cinema Familiar: rua da Bahia, 981.

-Cinema Theatro Comércio: rua dos Caetés esquina com r. São Paulo.

-Matriz da Boa Viagem: Praça da Boa Viagem, entre as ruas Alagoas e Sergipe.

-Capela de Santa Efigênia: Av. Floriano Peixoto esquina com a rua Grão Pará.

-Capela do Sagrado Coração de Jesus: rua Aimorés, entre as ruas Espírito Santo e Bahia.

-Matriz de São José: Av. Afonso Penna.

-Igreja Metodista: Av. Afonso Penna esquina com a rua Espírito Santo.

-Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte: rua Ceará, esquina com Av. do Contorno.

- Relação de alguns construtores:

- Antônio Paulino Sampaio

- Antônio Neves da Silva

- Antônio Mies

- Biagio Polizzi

- Gabriel Galanti

- José Gonçalves

- João Morandi (arquiteto e construtor)

- Leopoldo Lopes

- Manoel da Costa Azevedo

- Salvador Impelizeri

-Matadouro: no fim da r. Grão Pará

Escolas Públicas da Capital:

- Escola do Calafate: na rua Calafate

- Escola da Floresta: na rua Pouso Alegre, abaixo da rua Salinas

- Escola da Alagoinha: na r. Itapecerica, esquina c/ r. do Serro.”

Estado de Minas, de 04.05.1912, p. 1: “Fala sobre a construção do Conselho Deliberativo: “Está bastante adiantada a construção do prédio onde funcionará o Conselho Deliberativo. Si continuar no mesmo andamento, muito breve teremos mais

um magnifico palacete á rua da Bahia, embelezando o trecho dessa importante via publica, em que ficará assentado o edificio.”

Estado de Minas, de 16.05.1912, p. 1:

“Já nos informa sobre pichações nas edificações da cidade e sobre a data de encerramento para entrega de propostas para o prédio da Delegacia Fiscal: “Belo Horizonte, apesar da fama de que goza, de cidade civilizada e moderna, - sofre ainda o inconveniente de certos costumes próprios dos bárbaros, que não conheceram o faiscar da luz elétrica nem o fononar dos automóveis. Alguém que, por amor á estética ou espirito do asseio, mande concertar ou pintar a frente de sua casa, terá, no dia seguinte ou poucas horas depois, o desgosto de ver as paredes garatujadas a carvão, quando não lê palavreados capazes de fazerem corar os frades de pedra...”

“Terminou, anteontem, o prazo para a entrega das propostas para a construção de um prédio em Belo Horizonte, destinado ao funcionamento da delegacia fiscal do Tesouro, no Estado de Minas.”

Estado de Minas, de 24.10.1912, p. 2: “Realiza-se hoje, ás 2 horas da tarde, junto à Igreja de Santa Efigênia dos militares, o lançamento da primeira pedra do Hospital da Força Pública, benemérita iniciativa, que se destina a prestar um valioso amparo á Brigada de Minas. Para este ato recebemos um valioso convite do Capitão Joviano de Mello, que em nome do comandante no-lo dirigiu.”

Estado de Minas, 02.11.1912: “A Vida Mutua - Conforme comunicação que nos fez o Sr. Antônio Lima. Será brevemente exposta ao publico a planta do majestoso edificio que “A Vida Mutua”, importante sociedade beneficente e de credito popular pretende construir. Já foram adquiridos dois lotes de terreno á rua da Bahia, próximo á Tupinambás, onde será levantado o prédio, de 3 andares.”

Estado de Minas, 24.12.1912, p. 1: “Já se acha na alfândega do Rio de Janeiro toda a ferragem encomendada pela Empresa Prado Lopes, para o edificio do Conselho Deliberativo, em construção na Rua da Bahia. São 70 toneladas de ferros, procedentes de fabricas alemãs. A encomenda foi feita em março deste ano. As obras do Conselho, que estavam à espera deste material, entrarão em andamento dentro de poucos dias.”

Estado de Minas, 25.12.1912: “O Rev. Vigário da Boa Viagem, monsenhor João Martinho de Almeida, fez, na estação da missa de domingo passado, um apelo aos fieis daquela freguesia no sentido de ser levada avante a construção da nova matriz.

Esse apelo encontrou logo acolhimento da parte dos Srs. Dr. Francisco Amedée Peret, Francisco Tertuliano, Antônio Cezarlo de Lima e Francisco Rebano, que se prontificaram a abrir, para aquele fim, uma subscrição popular, auxiliando deste modo a comissão central incumbida de levar a efeito o grandioso certame, dotando o bairro dos Funcionários de um templo digno da cultura e do senso religioso da sua população.

Aqueles cavalheiros deram logo inicio ao trabalho de angariar donativos, já tendo sido subscritas as seguintes quantias:

Francisco Amedée Peret: 10\$000

Antonio Cezario de Lima :10\$000

Francisco Tertuliano: 5\$000

Francisco Rebano: 5\$000

Caetano de Azeredo C.: 10\$000"

Os donativos devem ser entregues ao sr. Antonio Cezario de Lima.”

Projetos:

Em 16 de janeiro de 1912, Luiz Olivieri aprova o projeto da Escola Paroquial São José, no lote 3, do quarteirão 27, da VI Seção Suburbana, na rua Itapecerica no bairro Logoinha. Quem assina como proprietário é o “vigário de S. José, Pe. Thiago Bomaars”. A solução apresentava uma única sala, com residência conjugada. Não há indicações de sanitários no projeto.

Avelino Fóscolo tem sua residência aprovada no lote 5, do quarteirão 29, da II Seção Urbana, localizado na avenida Afonso Pena próximo da esquina de rua Curitiba, no local onde se acha construída as lojas das Sapataria Americana. O projeto recebeu aprovação em 8 de maio de 1912, e seu autor foi Antônio da Costa Christino.

A construtora Zona da Mata projeta e aprova, em 4 de setembro de 1912, um pequeno “*challet*” para o Sr. Florindo d'Oliveira Netto, localizado na rua Piauí, nos lotes 1 e 3, do quarteirão 4, da VI Seção Urbana. A solução em planta segue o esquema de duas salas e dois quartos no primeiro setor, sendo o segundo estruturado por um corredor para o qual se abrem um quarto, o banheiro e a cozinha, que contém uma despensa anexa.

Neste projeto, seguindo uma tradição da construtora, há uma fachada que chama a atenção pelos seus traços alusivos ao *art nouveau*, com uma janela em verga gótica alargada desproporcionalmente em sua parte central, dominando toda a área correspondente à sala de visitas. A outra janela existente possui verga arqueada, que tem uma curiosa platibanda delineada por curvas reversas, culminando em um pequeno bulbo. O projeto é assinado por A. Andrade Botelho, como representante da construtora. Sua apresentação gráfica é ricamente colorida, destacando os elementos principais da composição, aparentando, em escala reduzida, partes de algumas das obras de Antoni Gaudí.

José Dantas aprova o projeto de uma residência para José Gabriel Ferreira da Silva, no lote 6, do quarteirão 32, da II Seção Urbana, na avenida Olegário Maciel, em 2 de outubro de 1912.

José Lapertosa, com escritório na rua dos Tupinambás, 1095, é um dos profissionais mais atuantes na segunda década do século XX. Em 1912, aprova um conjunto de residências, em um quarteirão triangular, que tem como limites a avenida do Parque (atual Pasteur), a avenida Silviano Brandão (atual Carandaí) e a rua Rio Grande do Norte. Deste projeto, duas residências ainda permanecem, fazendo parte do Conjunto Urbano Colégio Arnaldo.

São quatro casas, com mesma solução em planta e quatro fachadas distintas. A solução em planta é resolvida em dois quadrados justapostos. O quadrado frontal é alinhado ao passeio e composto de dois quartos e duas salas, que têm acesso através de uma varanda lateral. O quadrado de fundos é solucionado com uma circulação central que permite o acesso ao banheiro, a um terceiro quarto, à cozinha e à dispensa.

As fachadas principais são trabalhadas com três janelas e uma varanda lateral, com variações na forma e nos elementos decorativos que envolvem as janelas. Cada uma delas apresenta uma platibanda subdividida em três partes, ganhando destaque e maior altura a parte central, apresentando como motivos decorativos conchas, ramalhetes e volutas.

Em 2 de junho de 1912, é aprovado uma reforma e uma nova edificação junto ao edifício comercial existente na avenida Afonso Pena, no lote 1 do quarteirão 31 da III Seção Urbana, esquina de rua dos Tamoios. O proprietário era Ernesto Wilke e o espaço construído corresponde hoje ao ocupado pelo Hotel Normandy, ficando a esquina livre. A parte voltada para a avenida já se encontrava edificada, os acréscimos serão nos fundos desta área e na parte livre voltada para a rua dos Tamoios. A centralidade da praça Sete já demandava novas edificações, que ocupavam os vazios existentes. Assim, foi edificado um prolongamento das lojas existentes e dois apartamentos sobrepostos, voltados para a rua dos Tamoios. Suas plantas apresentavam pequena diferença na área de cozinha e depósito. É uma das primeiras soluções [de apartamentos] na área central.

Edgard Nascentes Coelho projeta para Odorico Rodrigues de Albuquerque a residência situada nos lotes 2, 3, 4 e 5, do quarteirão 11, da IV Seção Urbana. Localizado na rua Bernardo Guimarães entre avenida Bernardo Monteiro e rua Rio Grande do Norte. O terreno com uma área de 2.400,00 m² proporcionava jardins laterais e pomares, uma vez que a construção ocupava pequena área deste total. O elemento que ressalta em sua volumetria é o apurado tratamento decorativo da fachada principal, seguindo as características do *art nouveau*. A solução é assimétrica, com a parte lateral direita resolvida por uma única janela, envolvida em um círculo com adornos em sua base e no ponto superior, em que motivos florais e linhas curvas se entrelaçam

conformando uma unidade. Na lateral esquerda, duas janelas de tamanho menor , com minuciosa subdivisão para suporte dos vidros, em formas sinuosas, marcam a composição. Este setor tem uma profusão de elementos em estucamento saliente, que envolvem as duas janelas possibilitando uma continuidade nos adereços na platibanda alteada que faz o coroamento.

José Lapertosa aprova em 31 de maio de 1912 o projeto da residência de Mauro Ferreira no lote 5, do quarteirão 12, da V Seção Urbana, na esquina de ruas Santa Rita Durão com Sergipe,. A edificação encontra-se em bom estado de conservação, é tombada e faz parte do Conjunto Urbano Praça da Liberdade.

1913

Noticias:

Estado de Minas, 26.05.1913, p. 1: “Prosseguem as obras de construção do grande prédio destinado ao Hospital Militar, mandando construir nas proximidades do Quartel do 1º Batalhão, pelo governo do Estado.”

Minas Gerais – Suplemento de 21.04.1913, informa-nos sobre algumas empresas existentes:

Serraria e Fábrica de Fumos

A serra e Fabrica de Fumos dos Srs. Silvério Silva e Comp. Está instalada à avenidaTocantins, próximo à estação central, em amplo e arejado prédio, e é dividida em 2 seções. Trabalham neste estabelecimento 40 operários, entre homens, mulheres e crianças.” (p. 3)

Companhia Minas Fabril

Tem essa importante empresa as suas instalações no Prado, e fabrica de toalhas, colchas, lenços, tecidos e malha, etc.

Foi recentemente reformada e aumentada, compreendendo agora o seu amplo prédio 3 vastos salões, destinados ao depósito de materiais, tinturaria e tecelagem: a seção de tecidos de malha funciona em prédio á parte.” (p. 3)

Fábrica de Ladrilhos e Mozaicos

“É um importante estabelecimento industrial, fundado em 1906, propriedade dos Srs. Lunardi e Machado. Está situado á Rua Curitiba, esquina da avenida Oiapoque, e passou recentemente por grandes reformas e melhoramentos.

Fabrica ladrilhos e mosaicos, artefactos e cimento, fogões econômicos e monumentos fúnebres, e tem ainda uma oficina de funileiro, bombeiro e serralheiro. Trabalham neste estabelecimento cerca de 60 operários.” (p. 4)

Fabrica de Ladrilhos e Marmoraria

A Fabrica de Ladrilhos e Marmoraria dos Srs. Scarlatelli & Filhos é o estabelecimento deste gênero primeiro fundado nesta capital.

Instalada em prédio próprio, á rua da Bahia, ocupado por 12 operários.

Entre os trabalhos de maior relevo ali executados, podem ser citados o bellissimo monumento fúnebre do saudoso mineiro Dr. Silviano Brandão e os serviços em mármore do palacete João Pinheiro.” (p. 5)

Funilaria Democrata

Propriedade dos Srs. Ascendido & Comp., a Funilaria Democrata tem oficinas de funilaria, ferraria, caldeiraria, mecânica, de bombeiro, gazista e pinturas, funcionando á rua dos Tupinambás.

Dispões, para o fabrico de seus diversos produtos, de muitas e aperfeiçoadas máquinas, movidas a eletricidade.

A produção media mensal da Funilaria é de 8.000 latas; 500 coleções de medidas; 3.000 baús; 800 baldes; 100 banheiras; 100 caixas d’água; 500 fogões, 8.000 quilos de calhas, condutores e colchões e 8.000 peças miúdas. A Funilaria ocupa 65 pessoas.”

Cerâmica Horizontal

A Cerâmica Horizontal é de propriedade do conhecido industrial Sr. Carlos Antonini produz telhas francesas, romanas e da montanha; tijolos furados, prensados, refratários e comuns; ladrilhos; ornamentos para jardins; manilhas e tubos.

Tem para o fabrico disto, 21 máquinas de diversos sistemas e fabricantes, entre moinhos, prensas, amassadores, etc., acionadas por 2 motores elétricos, um de 20 e o outro de 50 cavalos.

A produção, em 1912, orçou em 1 milhão de telhas; 100.000 tijolos furados; 500.000 ladrilhos; 500.000 tijolos furados e refratários e 2 milhões de tijolos comuns.

A cerâmica ocupa 70 operários, e acha-se sob a direção dos Srs. Carlos Antonini e Guerino Antonini.

O capital inicial foi de 200.000\$000, sendo o movimento atual da 600.000\$000.” (p.5)

Estabelecimento Construtor

O estabelecimento construtor dos Srs. Garcia de Paiva & Pinto foi o primeiro instalado nesta Capital, e é dos mais importantes, estando sito á rua da Estação.

Os Srs. Garcia de Paiva & Pinto têm oficinas de marcenaria, carpintaria, serralha, ferraria, além de uma pedreira, na Lagoinha. Ocupam cerca de 400 operários.

Foram os construtores do atual edificio do Grande Hotel e dos palacetes dos Srs. Dr. Mendes Pimentel e Capitão Celso Werneck, ambos á rua da Bahia. Estão atualmente construindo o prédio destinado a Faculdade de Medicina. O capital da empresa é de 550 contos.

Devido ao desenvolvimento crescente dos serviços, viram-se os Srs. Garcia de Paiva & Pinto na contingência de transferir o seu estabelecimento para outro prédio, mais amplo e mais confortável, que está sendo construído á avenida Tocantins, e cujo custo orçará a 250 contos, tendo uma área total de 3.300 metros quadrados.” (p. 6)

Madeira e Lenha

Os Srs. Raul e José da Matta Machado instalaram recentemente, á rua do Ramal e avenida do Contorno, próximo à Rua da Bahia, uma serralha e lenharia, dotada de

modernos maquinismos, como serras e machados elétricos, e fornecem tábuas, pranchões, e principalmente lenha, de qualidade escolhida.

Por isso, e pela exatidão nas medidas e modicidade nos preços, vão os seus artigos tendo grande aceitação, e dia a dia cresce a sua procura e o desenvolvimento do conceituado estabelecimento.” (p. 7)

Serraria Gerspacher

Fica á avenida Paraná, e é de propriedade do engenheiro J. Gerspacher, estando instalada em prédio próprio, de grandes dimensões.

É dotada maquinismos os mais aperfeiçoados, aos quais dá força um motor, a vapor de 40 cavalos.

O Sr. Gerspacher dedica-se também à construção e atualmente está edificando, além de outros, o edifício do Orfanato Santo Antônio.

Na serraria trabalham 50 e tantos operários.” (p. 14)

A Construtora

A empresa industrial “A Construtora”, do Sr. Jayme Salse, está instalada à avenida Amazonas, em amplo prédio dotado de todas as comodidades, dispondo de aperfeiçoadas maquinas em suas oficinas, empregando um motor, a vapor, de 10 cavalos, e um elétrico de 50.

O Sr. Jayme Salse foi o construtor do templo metodista e do colégio Izabella Hendrix, e constrói atualmente o prédio da praça Alexandre Stockler, destinado ao grupo escolar.

Tanto nas suas oficinas, como nas construções e pedreiras, ocupa o Sr. Jayme Salse mais de 350 operários.” (p. 14)

Empresa Prado Lopes

A Empresa Prado Lopes é dos estabelecimentos industriais de Belo Horizonte um dos mais antigos, dos mais conceituados e dos mais importantes.

Tem as suas oficinas instaladas na rua da Estação, em grande prédio, compreendendo várias seções, como carpintaria, marcenaria, brunição, serraria, ferraria, almoxarifado, etc. Possui ainda, no alto da Lagoinha, uma grande pedreira de granito.

Os conceituados industriais Srs. Verdussen & Comp. têm seu nome ligado às mais importantes edificações de Belo Horizonte, e dentre elas basta citar o prédio em que funciona a administração dos correios. Atualmente estão construindo os palacetes destinados ao Conselho Deliberativo da Capital e à Delegacia Fiscal.” (p. 9)

A Installadora

Casa de artigos de eletricidade, à rua dos Caetés, propriedade do Sr. Francisco dos Santos Souza, que se encarrega de instalações de luz, força, telefones e campainhas, e é o representante, no Estado de Minas, da firma Dodsmorth & Comp.” (p. 8)

Mecânica de Minas

Propriedade do Sr. Victor Purri, a Mecânica de Minas foi fundada em e fica à rua da Bahia. Executa todos os trabalhos atinentes à fundição de ferro, bronze e outros metais.

A Mecânica de Minas dispõe de aperfeiçoadas máquinas dos melhores sistemas e fabricantes, acionadas por um motor elétrico de 25 HP.

Emprega matéria prima recebida quase toda da Usina Esperança, neste Estado, e tem um movimento mensal de 200 contos, atingindo mensalmente a 1.800 quilos o peso dos artefactos metálicos ali trabalhados.

A Mecânica de Minas ocupa 50 operários e acha-se sob a imediata direção do seu proprietário, o sr. Victo Purri.” (p. 14)

Outros Estabelecimentos:

- Fábrica de Bebidas Guarani – Tamoios, 1.034 (p. 3)
- Café Itacolomy – Rua Rio Grande do Norte (p. 4)
- Papelaria Beltrão – Rua Espírito Santo, 529 (p. 5)
- Marcenaria Artística – Rua Tupinambás (p. 5)
- Cervejaria Rhenania – Avenida Oyapoc (p. 5)

- Fábrica de Tecidos de Malha – no bairro da Serra (p. 6)
- Fábrica de automóveis, carros e carroças – Av. São Francisco (p. 6)
- Marcenaria Mineira – rua Carijós (p. 6)
- Cervejaria Allemã – rua Rio de Janeiro (p. 6)
- Marcenaria – Espírito Santo, 477 (p. 7)
- Laboratório Industrial Farmacêutico – Amazonas c/ São Paulo (p. 08)
- Empresa de Eletricidade e Viação Urbana de Minas Gerais (p. 8)
- Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (p. 12)
- Companhia Industrial Bello Horizonte (p. 14)
- Cinema Odeon – rua da Bahia (p. 14)
- Cinema – Theatro Comércio – rua dos Caetés (p. 14)
- Empresa Stearia Mineira – avenida do Comércio (p. 14)
- Estabelecimento Industrial Mineiro (p. 14)
- Fabrica de Palhas e Moinhos Horizontinos – rua dos Guaicurus (p. 14)

Projetos:

O Colégio Belo Horizonte é projetado no quarteirão 14, da VII Seção Urbana. Foi elaborado pelo escritório de arquitetura de José Lapertosa (localizado na rua dos Tupinambás 1095). Aprovado em 15 de abril de 1913, trás a assinatura de Mendes Pimentel como responsável pelo empreendimento. A edificação, hoje, faz parte do conjunto arquitetônico do Corpo de Bombeiros de Belo Horizonte. Sua implantação segue a diagonal do quarteirão, sendo que a entrada principal dá-se pela esquina da rua dos Inconfidentes com rua Piauí. Foi proposto inicialmente em quatro blocos, sendo que apenas dois foram construídos. O partido da edificação foi desenvolvido a partir de uma base retangular, com subtração de trechos nas duas laterais frontais, possibilitando um jogo de volumes em que a parte central avança.

Apresenta um porão com 2,50m de altura e dois pavimentos, o primeiro com pé direito de 5,00m e o segundo com 4,70m.

Seu acesso principal é feito através de uma escada lançada no meio da fachada, externa, sendo que nas laterais situam-se outras de mesma proporção.

A composição segue regras acadêmicas, com total simetria dos elementos vazados, a partir de uma solução central. No primeiro pavimento, o volume central é composto por uma porta monumental ladeada por duas janelas com bandeiras em arco pleno, e na parte superior uma janela tripartida, que tem sua bandeira fixada em um arco abatido.

Na solução das janelas há uma alternância entre as de vergas retas e as de verga em arco pleno, o mesmo acontecendo entre os pavimentos, em que há uma mudança no ritmo dos vazados do primeiro em relação ao segundo.

O telhado é todo protegido por platibanda com cimalha. Na parte central aparece como arremate da cumeeira uma graciosa grelha metálica.

Outra edificação, de características bastantes singulares, foi aprovada em 10 de julho de 1913, assinado pelo desenhista Alberto Ferrari. Projetado para o lote 5, do quarteirão 5, da VI Seção Urbana, situado na rua Gonçalves Dias, tinha como proprietário o Sr. Evaristo Nogueira de Sá.

A solução espacial é resolvida com um bloco avançado, no qual se encaixa uma varanda lateral, que se comunica com o “Laboratório”, com a sala de visitas e com a sala de jantar. A partir de corredor em “L”, tem-se acesso ao banheiro e a dois quartos, terminando em uma circulação externa que se comunica com um bloco independente, onde se encontra a cozinha e uma despensa.

Trata-se de uma das fachadas mais inusitadas encontradas na pesquisa, pois seu desenho assemelha-se aos de ilustrações de histórias infantis, tal como as encontradas caracterizando “casas de Gnomos”. Há uma profusão de detalhes em todos os elementos componentes do partido: desde a grade principal, resolvida em forma de três grandes corações separados por dois pilaretes; uma janela envolvida por motivos florais que se repetem no contorno do bloco frontal; e sua platibanda, simetricamente solucionada, adornada por uma “lira” disforme, ladeada por dois leões, volutas, cachos de uvas e folhas de parreira. O corpo deslocado, no qual se desenvolve parte da varanda,

tem uma larga faixa vertical contornando o beiral, composta por contínuas fitas entrelaçadas.

Aprovado em 10 de julho de 1913, ou seja, na mesma data da construção descrita anteriormente, encontramos mais um projeto de linhas rebuscadas, composto por variados elementos de formas inusitadas. Trata-se da residência do Dr. Alfredo Balena, projetada por Antônio da Costa Christino, e construída no lote 4, do quarteirão 30, da IV Seção Urbana, correspondendo ao local onde se acha o edifício Clemente Faria (II), na avenida Afonso Pena, 1500.

A solução, elaborada em dois pavimentos, apresenta uma longa varanda para a qual se abrem as portas da sala de espera e da sala de jantar. Na parte frontal estão localizados o “gabinete” e a “sala de vistas”, que se comunicam entre si e com a “sala de espera”. Desta, há um acesso para um pequeno *hall* (de onde parte a escada para o segundo pavimento) e uma comunicação direta com a “sala de jantar”. Na parte de serviços tem-se uma copa com uma despensa conjugada, a cozinha e o banheiro (voltado para a cozinha).

No pavimento superior há uma circulação que dá acesso aos quartos, dois deles se abrem para um terceiro cômodo, denominado “*Toilet*”, e ao fundo um dormitório principal, que tem um banheiro conjugado.

Nota-se um grande contraste no tratamento das fachadas. Enquanto a principal recebe uma solução artesanal, as demais fachadas são de uma simplicidade total. A parte frontal apresenta quatro janelas diferentes. Uma delas é resolvida em forma circular, sendo que a sua correspondente superior configura-se como um círculo deformado, que tem como finalização uma empena triangular, muito adornada. Há uma outra sequência de janelas, de menor proporção, com vergas em arco abatido no primeiro pavimento e com arco pleno no segundo. Este seguimento tem como coroamento uma cúpula de base retangular, ganhando altura superior a um pavimento, além de um conjunto de arremates superiores com altura maior que a da base, chegando o conjunto a atingir 10,00m de altura, incluindo um apoio de 2,00m. Em sua parte extrema, mostra uma forma próxima à de um laço, arrematado por uma agulha. O gradil

combina formas de lua minguante com círculos sobrepostos, ganhando maiores dimensões nos três vãos destinados aos portões.

Edgard Nascentes Coelho projeta duas residências dentre outros projetos seus naquele ano; a primeira de propriedade de João Martins Penna, aprovada no dia 29 de abril de 1913, nos lotes 21 e 22, do quarteirão 7, da IV Seção Urbana, na rua Bernardo Guimarães. Nela o arquiteto trabalha com elementos decorativos em profusão, predominando as formas sinuosas que envolvem janelas de verga reta e folhas trabalhadas no estilo *art nouveau*. A segunda, de propriedade de Benedicto José dos Santos, projetada para os lotes 14 e 16, do quarteirão 5, da V Seção Urbana, localizado na rua Alagoas entre ruas Tomé de Souza e dos Inconfidentes. Continuavam as casas a serem resolvidas em plantas que não modificavam sua estrutura interna. As fachadas perdiam a imponência do *ecletismo neoclássico* e ganhavam cada vez mais uma minúcia no detalhamento dos elementos decorativos, com predominância para os conjuntos florais e linhas sinuosas. A composição passa a ser subdividida em três setores, um destinado ao acesso por varanda, de pé direito “reduzido”; o segundo composto por um setor da fachada que avançava, centímetros, em relação ao plano de alinhamento e apresenta janela diferenciada, e o último com uma largura maior em que se conjugavam duas janelas através de um padrão ornamental específico, com a platibanda geralmente alteada.

Os arquitetos Víctor Renault Coelho e José Lapertosa, que passam a ser dos mais requisitados na década, elaboram o projeto da residência de Afonso Pena Júnior, na rua dos Aimorés, 1451, próximo à avenida Liberdade (atual Av. João Pinheiro). Com dois pavimentos, prevalecendo a ligação externa por uma suntuosa escada artisticamente trabalhada em ferro fundido. Sua cobertura introduz uma cúpula metálica no patamar da escada, que se transformou na principal referência da obra. Na década de 1990 foi construído uma edificação vertical nos terrenos de fundos. Esta alternativa passa a conflitar com a real ambiência dos espaços de preservação uma vez que é difícil a adequação entre novos objetos, principalmente as grades torres verticais e os singelos imóveis que se quer preservar.

Em 1913 foi aprovado o projeto do Colégio Arnaldo, idealizado a partir das idéias para a Feira de Amostras, projetada por Edgard Nascentes Coelho no início do século XX. O projeto final foi adaptado pelo arquiteto Frederico Vienken. As obras ficaram prontas em março de 1915. Já a Capela só foi inaugurada em maio de 1917, consagrada à Imaculada Conceição. A estátua do padre Arnaldo Janssen, fundador do colégio em 1912, foi colocada na fachada da esquina conformada pelas avenidas Carandaí, Brasil e Bernardo Monteiro, em 1939. A edificação sofreu vários acréscimos a partir da década de 1920.

1914

Notícias:

Revista Vita – Artes e Letras, n.13: “Os nossos arrabaldes”, artigo em que mostra a “vivenda” do Sr. Christiano Santos no bairro Serra.

Revista Vita – Artes e Letras, n.15: Artigo “A nossa Urbs”, mostrando aspectos e fotos da cidade.

5.02.1914: “São colocadas, na praça da Liberdade, as hermas de Bernardo Guimarães e do marquês do Paraná.” (PENNA, 1997:146)

15.07.1914: “O Grupo Escolar Barão do Rio Branco é instalado oficialmente no novo prédio da av. Paraúna [atual Getúlio Vargas], especialmente construído para tal fim.” (PENNA, 1997:148)

06.09.1914: “É inaugurado oficialmente o palácio do Conselho Deliberativo.” (PENNA, 1997:150)

Dados Estatísticos: “População: 43.874 habitantes.” (PENNA, 1997:151)

Projetos:

Em 1914 José Lapertosa associa-se a Victor Renault Coelho, com o escritório Lapertosa & Renault, situado à rua da Bahia 981 – Sobrado. Aprovam, em 21 de maio de 1914, o projeto de residência unifamiliar para o Sr. Oscar Brandi, situado no lote 16, do quarteirão 20, da IV Seção Urbana, na rua Alagoas, em frente a entrada principal da igreja da Boa Viagem.

O projeto apresenta uma varanda embutida, que dá acesso ao escritório, único cômodo diretamente voltado para a rua; à sala de visitas e à sala de jantar. As duas salas comunicam-se com os dois quartos. Como ligação entre sala de jantar e os espaços de serviço, há um a pequena circulação para a qual se voltam o banheiro e a copa. Ao final desta circulação encontram-se a cozinha e a despensa. Há uma escada secundária que liga a cozinha ao terreiro.

A composição volumétrica com alto porão permite maior privacidade e destaque aos elementos de fachada: a varanda é coberta por um telhado apoiado em uma delgada coluna metálica e arrematado por lambrequins; a janela do escritório é dupla, com bandeira alteada e verga executada em tijolos aparentes. A composição assimétrica resulta em uma articulação agradável das partes com o todo. A platibanda ganha maior altura na região das janelas, com frisos em arco sobrepostos por uma saliência retangular, a título de coroamento.

Trata-se de uma tipologia com poucos exemplares ainda existentes, sendo similar à edificação existente na avenida Cristóvão Colombo, em frente ao antigo Cine Pathé.

Os arquitetos José Lapertosa e Victor Renault Coelho aprovam, em 1914, um projeto para o “Floresta Cinema”, no lote 1, do quarteirão 1A, na VI Seção Suburbana, com frentes para as ruas Itajubá e Pouso Alegre. Além do cinema, fazia parte da obra um restaurante.

O projeto apresenta as duas fachadas mais importantes voltadas para as vias citadas, tendo como principais elementos compositivos colunas coríntias, com caneluras semi embutidas na alvenaria, fazendo o enquadramento das cinco portas. Estas são de folha dupla e vergas retas, sobre as quais se alternam pequenos frontões, ora arqueados, ora em triângulos. As colunas sustentam uma platibanda com três frontões triangulares de maior proporção, sobrepostos aos das portas. No trecho inferior da platibanda aparece grafado: FLORESTA CINEMA. Há um acesso bem proporcionado ao restaurante, solucionado por uma entrada monumental, marcada por dois pequenos torreões, com óculos central, sobre os quais estão grafados – RESTAURANTE e BILHETERIA. Já a fachada voltada para a rua Itajubá apresenta uma dimensão menor, e é resolvida com pilares laterais e três colunas centralizadas, que enquadram duas portas metálicas de enrolar. Sobre estas, desenvolve-se uma platibanda com maior altimetria na parte central, onde está incrustado um escudo com a data 1914. Na faixa inferior, apresenta a mesma inscrição da rua Pouso Alegre: Floresta Cinema.

A sua planta é resolvida em um retângulo de 19,50m por 14,20m. Foram projetadas uma passagem central e duas laterais, alternadas com 2 fileiras de 14 cadeiras assentadas sobre um plano inclinado. O palco continha quatro camarins e um espaço central de 9,00m x 5,40m. Junto as laterais do acesso principal saem duas escadas para uma frisa superior, que contorna toda a área de platéia. O palco era emoldurado por dois pares de colunas coríntias e arrematado, no centro, por um escudo datado de “1914”. Como curiosidade, o projeto mostra a cabine de projeção no ao fundo do palco, solução inversa às utilizadas atualmente.

Entre o espaço da rua e a entrada há um “Jardim e Bar”, e nos dois torreões laterais, um espaço para “Buffet” e uma “Bilheteria e Escritório”.

Uma construtora que vai desenvolver, no início da década de 1910, alguns projetos de *chalets* em Belo Horizonte é a Companhia Zona da Mata, que tinha como responsável técnico A. Andrade Botelho. Um de seus projetos mais significativos será a residência projetada para Juscelino Barbosa, em lote situado na esquina da rua

Gonçalves Dias com avenida Afonso Pena. O projeto recebeu aprovação da Diretoria de Obras, no dia 23 de novembro de 1914, sob o número 241.

A construtora tem como principal característica de seus projetos uma primorosa apresentação: este recebe o número 25 em seu arquivo. A solução em planta mostra uma varanda lateral alcançada através de uma escada com 5 degraus, elevando do solo o piso da construção. Apresenta duas salas e três quartos que se comunicam entre si. Da segunda sala inicia um pequeno corredor para o qual se voltam um quarto e um banheiro subdividido em duas áreas: a primeira denominada *WC* e a segunda *Banho*. Deste corredor alcança-se a cozinha, que tem uma despensa anexa. Através de uma pequena escada que sai da cozinha tem-se uma ligação com a parte externa.

A volumetria é resolvida através de vários planos diferenciados de telhados. O que cobre a parte correspondente à sala frontal é resolvido por uma pequena “torre”, com quatro águas bem inclinadas, que têm sua declividade alterada na proximidade dos beirais. Destacam-se no projeto elegantes mãos francesas, em madeira torneada, que são utilizadas como suporte dos beirais. A fachada principal é trabalhada em alvenaria e tijolos aparentes, que se destacam nas vergas alteadas e curvas das janelas e como arremate nas laterais do corpo frontal, que corresponde a um dos quartos e fica saliente em relação a parede da sala.

Os cortes mostram a diversidade espacial através da utilização de pés direitos de variadas alturas. As partes social e íntima têm piso em tábuas corridas assentadas sobre barrotes de madeira, e a parte de serviços tem o piso em ladrilhos sobre base de concreto.

João Morandi aprova uma pequena residência no lote 5, do quarteirão 9 D, da II Seção Suburbana, de propriedade da Sra. Maria Ziberti, no atual bairro Cruzeiro, próximo à avenida do Contorno. Em um retângulo de 7,00m x 7,00m é resolvido quatro cômodos que tem como circulação um quadrado centralizado e de lados voltados para as arestas do primeiro (ou seja a forma sofre um giro de 45°). Os espaços são denominados sala de visitas, quarto, sala de jantar (com um puxado para a cozinha anexo) e negócio, com duas portas para o exterior.

1915

Notícias:

São artigos na Revista quinzenal, ilustrada, *“A Vida de Minas”*:

N.2, jan.1915: reportagem intitulada “Pelos subúrbios”, mostrando o bairro Lagoinha, com fotos de festas religiosas que tradicionalmente lá ocorrem.

N.2, jan.1915: “Pelas Casas de Diversões”, nesse artigo mostra o Cinema Modelo, com foto de seu interior.

N.3, fev.1915: Com o título “Beleza arquitetônica”, fala da igreja da Boa Viagem, mostrando o desenho de seu frontispício.

N.4, fev.1915: Reportagem sobre o Parque Municipal, com fotos de alguns ‘aspectos’ do mesmo. Apresenta uma reportagem com o título “Nos Jardins do Palácio da Liberdade” em que mostra alguns ângulos visuais através de fotos.

N.6, mar. 1915: Apresenta o “Palacete do Dr. Ephigenio Salles, na rua Santa Rita Durão, com foto da edificação. Mostra, também, foto da fachada da “Serraria Garcia de Paiva Pinto”.

N. jul.1915: Fotos da inauguração de uma capela no bairro Floresta; mostra, também, aspectos do Gymnásio Anglo Mineiro.

N. set.1915: Mostra a Vila Washington, ‘vivenda do Dr. Gustavo Penna” incluindo foto da edificação.

06.02.1915: Inaugura-se o Floresta Cinema, o primeiro cinema de bairro na Capital. (PENNA, 1997:152)

19.08.1915: A Prefeitura aprova o primeiro projeto de uma construção em concreto armado, aliás, um pavimento, apoiado em colunas, sobre o prédio térreo sito no lote 2, quarteirão 10, da III Urbana. (PENNA, 1997:154)

Projetos:

Em 27 de julho de 1915, a Diretoria de Obras aprova o projeto elaborado por Antônio da Costa Cristina para o lote 7, do quarteirão 1, da V Seção Urbana, situado na esquina de rua Pernambuco com avenida Paraúna (atual Getúlio Vargas), de propriedade do Sr. Argemiro de Rezende Costa, construção que só vai ser demolida na década de 1970, no local onde posteriormente foi construído o edifício Empresarial Tenco, que abriga o *MacDonalds*.

Resolvida na linha dos *chalets*, a construção é solucionada em dois pavimentos afastados do alinhamento. No pavimento térreo encontram-se uma sala, um escritório, a sala de jantar, o banheiro, e a cozinha. Da sala de jantar sai uma escada em “C”, que chega a uma pequena saleta no segundo andar, onde encontram-se uma sala de visitas, um *toilet*, e um dormitório. As paredes estruturais do primeiro pavimento coincidem com as do segundo.

A fachada principal, voltada para o centro da praça, é composta de janelas de formas diversas. O quarto superior abre-se para um pequeno balcão curvo, que tem como guarda-corpo uma grade metálica trabalhada com volutas. Sua fachada mostra uma empena com a parte triangular tratada em relevo, onde a alvenaria saliente imita mãos francesas, e um óculo centralizado envolvido por uma guirlanda. Em contraponto, há um torreão cotado em três metros de altura, com águas inclinadas, revestidas em ardósia, com pequeno óculo para ventilação.

O projetista Antônio da Costa Christino, que passou a atuar em Belo Horizonte na década de 1910, projeta uma edificação na rua dos Guaicurus, entre ruas Espírito Santo e Rio de Janeiro. O projeto, aprovado em 25 de agosto de 1915, encontra-se atualmente em ruínas. Seu primeiro proprietário foi o Sr. Cândido Murta.

A solução de varanda embutida apresenta um *hall* de entrada que comunica-se com o escritório, com a sala de visitas, com um dos quartos e com a sala de refeições. Desta, entra-se no *dormitório principal*, que contém banheiro privativo. Por um corredor, tem-se acesso a um quarto e à cozinha, que se comunica com um quarto e com uma despensa. Consta do projeto uma edícula, com um banheiro e uma área para tanque.

Sua fachada segue os padrões usuais, sendo o telhado da varanda apoiado em duas colunas metálicas. A varanda tem como guarda corpo uma grade metálica trabalhada com os mesmos motivos do lambrequim. A janela principal, existente no corpo alinhado ao passeio, é tripartida, tendo duas colunas coríntias como divisão das folhas. A platibanda é trabalhada em frisos arqueados e motivos florais. Apresenta dois portões, sendo que o principal encontra-se encaixado entre dois pilares coroados por globos maciços.

Edgard Nascentes Coelho vai projetar, em 1915, as modificações na residência do engenheiro Lourenço Baeta Neves, nos lotes 22 e 23 do quarteirão 18 da V Seção Urbana, correspondendo ao imóvel situado na rua Cláudio Manoel entre ruas Alagoas e Sergipe. O projeto foi aprovado no dia 3 de novembro. A solução é ampliada com a inclusão de uma varanda e um conjunto de salas na lateral direita, e uma parte de serviços, anexa aos fundos da construção existente. A solução ganha uma setorização bem definida e mostra um detalhe do “serviço de esgotos, segundo o engenheiro Lourenço Baeta Neves”.

Com o início da I Guerra Mundial, no ano anterior, e conseqüente queda nas atividades econômicas, o número de projetos aprovados cai de maneira acentuada, concentrando grande parte deles em reformas, com pequenas ampliações nas construções existentes. É o que ocorre com o projeto aprovado em 30 de junho de 1915, de propriedade de Francisco Vidal Gomes, constando de modificações na construção existente no lote 9, do quarteirão 22, da IV Seção Urbana, na rua Sergipe, voltada para a praça da Boa Viagem.

1916

Notícias:

Minas Gerais, 05.07.1916, p. 7: “Matriz da Boa Viagem - A mesa administrativa da Irmandade do S.S. Sacramento da Boa Viagem fez encomenda à Fundação Americana do Rio de Janeiro da parte da superestrutura metálica do zimbório da Matriz em construção, encomenda essa já despachada para esta Capital e do custo aproximado de dez contos de reis (...).”

A igreja de Lourdes é iniciada em 1916 e concluída em 1923. Seu projeto, conta-se, era destinado a uma igreja em Córdoba, na Argentina, e por alguma razão a planta enviada da Espanha pela Congregação Clarentiana, até hoje responsável pela administração da paróquia, ficou no Brasil e acabou sendo utilizada em Belo Horizonte. (Estado de Minas.13.04.1997, p.47).

24.06.1916: Inaugura-se a Maternidade Hilda Brandão [projeto de Francisco Izidro Monteiro]. (PENNA, 1997:157)

Projetos:

Antônio da Costa Christino elabora estudo para a construção da casa paroquial da Igreja Matriz da Boa Viagem, seguindo as mesmas características neogóticas apresentadas na composição volumétrica do projeto da Matriz, que é aprovado em 20 de fevereiro de 1916, sob o número 7.

A ligação entre igreja e casa paroquial dava-se através de uma passarela com 20,60m de extensão. Ao final da passarela havia uma escada de acesso ao pavimento superior, nivelado com a rua Sergipe, onde desenvolvia-se o programa da casa paroquial. A cobertura foi elaborada com um telhado central de duas águas e dois

telhado laterais de quatro águas, reforçando a idéia de simetria proposta para a nova edificação.

Fato de grande significado é o projeto de implantação da igreja e de seu anexo, mostrando toda a quadra limitada pelas ruas Alagoas, rua dos Aimorés, rua Sergipe e rua dos Timbiras. No projeto, a igreja ocupa a parte central da quadra, e convergindo para esta são definidas quatro alamedas sinuosas que partem dos vértices do quarteirão.

João Morandi projeta a residência de Fernando Pamain, no lote 15, do quarteirão 5, da VI Seção Urbana, na avenida Bernardo Monteiro entre ruas Gonçalves Dias e Bernardo Guimarães, no bairro dos Funcionários. O projeto tem uma anotação da Diretoria de Obras, datada de 17 de abril de 1916, dizendo: “ Alterações: O porão foi elevado a 3,50m o pé direito, no lugar das janelas de frente foram construídas sacadas. O alpendre foi construído a esquerda do prédio e chega até a frente da rua, no lugar das (ilegível) foram feitas janelas. Diretoria de Obras, 17-4-16. O Diretor, Affonso Valle.” A obra já havia recebido aprovação, anteriormente, em 17 de setembro de 1913.

Octaviano Lapertosa aprovada o projeto de uma residência a edificar-se no lote 6, do quarteirão, 2 da VI Seção Urbana, na rua Gonçalves Dias esquina de rua Ceará, no bairro dos Funcionários. O proprietário era João Custódio da Veiga e recebeu aprovação em 12 de setembro de 1916. Com uma fachada solucionada de forma simétrica, com três janelas frontais e uma sacada, marcando o acesso, sem cobertura. A imagem é próxima a dos *chalés*, com empena frontal, onde existe um óculo circular com veneziana para aeração do telhado. A fachada foi substituída e recebeu nova aprovação em 15 de setembro de 1916, retirando a empena frontal e substituindo-a por uma platibanda em linhas curvas alteada na parte central. O motivo é que não se permitia beirais avançar sobre o alinhamento, como era proposto na primeira volumetria.

É também de Octaviano Lapertosa o “projeto de modificações e acréscimo a fazer-se ao prédio já construído no lote 1, do quarteirão 3, da VI Seção Urbana, localizado na esquina de rua Bernardo Guimarães com rua Piauí. A planta foi aprovada em 7 de novembro de 1916 e concentra-se na ampliação do armazém, com cinco portas,

uma delas centralizada no chanfro obrigatório de esquina, e na construção de uma cozinha e de um banheiro, em bloco anexo, ligado a uma copa existente. O projeto é assinado pelo proprietário Ribeiro Campos.

1917

Notícias:

27.01.1917: “É lançada, na praça Belo Horizonte [atual Floriano Peixoto], a pedra fundamental da igreja Metodista dos militares.” (PENNA, 1997:159)

29.03.1917: “Na Escola de Engenharia, colam grau, paraninfados pelo Dr. Paulo de Frontin, os primeiros engenheiros civis diplomados na Capital: Aquiles Lobo, Aristóteles Juvenal de Faria Alvim, Atilio C. Guimarães, Benjamin Quadros, Jayme Salse Jr., José Cortês Sigaud, José Custódio Carvalho Drumond e Benedito Quintino dos Santos.” (PENNA, 1997:160)

Projetos:

Octaviano Lapertosa aprova em 23 de janeiro de 1917, o projeto da igreja Protestante na praça Floriano Peixoto, nos lotes 17 e parte do 15, do quarteirão 29, da XIII Seção Urbana. Sua fachada apresenta uma empena trabalhada de forma escalonada, comum à alguns templos erguidos na cidade.

Em 9 de fevereiro de 1917, é aprovado um projeto de acréscimo para a edificação situada na rua Bernardo Guimarães esquina com rua Piauí, nos lotes 1 e 2, do quarteirão 9, da VI Seção Urbana. Portanto, tratava-se de uma das casas tipo edificadas pela CCNC. O seu primeiro proprietário era Luís G. de Figueiredo, e a mesma encontrava-se “concluída em 28 de dezembro” [de 1896], conforme tabela da página 530 do livro de Abílio Barreto, *Historia Média*, reeditado em 1995 pela Fundação João Pinheiro. Os acréscimos correspondem a um alpendre, o que vem

confirmar a nossa teoria de que as *casas tipo* não possuíam varandas laterais inicialmente, divergindo de como é tratado por diversos autores. Os outros acréscimos correspondem a dois dormitórios e ampliação na sala de jantar, além de acréscimos na cozinha, na despensa e no banheiro. Tratava-se, provavelmente, de uma casa tipo “C” ou “D”, devido às suas dimensões.

Edgard Nascentes Coelho (que residia naquele momento na rua Espírito Santo, 1192) aprova, em 10 de fevereiro de 1917, acréscimo a se fazer no prédio n.º 1155, do lote 18, do quarteirão 8, da VI Seção Urbana, uma de suas últimas obras, pois o mesmo vem a falecer no dia 24 de março de 1917. A casa existente é uma das casas tipo da CCNC, concluída em 28 de dezembro de 1896, e seu primeiro proprietário foi o Sr. Claudionor Lopes de Oliveira e tinha sua solução resolvida em um retângulo de 8,00mx13,00m, provavelmente do tipo “D”. O acréscimo são dois quartos resolvidos em um anexo de 4,75m x 5,75m. Pela planta de situação a edificação não continha varanda. Esta escrito que “ O proprietário, irmão e inventariante de Firmino Soares Alvim, João Soares Ferreira”

Octaviano Lapertosa aprova, em 1º de maio de 1917, uma pequena residência a ser construída no lote 4, do quarteirão 8, da VI Seção Urbana, localizado na rua Bernardo Guimarães entre ruas Maranhão e Piauí. O projeto é composto de duas salas e dois quartos, desenvolvidos em um retângulo de 7,00m x 7,50m, mais uma cozinha para onde se abrem o banheiro e uma despensa. A entrada principal é feita através de uma varanda. Há uma anotação do Diretor de Obras afirmando: “Autorizou-se ao proprietário fazer o puxado e o corpo principal até o limite da seção AB, ficando o restante para ser construído depois. 10 - maio - 917. O Diretor de Obras. Affonso Valle.”

Na rua Ceará esquina de rua dos Otoni e avenida Francisco Sales (antiga avenida Araguaia) Otaviano Laperosa projeta um hospital “de crianças, em duas enfermarias”, aprovado em 9 de novembro de 1917. No local situa-se hoje o hospital São Lucas. Os dois pavilhões foram implantados paralelamente à avenida Francisco Sales, de planta

simétrica, cada qual com duas enfermarias de 6,00m x 10,00m, que possuíam duas varandas em sua maior dimensão.

Em 25 de agosto de 1917 é aprovado, por Luiz Olivieri, projeto para a “nova igreja do Calafate”. Em 30 de outubro de 1952, o engenheiro civil Antônio Camargos Costa assina projeto de modificação e acréscimo.

É aprovado em 19 de janeiro de 1917 o projeto de um *Posto Telefônico* no lote 2, do quarteirão 13, da V Seção Urbana. O imóvel situava-se na rua Cláudio Manuel esquina de avenida Paraúna (atual Getúlio Vargas). Como proprietário é nominada a Companhia de Eletricidade e Viação Urbana de Minas Gerais.

1918

Notícias:

29.04.1918: “É o prefeito autorizado, pela Lei n. 118, a ceder os terrenos necessários à construção da Escola de aprendizes e Artífices.” PENNA, 1997:165

31.10.1918: “A rua Curitiba passa a ser denominada rua General Mitre (Lei Municipal n. 156)”. (PENNA, 1997:167)

07.11.1918: “É o prefeito autorizado, pela Lei n. 163, a auxiliar, com 3.000\$000, as obras de construção da matriz da Boa Viagem e s dar igual quantia à igreja de São José, no calafate.” (PENNA, 1997:167)

12.11.1918: “As notícias da cessação da guerra européia não tem o devido eco na população da Capital, assoberbada com o flagelo da gripe espanhola.”(PENNA, 1997:167)

Dados estatísticos do ano: “População: 51.834 habitantes.” (PENNA, 1997:168)

Projetos:

O Sr. Domingos Mazzella aprova uma grande modificação em sua residência através do projeto elaborado por João Morandi e aprovado em 22 de junho de 1918. A obra situava-se na esquina de avenida do Contorno com rua Viçosa, no lote 5, do quarteirão 3, da II Seção Suburbana. Na esquina localizava-se um “salão para negócio”, e conjugado desenvolvia a parte residencial. Em um t loco anexo, ao fundo, encontrava-se um outro setor com um escritório, cinco cômodos qualificados de “quartos dos empregados”, uma rouparia, um banheiro e um “toilette”, além de uma cozinha e um “salão de jantar para empregados”. O terreno tinha 100,00 metros de frente na avenida do Contorno e 80,00 metros na rua Viçosa. Na lateral da rua Viçosa há uma indicação de “Linha Férrea”, provavelmente parte do ramal construído no período de construção da cidade.

Antônio da Costa Christino projeta uma modificação em residência na rua Varginha, no lote 18, do quarteirão 16, da VI Seção Suburbana, no bairro Floresta. O proprietário era José da Rocha Franco e teve o projeto aprovado em 18 de fevereiro de 1918.

Ângelo Parisi tem aprovada em 14 de fevereiro de 1918, o projeto elaborado por Octaviano Lapertosa para uma dependência da fabrica de beneficiamento de arroz, em parte do lote 8, do quarteirão 2, da VI Seção Suburbana. A obra tinha seu acesso através da avenida do Contorno, conforme planta do terreno.

1919

Notícias:

Minas Gerais, 1212.1919, p. 10: “Inauguração do Cine Pathé - Belo Horizonte será, em breve, dotada de mais uma bela e confortável casa de diversões estando já quase terminadas as obras de construção do edifício que se destina a esse fim.

Referimo-nos ao elegante prédio da avenida Afonso Penna em que será instalado o ‘Cinema Pathé’ de propriedade do Sr. Adriano dos Santos, que, na construção do majestoso edifício, revelou o mais aprimorado gosto artístico aliado ao mais completo conhecimento das prescrições higiênicas. Realmente, o novo prédio, que está construído com todas as regras da técnica moderna, dotado de franca ventilação, iluminação difusa e suave, é uma construção digna da culta sociedade da Capital, que terá, ao que parece, no próximo mês de janeiro, oportunidade de assistir á sua inauguração.”

6.10.1919: “E o prefeito autorizado, pela Lei n. 178, a criar vilas proletárias em pontos convenientes da cidade.” (PENNA, 1997:171)

13.10.1919: São restabelecidos todos os nomes dados aos logradouros públicos da capital pela comissão construtora, segundo a planta aprovada pelo Decreto n. 817, de 15 de abril de 1895. Apenas o nome da av. João Pinheiro, dado à antiga av. Liberdade, é conservado (Lei n. 182). (PENNA, 1997:171)

30.12.1919: Registra-se, na construção do santuário de Lourdes, sério acidente de ordem técnica. O prefeito, pessoalmente, esteve nas obras, suspendeu seu construtor e determinou a paralisação delas.” (PENNA, 1997:172)

Projetos:

Octaviano Lapertosa aprova, em 20 de janeiro de 1919, o projeto de modificação de uma casa tipo, adquirida posteriormente por Francisco de Paula Magalhães. Seu primeiro proprietário foi Américo B. Pinto, e esta unidade foi uma das concluídas em dezembro de 1896, conforme mostra Abílio Barreto.³ A casa era provavelmente “Tipo A”, por suas dimensões originais de 6,00m x 8,00m, idênticas a outras pesquisadas. A planta mostrada por Lapertosa, da construção existente, permiti-nos identificar corretamente a solução original, uma vez que o mesmo utiliza as convenções exigidas em lei: “alv. a demolir”, “alv. a ser feita” e “alv. existente”.

Uma das construções mais significativas vai ocorrer logo após o término da Segunda Grande Guerra. Luiz Olivieri projeta o edifício do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais. Tal obra teve sua aprovação em 07 de outubro de 1919, passando a compor o cenário eclético da praça Sete de Setembro, local para onde já se convergia a nova centralidade, desbancando a rua da Bahia. Nesta região começam a se instalar diversas agências bancárias, como o Banco de Londres, na Afonso Pena e o Banco Pelotense, no local do atual BEMGE / ITAU, edificado por Oscar Niemeyer.

A obra de Olivieri, composta de 2 pavimentos, tem sua principal abertura voltada para a praça, em que duas colunas em granito cinza fazem o enquadramento de uma portada artística, que caracteriza a entrada principal, situada no vértice do triângulo que se volta para o centro da praça 12 de Outubro (atual praça Sete de Setembro), apresentando uma grande porta metálica, com minucioso detalhamento, que confere imponência ao edifício. É uma das primeiras edificações particulares a receber um mesmo tratamento em todas as fachadas, inclusive a de fundos.

Sua fachada é marcada por ritmos bem delineados, recebendo uma solução especial na esquina, onde a platibanda ganha maior altura e apresenta, um frontão trabalhado com motivos antropomorfos.

Aos seus dois pavimentos foi acrescido, no início da década de 1940, um terceiro pavimento projetado por Mário dos Santos Maia, arquiteto carioca que aqui projetou, naquele momento, duas obras: o edifício Lutetia e o edifício Mariana.

A companhia Zona da Mata aprova o projeto de uma residência na rua Piauí, nos lotes 1 e 7, do quarteirão 4, da VI Seção Urbana. O projeto, aprovado em 1919, tem como responsável técnico A. Andrade Botelho.

Octaviano Lapertosa aprova, em 1919, o projeto da residência de Francisco de Paula Magalhães no lote 21, do quarteirão 10, da VI Seção Urbana. Situado na rua dos Aimorés entre rua Ceará e avenida Bernardo Guimarães, em uma das regiões mais importantes, destinadas a habitações unifamiliares.

³ Ver BARRETO, 1995: 530.

1920

Notícias:

A Notícia, 02.01.1920, s/p: “Apesar dos pesares Belo Horizonte progride - Não admite contestação que Belo Horizonte toma vulto crescente. À rua Caetés os Srs. Couto & Comp. vão levantar um sobrado; à Praça 12 de Outubro, o Sr. coronel Guilherme Leite vai construir outro; o Palácio Hotel edificará mais um andar; o Banco Hipotecário iniciará, em breve, a construção de seu suntuoso edifício; à rua da Bahia, o Sr. Francisco de Assis Duarte pretende elevar um prédio para um novo hotel, não se falando nas pequenas construções, que se multiplicam diariamente.”

A Notícia, 08.05.1920: “A Nova Estação da Central - Tem causado reparos o fato de haver o Dr. Assis Ribeiro dado à empresa Gravatá a construção do edifício da nova estação da Central aqui sem concorrência pública que parece deveria ser indispensável em se tratando de obra de tal vulto.

(...) Censuram-se também uns tantos defeitos na planta que não obedece às modernas orientações arquitetônicas nem às exigências da higiene.

Critica-se, por exemplo, a pequena largura das janelas e portas do edifício projetado.

Dar-se-á que em tudo isso não haja se não mais uma amostra do pouco caso do Sr. Assis Ribeiro pelos interesses de Minas e da sua birra contra o Dr. Artur Berrardes.” (s/p.)

Minas Gerais, 20.06.1920, p. 5: “Hospital de S. Geraldo - Tivemos ontem ocasião de visitar o prédio em que está sendo instalado o Hospital de São Geraldo, onde será mantido um serviço modelar das clínicas oftalmológica e otorrino-laringnológica, com internamento e em ambulatórios, estabelecidas classes de tratamento compatíveis com todas as posições sociais (...)

A benemérita instituição... será administrada pela Faculdade de Medicina. O Hospital de São Geraldo tem o sua sede ao lado daquele estabelecimento de ensino superior.

Foi instalado em um prédio já ali existente, mas o trabalho de adaptação do edifício ao novo hospital, foi tão inteligentemente executado que a impressão do visitante é de que se trata, de um prédio especialmente construído para aquele fim (...)

Logo á entrada, no primeiro pavimento, ha um salão de espera (...) aos lados (...) os dois ambulatórios (...)

No mesmo pavimento acha-se o salão para os cursos das especialidades (...)

No pavimento superior encontram-se as seguintes dependências: duas enfermarias (...) 4 quartos de 1ª e 2ª classe (...); a sala de operações, instalações sanitárias, etc.

As paredes são oleadas e cobertas de ladrilhos brancos até certa altura o que facilita, sobremodo, a limpeza (...).”

O Club Belo Horizonte, apesar da crise que se abateu sobre a cidade no final da década de 1920 continuava a manter um público cativo em suas *soirées*: “O Club Belo Horizonte realiza, entre nós, o prodígio de se manter firme, atravessando sem esmorecimento as maiores crises de desanimo. As vezes cai sobre nossa sociedade um torpor horrível: as famílias se recolhem, e mesmos os cinemas se ressentem da graça do elemento feminino. Mas, de repente, o Club Bello Horizonte anuncia uma *soirré*: os seus salões se iluminam, e o seu grande ‘salão vermelho’ resplandece de luzes e flores. Então o torpor desaparece, e a nossa sociedade vibra de novo, acorrendo, em peso, à festa anunciada.” (Revista Tank, julho de 1920, n. 12. Ano II)

Minas Gerais, 07.02.1920, p. 6: “Inaugura-se hoje esta nova e confortável casa de diversões [cine Pathé], instalada em prédio especialmente construído par este fim, à avenida Afonso Pena , e de propriedade do Sr. Adriano dos Santos. O prédio [...] foi construído pelo Srs. Silvério Silva e Cia., sob a direção técnica do Sr. Ângelo Marcelo de Paoli, e está dividido em dois andares, sendo o segundo ocupado pelo clube Matakins. O novo edificio foi projetado pelo Sr. Octaviano Lapertosa.”

Aníbal Mattos iniciou um curso de Belas Artes, ministrado nas dependências do instituto de Música dirigido pelo maestro Flores. Acadêmico, não causava espanto. O que vai provocar muita celeuma é a exposição de Zina Aita, com apenas 20 anos de idade, após estudos na Itália, durante seis anos. É notícia do Diário de Minas do dia 28.01.1920, a reportagem a seguir, que de antemão previne o leitor sobre a total diferença do que verá em relação ao que se fazia por aqui. Dois anos mais tarde Zina vai participar da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, marco histórico do modernismo brasileiro: “Zina Aita, que se aperfeiçoou no estrangeiro vai realizar aqui na sua terra natal uma exposição de pintura. Por certo alcançará um grande sucesso.[...] A senhorita Zina vai apresentar-se com uma pintura bem diversa daquela que o público está habituado a ver. Isto não quer dizer que belo horizonte já não tenha admirado a arte moderna. Contudo essa apresenta modalidades várias, tendo a artista patricia escolhido uma diversa das que aqui têm sido exibidas.

Para muita gente, é de esperar, a pintura impressionista e bizarra da Senhorita Zina Aita será uma aberração, mas somente para os zoilos⁴, que não sabem distinguir Belas Artes de arte menores [...] Essas opiniões contudo não calarão no espírito de pessoa alguma. Estamos certos que a pintora Mineira terá devidamente apreciadas os seus trabalhos e não lhe faltarão o apoio moral e o êxito material muito justo e compensador de seu nobre esforço de artista. (Fly).”

Projetos:

Luiz Olivieri aprova em 6 de novembro de 1920 o “*acréscimo a construção existente no lote 31, do quarteirão 2 A [da] Seção 8ª (Bairro Militar)*”. O proprietário era Arthur Tavares Corrêa. A edificação ficava na rua Tenente Anastácio de Moura, entre ruas Tenente Garro e Major Barbosa. O acréscimo consistia em um aumento frontal, eliminando o recuo, a criação de uma varanda e a ampliação da cozinha. A nova fachada proposta contém duas janelas frontais com verga reta e uma platibanda composta por quadros salientes em alvenaria e de maior altura na parte central. A

varanda tem telhado mais baixo e aparente, estruturado por colunas e arrematado por lambrequins. Os montantes laterais são em alvenaria frisada até a altura da verga, depois desta há alguns frisos separando o *corpo principal* da platibanda. A casa continha apenas 5,15 metros de frente o que conflitava com a legislação que exigia frente mínima de 6,00 metros.

Antônio da Costa Christino aprova a igreja Presbiteriana que existiu na esquina de avenida Afonso Pena com rua Ceará, nos lotes 1 e 2, do quarteirão 2, da VI Seção Urbana. A igreja é semelhante a igreja Metodista que existiu no local do edifício Acaiaca, nas primeiras décadas da Cidade.

1921

Notícias:

Diário de Minas, 09.01.1921, p 1: *Inauguração do novo prédio do Parc*. “O grande acontecimento da semana enfrente vai ser a inauguração do Parc Royal no seu novo e suntuoso prédio à Rua da Bahia.[...] a inauguração, pois, do novo prédio do Parc Royal, que terá lugar na próxima Quarta-feira, vai ser não é demais repetir, um acontecimento notável para a vida da cidade, que passa a contar assim um estabelecimento de modas a altura do seu progresso e da sua civilização...”, e no dia 13 do mesmo mês, na página 1, volta a comentar o fato discorrendo sobre sua inauguração: “A inauguração da sucursal do Parc Royal em Bello Horizonte, levada ontem a efeito, tem uma significação bem mais elevada do que a simples franquia ao público de um grande estabelecimento comercial. Deixa de ser um acontecimento banal e comum não tanto pelo considerável estoque de que dispõe [e] pelo capital que movimenta, como pela modificação radical que fatalmente virá a imprimir aos moldes e praxes de nosso comércio que só tem a lucrar com a inauguração de uma casa de tal ordem..

[...] Seguiu-se a vista aos três pavimentos, em que tiveram os convidados ocasião de verificar na disposição irrepreensível das armagens e mostruários de moda

⁴ Invejosos.

ali existentes [...] a começar pelo Vasto Salão da frente, onde estão instaladas as Seções de armarinhos, perfumarias, rendas, fazendas, artigos para homens e de viagens, até aos pavimentos superiores, a que dá acesso um confortável elevador...” O projeto foi elaborado por Luiz Mourão Júnior, engenheiro residente no rio de Janeiro, aprovado em 1920 e inaugurado em 13 de janeiro de 1921.

Diário de Minas, 14.01.1921, p. 2: “*Uma reclamação - Moradores da rua São Paulo entre a rua Tamoios e a Av. Paraopeba pedem a quem de direito providencias no sentido de melhorar o mau estado em que se encontra aquele trecho da rua. Nos tempos de chuva, forma-se ali um grande lamaçal.*”

Diário de Minas, 13.08.1921, p.1: “*Capela de S. Antônio - Realiza-se amanhã as 9 horas, a benção da pedra fundamental das obras da Capela de Santo Antônio, que será levantada à avenida do Contorno, esquina da rua Espírito Santo, no bairro de Santo Antônio nesta capital. [...] Tanto na noite de Domingo, como na de Segunda-feira, haverá barraquinhas, quermesses e leilões de prendas em benefício das obras da mesma capela. Duas bandas de música abrilhantarão os festejos.*”

Diário de Minas, 23.08.1921, p.1: “*Exposição Genesco Murta - Dentro de alguns dias mais e o nosso público terá desejo de admirar no antigo ateliê fotográfico de Olinto Belém, uma interessante exposição de pintura do pintor mineiro Genesco Murta. Numa época em que as artes plásticas em Minas têm tão poucos cultores de valor e para despertar a tenção o esforço honesto e digno de um artista que se vem firmando a custa de uma luta titânica, em que só uma força de vontade privilegiada poderia encontrar elementos de vitória. (FLY).*”

Minas Gerais, 04.06.1921, p.4: “*Diversas – Matriz da Boa Viagem: A Irmandade do S.S. Sacramento da Freguesia do Boa Viagem, que tomou sobre seus ombros a pesada tarefa da construção da catedral, que será também o monumento comemorativo do Centenário [da independência] do Brasil, apesar das grandes dificuldades com que vem Lutando para levar avante esse grande empreendimento, vai*

se esforçando para o prosseguimento das obras do sumptuoso templo, que é uma verdadeira jóia, arquitetônica, pela beleza incomparável de suas linhas harmônicas e majestosas...”

Diário de Minas, 05.10 e 25.12.1921: “Vão muito adiantados os serviços que se estão executando na construção da nova estação da /estrada de Ferro Central nesta Capital. O trabalho de cantaria, sobretudo, é de uma perfeição admirável: não há que desejar, quer como solidez, quer como gosto artístico. Basta que se vejam as formidáveis colunas que se levantam à entrada do edifício feitas de mármore tão bem trabalhado...” e mostrava a procedência do granito, e não mármore empregado na reportagem seguinte:

“A cantaria da Estação de Belo Horizonte – Realizou-se ontem com uma festa simples e encantadora o assentamento da última pedra de cantaria da nova Estação da Central nesta cidade. [...] A pedra mineira de Capela Nova surge admiravelmente modelada nessa obra de arte que vai ser um superior monumento arquitetônico.”

Minas Gerais, 07.09.1921, p. 8: “Grupo Escolar Barão de Macaúbas - Consoante já foi noticiado, realiza-se hoje, às 13 horas, a inauguração solene do grupo escolar ‘Barão de Macaúbas’, recentemente criado no bairro da Floresta (...).”

Projetos:

Em 11 de outubro de 1921, Antônio da Costa Christino aprova projeto de aumento e remodelação do prédio existente no lote 2, do quarteirão 6, da XIV Seção Urbana, correspondente à avenida do Contorno, no bairro Floresta. Edificação denominada VILLA AURORA, tinha como proprietário o Sr. Amadeu Santiago.

Em 26 de agosto de 1921, Antônio da Costa Christino aprova o projeto para a igreja de Nossa Senhora da Conceição, a ser construída no quarteirão 27, da VI Seção Suburbana, bairro da Lagoinha.

O projeto original segue as características do projeto executado, sendo que a cobertura da esbelta torre, assim com os detalhes mais elaborados das aberturas e do enquadramento do relógio foram simplificados. Ressalta-se que a obra, aprovada em 1921, teve seu alvará renovado em 8 de setembro de 1927. Pela Arquidiocese de Belo Horizonte, assina o projeto o padre Godofredo, vigário da igreja de São José.

Até a extremidade superior da torre, a igreja apresentava a altura, em projeto, de 33,20m.

Octaviano Lapertosa aprova, em 1921, junto a capela de Lourdes, hoje inexistente, o projeto para uma escola, em dois pavimentos, resolvido funcionalmente através de dois longos corredores sobrepostos, através dos quais tinha-se acesso aos espaços destinados às salas de aula, à cozinha, e aos sanitários, no primeiro pavimento; e às salas e aos dormitórios, no segundo pavimento. A fachada principal, voltada para a rua da Bahia, apresentava um conjunto de 5 janelas idênticas sobrepostas, separadas por pilares ressaltados e frisados, com um pequeno capitel nas extremidades. As vergas eram arqueadas e a platibanda, no ponto central, ganhava maior dimensão, onde estava inserido um escudo contornado por volutas e motivos florais.

Luiz Olivieri projeta para João Gonçalves da Costa, na avenida Oiapoque, no lote 6, do quarteirão 33, da I Seção Urbana, uma residência aprovada em 3 de junho de 1921. Ainda seguindo o tratamento em voga nas duas primeiras décadas para as construções ecléticas, há uma profusão de elementos decorativos, predominando os motivos florais. A varanda lateral é solucionada com grades metálicas para o guarda-corpo e lambrequins. O corpo central, ganha maior destaque, com uma janela em três folhas, e sua platibanda é coroada por um escudo com as iniciais JC.

O edifício do Parc Royal, construído no ano de 1921 é, juntamente com o “Castelinho”, um dos mais famosos palacetes comerciais existentes na cidade. Em suas dependências existiu o maior magazine da cidade nos anos de 1920 e 1930. O seu terceiro pavimento continha salas que serviram de escritórios para médicos famosos da cidade como Juscelino Kubitschek e João Ribeiro Vianna entre outros. Carlos

Drummond de Andrade utilizou-o como referência no seu poema “A Tentação de Comprar”. Nele o Sr. Hermann von Tiesenhausen montou a *Casa das Lentes*, endereço reconhecido pelos aparelhos médicos e fotográficos que comercializava. É da *Casa das Lentes* uma das series mais conhecidas de cartões postais mostrando vistas da cidade de Belo Horizonte antes de seu cinquentenário.

1922

Diário de Minas, 08.01. 1921, p. 2: “*Catedral de BH* - A mesa administradora do S.S. Sacramento da Boa Viagem, incumbida de ultimar a construção da catedral que vai ser monumento comemorativo do centenário da nossa independência, resolveu convocar uma grande reunião popular para hoje às 13h, na velha matriz, afim de deliberar o melhor meio de acelerar as obras de modo a permitir a inauguração do belo templo em 7 de setembro de 1922. Estão convocados para a importante reunião todos os católicos de Bello Horizonte.”

Diário de Minas, 21.02.1922, p. 2: “O lançamento de pedra fundamental da Igreja de Nossa Senhora das Dores na Av. do Contorno, Floresta alcançou enorme concorrência e brilho.

Com a presença dos representantes das altas autoridades do Estado, de quase todos os habitantes do bairro e inúmeras outras pessoas...”

Diário de Minas, 31.05.1922, p. 2: “*Barraquinhas na Lagoinha*: “No popular bairro da Lagoinha, haverá, nos dias 1, 2, e 3 do próximo mês de junho animadas festas de barraquinhas, em beneficio das obras da igreja daquele bairro. Os festejos serão abrilhantadas pela banda de música N.S. da Conceição”

Diário de Minas, 04.06.1922, p.1: “Tratando do embelezamento desta cidade, diz *O País*, que o nosso prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello está realizando uma série de melhoramentos que, uma vez concluídas, não só embelezarão a cidade, como ao mesmo tempo tornarão mais confortável a vida dos seus habitantes. Construção de dois portões

monumentais no Parque Municipal [e as obras de construção] de novas linhas adutoras para água destinada aos bairros mais afastados.

Diário de Minas, 14.10.1922, na página 1: “Ecos da inauguração do novo edifício da Delegacia Fiscal - Tiveram início as obras em 1912 (modificado o projeto original, projeto elaborado pelo engenheiro Honorário Hermeto Corrêa da Costa. Modificação feita pelo próprio empreiteiro da obra Sr. Verdussen [...] De maio de 1915 a junho de 1921 estiveram completamente paralisadas as obras. [em] 1919 inicia-se novo processo de concorrência para a conclusão do edifício.”

Diário de Minas, 12.11.1922, p.1: “Edifício da Estação Central – [...] o projeto deste edifício foi confeccionado pelo arquiteto Luiz Olivieri sob a orientação do doutor Caetano Lopes Júnior, sendo a sua construção iniciada em 24 de abril de 1920 e executada pelo doutor Antônio Gonçalves Gravatá.”

Diário de Minas, 26.11.1922, p.1: “Sede à Av. Afonso Pena. - A nova sede da Associação Comercial é um prédio majestoso. [...] Compõe-se de três pavimentos sendo os dois primeiros destinados ao Cinema Avenida (será inaugurado em meados dos próximo mês). A Associação Comercial ficou instalada no 3º pavimento em 4 espaçosos salões incluindo o Salão nobre. O acesso ao último andar é feita por meio de uma escada e de um elevador elétrico...”

Diário de Minas, 27.12.1922, p. 3: “Inauguração da Igreja de Lourdes, no dia do natal, [...] Durante a inauguração tocou em frente a igreja a banda de música Carlos Gomes, acompanhando os cânticos da missa solene que então foi rezada via orquestra sob a direção da senhorinha Maria Auxiliadora Lima.”

A Notícia, 12.01.1920, p. 3-5: “Na festiva comemoração que hoje se faz por motivo da inauguração deste belo edifício, que é a nova estação de Belo Horizonte, não deve o publico encarar somente o acontecimento do dia pelo lado do beneficio material,

representado na posse de mais um magnífico prédio para maior adorno da urbes magnífica.

Além dele refocilar-se por ter obtido para a sua cidade uma estação de embarque na altura da sua importância como capital de um dos mais ricos Estados da União..., não deve esquecer os nomes daqueles que mais se esforçaram pela realização desta grande obra. (...) não se pode deixar de citar o engenheiro Caetano Lopes Júnior, ex-chefe da Seção de Construção e autor do projeto da nova estação.

Vem igualmente à baila o nome de Antônio Gonçalves Gravatá, o construtor do sumptuoso edifício, cujas belezas já têm sido tantas vezes proclamadas pela imprensa diária do país (...)

Entrando no hall da nova estação tem o visitante suas vistas atraídas por inúmeras belezas de arquitetura, por um surpreendente conjunto de cores, em que muito se esmerou a mão hábil de um mestre do colorido.

A nova estação, com todos os seus primores de decoração de estucamento, de figuras simbólicas em alto relevo, não é execução fiel do projeto apresentado pelo arquiteto Luiz Olivieri.

A respectiva planta sofreu modificações propostas pelo Chefe da Seção de Construções e delas resultou essa obra magnífica que é a nova estação ...”

Diário de Minas, 04.06.1922, p.1: Uma das principais loja da cidade, a Casa Narciso, localizada na parte nobre da rua da Bahia, foi o local de exposição da planta do altar - mor da catedral de Belo Horizonte. “...que está sendo construído em S. Paulo. Trata-se de um importante trabalho vazado em estilo gótico e que sendo feito todo de mármore de Carrara. O altar medirá 10 metros de altura.”

As construções de três pavimentos passam a ser a grande novidade no início da década de 1920. O prédio à nova Delegacia Fiscal, onde hoje se encontra o edifício Guimarães, era assunto constante nos jornais. Em 22.07.1922, o *Diário de Minas* volta a comentar sobre a edificação: “Estão em vias de conclusão as obras do majestoso edifício destinado à Delegacia Fiscal do Tesouro Federal neste Estado, à avenida Afonso Pena, esperando o empreiteiro, o reputado e diligente construtor Sr. Antônio

Dias, poder entregar o prédio, completamente acabado, no fim do corrente mês ou, ao mais tardar, nos primeiros dias de agosto próximo. Isolado, de aspecto majestoso e imponente, ocupando uma área extensa da avenida em que se acha situado, é um dos edificios mais sólidos da capital, dispondo, em todos os seus três pavimentos, de salas bem arejadas, confortáveis e espaçosas, destinadas às diversas seções da repartição. O prédio, cuja entrada principal, com três ordens de colunas gregas, é fechado por um grande portão de ferro, é arejado, por todos os lados, por amplas e numerosas janelas. O acesso ao 3º pavimento é dado por um elevador elétrico colocado ao rés do andar térreo por duas grandes escadarias de ferro de vários lances e ainda por uma escada em espiral destinada ao serviço interno. [...] A cantaria e o cimento armado figuram ali em grande escala em todas as obras em que o seu emprego é reclamado.”

Projetos:

Um dos filhos de Edgard Nascentes Coelho (desenhista da CCNC), Dario Renault Coelho, apesar de formar em Odontologia, seguirá a profissão do pai. Vai executar diversos projetos, principalmente nas décadas de 1920 e 1930. Em 11 de dezembro de 1922, Dario aprova o projeto de modificação da residência do Sr. João Fantagussi, na rua Pessanha. Esta residência foi parcialmente demolida, encontrando-se no local apenas parte de sua fachada.

Antônio da Costa Christino aprova, em 4 de novembro de 1922, a residência de Oscar Negrão de Lima, no lote 2, do quarteirão 29, da VI Seção Urbana, localizado na esquina de avenida Brasil com rua rio Grande do Norte.

1923

Notícias:

Diária de Minas, 2.12.1923, p. 2: Na coluna *A Vida da Cidade* fala sobre as novas construções: “... o surto de construções em Belo Horizonte é um fato incontestável e assas animador. Pode dizer-se que jamais se assistiu aqui a um movimento igual.

Há quem estime em mil o número de prédios ora em edificação na capital, sendo que é de três o de casas acabadas diariamente e entregues aos respectivos donos.

Avulta entre as novas habitações o tipo denominado ‘bungalow’ que caiu no gosto do povo, assim pela elegância e conforto que oferece como por ficar em mais vantajosas condições econômicas, notadamente pela pouca altura que a atual lei do município lhe permite.

Quase não há mais avenida, rua ou praça onde não se encontre uma dessas modernas moradias, muitas das quais dão um aspecto pitoresco e uma impressão de conforto.

O aumento de construções não se verifica apenas parte urbana da cidade: nos subúrbios e arrabaldes nota-se o mesmo movimento de edificações, especialmente no Barro Preto, Calafate e Carlos Prates, destinados a compromissos futuros.

E a procura de casas para alugar continua cada vez mais intensa. Isto está estimulando as construções.

É pois, de esperar que nestes dois anos que vêm, Belo Horizonte vai atingir um progresso extraordinário.

Com a construção já iniciada do novo Mercado, no bairro dos Funcionários, vai este receber um grande melhoramento que redundará em notável benefício par as famílias ali residentes, que dentro em pouco, não precisarão mais ir à praça Rio Branco para fazer as suas compras, economizando assim tempo e dinheiro. [...] é de crer que

agora apareça algum espírito empreendedor que procure estabelecer naquela ameníssima parte da cidade uma casa de diversões.

Um cinema, ainda que algum tanto modesto e ao alcance de todas as bolsas, não deixaria de trazer ao seu empresário certo resultado, porque muita gente que reside ali, deixa muitas vezes, de procurar uma diversão qualquer por causa da distância e digamos mesmo por ficar mais caro, por causa da passagem do bonde ou do auto-ônibus.

É de esperar que uma iniciativa nesse sentido venha realizar o que aqui deixamos como lembranças apenas no interesse único de sermos útil aos que vivem na paz bucólica de tão pitoresca zona da cidade habitada, na maioria, por famílias vindas de Ouro Preto, e por isso continuadora das tradições da sociedade da ex-capital – deliciosas convivência nata à amizade sincera e ao auxílio mútuo nos dias de dor ou de alegria!”

Diário de Minas, 08.03.1923, p. 1: mostra um artigo sobre o *Álbum de Arquitetura* impresso a partir de projetos realizados por Luiz Olivieri. Trata-se de uma segunda edição, não sendo referenciada a data da primeira. Em um original pesquisado, não há data de edição, apenas que o arquiteto foi premiado no Brasil e na Itália nos anos de 1911 e 1912. O álbum é composto por um conjunto de pranchas soltas, embaladas em uma capa, onde aparece o título e nome do autor, assim como as menções recebidas pelo mesmo: “Chegou já do Rio, devendo este ser retirado da Alfândega o *Álbum do Architecto Moderno no Brasil*. Excelente obra do conhecido arquiteto Luiz Olivieri. A primeira edição desse álbum, caprichosamente impressa em Turim, sob as vistas do seu autor, que para ali se dirigiu para esse fim, esgotou-se rapidamente, animando-o a tirar a presente edição, cerca de mil exemplares, e a que adicionou alguns novos projetos de construção. Brevemente será posto à venda o *Álbum do Architecto Moderno*, único trabalho do gênero até hoje publicado no Brasil e que é uma obra indispensável não só aos construtores como aos alunos de arquitetura das nossas escolas de Engenharia.”

Diário de Minas, 16.10.1923, p. 2: a questão da habitação é tratada motivada pela exposição de arquitetura que é anunciada: “Inaugurou-se anteontem em uma sala da biblioteca municipal a exposição de arquitetura dos laureados arquitetos Edgard Vianna

e Roberto Magno de Carvalho. Também estão expostos trabalhos de Angelo Bruhns, Raphael Galvão, Souza Aguiar e Evaristo Sá [todos arquitetos cariocas].

Em paralelo apresenta uma crônica onde as questões de aluguel, falta de moradias devido ao grande crescimento populacional pós guerra e também as questões de estilo e gosto são ligeiramente delineadas: “Belo Horizonte passa por uma fase em que a preocupação de quase toda gente é ter uma casa. Os alugueis estão pela hora da morte e nem mesmo com aluguéis de tal ordens há uma casinha para alugar. Assim o desejo de todos os mortais que não tem um teto seu é possuir um, pequeno que seja, mas que os livre do peso do aluguel.

Quem entra na exposição pode ao menos pensar na sua casa, escolhendo o seu tipo ideal, que poderá ser um ‘bungalow’, um ‘missões’, um ‘colonial’. O ‘bungalow’ é a loucura da maioria. Já lá se foi o tempo em que os poetas resumiam o seu ideal na frase ‘teu amor e uma cabana.’. Hoje a frase é ‘teu amor e um bungalow’.”

Diário de Minas, 12.12.1923, p.2: “A vida da Cidade – Pelo bairro dos funcionários: Com a construção já iniciada do novo Mercado, no bairro do Funcionários, vai este receber um grande melhoramento que redundará em notável benefício par as famílias ali presentes, que dentro em pouco, não precisarão mais ir à praça ‘rio Branco’ para fazer as suas compras, economizando assim tempo e dinheiro. [...] é de crer que agora apareça algum espírito empreendedor que procure estabelecer naquela ameníssima parte da cidade uma casa de diversões. Um cinema, ainda que algum tanto modesto e ao alcance de todas as bolsas, não deixaria de trazer ao seu empresário certo resultado, porque muita gente que reside ali, deixa muitas vezes, de procurar uma diversão qualquer por causa da distância de digamos mesmo por ficar mais caro, por causa da passagem do bonde ou do auto - ônibus. É de esperar que uma iniciativa nesse sentido venha realizar o que aqui deixamos como lembranças apenas, no interesse único de sermos útil aos que vivem na paz bucólica de tão pitoresca zona da cidade habitada, na maioria, por famílias vindas de Ouro Preto, e por isso continuadora das tradições da sociedade da ex-capital – deliciosa convivência na à amizade sincera e ao auxílio mútuo nos dias de dor ou de alegria!”

Diário de Minas, 20.12.1923, p. 2: “A inatividade do parque – Falou-se há tempos, que espíritos empreendedores do nosso meio pretendiam obter da Prefeitura certos favores para explicar o magnífico logradouro público que é o nosso imenso Parque municipal, montando nele centros de diversões, cafés, bilhares, etc.

Mas, ficou tudo na fala e até hoje nada se fez no sentido de dar vida a tão inativa parte da cidade, que, bem explorada, poderia dar grandes rendimentos aos homens de dinheiro e meios, que só tem os cinemas, para variar. É pena que não se leve avante empreendimento de tal ordem, mormente numa estação quente, como a atual, em que nenhum burguês por mais agarrado que fosse aos cobres, deixaria de ir tomar um sorvete nos restaurantes do Parque, ao mesmo tempo que tivesse os ouvidos deliciados com os sons de afinadas orquestras.

Bons músicos não faltam: ai estão Justino da Conceição, Juvêncio Júnior, maestro Flores e outros que poderiam com facilidade, organizar grupos sinfônicos para funcionar nas casas de diversões aqui lembradas. Como está é que não pode ficar: uma grande área da capital desperdiçada, bem pode dizer-se, pois sem atrativos, como acima lembrados, ninguém procura o logradouro público em questão. Que apareça algum capitalista resolutivo que se anime a explorar o Parque Municipal e não terá de que se arrepender.

A Prefeitura deve, por sua vez, envidar esforços no sentido de cooperar para o êxito da empresa que se propuser a explorar aquele local próprio, isentando-a de impostos e concedendo-lhes mesmo certas regalias.

Tudo redundará em benefícios para a cidade que cresce a olhos vistos e não tem campo vasto de diversões lícitas, a não serem os cinemas. É preciso que a imprensa martele neste assunto e aqui estou eu para ferir a tecla sempre que for possível. Deixemos de tristezas e procuremos nos divertir a granel, que basta a carestia de tudo para maior dos males.”

Diário de Minas, 22.12.1923, p.2: “A vida na Cidade – Viação urbana – Dentre os postos mais necessitados de meios de locomoção está a rua Carangola, compreendidas também as suas transversais em prosseguimento à rua da Bahia. Habitada por um povo laborioso constituído na maioria por operários, o bairro, onde ora

se cuida da edificação de um templo em honra a S. Antônio, não tem até hoje o serviço de bonde, e entretanto, a linha em continuação à que segue pela referida rua da Bahia, tantas vezes prometida, precisa ser uma realidade. [...] é de inteira justiça o que podem os habitantes dessa parte da Capital que precisa entrar mais diretamente na comunhão desta, por meio de comunicações fáceis, como a dos bondes que viemos a lembrar.”

Diário de Minas, 22.02.1923, na página 1: “O *Embelezamento da Praça da Estação*...O Sr. Flávio Santos, prefeito da capital, com o duplo objetivo de embelezar a praça da Estação, facilitando ao mesmo tempo o trânsito já ali muito intenso, resolveu chamar concorrência para construção de uma ponte que substitua a “David Campista” [...] A nova ponte terá 18 metros de largura ou sejam mais 10 que a atual ...”

Diário de Minas, 27.02.1923,p 3: “Foram ontem iniciadas as instalações da importante construção da igreja das Dores, no bairro da Floresta (...) singela e tocante solenidade. O Engenheiro Gravatá [é] quem vai construir o belo monumento arquitetônico.[...] Uma comissão de distintas pessoas do bairro da Floresta promoveu para estes dias festejos em honra de São João destinando-se o produto que se apurar aos cofres da igreja de N.S. das Dores, em construção.

Ontem; organizado por essa comissão, realizou-se um festival no teatro Avenida [Cine Teatro Avenida], com o mais completo êxito. Hoje às 19 horas, igualmente promovidos pela referida comissão, terão início outros festejos na praça S. João na Floresta, onde foram levantados dois pequenos pavilhões. [...] Tocarà a Banda Carlos Gomes.”

Diário de Minas, 23.06.1923, p. 1: A Matriz da Lagoinha, em construção, volta a ser assunto do dia “Realizar-se-á hoje às 15 horas, o levantamento da cumeeira da matriz de N.S. da Conceição da Lagoinha.”

Diário de Minas, 23.06.1923, p. 1: “Calçamento a mosaico português - Dentro de 15 dias serão iniciados os trabalhos de calçamento a mosaico português dos passeios da Avenida Afonso Pena já para esse fim alargados.”

Diário de Minas, 14.08.1923, p. 1: “Entre os trabalhos que [...] estão sendo executados com aplausos de todos os munícipes, um dos que chamam mais a atenção, agora, é sem dúvida o calçamento a mosaico português que foi feito na Praça da República, igual ao que está sendo executado agora no teatro principal da avenida Afonso Pena. [Cine Teatro Avenida]”

Minas Gerais, 15.04.1923, p.8: “Diversas – Ed. Archangelo Maleta (Grande Hotel) – O sr. Archangelo Maletta teve a gentileza de nos mostrar a planta do acréscimo do predio, onde está instalado, atualmente o Grande Hotel, de sua propriedade.

O plano da nova obra, que será construído na avenida Paraopeba, é de molde a torná-la um dos melhores edificios particulares da Capital.

A parte nova será servida de elevador elétrico, com três pavimentos, sendo instalados em um deles sete apartamentos de primeira ordem.”

Minas Gerais, 08.04.1923: “Concorrência Pública para Remodelação do Edificio da Av. Afonso Penna, onde Funcionou a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional” (Que passa a ser repartição geral dos telégrafos) [...] As obras que constituem o objeto desta concorrência são as seguintes, achando-se a respectiva planta, desenho e orçamento á disposição dos interessados:

-*Fachada*: substituição do reboco e revestimento com cimento (cor natural). Este revestimento será aparelhado de acordo com as juntas das pedras existentes nas janelas (ombreiras).

-*Concreto*: concreto armado para pavimento dos W.C. do segundo pavimento (...).

-*Alvenaria de Tijolo*: Construção de alvenaria de tijolo com argamassa de cal e areia, nos lugares indicados na planta (...).

-*Ladrilhos*: Ladrilhamento dos pavimentos dos W.C. do segundo pavimento

-*Azulejos*: brancos, de primeira qualidade, para revestimento até altura de 1m50 das paredes da sala de taxaço e de partes destinada ao público.

-*Pintura a Óleo*: em duas de mãos [em diversas salas] (...)

-*Portas*: de aço, em substituição as grades de ferro como indica a planta

-*Telhas*: oitenta (80) telhas para concertos e substituição das quebradas. Serão de tipo Marselha.

-*Construção em Madeira*: biombos em madeira de lei (com vidros opacos e translúcido), com a altura de 2m e comprimento indicado na planta. Soalho de peroba para sola de encarregado e vestiário (...)

-*Calefação*: do soalho do sótão que ocupa toda a área do corpo principal do edifício.

-*Armação de Madeira de Lei*: balcão para emissão de telegramas (...)

Belo Horizonte, 03 de abril de 1923 – O engenheiro-chefe do distrito, J. Barcelos de Carvalho.” (p. 11 e 12)

Minas Gerais, 05.04.1923: “Edital de Concorrência Publica para Construção de um Grande Hotel em Belo Horizonte - De ordem do Sr. Dr. Prefeito desta Capital [...] se acha aberta a concorrência para a construção de um Grande Hotel nesta cidade, sob as seguintes bases:

Primeira: O prédio será construído em terreno situado na praça Rio Branco, medindo 10.000 m² na zona de convergência das avenidas Afonso Penna, Comércio e Paraná; será de construção sóbria, mas elegante, e de traços arquitetônicos bem definidos; ocupará, aproximadamente, a parte central do terreno (...)

Segunda: Será de quatro (4), no mínimo, o numero de pavimentos, devendo conter salão de banquetes e festas, cinco (5) apartamentos de luxo, pelo menos, elevadores, etc. e os demais requisitos de conforto, higiene e segurança inerentes a um hotel dessa classe (...).” (p. 11)

Minas Gerais, 23.12.1923, p. 10: “Concorrência para o Projeto do Prédio a ser Construído para o Banco do Brasil - O Banco do Brasil em Belo Horizonte recebe (...) projeto para construção de um prédio, sob as seguintes condições:

- a) A largura da frente do prédio a edificar-se será de 13m, 30, largura esta que será mantida em alguma profundidade, estreitando-se então o prédio 2,50 do lado esquerdo, para que se possam também abrir janelas deste lado.
- b) O prédio terá 2 pavimentos sendo que o primeiro será destinado aos serviços públicos do Banco e, o segundo à moradia e parte dele à contabilidade do Banco.
- c) A profundidade do prédio será de no máximo de 28 metros
- d) O projeto deverá conter:

1º - planta do terreno sito a Av. Afonso Penna, com a posição do edifício

2º - vista e detalhes do portão de entrada para a rua Carijós (...)

É preferido projeto em estalo monumental, de acordo com uma fotografia que será exibida antes aos concorrentes

Sendo a entrada do pavimento superior pela rua Carijós a fachada deste lado deverá obedecer as regras arquitetônicas comuns para o prédio a construir, inclusive outros detalhes, como seja o modelo para o portão de entrada (...).”

Minas Gerais, 29.07.1923, p. 4: “Benção da Capela de S. Luiz na Rua Maranhão

—

Depois de amanhã, às 8 ½, haverá a benção da capela construída pela exma. D. Zina Christo à rua Maranhão. Por determinação do Sr. bispo diocesano, a dita capela vai agora servir para o culto divino, na paróquia de S. Efigênia, juntamente com a igreja do bairro do quartel (...).”

Minas Gerais, 24.07.1923, p. 6: “Igreja da Lagoinha - Foi levantada, ontem, às 15 horas, a cumeeira da matriz de Nossa Senhora da Lagoinha, no bairro do mesmo nome. (...)

O novo templo em construção teve início em maio de 914, ficando, porem, os serviços paralisados até maio de 921, quando prosseguiram.

Lançados os alicerces da nova matriz as obras continuaram com o apoio da população do bairro, que dedicadamente trabalha pelo erguimento do novo templo, já hoje apresentando belo aspecto, de estilo moderno e com dimensões capazes de comportar para mais de 1500 pessoas (...).”

Minas Gerais, 13.10.1923, p. 9: “Igreja de Lourdes - O belo templo erguido a N.S. de Lourdes, de genuíno estilo gótico, cuja primeira pedra fora lançada a 3 de maio de 1916, vai receber amanhã a benção solene, ficando, a partir desse momento definitivamente aberto ao culto.

Belo Horizonte pode orgulhar-se deste sumptuoso monumento, que bem alto atesta a cultura primorosa da época, o bom gosto e não pequenos sacrifícios da Congregação do Coração de Maria, que o arquitetou e a capacidade técnica da empresa do Dr. A.G. Gravatá, que admiravelmente vem executando essa planta primorosa (...)”

Diário de Minas, 03.01.1923, p. 1: “Inauguração do Instituto de Radium – (Hospital Borges da Costa)”

Diário de Minas, 11.04.1923, p.2: “O Sr. Archangelo Malleta tendo adquirido o Grande Hotel, vai introduzir nesse estabelecimento uma série de melhoramentos tendentes a poder ele fornecer aos seus hóspedes todo o conforto que se encontra nos mais modernos hotéis.”

Diário de Minas, p.1: “Diversões no Parque – A recente lei Municipal autorizando o prefeito a conceder direito de Exploração de diversões lícitas no Parque municipal encerra uma medida louvabilíssima, pois, sem dispêndio para a Prefeitura, virá salvar aquele logradouro público do abandono em que se acha, pondo-o em condições de melhor preencher os fins a que é destinado. Entregue, como certamente será, a uma empresa ou a particulares idôneos, capazes de convertê-lo em um ponto de diversões digno de ser freqüentado pelas famílias ...”

Diário de Minas, 17.08.1923, p.2: “Belo Horizonte ressen-te-se ainda da falta de um salão próprio para exposições de pintura. Os artistas que nos visitam lutam com sérias dificuldades para arranjar onde por os seus quadros [...] O palácio do Conselho Deliberativo é o recurso de que ainda dispõem os pintores que vêm aqui expor os eus trabalhos. Aquele edifício dispõem, realmente, de salas magníficas que se podem prestar para tudo, menos, porém para tais certames.”

Projetos:

Arcângelo Maletta, aprova em 19 de abril de 1923, projeto de aumento do Grande Hotel, assinado por José Clavello, na rua da Bahia esquina de avenida Augusto de Lima. O projeto original, foi elaborado por Edgard Nascentes Coelho.

No quarteirão envolvido pelas ruas Ouro Preto, Guajajaras, Araguari e avenida Paraopeba (atual Augusto de Lima), Dario Renault Coelho (com escritório à rua Inconfidentes, 1065) projeta “pavilhão para a Sociedade Sportiva Palestra Itália”, aprovado em 30 de junho de 1923. Trata-se das arquibancadas para o campo de futebol do clube, hoje denominado Cruzeiro Esporte Clube. Dario apresenta “detalhe da viga [metálica] de sustentação das tesouras nas arquibancadas, calculadas para uma carga de 600 quilos por metro quadrado, pesando 31 quilos por metro corrente”. A arquibancada, situada a 2,20m do solo, possuía 5 degraus acessados por uma passarela frontal de 1,00m de largura. Na lateral direita, apresentava, na cobertura, um escudo com as iniciais da agremiação.

Octaviano Lapertosa aprova o projeto “de um edificio escolar para o curso superior de Agronomia e Veterinária”, na rua Carangola, atualmente utilizado pela Escola de Teatro da UFMG. O projeto teve sua aprovação em 25 de junho de 1923, referenciado aos lotes 7, 8, 9 e 10, do quarteirão 7, da II Seção Suburbana. Seu partido foi desenvolvido com pátio central, envolvido por uma varanda por onde se abriam os diversos espaços, a exemplo das salas de aula, da biblioteca, a sala de diretoria, etc. A fachada principal era, também, solucionada com uma varanda longitudinal, com telhado independente do bloco principal, trabalhada com guarda-corpo e lambrequins com o mesmo motivo geométrico, em madeira.

Na avenida do Comércio, atual Santos Dumont, Miguel Noce aprova, em 23 de dezembro de 1923, um projeto destinado a “um pavilhão para oficinas”, a ser construído no lote 23, do quarteirão 15, da I Seção Urbana, de propriedade do Sr. José Miguel da Silva.

O projetista mostra um primoroso desenho de fachada, em que as sombras são bem delineadas. A composição é simétrica, com um portão monumental no centro, de verga em arco pleno, ladeada por duas portas de enrolar, sobre as quais estão localizados óculos.

Antonini, Savassi & Cia, aprovam em 29 de maio de 1923, o projeto de um forno para cerâmica, a ser construída no quarteirão 18, da VIII Seção Suburbana (parte referente ao atual bairro São Lucas). O autor da obra é João Morandi. Ressalta-se, no projeto, a chaminé em tijolos aparente com 14,00 metros de altura.

1924

Notícias:

Diário de Minas, 5.09.1924, p. 2: O Obelisco da Praça Setembro é noticiado - “Foi colocada ontem a última pedra desse Monumento.[...] Pode dizer-se que já está terminada a construção do obelisco comemorativo do centenário da Independência na praça 7 de Setembro...”

Diário de Minas, 17.12.1924, p.1: há um apelo dos moradores do bairro Santa Efigênia para angariar recursos para a “Reconstrução do Templo de Santa Efigênia pela sua Irmandade”

Diário de Minas, 30.12.1924, p. 1: é comentado que “Realiza-se hoje às 13 horas nas proximidades do Posto de Veterinária, a Cerimônia do lançamento de pedra fundamental do Seminário de Belo Horizonte.”

Minas Gerais, 13.04.1924: Banco Comercio e Indústria: “Foi arrematado (...) o velho prédio onde funciona o Cinema Comercio. No local, vai ser construída a sede do Banco Comércio e Industria, que foi o arrematante na praça realizada, anteontem, no juízo federal.”

Minas Gerais, 24.08.1924: “Inaugura-se Hoje o Instituto Raul Soares - (...) O Instituto Raul Soares ocupa uma área superior a três alqueires geométricos e esta situado no aprazível bairro do Quartel, tendo a sua entrada principal pela Praça Belo Horizonte (...)

A parte já construída (...) compreende um corpo de edifício central e quatro alas laterais.

O corpo central, dividido em 3 pavilhões, encerra no da frente as dependências administrativas (...) No pavilhão ao meio fica a seção fisioterápica (...) e, no 3º pavilhão, refeitório do pessoal administrativo (...)

As alas laterais são constituídas por quatro grandes pavilhões, tendo cada um deles (...) 18 celas perfeitamente confortáveis (...)

O pavimento inferior dos dois pavilhões que formam as alas laterais posteriores foi adaptado á residência do pessoal domestico (...).” (p. 4)

Minas Gerais, 23.08.1925, p. 4: “Alfândega de Belo Horizonte - Com a presença do Sr. Presidente Mello Vianna (...) será hoje, as 13 horas, lançada a pedra fundamental do edificio destinado à Alfândega de Belo Horizonte [...] O edificio principal vai ser feito na praça Rio Branco, em concreto armado, em dois pavimentos e com embasamento para receber oportunamente, um terceiro pavimento.

Os armazéns, em numero de quatro, serão igualmente em concreto armado, com 100 metro de comprimento por 11 de largura, dotado de ponte rolante para facilitar o transporte interno e estão projetados de modo a permitir o acesso de veiculo, de um lado, e de trens quer da Central [...] quer da Oeste de Minas.

O ribeirão Arrudas será ai canalizado e feita uma ponde para as vias férreas que derivam para os armazéns.

A construção será feita pelo Estado, por administração direta do engenheiro Octávio Penna.”

Minas Gerais, 18 e 19/02/1924, p. 5: “Secretaria de Polícia - Na hasta publica para as obras de ampliação do edificio da Secretaria da Policia (...) o Secretario da Agricultura aceitou a proposta mais vantajosa em preço e em prazo para a

conclusão das obras, que foi a do engenheiro José Dantas. As obras deverão ser iniciadas no prazo de 10 dias e estar terminadas em 8 meses.”

Minas Gerais, 04.12.1924, p. 3: “Edifício da Junta Comercial - Tendo ciência, por intermedio do Sr. Secretario das Finanças, de que estava em mau estado de conservação do prédio em que funciona a Junta Comercial o Sr. Secretario da Agricultura designou um dos engenheiros do Estado para examina-lo (...) ficou encarregado o engenheiro Jose Renault Coelho (...).

O serviço está concluído e constou de decoração do forro da sala das sessões pintura a óleo, das paredes, portas, janelas e gradis, reparos diversos e reforma das instalações sanitárias.”

Minas Gerais, 30.06.1924, p. 4: “Mercado do Bairro dos Funcionários - O Mercado do Bairro dos Funcionários que hoje inicia suas operações, acha-se edificado no ângulo formado pela rua Gonçalves Dias com a Paraíba e se compõe de 2 alas de 20 metros de frente, paralelas ao alinhamentos das ruas, e destes afastados 3 metros (...)

O edificio, modesto, mas de aspecto gracioso, é solidamente construído de alvenaria de tijolos e, coberto de telhas francesas, tendo sido o projeto elaborado na Diretoria de Obras da Prefeitura; tem iluminação elétrica e excelente instalação sanitária. A construção foi iniciada na primeira quinzena de novembro ultimo e concluída, na segunda do mês passado, tendo sido executada pelos engenheiros construtores Rache & Resende.”

Minas Gerais, 16 e 17.06.1924, p. 6: “As Novas Instalações do Grande Hotel - (...) o proprietário do Grande Hotel, Sr. Archanjo Maletta, resolveu a ampliação do seu estabelecimento, ao mesmo tempo que fazia passar por uma completa transformação a parte antiga do importante edificio.

Como é sabido, as construções novas se compõem de um vasto edificio de três pavimentos dotado de instalações modernas (...). O segundo pavimento é dividido em 12 apartamentos, cada um dispondo de saleta, quarto e serviço completo de higiene (...).

Nos outros pavimentos ficam 29 quartos (...). Completam esses serviços o elevador elétrico e a rede de telefones em todos os quartos.

Na parte antiga foram melhorados todas as acomodações, instalados novos serviços sanitários e de banhos, sendo ampliados a cozinha e a copa sendo construídas novas dependências para os criados, além de uma torre de 18 metros de altura, para facilitar a distribuição de água quente e fria por todo o edifício.

Como se vê, foi completa a transformação passada pelo Grande Hotel, graças ao espírito progressista de seu proprietário (...).”

Minas Gerais, 23.11.1924, p. 4: “O Novo Edifício da Escola de Aprendizes Artífices - Será brevemente inaugurado o novo edifício da Escola de Aprendizes Artífices desta Capital construído no Barro Preto, em excelente local (...)

Para auxiliar na instalação das oficinas da Escola, chegou, a esta Capital, o Sr. Tibyriça de Oliveira, mestre contratado para remodelação do Ensino Profissional Técnico (...)

O sr. Tibyriça de Oliveira já remodelou o estabelecimento congênere e de Florianópolis (...) e por isso tem um conhecimento minucioso do assumpto.”

Minas Gerais, 18.09.1924, p.4: “A Santa Casa Completou 25 Anos de Existência - (...) Com a sua capacidade de ha muito ultrapassada, pelo numero sempre crescente de enfermos pobres, que para aqui se dirigem atraídos pelo valor e competência de seu corpo clínico, a Santa Casa tem, em suas enfermarias, uma media diária de 350 doentes, quando as atuais instalações foram feitas para 250 pessoas. Urge, pois, ampliá-la (...).”

Projetos:

Luiz Olivieri projeta, para Felipe Longo, uma residência na praça Treze de Maio (Savassi), na esquina de rua Antônio de Albuquerque com avenida Paraúna (atual Getúlio Vargas), no lote 2, do quarteirão 11, da XI Seção Urbana, aprovada em 13 de novembro de 1924. Denominada “Villa Alice”, a edificação apresenta uma grande

varanda em “L” voltada para a praça e para a avenida. Sua solução interna, bem setorizada, compõe-se de várias salas e um “gabinete” e um setor de serviços no primeiro pavimento, e três quartos e um banheiro, acessados por um corredor voltado para a escada, no segundo pavimento. Não há construção sobrepondo a parte de serviços. A fachada, com motivos decorativos mais contidos, apresenta janelas de vergas retas, que na parte dos dormitórios são resolvidas com venezianas em 1/3 do vão, e vidros na parte superior.

Em 1923, João Abramo encomenda a Octaviano Lapertosa uma residência para sua moradia, no lote 12, do quarteirão 27, da VI Seção Suburbana, localizado na rua Itapecerica. A edificação foi aprovada em 31 de janeiro de 1924. Posteriormente, esta residência passou a ser conhecida como a “Casa da Loba”, em função de uma escultura que arrematava a sua platibanda. Deve-se ressaltar, que no projeto original não é uma loba que ocupa tal posição, mas sim uma águia. Esta última, perde sua posição central, com a inclusão da escultura da loba, e é locada em um pequeno pilarete, em posição inferior ao frontão que serve de suporte àquela. O projeto, em terreno de declividade ascendente, permitiu a inclusão de um porão, com dois compartimentos - o primeiro uma sala de espera e o segundo, designado, escritório.

O pavimento superior é acessado por uma escada de 22 degraus, que termina em um patamar que faz a ligação com uma varanda longitudinal, envolvendo toda a fachada lateral. O corpo fechado da casa é solucionado em um retângulo de 7,65m x 15,60m, subdividido ao meio por uma parede. Na primeira metade, estão localizadas as salas de visita, a sala de jantar uma circulação para a qual se abria um banheiro e uma cozinha na extremidade. Esta se comunica-se com uma segunda varanda, destinada a área de serviços. Na outra metade, estão localizados quatro quartos, todos de 3,50m de largura. Dois deles comunicam-se com a circulação, o terceiro abre-se para a sala de jantar, sendo que o acesso do último deles se dá através do terceiro quarto. Sua fachada apresenta varanda lateral, que na sua parte frontal continha uma cúpula, arrematada por uma esbelta agulha. O ritmo das janelas é repetido no porão, em número de quatro em cada pavimento. A parte central, apresenta duas janelas com curiosa bandeira circular, e as duas janelas laterais apresentam verga reta e bandeira retangular fixa. A platibanda,

envolvendo as duas águas do telhado, é escalonada, tendo como marcação pequenos pilaretes ou torreões e, arrematada por um frontão triangular, sobre o qual existia uma base, onde foi fixada a loba. A água foi deslocada para o pilarete da extrema esquerda da platibanda. A data de projeto e o seu autor são encontrados em várias publicações de forma incorreta. Em 26 de setembro de 1977, a prefeitura de Belo Horizonte aprova “planta de modificação de fachada da residência situada no lote 12, quarteirão 27, da VI Seção Suburbana”, ou seja, o projeto de descaracterização da Casa da Loba. O projeto retira toda ornamentação existente, inclusive os gradis e portões. Foi assinado pela “profissional” Regina Rocha, CREA 7348/D – 4ª R. Por parte do proprietário, o projeto foi assinado por procuração, por Fernando Bastos de Andrade.

Luiz Olivieri elabora modificações e acréscimos na sede da Associação dos Empregados no Comércio, no lote 7 do quarteirão 16 da II Seção Urbana. O projeto, foi aprovado em 10 de agosto de 1921, e constava de um salão de reuniões, um gabinete para o presidente, o gabinete da secretaria e uma biblioteca. Nos fundos, com acesso pela secretaria, encontravam-se dois banheiros. O projeto é assinado pelo então presidente Lauro Jacques.

Luiz Olivieri elabora, em 1924, e tem sua aprovação efetivada em 8 de maio de 1925, o projeto para uma edificação de uso misto, comércio e residência, situada no lote 13, do quarteirão 24, da II Seção Urbana, correspondente a rua Curitiba esquina de rua Tupinambás. O proprietário era o Sr. Aníbal Marques Gontijo. A solução segue as características adotadas em seus projetos, trabalhando com motivos ornamentais tanto nos capitéis, na platibanda assim como nas grades metálicas, que vão compor as partes centrais das portas laterais e suas bandeiras sobre vergas retas. A porta central foi proposta em aço, de enrolar, já então dominando os fechamentos dos espaços comerciais.

Octaviano Lapertosa projeta um palacete de uso comercial e residencial, localizado na rua dos Tamoios esquina de avenida Afonso Pena, aprovado em 20 de novembro de 1924. O proprietário é o Sr. João Ricardo Setragni.

No pavimento térreo havia três lojas voltadas para a avenida Afonso Pena e um “Laboratório” voltado para a rua dos Tamoios. Da última loja, tinha-se acesso ao andar superior, destinado à moradia, e que apresentava uma solução mal setorizada entre as partes de serviço, íntima e social. A marcação da esquina era solucionada por paredes curvas, com introdução de um pequeno balcão com balaustrada no segundo pavimento, culminando com uma cúpula.

1925

Notícias:

21.04.1925: “São inaugurados o Quartel do 5º Batalhão da Força Policial Mineira e o Museu Militar.” PENNA, 1997:203

29.04.1925: “Inaugura-se o Conservatório Mineiro de Música.” PENNA, 1997:203

30.06.1925: “Genesco Murta, pintor mineiro, faz, na Capital, a sua primeira exposição.” PENNA, 1997:204

22.09.1925: “O Governo do Estado abre um crédito de 2.500.000\$000 para a construção dos prédios destinados ao Ginásio Mineiro, à Escola maternal e ao Conservatório de Música, na Capital.” PENNA, 1997:205

30.10.1925: “Aprova, o Governo do Estado (Decreto n. 7.019), o plano de modificação da praça Rio Branco, da Capital.” PENNA, 1997:206

31.10.1925: É o prefeito autorizado, pela Lei n. 298, a construir abrigos para os passageiros dos bondes, na av. Afonso Pena.” 30.10.1925: “Aprova, o Governo do Estado (Decreto n. 7.019), o plano de modificação da praça Rio Branco, da Capital.” PENNA, 1997:206

7.12.1925: “É concluída, pelo pintor Antônio Parreiras, e inaugurada a nova decoração do Salão de Honra do Palácio da Liberdade.”

Diário de Minas, 21.08.1925, p. 1: “*Calçamento de ruas*: O calçamento de nossas ruas, que é o problema mais difícil de ser resolvido em uma cidade de área ampla como Belo Horizonte, tem sido enfrentado com coragem e nítida orientação pelo Sr. Dr. Flávio Santos. Basta dizer que estamos com a Avenida Afonso Pena na sua parte mais privada, completamente calçada, o mesmo acontecendo à avenida do Comércio em toda a sua extensão . Isto sem falar em numerosas outras avenidas e ruas, bem como na rua Goiás e praça da Estação, ambas calçadas a asfalto.

Agora o Sr. Prefeito está fazendo calçar a avenida Paraobepa, no quarteirão em frente à Imprensa e as ruas Guajajaras e Timbiras nos trechos [entre] Espírito Santo e Bahia. Com esses serviços ficam calçados quase todas as ruas nas suas proximidades com a [rua] da Bahia.” O assunto tem continuidade no dia 4.10.1925: “Pedido de calçamento dos moradores da Rua Hermílio Alves, Mármore e proximidades do Quartel do 5º Batalhão. Habitados em quase maioria por funcionários aos quais a Prefeitura cedeu lotes de terreno em que já foram edificados magníficos prédios e outros em via de sê-lo.”

Diário de Minas, 9.9.1925, p. 2: A instalação do *Cinema Capitólio* é um dos assuntos do dia: “Estão quase concluídos os trabalhos da instalação da nova casa de diversões com que importante firma comercial desta praça vai dotar a nossa capital. Trata-se de um confortável salão de projeções, situado na avenida do Comércio de BH...”

Diário de Minas, 16.10.1925 – p. 1: O novo edifício dos telégrafos é comentado: “Visita do Sr. Ministro Francisco Sá às obras [...] Calcula-se que as referidas obras estejam concluídas dentro de três meses. O edifício em questão era a antiga Sede da Delegacia Fiscal e se achava em completo abandono. As obras de adaptação estavam a cargo do engenheiro-arquiteto Roberto Magno de Carvalho que é também o fiscal de sua Execução. O distinto engenheiro é membro da diretoria do

Instituto Central de Arquitetos do Rio de Janeiro e formado pela E.N. de Belas Artes. O Edifício fica situado no ponto mais central da cidade, em frente ao dos correios.”

Diário de Minas trás artigo denominado *A vida na cidade* em que “Refere-se à área situada na colina fronteira à estação de arrudas [em que os] edificios destinados a abrigar imigrantes que ficou se chamando Hospedaria de IMMIGRANTES. Aproveitados e aumentados posteriormente tais prédios para alojamento do 5º batalhão de Polícia eis que começa o bairro a crescer-se com o nome de “Quinto” cumulativamente com o de ‘Hospedaria de Imigrantes’. Segundo o geral ‘nenhuma dessas designações deve permanecer, surgindo, pois, uma providência legislativa tendente a evitar que se perpetuem.

A designação ‘Hospedaria de Imigrantes’ não tem mesmo razão de ser porque jamais funcionou ali tal repartição ...”

Diário de Minas, 28.11.1925, p. 1: A coluna *Vida da Cidade* do dia, fala sobre *Construções*: “Além das construções oficiais dos edificios destinados à Alfândega, à praça Rio Branco; ao grupo escolar D. Pedro II, à avenida Mantiqueira, à Escola Maternal Mello Viana, no Barro Preto, ao conservatório de Música, à avenida Afonso Pena e ao Hospital, nas proximidades da Estação do Horto Florestal, todos muito adiantados e obedecendo aos mais rigorosos preceitos arquitetônicos e higiênicos - inúmeras são as que estão sendo levadas a efeito por iniciativa particular, não só na zona urbana, como na suburbana.

É assim que se vêem surgir, notadamente na zona comercial vastos e imponentes edificios, a maioria dos quais destinados a casas especialistas por atacado em diversos gêneros.[...] Pelos arrabaldes, por onde a cidade se estende em todas as direções a febre de edificações é também intensíssima, vendo-se erguer ao lado de modestas, mas confortáveis vivendas de operários, elegantes prédios, que atestam o gosto que já vai presidindo as construções nesta cidade.

O surto de Belo Horizonte, nesse ponto é o mais animador possível, não havendo no Brasil, exemplo de uma localidade progredir tanto em tão curto espaço de

tempo, pois há uma década passada ou talvez menos os seus edifícios e terrenos se encontravam completamente desvalorizados e atualmente alcançam preços verdadeiramente fantásticos.

E deve ser registrado: muito tem influído para isso a sabia lei inspirada pelo Sr. presidente Mello Viana ao congresso mineiro, no tocante a concessão de favores aos funcionários públicos, para contração ou aquisição de moradias, por intermédio da instituição beneficente que é a 'Previdência dos servidores do Estado'..."

Diário de Minas, 10,12,1925, p. 2: "Inauguração do Hotel Glória na rua dos Carijós n.º 13."

Minas Gerais, 20 e 21.04.1925: Artigo contém fotografias e histórico dos seguintes estabelecimentos:

"Serviço Sanitario de Minas Gerais": "Instituto Raul Soares: (...) mais importante dos estabelecimentos de Assistência a Alienados do Estado e funciona à praça Belo Horizonte, no bairro do Quartel. Foi fundado no governo Arthur Bernardes e instalado a 24 de agosto de 1924 (...).

Instituto do Radium: "Este estabelecimento foi fundado pelo presidente Arthur Bernardes e inaugurado a 7 de setembro de 1922, (...) em excelente edificio sito à avenida Mantiqueira (...)"

Santa Casa de Misericórdia: "(...) foi fundada a 21 de maio de 1899 e esta situada à praça 15 de novembro (...)"

Maternidade Hilda Brandão: "(...) foi fundada em 1912 e começou a funcionar em 1916."

Hospital São Vicente de Paulo: "(...) Esta instalado à Avenida Mantiqueira, em prédio de construção moderna."

Hospital São Geraldo: “(...) fundado a 4 de julho de 1920 (...)”

Hospital Cícero Ferreira: “(...) é construído na zona suburbana, no centro de um parque arborizado (...) Foi fundado no governo Wenceslau Braz (...)”

Sanatório Hugo Werneck: “(...) foi fundado em 1920 e inaugurado em 1922 (...) A sua localização, junto à Santa Casa, cuja direção é a mesma (...) Está situado na esquina da rua Ceará com a avenida Araguaia (...)”

Desinfetório: “(...) criado no governo Bueno Brandão e inaugurado em 1912 (...) funciona á Av. Araguaia (...)”

Enfermaria - Hospital de Belo Horizonte: “(...) sito á rua do Ouro (Serra) (...) destinando-se à hospitalização de soldados (...) [foi] fundado em 1912 (...)”

Instituto Ezequiel Dias: “(...) é filial do Instituto Oswaldo Cruz e foi fundado a 4 de agosto de 1907 (...)”

Hospital Militar: “Criado pelo governo Bueno Brandão, foi (...) instalado em 1914 (...) Presentemente passa o Hospital por uma serie de melhoramentos (...) [está] situado á rua Manaus, no bairro do Quartel (...)”

Minas Gerais, 14.06.1925: “Grupo Escolar Olegário Maciel - Belo Horizonte contará amanhã mais um grande estabelecimento de ensino destinado às crianças de ambos os sexos, e situado na avenida S. Francisco (...) o edificio, possui fachada de linha arquitetônicas simples e harmônicas (...)”

Minas Gerais, 15 e 16.06.1925, p. 9: “O prédio do Grupo Escolar foi construído por empreitada, sob a administração do Dr. Antônio Mourthé, de acordo com todas as exigências pedagógicas. Ocupa o terreno entre a rua Carijós e a Av. S. Francisco, tendo três entradas (...). A escadaria é de mármore de Carrara, com balaustrada de talco de

Itauna (...) Há dez salas de aula e o salão nobre, dando todos acesso a uma varanda coberta, na qual há um tablado suportado por seis colunas (...).”

Minas Gerais, 29.03.1925, p. 8: “Diversas” – Quartel de Cavalaria – O Sr. Presidente Mello Vianna resolveu mandar construir um edificio para quartel de cavalaria, em terreno municipal situado nas vizinhas do bairro da Floresta (...).”

Minas Gerais, 22.03.1925, p. 5: “Cadeia Hospital - O Sr. Presidente Mello Vianna, quando Secretario do Interior, verificará a necessidade de uma prisão para sentenciados doentes de moléstias contagiosas, especialmente para tuberculosos (...)

Assumindo a Presidência do Estado, o Sr. Dr. Mello Vianna resolveu realizar a obra humanitária que havia planejado (...)

O projeto distribui a construção em 4 pavilhões, dispostos em quadrado, o que traz grande economia em muros de vedação e a vantagem de insolação e ventilação perfeita em todos os pavilhões. Nestes serão alojados as diferentes seções da cadeia - hospital da seguinte maneira:

O pavilhão de frente da casa da administração é o corpo principal do edificio. Por um pórtico de entrada, quebrando a monotonia e singeleza da construção, entra-se para um amplo vestíbulo. Aos lados e comunicando-se por corredores estão distribuídas as diferentes seções do edificio. À direita, corpo da guarda, rouparia, depósito, quarto para enfermeira e sala para agonizantes que devem ser isolados do resto da comunidade; à esquerda, sala do administrador, consultório medico e quarto para enfermeiros.

Paralelamente ao eixo do edificio ficam colocados os dois grandes dormitórios (...) Ao fundo, fechando o quadrado ocupado pelo edificio, as duas enfermarias, separadas por um corredor de serviço (...)

Em pavilhão isolado, no prolongamento do dormitório da direita e ligado ao corpo do edificio por um passadiço envidraçado, a copa e a cozinha (...)

Os quatro pavilhões formam entre si um grande pátio ajardinado, com 979 metros quadrados, destinado a recreio dos reclusos com um galpão circular no centro [...] A construção desse edificio, anunciada em hasta publica, vem preencher uma grande lacuna no nosso sistema penitenciário (...).”

Minas Gerais, 22.03.1925, p. 3 e 4: “Escola Maternal ‘Melo Vianna - (...) realiza-se hoje, às 16 horas, no antigo campo do Yate F. B. Club, a solenidade do lançamento da pedra basilar da Escola Maternal, que o governo do Estado resolveu criar nesta cidade, por decreto hoje publicado (...)

O operariado da capital, que será o diretamente favorecido pela obra cuja construção se vai agora iniciar prestará, ao ensejo da solenidade de hoje, uma homenagem (...) ao Sr. Presidente do Estado [Melo Vianna] (...).

O edifício que vai servir á Escola Maternal e de cuja construção se encarregou, por contracto, o engenheiro Sr. Dr. Antônio Mourthé, deverá estar pronto dentro de 6 meses.

Sem exagero, afirmamos que esse prédio pode sofrer, com vantagem, qualquer confronto que no gênero existem no Brasil (...).

Compor-se-á de 3 seções: uma para os menores de 2 e 3 anos, outra para os de 4 a 5 anos, e outra para os de 6 e 7 anos. Além disso, terá os compartimentos necessários (...) com largueza e conforto (...).”

Minas Gerais, 20.03.1925, p. 7: “Asilo Bom Pastor - Realizou-se, ontem, às 9 horas, com grande solenidade, em frente ao edifício da Escola de Aprendizes Artífices, à Rua Rio Grande do Sul, o lançamento da primeira pedra do Asilo Bom Pastor, que até agora tem funcionado na rua Pouso Alegre (...).”

Minas Gerais, 20.03.1925, p. 8: “Conservatório Mineiro de Música - O Conservatório Mineiro de Música, recentemente criado (...). provisoriamente, (...) funcionará na Casa do Parque, até que fique concluídas as obras do prédio, á avenida Afonso Penna, destinado a esse fim.”

Diário de Minas, p.1: “Arborização da rua da Bahia – Já está concluindo o serviço de retirada das magnólias da rua da Bahia. Logo que seja terminada o trabalho de recalçamento da rua, vai ao que sabemos ser iniciado o plantio de novas árvores, que ficarão mais próximas aos passeios, dando assim maior espaço ao centro da rua, onde trafegam bondes, automóveis, carroças, etc.”

Diário de Minas, 20.02.1925, p.1: “O último muro da avenida Afonso Pena – A avenida Afonso Pena, do Bar do Ponto ao Mercado, esta completamente edificada. Só existe um terreno, ainda não construído, junto ao edificio da Photographia Allemã entre Praça 7 de Setembro e rua Tupinambás. Pois bem, nesse terreno vai ser, em breve dias, iniciada uma construção elegante que irá concorrer ainda mais para o embelezamento da nossa principal via pública. Vai-se assim o último muro da avenida Afonso Pena.”

Diário de Minas, 03.03.1925, p.2: “ Instituto de Música – Dentro em pouco vai ter Belo horizonte um magnífico estabelecimento de ensino de preparo musical [...] Para dirigir o Instituto virá do rio de janeiro o maestro Francisco Nunes(mineiro de Diamantina).”

Diário de Minas, 18.03.1925, p. 1: “ O asilo bom Pastor – Temos o prazer de noticiar que amanhã, 19 do corrente às 9 horas, será lançada a primeira pedra do Asilo do Bom pastor, destinado a abrigar as crianças pobres e as mulheres transviadas.”

Projetos:

Miguel Noce, desenhista que vai atuar nas primeiras décadas de construção da cidade, aprova em 10 de novembro de 1925, projeto a edificar-se no lote 13, do quarteirão 30, da II Seção Urbana, correspondendo à esquina de rua Curitiba com avenida Afonso Pena. A obra de propriedade de Luciano Lavvalle, foi construída pela Empresa Construtora de Belo Horizonte, que tinha como responsáveis os engenheiros Adhemar Rodrigues e Alexandre Rillos, que a partir dos anos vinte muito vão contribuir como empreendedores da construção civil. O projeto já apresenta portas metálicas de enrolar na parte destinada ao comércio, substituindo as portas em madeira. Trata-se de uma construção geminada, resolvida simetricamente, inclusive nas áreas que sobressaem na platibanda.

A Companhia Construtora Nacional, Sociedade Anônima, Filial de Belo Horizonte, sem assinatura do responsável técnico, elabora o projeto de “Adaptação a Cinema do andar térreo do prédio de Camadel e Calabria” situado nos lotes 12 e 13, do quarteirão 17, da I Seção Urbana, correspondendo à lote na Avenida Santos Dumont, entre ruas Espírito Santo e Rio de Janeiro. O projeto apresenta solução para os espaços destinados ao público, o desenho do palco e sua decoração, e uma galeria , referenciada a espaços de um segundo pavimento. O pé direito total era de 6,50m, com 28 carreiras de cadeiras, solucionadas em plano inclinado. O projeto teve sua aprovação em 4 de setembro de 1925.

Raphael Hardy aprova, em 10 de Fevereiro de 1925 o projeto de um prédio a construir-se em parte do lote 1, do quarteirão 3, da I Seção Urbana, destinado a comércio, correspondente a parte do lote onde hoje está o edificio Guanabara. A construção, provavelmente, foi edificada no prédio hoje destinado as Lojas Hamilton, na Afonso Pena. A obra tinha como proprietários os Srs. Alberto Tavares Carneiro e Adriano Vaz de Carvalho. Sua solução apresenta três grandes vãos de acesso ao espaço destinado ao comércio e na parte superior três grandes janelas em arco pleno, com laterais e bandeira fixas, envidraçadas. Sua platibanda apresenta pequenos torreões na parte central, adornado com motivos florais.

No mesmo ano de 1925,em que projeta a edificação da avenida Afonso Pena, para os Sr. Adriano Vaz de Carvalho e Antônio José de Souza, Raphael Hardy, associado ao escritório de Engenharia A Mourthé & J. S. Moreira (com sede na avenida Paraopeba, 180), produz uma nova proposta de acréscimo ao projeto original, promovendo uma alteração na fachada, com quatro portas comerciais e uma porta de acesso ao segundo pavimento na extremidade direita. Para sustentar o pavimento livre superior foi introduzido um vigamentos em aço de 350mm de altura, sobre os quais eram lançados os barrotes de madeira que apoiavam o piso em tábuas.

Luiz Signorelli aprova, em 27 de março de 1926, a residência de Noraldino Lima no lote 2, do quarteirão 25 da III Seção Urbana, na rua Espírito Santo esquina de avenida Álvares Cabral.

Na esquina de rua Aimorés com rua Rio Grande do Norte, Dario Renault Coelho aprova, em 20 de junho de 1925, o projeto de uma residência para Júlio Octaviano Ferreira, no lote 6, do quarteirão 12, da VI Seção Urbana. A residência, ainda existente, é um dos exemplares da arquitetura de transição entre o ecletismo do início do século, que perdura até os anos de 1930, e as casas com referência nos chalés, nas tipologias normandas e californianas que vão impregnar os anos seguintes.

Dario Renault Coelho faz, em outubro de 1925, o levantamento da “planta baixa do café Bar do Ponto”, localizado na construção existente no lote 17, do quarteirão 24, da III Seção Urbana. O café localizava-se na avenida Afonso Pena esquina de rua dos Tupis.

É de Luiz Olivieri o projeto de um dos últimos palacetes ecléticos projetado na área central, aprovado em 20 de maio de 1925. Trata-se do imóvel ainda hoje existente na rua Guarani, que apesar de totalmente descaracterizado mantém seu torreão emático. Em que pese a profusão de elementos decorativos, estes apresentam-se bem adaptados às partes. O corpo central é imponente e caracteriza-se por uma organização equilibrada dos cheios e vazios. Embora pertencente a um ecletismo tardio, podemos caracterizá-la como uma de suas melhores obras. O projeto foi edificado nos lotes 8 e 10, do quarteirão 25, da II Seção Urbana e seu proprietário era o Sr. Paulino Marques Santos.

Luiz Sigmorelli forma em 1925 na Escola Nacional de Belas Artes, e vem para Belo Horizonte, onde naquele mesmo ano, cria a firma R. P. Firme & Signorelli, com sede à avenida Amazonas, 336. Assim, desta parceria com a qual inicia sua vida profissional, projetando a residência situada no lote 22, do quarteirão 27, da X Seção Urbana, correspondendo a Rua Gonçalves Dias, no Bairro de Lourdes, em início de ocupação. O proprietário era o Sr. Horácio Guimarães, e teve sua aprovação em 20 de

outubro de 1925. As plantas revelam uma preocupação em organização dos setores social, serviço e íntimo, já seguindo as determinações funcionalistas, há muito em vigor, mas pouco praticadas em Belo Horizonte, pelos projetistas aqui residentes. A qualidade técnica e expressiva dos desenhos que compõem o projeto merecem ser ressaltadas.

O Dr. Polycarpo Magalhães Viotti manda projetar sua residência pela firma R. P. Firme & Signorelli (localizada na avenida Afonso Pena 748), nos lotes 11 e 13, do quarteirão 31, da X Seção Urbana, correspondendo a um terreno na rua Rio de Janeiro, entre ruas Bernardo Guimarães e Gonçalves Dias, aprovada em 1925. O projeto, com características das residências normandas, tem uma solução funcional bem resolvida, ficando a parte íntima localizada no pavimento superior.

Sua fachada apresenta um telhado de grande inclinação, com trecho frontal em empena, onde há faixas de alvenaria em relevo, imitando estrutura em madeira. Junto ao peitoril das janelas foram projetadas jardineiras, elemento que passou a ser difundido através das soluções em estilo *chalet*.

O projeto da igreja de N. S. das Dores, situada no bairro Floresta, foi aprovada em 11 de junho de 1925. O estudo, de um detalhamento rigoroso, não apresenta assinatura do autor. Há uma planta, data de 1924 com a assinatura de Dario Renault Coelho.

Os arquitetos cariocas Robert Carvalho e Antônio F. Cavalcanti projetam o edifício destinado à sede do Banco do Brasil em Belo Horizonte, aprovado em 14 de abril de 1925. Em estilo neoclássico, mostra em sua fachada um conjunto de colunas coríntias, que sustentam uma platibanda onde elementos ornamentais como volutas, folhas e conchas estão presentes. Localiza-se na avenida Afonso Pena, e atualmente, após adaptações, é utilizado como *Espaço Cultural* do Unibanco. Para o acesso principal há um vão de escada, e seu assentamento no terreno foi totalmente descaracterizado, eliminando o jogo de cheios e vazios existente em sua base.

Francisco Farinelli, com escritório na rua Tomé de Sousa, 807, aprova em 12 de junho de 1925, uma das residências mais peculiares da área central. Trata-se do edifício construído, em estilo mourisco, na esquina de rua Rio de Janeiro com avenida Augusto de Lima. Esta construção, ainda existente, sofreu reformas e ampliações ao longo do tempo, embora não tenha perdido, totalmente, seu caráter. Sua solução, com um único dormitório, apresentava uma distribuição dos cômodos bem organizada, a partir de uma circulação central, da qual iniciava uma escada em caracol que dava acesso ao torrão, designado “Mirante”. Hoje está parcialmente demolida, constituindo-se numa das grandes perdas de legados deixados por outras gerações. Talvez seja um dos últimos exemplares desta arquitetura, mais difundida no Rio de Janeiro. O autor trabalha com arcos em diversas formas, utiliza cerâmicas, compondo pequenos painéis para enquadramento dos vãos e introduz colunas de proporções reduzidas na composição das varandas, no projeto original, em que não constava os espaços comerciais, acrescidos posteriormente. A residência foi projetada para o Dr. Washington Pires.

“Inicia-se o processo para o primeiro edifício com mais de três pavimentos na Área Central, o qual vai situar-se fora do eixo da avenida Afonso Pena, que já “desbancava” a rua da Bahia como centralidade. Localizado na rua dos Caetés, esquina de rua São Paulo, o edifício do Banco Comércio e Indústria, projetado pelo arquiteto carioca Ricardo Whiedt, torna-se, em 1925, a edificação de maior verticalidade projetada no centro, com os seus cinco pavimentos. Em estilo eclético, com elementos neoclássicos dominando a sua imagem, foi construído em terreno de esquina em 90°, em que balcões curvos com balaustradas marcam a fachada. Seu partido desenvolve-se seguindo a conformação de seu lote, de forma triangular. Apresenta solução simétrica, que tem como ponto de convergência o coroamento em cúpula, marcando a esquina. A edificação seguia, ainda, o modelo de construções baseado nas tradições européias do final do século XIX. A solução clássica era a mais recomendada para uma edificação que necessitava passar ao investidor uma imagem de solidez e tradição.”⁵

1926

Notícias:

Diário de Minas, 1º.08.1926, p. 1: O viaduto da Avenida Tocantins – Dia 5 de agosto será solenemente colocada a pedra fundamental do viaduto que vai ser construído à Av. Tocantins por sobre as linhas da central e da Oeste. Obra executada pelos engenheiros Alcindo Vieira e Arthur Guimarães.” Obs.: Projeto e cálculos estruturais desenvolvidos pelo escritório de Emílio Henrique Baumgart.

Diário de Minas, 02.09.1926, p. 1: “Inauguração do Grupo Escolar Pedro II, construído em comemoração do centenário do grande ex-monarca do Brasil – O edifício ocupa um triângulo entre as ruas Padre Rolim, Rio Grande do Norte e Av. Mantiqueira para a qual tem sua fachada principal [...] Ladeando a entrada[...] acham-se colocadas duas estátuas representando o “Progresso” e a “Instrução”. Modelou-as com proficiência o escultor patricio Moreira Júnior, um dos melhores prêmios de viagem de nossa Escola de Belas Artes. A porta principal é bem uma reconstituição colonial, lembrando as velhas e possantes portas de nossos templos. A servir-lhe de moldura está o pórtico esculpido pelo artista José Bahia. [...] O edifício foi construído pela firma J. Poley, do Rio de Janeiro que teve a dirigir-lhe os trabalhos, até quase a conclusão das obras o arquiteto Carlos Santos, autor do projeto. A esse distinto artista deu o governo ultimamente a incumbência de orientar toda a ornamentação do hall, salão de festas e porta principal, para que ao projeto não faltasse a necessária unidade artística.”

Diário de Minas, novembro /dezembro de 1926: O jornal realizou uma enquete entre os leitores, solicitando indicação de “onde deve ser construído o novo teatro

⁵ Noronha:1999.

municipal?” alguns trechos das respostas mostram a diversidade de opiniões, como era de se esperar, sobre o local. Mas algumas apresentam opiniões bem específicas:

João da Cidade, afirma: “Voto pela construção de novo teatro – onde se acha o atual – mas com uma condição: há de ser uma obra grandiosa. Para se fazer coisa vulgar, não! Deixe-se então para mais tarde, para uma geração que o possa executar. Belo Horizonte, que tem um só monumento de arquitetura, com a sua edificação banal e sem gosto, está se tornando uma verdadeira caixa de turco.”

Fábio Severo: “O novo teatro deve ser construído na praça 7 de Setembro onde esse futuro palácio se integrará no grupo de prédios monumentais já edificadas, formando um conjunto majestoso que há de impressionar a primeira vista os hóspedes mais exigentes. E depois, a praça 7, como todos sabem, tende a centralizar o movimento da capital – Será o novo ‘Ponto’. Já partem dali algumas linhas de bondes, e é possível que em breve todos se irradiem de lá. Ora, um grande teatro deve estar sempre no centro da cidade...”

José Rodrigues: “Penso que o atual teatro, apesar dos seus defeitos, está muito de acordo com a nossa população tão refratária as diversões desse gênero. Fazer um teatro monumental para um povo amigo de cinemas e circo de cavalinhos... A prefeitura deveria aplicar essa importante quantia no calçamento da zona do Barro Preto, que promete grande futuro industrial no desenvolvimento progressivo da nossa linda capital.”

João da Cidade volta a se posicionar contra um leitor especial, entre os vários que indicaram o Parque Municipal: “...resposta de um leitor ao ‘velho carranca’ que propõe diminuição da área do Parque Municipal [...] o parque municipal é um tesouro inapreciável que os seus habitantes devem conservar e defender com todas as forças. Mutilá-lo é um crime. [...] Lembro-me que o ilustre prefeito Dr. Olyntho Meirelles, quando certo conselheiro municipal teve a descaso de apresentar ao Conselho Deliberativo um projeto autorizando a venda da faixa do Parque Municipal na Avenida Afonso pena para construção de edificios, declarou categoricamente que ele, prefeito de Belo Horizonte, não sancionaria semelhante lei, que seria um verdadeiro atentado contra a cidade...”

Assíduo Leitor, responde: “ parece-me menos importante saber onde deve ser feito o teatro do que a espécie de teatro preferível: penso que se deve cogitar de um ‘polyteama’ – grande, simples e principalmente barato, para criar o hábito de freqüência a esse excelente gênero, agora em cheque. Desde já um teatro ‘muito importante’, será desacertado? Conservará afastado o povo: pelo preço e pelo luxo. Primeiro é preciso acostumar...”

Um leitor diz: “ Pelo que tenho ouvido, já foi escolhido para tal a face do ‘Parque’ que dá para a avenida Afonso Pena. [...] bastam ao pobre Parque as desgraciosas mutilações que se lhe tem imposto impiedosamente – muito em breve transformado, pelo econômico aproveitamento de suas orlas, em escondido e obscuro fundo de chácara suburbana de bem aproveitável ‘loteação’ à face das ruas!...”

Diário de Minas, 05.01. 1926, p.1: Encontram-se referências ao arquiteto Carlos Santos, autor do projeto do grupo Escolar D. Pedro II. Em visita ao Exmo. Sr. Dom Helvécio seguiu há dias para a velha cidade de Mariana o arquiteto Carlos Santos, autor do projeto do Grupo Escolar D. Pedro II, cuja construção dirige, nesta capital.

Esse distinto artista, que é hóspede do ilustre arcebispo de Mariana, tem visitado os lindos templos e monumentos outros de tempo colonial, da secular cidade Mineira com o intuito de estudar e desenhar os magníficos detalhes que compõem essas maravilhosas obras de arte, que nos foram legadas pelos nossos artistas.

Os trabalhos do inspirado artista vêm enriquecer de maneira notável os subsídios que se vão colhendo do velho estilo barroco e colonial, que serve de base, em suas linhas gerais para a estilização que se vem fazendo, no propósito de criar uma escola arquitetônica brasileira.

Com a documentação farta e rica que Carlos Santos tem obtido é de prever o aproveitamento inteligente desses belíssimos elementos decorativos em que já se tornou verdadeiro mestre esse jovem e já notável arquiteto”.

Seria necessário pesquisar melhor a autoria do Seminário Arquidiocesano de Belo Horizonte, uma vez que Carlos Santos trabalhava para a firma construtora J. Poley, a qual é atribuído a autoria do projeto.

Minas Gerais, 05.09.1926, p. 27-28: “Inaugura-se amanhã o novo edifício do Telégrafo de Belo Horizonte - ... Aplaudida e incrementada a resolução pelo Dr. Paulo Gomide, diretor geral. Conseguiu o Dr. Roberto Magno de Carvalho, mestre em arquitetura entre nós encarregado da adaptação, transformar o velho edifício em um palácio, onde foram estilizadas clássicas linhas de elegância irrepreensível.

Minas Gerais, 12.01.1926, p.1: “Na concorrência de plantas para a construção de um abrigo na Avenida Afonso Pena, o prefeito Dr. Flávio Santos, de conformidade com o parecer da comissão nomeada conferiu o 1º prêmio de 1.000\$000 ao projeto do arquiteto Luiz Signorelli e 2º prêmio de 500\$000 ao projeto n. 3 do arquiteto Ildeu Ramos de Lima. Foram entregues à comissão outros 2 projetos, o de n.º 2 - do Sr. O. Roscoe para construção em ferro e o de n.º 4 - do Sr. Benedito Ramos de Lima para construção em alvenaria.”

Minas Gerais, 08.06.1926, p.1: “Acaba o governo do Estado de contratar com a firma Rache & Rezende a construção do edifício destinado ao externato do Ginásio Mineiro [...] Trata-se de um edifício vasto e grandioso, projeto dos arquitetos A. Memória e F. Cuchet [...] O terreno destinado ao edifício é o que pertenceu ao Atlético Clube, na avenida Paraopeba em frente ao campo do América”

Minas Gerais, 02.09.1926, p.2: “Inaugurou-se hoje o Instituto S. Rafael.”

Minas Gerais, 03.09.1926 - p.1: “Além da inauguração do abrigo para pedestres no ponto de bondes, na avenida Afonso Pena, houve anteontem mais duas inaugurações importantes, em Belo Horizonte: a da estrada do cercadinho e a da ponte Mello Viana, na avenida Tocantins. A estrada tem 7km de extensão e é destinada a automóveis. Parte da estrada do Barreiro, na curva do Calafate, e vai até a represa do cercadinho. É uma excelente estrada, tendo algumas obras de arte.

A ponte Mello Viana tem 14 metros de largura e foi construída pelos engenheiros Alcindo Vieira e Arthur Guimarães.

As informações que publicamos sobre o abrigo da av. Afonso Pena podemos acrescentar a construção é uma pérgola toscana, constituída por grupos de colunas e uma cobertura de concreto armado, impermeabilizada por aplicações de um lençol de feltro, entremeando duas camadas de asfalto, o teto é um estucamento liso, com pintura e ornatos a cola. A pavimentação é de ladrilhos sobre camada de concreto, contornada por uma piso de pedra plástica. Nos espaços formados pelos intercolúnios foram colocados vitrais, formando nos cantos da construção, os espaços reservados para pequeno comércio de bombons, cigarros, jornais, revistas. Contornam estes espaços quatro pequenos balcões de embuia, envernizada ao natural. A iluminação é feita por 14 lustres, com globos de cristal lapidados. A área coberta tem cerca de 190 m² sendo o comprimento do abrigo de 25,40ms, a largura de 7,30m e a altura total de 4,55 m.”

Minas Gerais, 03.09.1926 comenta a “Inauguração das escolas Sandoval Azevedo na Rua Pouso Alegre, Flávio dos Santos na rua Jacuí e a Escola de Regeneração de Menores.”

A coluna *A vida da Cidade*, na p. 2, comenta a demanda de infra-estrutura básica: “Habitantes do Barro Preto pedem ao prefeito que autorize o prolongamento do calçamento que está sendo feito na avenida Paraopeba em frente à Escola Maternal, até a porta da igreja de São Sebastião.”

Minas Gerais, 05.09.1926 - p.2: “*As inaugurações de hoje* - Inauguração do campo esportivo e parque interno da escola normal. O projeto do campo foi organizado pelo conhecido arquiteto Signorelli tendo dirigido as obras o Sr. Gherber.

A inauguração do Conservatório Mineiro de Música na Av. Afonso Pena: “A sua construção obedeceu a um seguro critério artístico...”

Sobre a Escola Maternal Mello Vianna: “O edifício que ocupa uma área aproximada de 4.500m quadrados, e um dos mais amplos desta capital e mesmo do Brasil. O projeto é do arquiteto Raphael Hardy [...] As obras ficaram a cargo de vários empreiteiros cabendo a parte principal dos trabalhos ao engenheiro Antônio Gravatá . Toda a escola tem pintura de gênero infantil que tão excelente efeito produz da autoria

do pintor J. Quintino. Decoram o “Hall” os pintores Francisco Rocha e Genesco Murta. O engenheiro fiscal da obra é o Dr. Marcelo Costa.”

Minas Gerais, 08.09.1926, p.2: noticia a inauguração de linha de bondes que serve o bairro Santo Antônio; a inauguração do quartel de Cavalaria da Força Pública; o “Belvedere e campo de tênis no Parque Municipal”; o Coretos na Praça Ruy Barbosa e informa que foi aprovada a planta da cidade feita na seção de cadastro da Prefeitura Esc. 1:10.000.

Minas Gerais, 7.09.1926, p. 10: “Belo Horizonte - O seu notável progresso através da administração Flávio dos Santos - Fiel à execução das normas de seu programa, esta folha não podia deixar passar, sem um registro de vulto, grande obra realizada na vigência da administração que finda, pelo prefeito Flávio dos Santos, prestando-lhe com a maior satisfação, a justa e merecida homenagem que traduz, na verdade, os louvores da própria cidade de Belo Horizonte [...] Por todos os recantos da formosa Capital se percebe, neste instante, o mesmo anseio de progresso e prosperidade que nos primeiros dias de seu início, no antigo arraial de Curral Del’Rei, por volta de 1895, empolgava os desbravadores do terreno inculto sobre o qual se erguia a vossa metrópole mineira.

Veio vindo assim, serenamente, espreado-se pelas baixadas da Serra do Curral, até o ponto em que se encontra hoje, coberta de belos e majestosos edifícios, limpa, higienizada e em condições de oferecer conforto à sua população, devido ao esforço e atividade seqüente mais de uma dúzia de prefeitos ...

... Culminando no maior desenvolvimento que até aqui atingiu, a cidade de Belo Horizonte se desdobra em magnífica arrancada de progresso, em todas as direções [...] que se levantam da noite para o dia, como por exemplo encanto, transfigurando a sua primitiva feição arquitetônica em linda versão de arte moderna, para transpor as linhas divisórias de antigas demarcações das partes urbana e suburbana, na formação de novos e formosos arrabaldes.

Na Terra, na Floresta, no Calafete e no Córrego do Leitão, magníficas vivendas se erguem num entendimento formidável da urbes, bela e progressista.

Os mais graves problemas que incidem no progresso de uma capital foram enfrentados pelo alto senso administrativo do prefeito Flávio dos Santos, de maneira brilhante e inteligente.

A Capital dispõe agora de reservatórios de água com capacidade bastante para atender a uma população dobrada.

O calçamento, um dos maiores e mais angustiosos problemas de Belo Horizonte, teve nestes últimos meses, extraordinário incremento, obedecendo a três sistemas: alvenaria, para as ruas centrais e movimentadas; e paralelepípedos e macadam betuminoso para as largas avenidas e praças.

De mosaico português, de lindo aspecto, foram calçados os passeios das avenidas Paraná, Amazonas, Comércio e Afonso Penna, Praça Rui Barbosa e rua Goiás.

A rua Goiás, a praça Rui Barbosa - uma das mais belas da cidade - a praça da Liberdade, as avenidas Amazonas e João Pinheiro foram todas calçadas pelo novo sistema de macadam betuminoso.

As redes de esgoto da Capital tiveram também considerável desenvolvimento de milhares de metros.

O embelezamento de Belo Horizonte mereceu sempre da administração municipal que finda, o maior carinho.

Ai estão, para atestar esta verdade, os jardins da praça da Liberdade, que, se já era logradouro aprazível, se fez agora o recanto de principal beleza da Capital, com os melhoramentos que lhe foram introduzidos, achando-se as alamedas, bem como as partes laterais e centrais, calçados a macadam.

Esses mesmos melhoramentos foram bastante introduzidos nos jardins das praças da República e da Estação.

Desnecessário, porém, ... enumerar, em detrimento dos maiores serviços realizados pela Prefeitura, dentro de um espaço de tempo relativamente curto, minúcias dos grandes melhoramentos que constituíram sempre a máxima preocupação do governo municipal, apoiado pelo Executivo Mineiro, em perfeita conjunção de vistas com o digno prefeito Dr. Flávio dos Santos.

Não houve recanto da Capital que deixasse de receber o influxo poderoso da infatigável operosidade de reconstruir.

O cemitério do Bonfim, o Matadouro, o Parque Municipal, os reservatórios abastecedores de água, as estradas de rodagem no perímetro da capital, as pontes, o revestimento da margem do Arrudas, a canalização do Córrego do Leitão, a arborização, o Mercado do Bairro dos Funcionários e os serviços de remodelação do antigo Mercado Municipal, - toda essa serie de empreendimento fecundos que por si só constitui a maior benemerência da administração municipal que hoje finda, para recomeçar amanhã, ao calor do entusiasmo moço do Dr. Christino Machado, se deve ao prefeito Flávio dos Santos, à sua invejável capacidade construtora, ao seu amor à cidade, que governou com o nobre pensamento de que ainda não realizou o que devia realizar... “

Projetos:

José Pinto Valente, proprietário de uma rede de cinemas na cidade, tem aprovado o projeto de adaptação do pavimento térreo de edificação existente, em cinema. Localizado na avenida Afonso Pena 748, vai se tornar em um dos mais freqüentados da cidade. O Cine Avenida será nas décadas de 1920 e 1930 uma dos principais ponto de encontro. O projeto aprovado em 16 de agosto de 1926 não tem assinatura do autor.

Na rua Sergipe, no lote 10 do quarteirão 26, da IV Seção Urbana, o arquiteto Carlos Santos, que projetou o Grupo Pedro II, aprova em 17 de agosto de 1926 a residência do Dr. Lincoln Prates. O projeto pauta-se pelo estilo neocolonial, com varanda frontal circular, em arcos plenos, sobre a qual se salienta um corpo fechado, em linha quebrada, correspondente a meio hexágono. Sobre a garagem, na lateral direita, há um terraço, coberto com uma pérgula sustentada por colunas retorcidas.

Miguel Noce aprova, em 28 de outubro de 1926, para o Sr. Estevão Pinto, na rua do Chumbo (atual Professor Estevão Pinto) uma residência no lote 6, do quarteirão 3, da I Seção Suburbana. O projeto, seguindo as características dos chalés, possuía aproximadamente 130,00m². Continha apenas um quarto, duas salas , um escritório e

uma parte destinada a serviços, junto a qual se encontrava o banheiro, a cozinha e uma copa que interligava a cozinha com a sala de jantar.

Serafim Machado, projetista, assinará diversos trabalhos na década de 1920, principalmente no bairro Lagoinha. Um deles foi a residência projetada para Heina Rosa e Nadyr Primão, para o lote 6, do quarteirão 46 A, da VI Seção Suburbana, na rua Caparaó, em um lote de 10,00m x 30,00m de área. A fachada, com empena frontal, apresenta uma pequena quebra no telhado em duas águas, situada na parte superior e uma pequena abertura (óculos) para ventilação do telhado. Essa solução será recorrente em casas populares naquele período. Sob as duas janelas frontais é projetadas uma jardineira. O banheiro, tem seu acesso pelo espaço externo.

Na rua Rio de Janeiro, esquina de avenida Afonso Pena, na praça Sete de Setembro, Miguel Noce aprova o projeto de uma edificação comercial, de propriedade de Ana Isabel Frankfort. A construção ficou a cargo do engenheiro Adhemar Rodrigues. Sua aprovação deu-se no dia 30 de setembro de 1926, e era composta por dois grandes salões, sobrepostos, sendo o acesso ao pavimento superior feito por uma escada externa, com entrada pela rua Rio de Janeiro. No local, hoje encontra-se o edifício Clemente Faria.

Em 9 de maio de 1926, Luiz Signorelli aprova a ampliação da clínica do Dr. Eduardo Borges da Costa, na rua da Bahia, atual Academia Mineira de Letras. A ampliação consistia em anexar ao espaço já construído a área residencial. Signorelli preserva a parte frontal, projetada por Antônio da Costa Christino e desenvolve o partido em dois pavimentos. No primeiro, após a área de consultórios, há um “Grande Hall” no qual se desenvolve uma esbelta escada em forma de “C”, para acesso ao segundo andar. Anexo ao hall está a sala de jantar, que se comunica com uma “passagem” para onde se abrem três quartos e um banheiro. A seguir encontra-se a copa, a despensa, e a cozinha.

O segundo pavimento contém um hall que faz a transição entre os quartos e a um terraço, edificado sobre o setor de serviços. Do lado oposto, há um espaço denominado

entrada, para onde se abre um lavabo e as portas da biblioteca (que possui anexo um gabinete de estudo), e do dormitório principal, que contém um banheiro privativo e um quarto de *"Toilet"*. Tanto o gabinete de estudos como o quarto de *"toilet"* abrem-se para um terraço frontal, localizado sobre a varanda e o escritório existentes no pavimento inferior.

Luiz Olivieri aprova, para o Sr. Arcângelo Maletta, um pavilhão para ser construído na área interna dos lotes 19, 20 e 21, do quarteirão 10, da III Seção urbana. Trata-se de um aumento do Grande Hotel, localizado na esquina de rua da Bahia com avenida Augusto de Lima. Com dois pavimentos, em partido com pátio central, e uma entrada em pórtico, possuía uma varanda interna, contornando todo o pátio, nos dois pavimentos. Para esta abriam-se os quartos, que não continham banheiros privativos, estes estavam situados no lado oposto ao pórtico. No andar superior, sobre o pórtico, encontrava-se uma sala de estar.

O pátio central continha um jardim, desnivelado da varanda, e no seu centro existia uma fonte. O projeto teve sua aprovação 07 de junho de 1926. A fachada era solucionada em três módulos, sendo a parte térrea tratada com alvenaria frisada, enquanto o andar superior era em argamassa lisa. O mesmo ocorria com as janelas, que no primeiro pavimento apresentavam vergas em arco pleno e no segundo vergas retas. O pórtico de entrada era marcado por duas colunas dóricas.

Robert W. Carvalho, um dos autores do projeto para o Banco do Brasil (atual Unibanco Cultural) na avenida Afonso Pena, aprova em 29 de maio de 1926 a residência de Enock de Souza no lote 8, do quarteirão 12, da X Seção Urbana, localizado na rua Espírito Santo entre ruas Professor Antônio Aleixo e Tomás Gonzaga.

Dario Renault Coelho projeta a residência do Dr. Júlio Octaviano, na esquina de rua rio Grande do Norte com rua dos Aimorés. Localizada em um terreno de forma triangular, o lote 6, do quarteirão 12, da VI Seção Urbana. Existente, ainda, no local, sem grandes interferências no projeto original, a obra é uma clara referência à

racionalização que se iniciava nas construções, principalmente quanto ao descarte de elementos decorativos em profusão, que ainda predominava no momento.

1927

Notícias:

Minas Gerais, 29.07.1927, p.9: “Inaugurações – Cine-Teatro Glória – A inauguração do Cinema ‘Glória’ foi o acontecimento da noite de ontem para a sociedade elegante e de escol de Belo Horizonte. As vinte horas, o luxuoso edifício da nova casa de diversões da avenida Afonso Pena estava inteiramente repleto de convidados [...] Na platéia, galerias e camarotes dispõe o Glória de mais de mil localidades.[...] Seguiu-se a projeção do ‘film’ *The big parede*, que é mesmo, como se anunciou, verdadeira maravilha da cinematografia moderna, mostrando a que perfeição chegou a arte da cena muda nos Estados Unidos...”

Minas Gerais, 04.08.1937, p.11: “Belo Horizonte vista pelo professor Paulo Hazard - ...Oh! a estranha cidade, tão vasta e tão vazia! Imensos boulevards, abertos par multidões, mas silenciosos e desertos! Árvores centenárias [sic] das avenidas, como que espantadas por verem elevar-se em torno delas, em um momento, casas e palácios adolescentes! Vasta catedral que os fiéis não chegam a encher!”

Em 1927 a ‘Leiteria Nevada, na avenida Afonso Pena, 411, era um dos pontos *chics* da cidade. Sua arquitetura de interior era considerada fascinante. Azulejos coloridos revestiam toda a *sala* onde brilhavam a partir dos efeitos de luz. Os azulejos e a decoração foram executados pela firma Sasdelli & Pock, proprietária, também de uma fábrica de ladrilhos hidráulicos, revestimento utilizado em todas as áreas “molhadas”, das residências e dos estabelecimentos comerciais.⁶

Correio Mineiro, 02.04.1927, p. 3: “O Palácio da Segurança Publica - Escrevenos o arquiteto Carlos Santos: Ex.mo. Sr. redator. Saudações. O Correio Mineiro ludibriado por pessoa ignorante ou de intuitos pouco louváveis, publicou ontem.... uma nota relativa a um imaginário defeito na locação do edificio da nova Secretaria de Assistência e Segurança Publica.

A respeito da referida obra peço licença, como autor do projeto, para uma retificação necessária.

Não é verdade que o edificio fique com a escadaria principal sobre o passeio e para que se não pense que a inverídica informação possa ser causa de futura modificação no projeto, tenho o prazer de convidar um redator para [que] veja e estude as plantas da referida construção, afim de certificar-se da injustiça ocasionada pelo ingênuo ou malévolo informante. Carlos Santos.”

Diário da Manhã: 03.04.1927, p.3: “Convidou-nos o Sr. Carlos Santos, arquiteto nesta Capital, a examinar o projeto, de sua autoria, para o palácio da Secretaria da Segurança Publica, a cuja construção já se deu começo, na Praça da Liberdade. Colhemos, a propósito, interessantes notas que oferecemos ao publico: o edificio é em estilo neoclássico e consta de quatro fachadas: a principal para a Praça, no alinhamento da Secretaria da Agricultura, com um degrau apenas sobre o passeio; as laterais para a Agricultura e a rua Cláudio Manoel, e os fundos (com majestosa fachada) para a rua Sergipe. (...)

Tem quatro pavimentos para a Praça e cinco para a rua Sergipe.

No centro do edificio há uma grande área, aberta, com 500 metros quadrados, dando ar e luz direta para as dependências internas, com uma galeria de circulação nos quatro pavimentos. (...)

Funcionarão no edificio cinco elevadores.

O revestimento interno e externo nas escadas e fachadas da área serão em cimento branco raspado, com areia de Caxambu.

As portas, assim como as escadas, estão em ferro batido, com aplicações de bronze, sendo o degraus de mármore.

⁶ Ver revista *Semana Ilustrada*. Ano II, n. 76 e 77, 1928.

A construção durará cerca de dois anos.”

Diário da Manhã, 26.08.1927, n. 18, p. 2: “Instituto João Pinheiro - No dia 28 do corrente, às 16 horas, no ‘Instituto João Pinheiro’, será inaugurado um novo pavilhão daquela casa profissional, que terá como patrono o nome de ‘Sabino Barroso’. Do dr. Leon Renault, diretor daquele estabelecimento do ensino, e dos educando ali internados atenciosos convites e agradecemos.”

Diário da Manhã, 20.06.1927, n. 4, p. 1: “A Planta do Sanatório de Bello Horizonte - Está desde ontem, exposta em uma das vitrines do Parc Royal, a planta do Sanatório de Belo Horizonte, estabelecimento hospitalar, que está sendo construído nesta Capital, por iniciativa de uma sociedade de que fazem parte nomes dos mais representativos do nosso meio: médicos, advogados, capitalistas e industriais.

O plano de construção do Sanatório obedece às mais rigorosas exigências das modernas casas desse gênero.

Disporá o hospital de quartos e apartamentos, em numero suficiente, sendo desejo da diretoria completá-lo com a construção de uma via sanitária.

As obras, que já foram iniciadas, serão incrementadas, de modo a que, dentro em breve prazo, seja inaugurado o Sanatório Bello Horizonte – que honrará a modelar organização da Capital de Minas.”

As edificações de um seminário, atual Campus da Pontificia Universidade Católica de Belo Horizonte, no bairro Coração Eucarístico, com um número de 8 edificações estruturadas em torno de um jardim central, projetadas segundo pesquisas do arquiteto Cláudio Listher Marques Bahia⁷ por J. Poley⁸ e Audemaro Costa. Algumas das edificações propostas não se efetivaram. A partir desse plano original, de 1927, teve seu primeiro prédio inaugurado em 1930, num segundo momento foram

⁷ Para outras informações ver artigo publicado em “Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, vol. 5 – n. 5 – dezembro de 1997. Belo Horizonte: PUC-MG.

⁸ Atuou em Belo Horizonte, inclusive na construção do grupo Pedro II, naquele momento, uma firma construtora como o nome de J.POLEY.

concluídos mais dois blocos (prédios 3 e 6) em 1934. Os outros edifícios foram inaugurados em 1935, 1941 e 1951. Seguindo as características do estilo neocolonial, iniciado na década de 1910 com Ricardo Severo em São Paulo e José Mariano Filho no Rio de Janeiro, teve sua primeira manifestação em Belo Horizonte com obras projetadas por Carlos Santos, entre elas o Grupo Escolar Pedro II, inaugurado em 1925. Aracy Amaral, no livro por ela organizado⁹, chama a atenção para o neocolonial em Belo Horizonte, caracterizando o caso das edificações da PUC-MG como fora do tempo, década de 1950. Tal fato, só se justifica, se analisarmos sob o ponto de vista do momento histórico, quando a partir da década de 1930 o neocolonial foi praticamente abolido das soluções estéticas e que, por sua vez, as edificações que compõem o conjunto neocolonial da PUC-MG foram construídas em um longo período (1927-1951).

Luiz Signorelli aprova, em 10 de agosto de 1927, a residência de Alcindo Vieira no lote 21, da quadra 20, da 10 Seção Urbana, na rua Alvarenga Peixoto entre ruas Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Em 14 de fevereiro de 1927, Luiz Signorelli aprova uma nova edificação para a igreja de Santa Efigênia dos Militares, situada no quarteirão 16 da XIII seção urbana. O projeto mostra planta em cruz latina. Sua fachada não contém torres verticalizadas. Há um frontão, e duas pequenas torres laterais coroadas por duas abobadas em forma de meia esfera.

João Morandi, aprova em 20 de abril de 1927, uma ampliação do imóvel comercial de Prata & Almeida, situado na rua Espírito Santo, no lote 16, do quarteirão 20, da I Seção Urbana. Fato a ser comentado é a censura estética praticada pelo setor de provação da Diretoria de Obras da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pedido para eliminar alguns elementos decorativos que foram considerados excessivos, usados em carmim. Nas conchas decorativas, há uma chamada com os seguintes versos: “Está exagerado e de mau gosto. Substituir.”

Arquitetura Neocolonial: América Latina, Caribe e Estados Unidos. São Paulo, Memorial: 1994.

José Castro, que exercia a profissão de desenhista e projetista, aprova em 15 de março de 1927 um aumento para sua própria residência, em parte do lote 49 da Ex-colônia Américo Werneck, situado na rua Anhanguera, bairro Floresta. A residência em estilo chalé, apresentava uma varanda que avançava sobre o corpo principal da construção. No desenho do jardim, a ser executado em tijolos requemados, o autor especifica as espécies a serem plantadas com suas devidas localizações. Através de convenções gráficas designava cada uma delas, a saber: grama, cedro do Líbano, hortênsia, rosas, cravos, violetas, saudades, dalias, fetos e folhagem pequena.

Dario Renault Coelho, projeta em estilo próximo ao neocolonial, a residência do Dr. Roberto de Almeida Cunha, no lote 5, do quarteirão 10, da IV Seção Urbana, aprovada em 26 de agosto de 1927. A residência localizava-se na avenida Cristóvão Colombo, trecho hoje denominada avenida Bias Fortes, próximo ao cruzamento de rua Bernardo Guimarães. Na parte superior, havia uma sala de visitas, sala de jantar, cozinha, banheiro e cinco quartos, invertendo a solução mais usual da parte íntima ser separada da de visitas e serviços.

Em 8 de setembro de 1927, “José Clavellos – desenhista, rua Serpentina, 107”, assina o projeto de modificação para a igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Lagoinha, eliminando alguns detalhes do projeto elaborado por Antônio da Costa Christino, e alterando a cobertura da torre, agora solucionada por uma passarela em seu entorno, com guarda corpo em grade metálica, e a cobertura em um tronco de pirâmide, onde em sua parte superior estava proposta uma escultura da padroeira. Esta não foi executada, sendo fixada em seu local uma cruz.

“Outro edifício verticalizado na década de 1920 é o Clube Belo Horizonte, de autoria de Luiz Signorelli, com quatro pavimentos, edificação erguida na esquina da

rua da Bahia com avenida Álvares Cabral, projetado no final da década de 1920. É um dos primeiros edifícios com mais de três pavimentos a ser construído em uma esquina de 45°. Para a definição de sua imagem, promoveu-se até concurso de fachada, conforme consta da nota publicada pelo jornal Diário de Minas de 24 de junho de 1927, em sua página 2.»¹⁰

O engenheiro Antônio Gonçalves Gravatá, empreiteiro de grandes obras na década de 1920, principalmente, também assinava projetos arquitetônicos. É de sua autoria a residência de Joaquim Pereira no lote 14, do quarteirão 19, da X Seção Urbana. Localizada na rua Espírito Santo entre ruas Tomás Gonzaga e Alvarenga Peixoto no então recém iniciado bairro de Lourdes. É uma edificação simples, de área construída de 7,00m x 9,20m, com varanda embutida, acabamentos em pedra natural e tijolos aparente, telhado em quadro águas e um elemento frontal verticalizado, imitando uma chaminé, que dava continuidade ao pilar lateral da varanda. A obra foi aprovada em 1º de fevereiro de 1927.

1928

Notícias:

Os cinemas, até os anos de 1928, tinham uma atração especial: as orquestras, que além de atuarem como “*parceiras*” dos filmes mudos, faziam as introduções aos clássicos *Hollywoodianos*. Uma das mais famosas era a excelente orquestra do Cine Glória, a mais elegante sala de projeção que existia naquele momento em Belo Horizonte. Suas matinées eram famosas, “às quintas feiras, à saída da ‘matinée blanche’ do Glória, a cidade toma um aspecto festivo. É a alegria das cores e dos sorrisos femininos a encher a nossa avenida de alvissareira garridez, pondo em tudo uma graça e um encanto inéditos! A ‘matinée blanche’ é muito concorrida. Moças e rapazes em profusão. Daí tornar-se quinta-feira um dia talvez mais delicioso que o domingo.”(Semana Ilustrada, 23.06.1928).

¹⁰ NORONHA, 1999.

Correio Mineiro, 03.01.1928, n.357, p. 1: “A instalação da freguesia da Floresta - A instalação da freguesia da Floresta foi o grande acontecimento que entusiasmou, o 1º dia do ano, a população do bairro. [...] A matriz da Floresta era uma velha aspiração de seus habitantes.

Por ser o bairro mais populoso de Belo Horizonte, a Floresta ainda tinha a contar o maior núcleo católico da capital. Não tinha entretanto a sua matriz.

A igreja da Floresta teve várias comissões construtoras.

A primeira, organizado quando ainda ali se achava o padre Severino, foi constituída dos srs: desembargador Luciano de Souza Lima, dr. Benedicto Santos, dr. Virgílio Bastos, Antônio Mendes Moreira, Manoel Barbosa, dr. Elias Andrade, Armando Araújo Barreto, Joaquim Alves da Silva, dr. Mário de Lima, major João Bracarense e José de Mello Alvim.

O padre Henrique Brandão, desenvolveu um esforço formidável pela grande obra de Deus.

A comissão que colaborou com ele, emprestando-lhe o mais decidido apoio para realização do grande desejo, foi a seguinte: major João Bracarense; Joaquim Alves de Carvalho; deputado Manoel Gomes Pereira e Carlos Coelho de Almeida.

Foi a fase de grande progresso da construção.”

Estado de Minas, 11.03.1928, p. 1: “Inaugurou-se ontem, a Escola Primaria do Bairro da Cachoeirinha. Há dias, nestas colunas, fazíamos referências ao crescimento dos bairros novos de Belo Horizonte, acentuando que é promissor o movimento de formação de novos núcleos de população suburbana.

Hoje podemos notificar mais um fato que vem assinalar o fenômeno de expansão da nossa bela Capital.

Inaugurou-se, ontem, às 12 horas, no novo bairro da Cachoeirinha, escola que deverá prover as necessidades desta zona suburbana.

A escola inaugurada acha-se situada a poucos quilômetros de Belo Horizonte, no caminho de Venda Nova, contando já o bairro a que vai servir mais de 200 casas, com luz elétrica e uma importante fábrica de tecidos, e está ligada à Capital por um serviço permanente de ‘omnibus’.

Instalada em edifício feito, especialmente, para este fim, sob a direção de competentes técnicos do Estado, a nova escola tem amplas e confortáveis acomodações, podendo abrigar, perfeitamente, o grande número de crianças, que já se encontram matriculadas no seu curso.”

Correio Mineiro, 12.01.1928, n. 364, p.1: “O progresso vertiginoso de Belo Horizonte:

O que assinala o desenvolvimento de qualquer cidade é a valorização de terrenos.

Qualquer pessoa sabe disto. (...)

O progresso de Belo Horizonte dividiu o homem em duas classes: rijos e arrependidos.

Ha proprietários felizes, que acreditam no futuro da cidade.

Ha também muita gente pobre que até hoje se queixa de haver vendido os seus lotes por uma insignificância.

Fomos ouvir os que venderam e os que compraram lotes. (...)

Fomos ouvir o escritor Avelino Fóscolo, da Academia de Letras.

Sabíamos que, ao transferir para aqui a sua residência, lhe haviam oferecido todo o quarteirão em que hoje tem a sua farmácia, por um preço muito reduzido.

Depois de confirmar a notícia, o Sr. Avelino Fóscolo nos contou que, ha quinze anos, pretendeu vender a sua casa por um conto e oitocentos mil reis.

Ninguém desejou comprar. Naquele tempo ninguém lia, como hoje, os anúncios do jornal...

Mas o Sr. Avelino Fóscolo, pouco tempo depois, se vingava da população de Belo Horizonte, recusando-se com frequência a vender, só o prédio da farmácia, por 200:000\$000.

Todas as suas propriedades, chácaras e prédios, tiveram uma valorização surpreendente.

O Sr. Avelino Fóscolo comprou uma chacara por 10:000\$000 e a vendeu por 40:000\$000.

Hoje, a mesma chacara vale...200:000\$000.

Depois de falar, a nosso pedido, sobre as comprar vantajosas que realizou, aquele escritor nos disse:

- Não é preciso, para avaliar o progresso de Belo Horizonte, recordar tanta coisa: qualquer lote da Avenida vale hoje 200:000\$000.(...)

Não é só no centro da cidade que os terrenos ficaram valorizados. Em toda a parte os lotes alcançaram os melhores preços. Melhores para os proprietários.

Na Floresta, na Lagoinha, no Barro Preto... As casas da Barroca, ainda as menores, rendem mais de 100:000\$ de aluguel.

“Iamos conversar com o Sr. José de Macedo, o conhecido proprietário de casas de aluguel.

Mas tivemos de voltar do caminho. O Sr. José dos Lotes, segundo nos informou uma pessoa de sua relações, não nos diria nada, justamente porque começou a escrever um livro sobre o assumpto.”

Estado de Minas, 11.03.1928, p.2: “O culto do belo é uma das fontes de felicidade. Como se sente bem o homem, quando no recanto de uma grota contempla extasiado o conjunto de belezas natural, que, ali, despretensiosamente, se erigem! Como a natureza é prodigiosamente sabia e bela na sua grande simplicidade! Que tenso das proporções, das quantidades e das qualidades! por mais que se esforce o ‘homo sapiens’ a imitar-lhe o passo, muito longe lhe fica, mas, mesmo assim, nesta heróica tentativa, quantos ainda ressaltam a nossa felicidade, para o incessante aperfeiçoamento do progresso, para essa avidez de avançar, de melhorar, com que constantemente a humanidade se aproxima do bem e do belo!

Em compensação a um espirito bem trabalhado, que castiga um crime contra a estética, uma combinação de cores berrantes, uma desproporção no conjunto! Que desgosto, que mal estar irreprimível! O homem, na sua mais simples expressão, tem, em

geral, mau gosto. É a civilização dos séculos que o tem modificado. Ainda hoje os afros acham beleza nas mulheres com beijos furados e adornados com enormes argolas, e a sua exigência arquitetônica fica muito aquém de uma cafua do Barro Preto.

Foi a marcha incessante para o aperfeiçoamento que aprimora o homem ajudado pelo instinto de felicidade, que Deus lhe deu, esse culto da beleza, sob formas tão diferentes. Que distancia entre o homem da pedra lascada, barbudo, peludo, cabeludo, sujo, pé-no-chão, sem camisa e feroz ao homem da eletricidade, limpo, asseado, escovado, exigindo para moradia prédios higiênicos, em que predomina a beleza das linhas e colocando-os em ruas bem alinhadas, onde a alegria das arvores parece compartilhar da ventura que se respira! e a iluminação estrita, o abastecimento d'água, os parques de recreio, os viadutos, as pontes de ligação, quanta coisa mais! Que balanços interminável da conquista e do progresso!

Se Deus fez da Natureza um livro impresso, onde, por mais que se leia, nunca se apreende tudo, o homem fez das cidades o livro escrito, onde condensa um tesouro que é aprimoradamente de gosto em seus multiformes aspectos. É nas cidades que se acham as mais notáveis obras d'arte e aí que os espíritos mais cultos se acastelam. Foi Victor Hugo quem o disse que antes da imprensa que o edifício era o livro. Era por ele que se comunicavam os povos de diferentes épocas. A imprensa derrotou o edifício. A arquitetura que era a rainha das artes, tendo as outras, como subsidiárias, passou à segunda linha. Continuou, porém de pé, e o progresso contínuo das cidades e o reajustamento do bom gosto a sua influencia decisiva no conjunto restabeleceram-na no lugar de honra, donde, momentaneamente, havia descido. Os cultivadores do belo que são seus fervorosos devotos, acabaram vencendo.

Esta nossa cidade de Belo Horizonte é um mimo de delicadeza e de graça! Explica-se por si. Construída especialmente para dotar Minas Gerais de uma bela capital ocorreram-se os governantes de bom gosto, que importaram, e plantaram assim no meio deste sertão retrogrado os alicerces de uma grande fundação.

Certo, houve também aleijões notáveis nesta composição. A perfeição não é causa tão fácil de se conseguir. Estão aí o antigo ginásio Mineiro, hoje Coletoria Estadual, e aquele mercado liliputiano e pretensioso, para não citar outros. Mas em conjunto, considera a obra em seu todo, não se podia exigir mais. O palácio da

Liberdade, as Secretarias são assuntos bem lançados, com linhas de alguma elegância, agradáveis à vista, apesar de um pouco pesadas e com alguns defeitos toleráveis; mas não esqueçamos que eles estavam destinados simplesmente a marcos de início. Os elementos estranhos importados, os corretivos do gosto, concluída a agradável missão, retiraram-se da cidade e as cousas caíram naturalmente numa lamentável monotonia: três janelas na frente, portão ao lado e um alpendre com lambrequins; na parede uma imagem da Bahia de Botafogo, como competente Pão de Açúcar: disto não saía. Mesmo assim o conjunto continuou sempre limpo, a beleza da arborização, o traçado da cidade, a lindeza do céu, mesmo a aridez do sol e a placidez bondosa da lua não podiam ser prejudicados, ‘in totum’, pela uniformidade dos portões e dos alpendres com lambrequins.

Notou-se neste últimos tempos uma reação geral no Brasil, que se estendeu Belo Horizonte. O sentimento do belo adormecido despertou. Os arquitetos começaram a ser ouvidos e uma nova era aí está, indiscutivelmente a remeter-nos edificios de fino gosto. A cidade é naturalmente um patrimônio de todos. É aí que decorre o direito de criticar o aspecto da casa alheia e a nobreza desta critica está no objetivo, que é o aprimoramento do bom gosto. É claro que as gemas preciosas desta pedraria completa são constituídas pelos edificios públicos, que devem ser verdadeiros monumentos, casando a dignidade do seu aspecto com o destino que nos é reservado. Devem impressionar o publico pela solidez, que conforta e pela beleza, que encanta. Que perigo, portanto, a influencia que nesses exercem os estadistas efêmeros da Democracia, que tudo sabem, através de idéias extravagantes sobre a filosofia da beleza! Esse encontro do belo, que é a expressão singela da natureza, com a sapiência municipal do regulo da aldeia, expoente máximo do cabo do sabichão, não pode deixar de produzir resultados lamentáveis sob o ponto de vista estético. É claro que se pode sacrificar a beleza da democracia para salvar a beleza das artes, mas a providencia dos homens, que não ignora messes pontos fracos no aproveitamento das competências políticas, pode amenizar notavelmente os seus malefícios efeitos sobre o cultivo do gosto, instituindo um aparelho que os advirta, como celebre pintor ao sapateiro-critico.

Vê-se que falta um elemento apropriado no organismo da nossa cidade: um arquiteto de notória competência, um artista consumado, com a autoridade liberta da

influencia vesga dos coronéis, ao qual estivesse confiada a tarefa de velar pela integridade das linhas gerais e manutenção do conjunto harmônico. Se tivéssemos tal órgão certamente não se teriam sido executados aqueles aumentos das secretarias do interior e das finanças que destoam pela desproporção de suas partes.

Ao arquiteto é mais difícil projetar um aumento de obra feita do que organizar um projeto de obra nova. Em todo caso, esses acréscimos, se bem que aumentassem os braços do conjunto, não chegaram a matar a construção, Transformaram-se de bípede em quadrúmano.

Mas onde se prepara um verdadeiro atentado à estética é na Secretaria de Obras Publicas. reconhecida a necessidade do aumento imagina-se um edificio que se emenda com o atual pelos fundos, mais largo que o principal e tendo os pavimentos térreos em níveis muito diferentes! Parece que um fica na ponta dos pés, montado nas costas do outro! Não precisa mais nada em matéria de aleijão! Reconhece-se ai logo o dedo do gigante.

Disse um grande esteta que a maior beleza da arquitetura consistia em bem harmonizar o objetivo da construção com sua forma exterior, procurando-se inspiração no exemplo da sabia natureza. E generalizadas achava feia a locomotiva, porque o mecânico se esquecera de imitar o cavalo, o mastodonte, o plessiossaurus, conforme sua força e imponência. A nós parece-nos que a Agricultura, depois de pronta, vai ficar com o aspecto de uma volumosa mulata, alargada nas ancas, pés espalhados, cabeça pequena e mãos nas ilhargas a dizer ao povo: Comigo aqui é na batata!!

Em todo caso se, inspirados nas idéias desses esteta, o objetivo era subordinar o exterior aos fins agrícolas da Secretaria, talvez, se justifique a alegoria.”

A arquitetura dos principais pontos de encontro da cidade passavam por constantes reformas e adaptações internas para abrigarem os mais diversos usos. Os cafés exerciam uma forte atração. Dentre eles o Café Avenida, que desde 1921 disputava ser suas as melhores instalações desse gênero na cidade. Na revista *Semana Ilustrada*, 1928, p. 3, há uma nota sobre o mesmo: “O café Avenida que há sete anos vem sendo mantido nesta Capital, à Avenida Afonso Pena n. 596 pelos Srs. José Amancio Fernandes e Octaviano Amancio Fernandes, acaba de passar por uma

remodelação se suas instalações. Seus proprietários que vêm acompanhando pari-pasu o progresso da capital, mostram inigualável esmero na reforma do seu estabelecimento, pois o dotaram num dos melhores e mais confortáveis, transformando-o num verdadeiro ponto chic. [...] Mencionamos acima o lindo efeito dos azulejos que cobrem até o alto as paredes internas do elegante Café Avenida. Anotamos agora, de passagem, terem sido os mesmos fabricados pela grande e premiada fábrica de ladrilhos ‘Casa Lunardi’ (rua Curitiba, 137) uma das maiores conquistas industriais de Belo Horizonte moderno.[...] A riqueza e a inteligência de seu mobiliário foi todo ele fornecido pela fábrica de móveis do Srs. Piancastelli e Filhos, situada na rua do Ramal.

Outra notícia no ano de 1928 que despertava atenção era a dos “serviços que se acham em execução e a serem inaugurados em dezembro próximo ou no começo do ano vindouro [...] a construção do novo Mercado da capital. Os oito pavilhões cobrem área de 2.361, 00 m² dispondo de 176 cômodos para lojas” (Semana Ilustrada, 10.11.1928)

João Dornas Filho, na comemoração de 1 ano da revista Semana Ilustrada, escreve um pequeno artigo, no número do dia 8 de junho de 1928: “Todos sabem que Minas, principalmente Belo Horizonte, que é o índice do trabalho de província, tem se desenvolvido colossalmente, vertiginosamente. Há cinco anos a Capital contava cento e pouco automóveis. Hoje tem dois mil. No tempo do cento e cinquenta automóveis, ainda rodavam na calçada das ruas os carros de praça, arrastados por sonolentos cavalos, e o Chico Bispo, camelô nacionalista, tangia uma enxada símbolo da nacionalidade, grunhindo reclames inteligíveis. Hoje por entre o grunhido das sereias, dos taxis e dos Buicks, a voz ladrada dos camelôs de casaca e monóculo apregoa pilogênios e calicidas infalíveis. E tudo o mais assim.” Apesar de citar a existência de vários jornais o autor diz que “as revistas morriam infalivelmente do mal dos três números. Uma lástima.”

É o que vai ocorrer logo depois com os ‘três’ números da revistas dos estudantes de arquitetura. Uma lástima!

Eduardo Frieiro, no número do dia 8.06.1928 da revista *Semana Ilustrada* fala da falta de monumentos na cidade e lastima a ausência de um em especial: “Custa a crer não se haja erigido na capital do Estado um grandioso monumento comemorativo do episódio culminante da história Mineira – a Inconfidência. Por que não se começa por aí? Porque não se ergue, em homenagem aos conjurados de 1789, a nossa primeira obra de arte, monumental, em que a arquitetura e a escultura se dêem as mãos num trabalho de larga expressão e arrojada inventiva? Um monumento assim é que estava mesmo a calhar na Praça 7 de Setembro, em lugar do desgraçado ‘pirulito’ que fincaram ali para comemorar o centenário da Independência. Mas – ai de nós! Aquele estafermo megalítico está destinado a viver mais do que as pirâmides do Egito, sobrevivendo a todas as idades, desafiando o próprio tempo, como padrão eterno do nosso irremediável mau gosto. [...] Belo horizonte precisa de monumentos, precisa de estátuas, precisa de fontes. As estátuas são o sorriso da cultura ... Isso deve ser verdade em toda a parte, mesmo entre nós. Aqui a cultura só os mostra uma feia carranca, si é que nos mostra alguma coisa. Mas está no poder das governanças estadual e municipal fazê-la desabrochar no mais amável dos sorrisos.”

Chás dançantes, quermesses, barraquinhas em Santa Efigênia, em Santa Tereza, no Santo Antônio e bailes carnavalescos sempre proporcionavam encontros, mas estes eventos eram passageiros, o grande acontecimento, por um longo período eram as missas dominicais. Na *Semana Ilustrada* de 21.01.1928, há um artigo intitulado “O Ponto dos Bondes” que descreve um pouco sobre a vida cotidiana em uma manhã de domingo:

“É a ilha dos *sapeadores* indefectíveis. Pela manhã, sendo domingo eles vão à missa e, antes que esta termine saem em debandada, aos grupos de vinte e de cinquenta, e se postam sob as grandes árvores da Avenida, a verem passar o bando trêfego das trêfegas melindrosas. Elas são encantadoras. Eles são românticos. Olham-se, entreolham-se e sorriem inocentemente. Eles não querem mais do que um sorriso alegre, um olhar de simpatia. Depois, quando elas descem avenida afora – como que magnetizados, eles as acompanham, com passos moles, de enterro, até o ponto dos bondes. Aí é um eterno esperar de bonde que não vem. Não lhes servem ‘Floresta’, nem

‘Serra’, nem ‘Ceará’, nem ‘Quartel’, nem ‘Cruzeiro’, nem ‘Arrudas’. Elas também, propositadamente perdem um, deixam passar outro, alimentando um doce idílio qualquer entre árvores amigas e que têm assistido a tantas coisa piegas...”

Tanto quanto a rua da Bahia a avenida Afonso Pena vai aparecer constantemente nas crônicas dos jornais e das revistas. Abílio Barreto, nosso primeiro grande historiador, conta, em um pequeno artigo na *Semana Ilustrada* de 24.11.1928 sobre prédios, repartições públicas e o triste fim de nosso arquiteto maior na Comissão Construtora da Nova capital:

“...muita gente que hoje transita pela nossa encantadora Avenida Afonso Pena, sob a majestosa copada das árvores frondosas, por longos passeios soberbamente iluminados pelas novas instalações elétricas ornamentais, vendo rodar elegante e vertiginosamente, alguns milhares de automóveis, não pensará, não saberá, talvez, que há cerca de 32 anos, essa formosa avenida não passava de um matagal terrível e que, mesmo um ano depois, ao ser inaugurada a nova capitalzinha, com seus 12 mil habitantes, não contava aquela artéria urbana mais de 2 dúzias de prédios isolados uns dos outros, aqui, ali, acolá... Entre esses prédios estava o da Delegacia Fiscal, que [...] era destinado a outras repartições federais, remodelado, onde funciona a Repartição Geral dos Telégrafos, fora planejada e construída pelo engenhoso arquiteto da Comissão Construtora da Nova Capital, Dr. José de Magalhães, o homem dos lindos cavalos e que mais tarde foi assassinado em Campos do Jordão.”

“O edifício situado na rua dos Caetés, número 360, de propriedade de Aziz Abras, projetado e ampliado por Luiz Signorelli, ainda em estilo eclético, mas já despojado da profusão de ornatos, ganha, até o final da década, cinco pavimentos. Destinado a abrigar lojas no pavimento térreo e adaptado para serviços nos andares superiores, utiliza em sua volumetria uma composição acadêmica, dando a cada andar uma especificidade no tratamento das aberturas. Coroando a edificação, apresenta em seu frontão eclético a data de 1930, referente a conclusão da obra.

O edifício situado no número 484 da mesma rua, construção geminada, sofre ampliações, permanecendo com as características formais vinculadas à arquitetura da

década de 1910, tendo como principal elemento as varandas: protegidas por guarda-corpos metálico, locadas simetricamente no plano de fachada, sobressaem em relação aos limites do terreno. Apresenta também uma solução de aberturas de diferentes tamanhos, simetricamente distribuídas, a partir das entradas, situadas nas laterais. Sua platinada, adornada com medalhões, também ostenta a data de 1930, referendando o período de conclusão da obra.”¹¹

Projetos:

Robert Bolsselmann aprova, em 28 de setembro de 1928, para os lotes 11 e 13, do quarteirão 13, da X Seção Urbana, a residência de José Oliveira na rua Espírito Santo entre ruas Tomás Gonzaga e Professor Antônio Aleixo. Com um subsolo e mais dois pavimentos, a edificação apresenta um jogo de terraços, nos pavimentos superiores, que são adições e subtrações dentro de uma forma básica triangular. O autor mostra uma perspectiva da edificação, despojada de elementos decorativos.

Luiz Signorelli projeta ,para Maria da Conceição Birchall, residência na rua da Bahia esquina de rua dos Emboabas (atual Antônio Aleixo), no bairro de Lourdes. Solucionando a unidade com uma mesma características dos “solares”, que vai produzir, principalmente, na década de 1930. Grandes varandas e terraços fazem parte da composição. Uma colunata no andar térreo marca a fachada simetricamente trabalhada. Uma escada centralizada, com clarabóia, marca o espaço interior.

Adhemar Rodrigues projeta uma residência, aprovada em 31 de janeiro de 1928, para o Sr. Caetano Vasconcellos, situada nos lotes 11 e 13, da quadra 28, da V Seção Urbana, correspondente à rua Paraíba, entre ruas Bernardo Guimarães e Gonçalves Dias. O projeto apresenta sete quartos no segundo pavimento e um banheiro, todos voltados para uma longa circulação. No pavimento térreo há uma circulação, para a qual estão voltadas as salas, o escritório e um lavabo. Anexo à “sala de almoço” há uma sala de bilhar.

¹¹ NORONHA:1999

Em 28 de julho de 1928, Luiz Signorelli aprova para o Sr. Aziz Abras, uma edificação de três pavimentos, no lote 4, do quarteirão 17, da I Seção Urbana, correspondendo a rua dos Caetés, entre ruas Espírito Santo e Rio de Janeiro. O projeto segue a solução de rígida simetria, com fachada tripartida, sendo os dois setores laterais idênticos, ficando o corpo central com uma resolução de cheios e vazios diferenciada. A obra destinada a comércio e serviços, contém logo acima das portas comerciais o nome grafado CASA AZIZ. Esta obra sofreu alterações durante sua construção, chegando a 5 pavimentos quando concluídas, e apresenta em sua platibanda, ainda hoje, grafada a data de 1930, ano de término da mesma, que passa a ser uma das mais altas edificações, na região que deu início ao processo de verticalização da cidade – a rua dos Caetés.

João de Almeida Farber, desenhista e arquiteto, aprova uma residência para o Sr. Caetano Lopes, na avenida Tocantins, nos lotes 23 e 24, do quarteirão 4B, da I Seção Urbana (XIV, atualmente), em 20 de junho de 1928.

Dario Renault Coelho aprova a edificação de dois pavimentos da esquina de avenida do Contorno com rua Curvelo, obra existente até o presente. A construção foi aprovada em 12 de abril de 1928, no lote 1, do quarteirão 1, da VI Seção Suburbana. Suas fachadas foram revestidas em pó-de-pedra e tem como ornamentos pequenos cordões de motivos florais.

Dorito Renault Coelho, também filho de Edgard Nascentes Coelho, com escritório à avenida Afonso Pena, 789, 1º andar, sala 4, projeta uma pequena residência na ex - Colonia Afonso Pena, no lote colonial 14, na rua Mar de Espanha esquina de rua Nunes Viera, para o Sr. Bento *Tentany* (?) aprovada em 6 de outubro de 1928. Dava-se início a fase de maior ênfase de construções que vão se configurar no futuro bairro Santo Antônio. A solução apresenta o sanitário do lado externo da unidade, e contém dois quartos, duas salas e cozinha. A entrada é marcada por pequena varanda com uma empena triangular na lateral, onde se acha a janela frontal, encaixada em uma composição na qual faixas de alvenaria em relevo fazem as marcações decorativas, à moda dos “chalets”.

“Uma das edificações privadas verticais que um técnico da Comissão Construtora vai projetar, com 4 pavimentos, é o palacete comercial situado na esquina de rua Carijós com rua Espírito Santo, autoria de Luiz Olivieri, datado pelo autor em 25 de março de 1928, ainda com a cúpula referenciando a esquina. A edificação tinha como proprietários Nelson Viana e João Batista Viana, _ construção demolida posteriormente, sendo edificado no local o edifício Walmap. Apresentava em cada pavimento um conjunto de salas e em seu térreo lojas”¹²

Em 1928, Signorelli aprova para o Sr. Gentil Rangel, residência situada à rua Bernardo Guimarães, entre ruas Espírito Santo e Rio de Janeiro, em estilo californiano, de linhas simplificadas, embora com grande área construída. Mas apresenta, contudo, a solução padrão de partes íntimas e sociais se intercomunicando, organização que se estabeleceu desde os tempos coloniais, tornando-se culturalmente a mais utilizada para os padrões sociais, fortemente estabelecidos. Em sua solução, introduz uma pequena “varanda” fechada, em contraponto a varanda incrustada ao partido, junto ao escritório, solucionada em linhas quebradas, e um pequeno telhado em três águas como arremate.

Pedro Luiz da Silva, arquiteto com escritório a rua Ceará n. 208, projeta a residência da rua Abaeté, correspondente ao lote 1, do quarteirão 46 A, da VI Seção Suburbana, aprovada em 2 de fevereiro de 1928.

João Boltshauser, engenheiro civil, elabora o projeto de uma capela para o bairro da Serra, nos lotes 14 e 15, do quarteirão 29, na I Seção urbana, em terrenos doados por Carolina Dias de Figueiredo. O projeto para a Capela de Sant’Ana foi aprovado em 28 de agosto de 1928. Posteriormente, no local foi edificada uma nova capela.

É de 1925, aprovado no dia 4 de abril, o projeto de uma edificação para fins industriais, no lote 4, quarteirão 4, da VI Seção Urbana, correspondendo à avenida do Contorno, em terrenos já incorporados ao bairro Floresta. Trata-se das oficinas

destinadas a Carpintaria e Marcenaria da firma FARIA E ASSUMPÇÃO. A obra tem sua fachada resolvida com dois telhados em 2 águas, com calha central, uma platibanda simples, que na sua parte central ganha maior altura, e dentro de uma forma circular é grafado o nome da firma. Pelo que se pode apreender, a solução de revestimento era em tijolos aparentes, ora ocupando todo o quadro que envolve a janela, ora em faixas alternadas de argamassa e tijolos aparente.

“O edificio vertical da rua dos Caetés esquina de avenida Amazonas é o Aurélio Lobo, o primeiro hotel com mais de três pavimentos construído na cidade, confirmando uma tendência dessa utilização em edificios verticais, em outras capitais como o Rio de Janeiro. Denominado Hotel Sul-Americano, localiza-se na esquina da rua dos Caetés com a avenida Amazonas, portanto voltado para a porta de entrada da cidade, a estação ferroviária. Apresenta seis pavimentos, o que o transforma na construção mais verticalizada da década e o primeiro com altura superior a três pavimentos a ser solucionado em uma esquina em ângulo de 45°, seguindo, ainda, a volumetria dos "palacetes". A esquina é referenciada por um balcão no segundo pavimento e por uma cúpula em sua cobertura. O segundo pavimento apresenta uma sequência de janelas em arco, diferenciando das demais, solucionadas de forma retangular. Seus últimos pavimentos são, também, específicos, pela marcação por cimalhas contínuas, apresentando janelas em arco.”¹³

Luiz Signorelli aprova a residência de Alfredo Carneiro Santiago, na rua Ceará, no lote 18 da quadra 15 da VII Seção Urbana.

1929

Notícias:

Diário Mineiro, 23.06.1929, n.11, p.1: “Belo Horizonte vai ter, afinal, um novo matadouro.”

¹² NORONHA, 1999.

¹³ NORONHA, 1999.

O artigo destaca a abertura das propostas dos concorrentes, à construção e instalação do novo matadouro, no dia 22/06/1929. O estado do matadouro da Estação de Arrudas, segundo o jornal, era deficientíssimo. Oito foram as propostas apresentadas: a) Alfredo Carneiro Santiago, pela “Esther Wyss”, cia. Suíça; b) Carneiro de Rezende e Cia. Limitada, por J. G. Balshi; c) Renato Sebastiany; d) Scott Uner Limitada; e) Manoel Bicalho Goulart, pela Sociedade Dinamarquesa; f) Sociedade Técnica e Construtora Motores Dentz; g) Henrique Clemente Rodrigues; l) Sociedade Comercial e Industrial Suíça.

Integrantes da comissão julgadora das propostas: Octavio Penna (subdiretor de obras da Prefeitura), João Gusman Júnior e Roberto de Almeida Cunha. Antes mesmo do julgamento, Octavio Pena já afirmava: “... Bello Horizonte vai ter um matadouro digno de seu progresso, nada ficando a invejar de outras capitais.”

Diário Mineiro, 14.06.1929, n. 3: informa que no dia 16.06 será lançada a pedra fundamental da nova matriz de São Sebastião do Barro Preto.

Projetos:

Antônio Rego, com escritório na rua dos Inconfidentes, 1158, projeta a residência do Dr. Orozimbo Nonato, na rua dos Guajajaras, entre avenida Afonso Pena e rua Sergipe. O projeto segue as características neocoloniais e foi aprovado em 8 de julho de 1929. O autor, executou o Monumento ao Centenário da Independência, em 1922, instalado na Praça Sete de Setembro [concluído em 1924].

O major Antônio Zeferino da Silva, através de projeto elaborado por Octávio Roscoe [e não Gustavo Roscoe como consta do Dicionário Biográfico do IEPHA, de 1997] constrói sua residência na avenida do Contorno, esquina de rua do Ouro com rua Pouso Alto. O projeto, aprovado em 7 de novembro de 1929, seguia as características das pequenas vilas, estilo de construção destinada à moradia mais difundido naqueles anos. Assim, a casa ficou conhecida como VILLA RIZZA. Sua planta é solucionada com uma varanda para a avenida do Contorno, para a qual estavam voltados o

escritório, a sala de jantar e a sala de visitas. A partir da sala de jantar existia uma circulação para a qual se abriam os quartos, e no final desta, encontrava-se uma copa, para onde se abriam dois banheiros e a cozinha. A ligação com o terreiro era feita através da copa. Esta edificação foi parcialmente demolida após o seu tombamento pelo município, transformando-se numa ruína.

“Do mesmo autor do Clube Belo Horizonte, outro clube ganha sua sede oficial, de quatro pavimentos (o último emático), com a edificação erguida na esquina da avenida Afonso Pena com a avenida Álvares Cabral: o Automóvel Clube, inaugurado no mês de dezembro. Também é construído ainda dentro do padrão neoclássico, linguagem que ainda vigorava para as obras públicas e aquelas destinadas a usos comunitários na década de 1910, principalmente.”¹⁴

Em 1929, Dario Renault Coelho (com escritório na avenida Afonso Pena 726, sala 15), aprova em 27 de setembro, o “coro para a Igreja da Lagoinha”. Ficando caracterizado, que esta igreja teve intervenções de diversos arquitetos, sendo o projeto original mantido em sua concepção básica, desenvolvido por Antônio da Costa Christino, em 1921.

Luiz Signorelli, embora tenha formado em um momento em que a arquitetura eclética era questionada, principalmente com a introdução do neocolonial como solução, permanece em seus projetos com as soluções mais voltadas aos cânones prescritos pela beaux-arts. Em 1929, no dia 25 de fevereiro, aprova para o Sr. M. Gonçalves Villas, uma casa comercial, com três pavimentos, na rua Rio de Janeiro, no lote 11 e parte do 9, no quarteirão 14, da I Seção Urbana. Localizada entre as ruas dos Tupinambás e dos Caetés, a construção ainda permanece com suas principais características volumétricas inalteradas, exceto o pavimento térreo que foi totalmente descaracterizado.

De uma rígida simetria, o projeto pode ser decomposto em três setores, sendo os dois laterais idênticos, solucionados como dois blocos pouco mais saliente, que enquadra o central. Estes blocos contém no pavimento superior, colunas com capitéis compostos,

apresentando volutas e vegetação em sua configuração. As janelas dos dois blocos laterais são arrematadas por vergas em arco, enquanto o conjunto de janelas e portas centralizadas são em verga reta.

Observa-se que em 30 de maio de 1928, Signorelli aprova um projeto de solução quase idêntica, que foi substituído pelo acima citado. Neste primeiro, o revestimento externo era em tijolos aparentes, e na platibanda apresentava grafado “CASA BLERIOT”.

Luiz Signorelli assina o projeto para a casa paroquial, consistório e sacristia da catedral de N. Sra. da Boa Viagem, aprovado em 4 de novembro de 1929. O projeto, é atribuído, também, a Raffaello Berti. Este projeto, erroneamente com o que consta na literatura, inclusive em livro sobre a obra de Berti, não foi o projeto executado, sendo de outro autor, João de Almeida Ferber, a obra existente.

1930

Notícias:

Minas Gerais, 17.02.1930: Inauguração do Seminário de Belo Horizonte, situado no “Alto da Boa Vista.

Minas Gerais: 24.02.1930: Inauguração de cinco grupos escolares, são eles: José Bonofácio; Diogo de Vasconcelos; Flávio dos Santos; Cesário Alvim e Palmital.

Minas Gerais, 03.04.1930: Exposição Geral de Belas Artes (pintores, escultores e arquitetos). Cita João Boltshauser : perspectiva de um prédio e uma casa de campo.

Minas Gerais, 15.06.1930 a 12.07.1930: apresenta alguns artigos sobre o IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizados no Rio de Janeiro.

¹⁴ NORONHA, 1999.

Minas Gerais, 04.09.1930, p. 7: Inauguração dos grupos escolares Caetano Azeredo e João Pessoa.

Minas Gerais, 05.09.1930, p.10: artigo sobre o novo prédio da Escola Normal Modelo, com foto da planta e da fachada.

Minas Gerais, 06.09.1930, p 10 e 11: Inauguração das novas instalações do Banco de Crédito real, no prédio da Avenida Amazonas esquina de Espírito Santo, contendo a edificação 4 pavimentos.

Minas Gerais, 07.09.1930, p.12: Informa sobre a inauguração do novo prédio da Secretaria de Segurança, com foto da mesma.

15.07.1930: é inaugurado o monumento à Terra Mineira, na praça da estação, de autoria de J. Starecce. (PENNA, 1997:239)

Projetos:

“A presença de Baumgart em Belo Horizonte possibilita que o seu escritório desenvolva um novo projeto para o edificio do Cine-Teatro Brasil, em substituição ao elaborado por Luiz Signorelli, apresentado no IV Congresso Pan-americano de Arquitetura na cidade do Rio de Janeiro. Esse novo projeto, seguindo as características de edificios de uso múltiplo, conta em sua base com um cinema. O edificio do Cine-Teatro Brasil apresenta como solução uma grande massa volumétrica, que envolve a esquina conformada pela rua dos Carijós e pela avenida Amazonas, tendo sua abertura principal voltada para a praça Sete de Setembro, que, após a instalação do monumento ao Centenário da Independência do Brasil, entre 1922 e 1924, já se transformava em um dos principais ponto de referência da capital mineira (fig. 5.20). Como entrada para os pavimentos destinados a escritórios, o acesso se dava por uma estreita galeria, hoje obstruída, ligando a rua dos Carijós com a avenida Amazonas, solução que seria tomada como referência posteriormente para outras obras.

A edificação, aprovada em 15 de dezembro pela Prefeitura de Belo Horizonte, contém apenas a inscrição: Escritório Técnico Emílio H. Baumgart - Engº Civil. A torre, destinada a escritórios, apresenta oito pavimentos, o que a coloca como a mais alta edificação da cidade e introduz uma arquitetura em que as fachadas são revestidas por pó-de-pedra.

Segundo LEMOS (1988:169): ‘Com o revestimento em pó-de-pedra, onde a mica e o vidro cumprem a missão de brilhar à luz do sol ou da iluminação, o art-deco propiciava um novo cenário, no qual se desenrola um filme noir, enquadrando a bidimensionalidade do jogo claro/escuro.’

No Cine-Teatro Brasil as linhas verticais de algumas aberturas laterais dos primeiros pavimentos sobressaem-se, em contraposição a uma marcação mais horizontal dos quatro últimos. Na curva que envolve a esquina as aberturas superiores sobre a marquise que protege o acesso ao cinema eram compostas de três vitrais verticais, sendo o central de maior dimensão, hoje totalmente descaracterizados. Essa proposta inaugura o protomodernismo na Área Central da cidade em obras verticais, que, dentre outros aspectos apresentava como elementos compositivos decorações inspiradas no Art Déco.

O Cine-Teatro Brasil passa a ser referenciado por um longo período como a obra mais significativa da cidade, valorizada pela sua situação na estrutura morfológica, que permitia a fácil apreensão de seu volume, fato que pode ser confirmado pela nota publicada na Folha de Minas do dia 14 de julho de 1936, em sua página 1, sob o título 4º aniversário do Cine-Theatro Brasil:

‘Há quatro anos, neste dia, era inaugurada na cidade sua principal casa de diversão. Na idade do cimento armado, Belo Horizonte realizou seu monumento típico: o Cine-Theatro Brasil. Há quatro anos no dia de hoje, ele era inaugurado. Demarcavam-se duas épocas. Duas épocas. A do ciclo do tijolo, felizmente encerrada em edificações monumentais, a do ciclo do cimento armado, que invadiu o mundo e teve sua realização máxima neste edifício grandioso.”¹⁵

¹⁵ NORONHA, 1999

Em 1930, Luiz Olivieri aprova, no dia 11 de março, uma modificação para a residência do Sr. Paulino C. Mendes, localizada nos lotes 2 e 3, do quarteirão 28, da V Seção urbana, correspondente ao imóvel da rua Gonçalves Dias, entre ruas Paraíba e Pernambuco.

Luiz Signorelli aprova o projeto do “Collegio Sacre Coeur de Marie, nos lotes 1 a 24, da quadra 2, da I Seção Suiburbana, no dia 7 de janeiro de 1930. Edificação de grande massa volumétrica, tem todas as suas esquadrias em perfis metálicos. Em 13 de maio de 1939 é aprovado um projeto de acréscimo, assinado por Raffaello Berti, sob o n. 355. Nicola Santólia, também, assina projeto de acréscimos aprovados em 5 de outubro de 1946.

1931

Notícias:

Minas Gerais, 25-26.05.1931-, p.12: “Da Velha Cidade— Antônio Crispim [Carlos Drummond de Andrade]: Em frente ao cinema Pathé, eu espiava os cartazes de fitas para sempre silenciosas. Lá dentro, as últimas criaturas não sincronizadas de Belo horizonte procuravam esquecer as conquistas da técnica e a voz horrorosa de Annita Page. Os artistas eram a antigos, a fabrica antiga, antigos eu e o cinema, e um velho aparelho telefônico pendia – sem voz, como filme da velha, velha parede.

Em uma velha cidade... Senti-me outra vez no Belo horizonte de 1915, 1920, idades mitológicas, de que não há memória entre os homens e as mulheres de hoje. Os artistas chamavam-se Clara Kimball Young, Geraldine Farrar, William S. Hart. Às sextas-feiras havia sessão Fox no Odeon, e as três meninas da rua Goiás compareciam de branco, de vermelho, de amarelo e de namorado (hoje elas aparecem, mas sem cor, e docemente, como os espectros). O mundo era pequeno e limitava-se ao norte pelo Café Estrela, na rua da Bahia, e a leste pela casa Oscar Marques, na Avenida Afonso Pena. Podia-se correr o Parque Municipal entre essa coisa ingênua e primitiva, uma bicicleta. Passeava-se pela cidade como se ia para o cemitério, depois de morto: de carro

puxado a burros. Belmiro Braga era um bom poeta. O coronel Drexler, um grande general. A praça da Liberdade era um assombro (o jardim plantado para o Rei Alberto ver!) e todas as mulheres se vestiam no atelier da madame Penélope, trinta vezes fechado e trinta vezes reaberto. As moconhas do Bairro dos Funcionários amavam apenas um rapaz por ano, mas amavam tragicamente, e uma revista ‘A Vida de Minas’, publicava clichês de bebês, nuelos, chupando o dedo sobre a colcha de ramagens do fotografo Belém, bebês que hoje são os freqüentadores do footing na Avenida Paraúna e as jogadoras de golfinho. Havia quem usasse bigodes, mas sem ser por tédio ou desespero da vida, como hoje: o bigode era respeitável, representava uma caderneta de banco, um lote no Calafate. E os sorvetes daquele tempo? E as longas líricas voltas do bonde Ceará, o bonde que não tinha ponto final, que era o bonde ideal, projetado no infinito e com lotação bastante para conter todos os amores, sofrimentos e recalques da cidade?

Nisso passaram por mim as três meninas desbotadas – último reflexo, último fragmento de um mundo que viveu! – e eu tirei-lhes o chapéu, respeitosa e comovidamente, como diante do Arquivo Público Mineiro.

Minas Gerais, 29.05.1931, p.2: “A Casa Habitável – Antônio Crispim [Carlos Drummond de Andrade]: Penso nessa casa de vidro que o arquiteto Pierre Chareau acaba de construir em Paris. É uma casa para família, e todas as paredes, portas, mármore, metais e *boiseries* são de vidro autêntico, inquebrável e translúcido. O telegrama não diz, mas está se vendo que para uma casa assim de vidro, só uma família de vidro.

Porque até agora a casa não era só o lugar de repouso e do café matinal, em chinelas, com a alegria dos filhos promovendo desordens no alpendre. Era também, e principalmente, o lugar onde o indivíduo se abrigava do mundo e sua curiosidade, permitindo-se trocar em pijama e quimono o incômodo externo de paletós-saco e vestido de sair. Era o lugar onde homem se livrava do homem, cessava a eterna perseguição. A gente, perdendo um pouco essa horrível mania democrática de viver às claras, mergulhava num mundo iluminado menos violentamente, e, portas cerradas, contava à esposa histórias, casos inventados, até mentiras, pelo prazer de mentir e de ser

natural. E a esposa fingia acreditar e nós fingíamos acreditar que ela estava acreditando em nós.

Agora, surge-nos o Sr. Pierre Chareau e instala, numa casa de vidro, um homem sem mistério e sem intimidade, com todos os seus movimentos, palavras e atos controlados pela multidão que, assentada em cadeiras de palhinha (há de haver um sujeito para explorar a indústria das cadeiras de palhinha diante das casas de vidro, a dez tostões por pessoa), assistirá, desde o seu acordar melancólico, até ao seu adormecer inquieto. Positivamente inabitável.

Num país de escassa curiosidade, como o Brasil, onde quase não há comadres, o inconveniente é pequeno, e talvez se possa viver mediocrementemente entre essas lâminas de cristal polido. Mas aflige-me a lembrança desses povos de educação menos aprimorada que a nossa que já tinha o péssimo costume de espiar pelo buraco das fechaduras e agora espiarão pela superfície das paredes do solo ao teto.

Já não falo do incômodo que as visitas inoportunas infligirão, daqui por diante, aos moradores. Antigamente, havia uma criada incumbida de despistar essas visitas, informando-lhes que os patrões não estavam nem voltariam tão cedo. Hoje, cessa a utilidade dessa domestica, porque as pessoas cacetes avistam de longe os moradores da casa. As visitas têm, em geral, o senso da inoportunidade. Agora terão também a vista, e a nossa sala será invadida no justo momento em que estareis pedindo a Deus, com fervor, a extinção da humanidade.

E há também – *last but no last* – os credores.

Projetos:

Francisco Farinelli, que também obtém o direito de assinar projetos junto a Diretoria de Obras, elabora para o Sr. Francisco de Assis Duarte, um grupo de residências na rua Grão Pará esquina de Ulhoa Cintra, uma das ruas acrescidas ao projeto original da cidade de Belo Horizonte, subdividindo um quarteirão quadrangular. O projeto das três unidades foi aprovado em 19 de agosto de 1931. A mesma tipologia foi adotada para as três residências, desenvolvidas em um retângulo de 7,00m x 9,30m.

Compõem-se de uma sala única e de uma circulação que dá acesso ao banheiro e à cozinha. Do lado direito da planta há três quartos, sendo dois deles conjugados, um recebendo o nome de “*toilete*”. As casas, ainda existentes, tiveram suas fachadas descaracterizadas na década de noventa, quando passaram a ser utilizadas para fins comerciais.

Em 12 de outubro de 1931, Luiz Signorelli aprova o projeto da residência de Israel Pinheiro, localizada nos lotes 10 e 12, do quarteirão 15, da VII Seção Urbana. Corresponde ao imóvel situado na rua Ceará, entre ruas Santa Rita Durão e Inconfidentes. A fachada, em estilo californiano, apresenta uma varanda longitudinal, com três vãos em arco pleno. O telhado ganha destaque nas laterais, com solução em quatro águas. Por situar-se em terreno de maior altimetria que a rua, há uma extensa rampa de acesso e um jardim em plano inclinado

Em 7 de maio de 1931, o escritório de Luiz Signorelli aprova um projeto, também atribuído a Raffaello Berti, para a Casa Paroquial da igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem. O projeto, em linhas neogóticas, não foi edificado. Chamamos a atenção para o equívoco cometido no livro *Raffaello Berti – Projeto Memória*, no que se refere à citação encontrada nas páginas 33, 34 e 35. É fácil verificar que o projeto e obra construída não são equivalentes em sua solução formal. O projeto edificado, como veremos posteriormente, é de autoria de João de Almeida Ferber.

1932

Notícias:

Minas Gerais, 29.01.1932: comenta a exposição de trabalhos dos alunos da Escola de Arquitetura: “conforme fora anunciado, realizou-se ontem as 16 horas no edifício do antigo conselho Deliberativo a inauguração da 1ª exposição dos trabalhos executados pelos alunos da Escola de Arquitetura desta capital. (Escola de Arquitetura inaugurada o ano passado - diretor Luiz Signorelli). Os trabalhos estão expostos no salão nobre e foram confeccionados pelos primeiros 25 alunos do estabelecimento.

Minas Gerais, 01.02.1932, p.12: “Dentre os trabalhos expostos, destacam-se desenhos figurados de capiteis, consoles, palmetas, balaustres, bases, gregas e vestes, além dos desenhos meramente arquitetônico de gregas, ornatos, estu *Minas Gerais*, do da *Minas Gerais*, s ordens toscana, lírica, gótica...” Dos *Minas Gerais*, *Minas Gerais*, trabalhos ali expostos se destacam “os nomes dos alunos Ce *Minas Gerais*, Iso José Werneck, Virgílio de Castro, Vicente Buffalo *Minas Gerais*, Luiz Pinto Coelho, Oswald *Minas Gerais*, o de Barros, e Euclides Lisboa.”

Minas Gerais, 06.04.1932, p.12: fala de uma Exposição de Aquarelas e Arquitetura Moderna que será inaugurada à Rua da Bahia 925: “Nela serão postos a mostra numerosa trabalhos dos Srs. Luís Signorelli e Raffaelfo Benti, artistas cujas produções, figurando nas exposições de Belas-Artes e contribuindo para a modernização dos aspectos arquitetônicos de Belo Horizonte, são sempre admirados pelo nosso culto público.”

Minas Gerais, 08.05.1932, p.9: encontra-se artigo comentando que na segunda quinzena de julho próximo, inaugura-se aqui a Feira Industrial Agrícola de Belo Horizonte: “Esse sistema [...] é vitorioso na Europa e na América do Norte, onde se sucedem quase mensalmente e experimentado com o mais largo êxito, em nosso país - no Rio, em São Paulo, em Porto Alegre, em Petrópolis etc - É modernamente o meio mais rápido e útil de divulgação dos produtos de uma determinada cidade ou Estado” afirmava que o edifício do Mercado Velho que é todo de ferro, vai ser completamente transformado; “De cada lado, erguer-se-ão os novos pavilhões, ficando a fachada de 200 metros, a limitar, aproximadamente, com a Ponte da Lagoinha e a Avenida S. Francisco - só por esses dados, vê-se bem a grande área que ocupará a instalação da Feira, segundo a planta oficial aprovada. Essa planta, feita pelo engenheiro-arquiteto Signorelli, acha-se há dias exposta numa das vitrines da casa Ferreira, à Av, Afonso Pena.”

Projetos:

No ano de 1932, Dario Renault Coelho (com escritório na avenida do Contorno, 6.064) assina o projeto de casas geminadas, de propriedade de Octaviano Lapertosa. Cabe lembrar que o proprietário era projetista, tendo aprovado inúmeras construções na década de 1920, dentre elas a conhecida Casa da Loba. Localizada na praça 13 de Maio (Savassi), na esquina de avenida Cristóvão Colombo com rua Antônio de Albuquerque, as casas foram solucionadas com três pavimentos, sendo um deles denominado "porão".

A Feira de Amostras, construção que fazia parte do complexo da Secretaria de Agricultura, projetada por Luiz Signorelli e Raffaello Berti, em 1932, só foi inaugurada em 1936. No ano de 1939, em 4 de janeiro, José Custódio da Veiga aprova um projeto para colocação de uma marquise e de vitrines.

1933

Noticias:

Diário da Tarde, 04.03.1933, p.4: comenta o "Fechamento definitivo do Parc Royal a partir do dia 20/03".

Diário da Tarde, 17.03.33, p.1: é noticiada a venda do edificio dos Telégrafos em Belo Horizonte.

Em 21 de março de 1933, João de Almeida Ferber aprova o projeto de uma residência na avenida Bernardo Monteiro, no lote 7, da quadra 28, da XIII Seção Urbana. O proprietário era o Dr. Fernando Magalhães Gomes. Em estilo eclético, com elementos do neocolonial, chama a atenção o balcão circular, situado na lateral esquerda da fachada.

Angelo Antônio Murgel projeta uma residência para Juscelino Kubitschek de Oliveira, situada na rua Gonçalves Dias, entre ruas São Paulo e Curitiba, no bairro de Lourdes, no início de sua ocupação. O projeto, a ser implantado no lote 21, do quarteirão 28, da X Seção Urbana, evoca algumas características das obras de Gregori Warchavchik, a exemplo das casas das ruas Santa Cruz e Itápolis, de 1927 e 1929 respectivamente, na cidade de São Paulo. É provável que Murgel tenha sido aluno de Warchavchik em 1931, ano em que se forma na escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.

O projeto foi aprovado em 20 de dezembro de 1932, sendo um dos primeiros a utilizar a laje plana como terraço, seguindo um dos cinco pontos estruturadores da nova arquitetura proposta por Le Corbusier. A solução proposta foi resolvida em dois pavimentos. Constava do primeiro uma varanda lateral, subtraída da forma cúbica, uma sala de jantar, uma sala de visitas, um escritório com entrada independente pela lateral esquerda, copa, cozinha, lavabo, depósito e garagem. No segundo pavimento havia quatro quartos voltados para uma circulação que se abria para um terraço superposto à varanda inferior. Neste terraço iniciava-se uma escada que chegava a um outro terraço amplo, que ocupava toda a laje de cobertura. Um dos dormitórios apresentava um pequeno balcão. A sua fachada possibilitava um agradável jogo de cheios e vazios, dado, principalmente, pela varanda e pelo terraço do segundo pavimento. As janelas principais, de formas retangulares, tinham como proteção uma pequena laje saliente, que contornava parte da edificação, propiciando um interessante jogo de luz e sombra.

João de Almeida Ferber, desenhista e projetista, elabora “Projeto de uma igreja a construir-se no bairro de Santa Tereza, nos lotes 4-8 e 18-23, do quarteirão 19, da VII Seção Suburbana. Trata-se da Igreja de Santa Tereza, inspirada em soluções do barroco mineiro, com duas torres simétricas em sua fachada. Ferber utilizou em seu projeto medalhões, frontão aberto com tímpano e óculo, torres com sineiras e coruchéus. As portas eram almofadadas, com sobreverga trabalhada com elementos decorativos e um escudo sobreposto à entrada principal, ornado com motivos alusivos à padroeira, Santa Tereza. Propôs um retábulo ricamente ornamentado, com nichos, camarins, dossel com arquivoltas, colunas de ordem diversas e um trono para a imagem principal. Em que pese terem sido seguidas as principais diretrizes do projeto, alguns detalhes

apresentados pelo autor não foram executados . A obra demorou a ser concluída, tendo seu último alvará em 22 de abril de 1949, portanto, dezessete anos após a primeira aprovação.

No dia 23 de dezembro de 1932, um outro projeto modernista é aprovado pelo arquiteto Angelo Antônio Murgel. O projeto localizava-se na rua Bernardo Guimarães, no lote 18, do quarteirão 31, da X Seção Urbana, no bairro de Lourdes. O proprietário era o Sr. Everardo Vieira.

Raphael Hardy, arquiteto radicado em Belo Horizonte (com escritório rua Grão Mogol, 340), projeta para a Associação Evangélica Batista um "Internato", no quarteirão 13B, da VI Seção Suburbana. Inicia-se neste momento o complexo escolar que mais tarde passaria a ser conhecido como Colégio Batista Mineiro. A edificação de quatro pavimentos, uma das mais altas construções fora da avenida do Contorno, teve sua aprovação em 30 de maio de 1932. O projeto segue as linhas protomodernas, com fortes marcações verticais dos vazios.

O autor trabalha a edificação em dois blocos assimétricos, interligados por um elemento central, onde situa-se a circulação vertical. O setor à esquerda, com parede curva na extremidade, tem sua imagem marcada pela contínua série de janelas desenvolvidas em reentrâncias verticais no plano de fachada, enquanto no setor à esquerda, a marcação predominante é dada por três planos horizontais salientes, com grandes janelas, onde encontram-se os dormitórios e o refeitório.

José Carlos S. Rosi aprova, em 27 de maio de 1932, um projeto para remodelação do Grande Hotel, apresentando uma composição *beaux-arts*, em que cada pavimento na esquina ganhava uma identidade nas aberturas de portas e janelas.

Na rua Rio de Janeiro, no lote 13, do quarteirão 3, da III Seção Urbana, no trecho localizado entre as ruas dos Aimorés e dos Timbiras, foi aprovado por Angelo

Antônio Murgel (com escritório na avenida São Francisco, 555) em 22 de dezembro de 1932, a residência para o Sr. Manoel Cezar Pereira da Silva. Trata-se de um dos primeiros projetos modernistas na cidade, com total ausência de elementos decorativos, e um bem cuidado jogo de cheios e vazios. Sua planta mostra uma solução bem compacta, ficando no pavimento térreo a parte social e de serviços e no pavimento superior quatro quartos e um banheiro. O projeto desenvolve-se em um retângulo de 8,50m x 7,05m, com uma pequena laje saliente.

Em 22 de fevereiro de 1932, Vito Mancini, proprietário do lote 13, do quarteirão 23, da II Seção Urbana, localizado na rua São Paulo, entre avenida Afonso Pena e rua dos Carijós, aprova um projeto elaborado por Luiz Signorelli, e construído por Carneiro de Rezende. A obra, de dois pavimentos, apresenta uma das fachadas mais interessantes de edificações comerciais do início dos anos de 1930. Ela foi resolvida a partir de um eixo de simetria, com uma porta mais alteada na parte central, destinada a comércio, e duas entradas laterais, com portas metálicas, artisticamente trabalhadas, ostentando em sua parte superior (correspondente ao segundo pavimento) três aberturas em faixas longitudinais destinadas à iluminação da escada. Na parte central do segundo pavimento, há uma varanda desenvolvida sobre o espaço das três portas comerciais térreas existentes. Apresentava, em projeto, uma marcação diferenciada de revestimento na parte inferior.

O engenheiro J. Giovanini projeta a sede do “Fluminense Foot Ball Club, nos quarteirões 78 e 79, da VI Seção Suburbana, na Lagoinha. O autor assinará várias edificações na cidade e será, posteriormente, chefe do setor de aprovação de projetos da Prefeitura Municipal. A sede projetada transformou-se, posteriormente, em espaço industrial.

N. Corrêa Bucich, com escritório na avenida Afonso Pena, 574, sala 8, será um dos projetistas com maior número de obras aprovadas nos bairros mais periféricos existentes nos anos de 1930. É de sua autoria o projeto aprovado em 28 de maio de 1932, no lote 20, do quarteirão 21 B, da VI Seção Urbana, na rua Rio Novo. O

proprietário era Arlindo Gomes. Um outro projeto de sua autoria é aprovado em 2 de fevereiro de 1933, no lote 17, do quarteirão 46 B, da VI Seção Urbana, na rua Grupiara.

Raphael Hardy, em cujo carimbo constava: “Architecto – Diplomado pela Academia de Bellas Artes de Bugres – Bélgica”, trabalhava com projetos, fiscalizações e administrações de obras. Ele projeta a residência do Sr. Luiz Franzem de Lima, a ser construída no lote 7, do quarteirão 21, da X Seção Urbana, correspondente a um imóvel situado na rua São Paulo, entre ruas Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga. A aprovação é em 26 de junho de 1932.

Seguindo as soluções mais contemporâneas e eliminando as ornamentações típicas do ecletismo, ele soluciona a planta com uma varanda lateral, que dá acesso a um *Studio* e à um pequeno *hall* situado no meio do partido, e que se abre para a sala de visitas e para a sala de estar. No final deste, marcado por duas pilastras de seção quadrada, tem-se acesso a uma circulação para a qual se voltam dois quartos e um banheiro. Após a sala de refeição, em desnível, há um terceiro dormitório, uma copa, a cozinha, uma despensa e uma varanda de serviço. O arquiteto, com um desenho único entre os projetistas daquele momento, utiliza formas curvas para a concordância de alguns ângulos em 90°, e utiliza escalonamento de trechos da alvenaria para criar os efeitos plásticos de sua composição protomoderna.

José Castro, com escritório no Palacete Viaduto, sala 204 (rua dos Tamoios), projeta a edificação da rua Jaguarí, localizada no lote 4, do quarteirão 46, da VI Seção Suburbana.

1933

Notícias:

Correio Mineiro, 18.01.1933, p. 1 : “Que falta a Belo Horizonte para ser uma grande cidade? Procuramos, ontem, ouvir sobre a nossa enquete, o engenheiro civil

Alvimar Carneiro de Rezende, que assim manifestou o seu ponto de vista: Para atender ao CORREIO MINEIRO, vou responder....: Que medidas se impõem , afim de tornar *Belo Horizonte um centro de população realmente densa, ativa, progressista?*

Respondendo, desejo observar inicialmente que cabe ao próprio crescimento demográfico a força de resolver vários problemas, como, por exemplo, a utilização mais proveitosa do capital em terras.

A maior e mais intensa utilização racional das terras determinadas, por sua vez, melhorias econômicas ou aquisições sucessivas de recursos econômicos, fonte precípua, tanto no domínio individual como na esfera governamental, para a solução de tantos problemas que interessam ao homem.

Quero, agora, acentuar o seguinte: não há medidas capazes de tornar Belo Horizonte um centro de população realmente densa e ativa sem a resolução de vários problemas de caráter geral uns de caráter local outros.

Problemas de caráter geral:

- 1º) estudo, fixação e solução de meios de transporte rápido, seguro e econômico entre Belo Horizonte e os principais centros do País;
- 2º) construções ferroviárias e rodoviárias em direção aos Estados vizinhos com convergência na Capital do Estado;
- 3º) barateamento da energia elétrica para fins industriais, colonização racional das terras próximas à nossa cidade;
- 4º) auxílios indiretos para o estabelecimento de indústrias que se utilizarem preferentemente da matéria prima regional, medidas indiretas tendentes a favorecer a nossa expansão comercial;
- 5º) legislação especial para impedir o crescimento da cidade com os erros cometidos, tornando realidade a exigência de edificação de inúmeros terrenos vazios no centro da capital, com conseqüente redução de despesas de certa ordem de serviços públicos;
- 6º) adoção na rede de viação férrea de menores preços para artigos de consumo publico uma vez despachados em trens especiais;

Cessão do imposto territorial que o Estado arrecada em Belo Horizonte à respectiva Prefeitura. (...)”

Correio Mineiro, 20.06.1933, p. 1: “Que falta a Belo Horizonte para ser uma grande cidade? [Opinião do engenheiro civil Benedito Quintino dos Santos] : Belo Horizonte está fadada a um grande futuro e todos os problemas que determinarão ao seu engrandecimento estão equacionados, já se anteprojetaram e em todas as esferas da administração já se discutiram ou se discutem, os problemas que atendem às necessidades da nossa jovem cidade. (...)”

Já foram localizados pelo distinto colega Alvimar Rezende os graves problemas de caráter geral ...

ARQUITETURA

Grande é o alcance para a fisionomia da nossa jovem cidade o desenvolvimento da arte arquitetônica. Já os nossos arquitetos e engenheiros têm-se batido desassombradamente nesse terreno e muito já se tem conseguido. A nossa Prefeitura mantém severa crítica dos projetos submetidos à sua aprovação evitando a repetição de lamentáveis e pavorosas construções que antes se faziam. Não basta, porém, a ação fiscalizadora desse órgão: é preciso a formação do ambiente para aperfeiçoamento e gosto pela arquitetura, formando-se técnicos e, ao mesmo tempo, aperfeiçoando nossos mestres de obras e operários. Com este objetivo, aí está a Escola de Arquitetura tendo à frente o distinto arquiteto Luiz Signorelli, cuja função civilizadora é desnecessário encarecer.”

Correio Mineiro, 22.03.1933, p. 1-8: “Que falta a Belo Horizonte para ser uma grande cidade? Opinião do arquiteto Angelo Murgel: Há sempre um modo difícil e erudito e outro fácil e simples de responder, prefiro para meu uso o segundo e, a meu ver o que falta a Belo Horizonte para ser uma grande cidade é população. Havendo gente, uma grande densidade de população reunida em cidade aparecem fatalmente, pela força da necessidade. Todos os outros elementos próprios às grandes aglomerações humanas.

Quando Belo Horizonte tiver um milhão de habitantes será então uma grande cidade porque a nossa capital é uma cidade precoce ainda. Ha seus verdores infantis tomando atitudes de gente grande...

Para que a população aumente, isto é, para que Belo Horizonte possa acolher novos forasteiros será necessário poder dar-lhes trabalho e vida confortável: será necessário portanto que se desenvolva antes a iniciativa particular e que a principal atividade de nossos homens passe da burocracia para os empreendimentos privados, que o esforço de todos faça o desenvolvimento do comercio e da industria, podendo assim ocupar um maior numero de trabalhadores.

Vida confortável: uma cidade calçada, com boas moradias, transportes fáceis e rápidos, unindo todos os postos, serviços perfeitos, água, luz e esgotos, assistência intelectual, moral e fisica para todos, equilíbrio entre os rendimentos e as despesas, vida social intensa.

- Teremos tudo isso? perguntamos.

- Se bem que o desenvolvimento de tais fatores dependa da população, ha entretanto alguns deles, já em grande atraso para o tamanho atual de Belo Horizonte.

O ensino, a igreja e a assistência hospitalar ótimos.

A viação urbana deficiente, não temos ônibus nem bondes. O asfalto distribuído pela cidade mais com um critério de luxo que mesmo de utilidade, enquanto as saídas para bairros populosos como o de Carlos Prates, Santa Efigênia, etc., estão inteiramente desprovidos de alçamentos. (...)

As edificações, felizmente já começam a ter conforto maior e um acabamento melhor, ainda aquém, entretanto, do que Belo Horizonte merece. Nossa vida social também é mínima. Não temos pontos de reunião. Os clubes vivem fechados e quando se abrem é para festas sem frequência. Vivemos demasiadamente recolhidos. Nossos campos de esporte permanecem vazios.

Mas tudo mudará. Belo Horizonte tem recurso para um desenvolvimento rápido. E breve veremos tudo mudado: essas ruas largas e retas cheias de veículos rápidos, de povo, dessa massa anônima das metrópoles, de grandes magasins abrindo suas vitrines vistosos, de luz intensa e fascinante. Os prédios altos afogarão com sua linhas retas e suas massas impressionantes a paisagem bucólica e vergel de hoje. e os nossos hábitos

também mudarão. Seremos mais alegres, iremos mais ao cinema, ao teatro, às casas de chá, aos footings, aos clubes, faremos esporte e seremos estandardizados como todos os habitantes das grandes cidades. Tempo virá...”

Correio Mineiro, 23.06.1933, p. 1-7: “Que falta a Belo Horizonte para ser uma grande cidade? Luiz Signorelli é uma personalidade de projeção na vida social e artística da cidade. (...) Fala Signorelli: ‘Belo Horizonte já é uma cidade grande demais pela idade que conta. Falta-lhe é população que esteja de conformidade com o seu tamanho.

A meu ver, precisamos cercar-lhe o crescimento para não atrofiá-la. A criação de dezenas de vilas foi um grande inconveniente para a nossa capital. Há necessidade de concentração e não de expansão. Como sabemos, há na zona urbana centenas de terrenos vagos devido à concorrência que os lotes das vilas lhe movem quanto ao preço. A nossa prefeitura, cuja receita é urbana, se vê na necessidade de amparar a zona suburbana, cuja área talvez seja maior que a urbana, obstando com esta um rendimento muito menos.

Vários e múltiplos são os fatores exigidos para que a nossa capital se torne uma grande cidade. Preliminarmente, e de um modo geral, citaremos três fatores: - meios de comunicação barato e rápidos para que sejamos visitados. auxílio às indústrias e ao comércio. E, finalmente, limpeza pública. (...)

Para conseguir o que acima adianto, é da máxima urgência que se constitua uma comissão de técnicos especializados que disponham de boa vontade e que alimentam o sincero desejo de embelezar de veras a nossa capital. Na minha opinião tal medida será um passo acertadíssimo e de resultados magníficos.”

Bello Horizonte, 19.08.1933. Anno I, n. 1, p. 9: “A cidade bonita - Rubem Braga - Belo Horizonte é como essas mulheres bonitas mas que não sabem amar. Eu falo das cidades bonitas, não dos habitantes. Os habitantes amam nos portões, nos cinemas, nas calçadas, nos bondes, dentro das casas. Eu, por exemplo, que sou um habitante, amo no meio da rua - meu pobre amor sem resposta e sem curva! Eu amo sobre os paralelepípedos, sobre a terra e sob a chuva, e sob o sol, e sob o luar, e sob todas as

luzes e temperaturas. Eu amo sem resultado e sem amargura, amo pelo vício antigo de amar, pela alegria crônica, pela tristeza idiota de amar.

Não amo feito Edmundo Jys, que só gosto de mulheres de alma poliédrica, corpo interplanetário e nome atravessado. Eu amo Joana, Maria, Rita e Thereza. Amo toda moça que passa e toda moça que não passa, amo a varejo e por atacado, a prazo longo e a juros baixos, a vista e a prestações.

Mas Belo Horizonte não ama. Nem é boa de se amar. Belo Horizonte é bonita, bonita, bonita. De repente a gente se amola de tanta boniteza. Vontade de embarcar em trem da Oeste ou do Sertão ou do Rio e saltar em qualquer cidade de nome idiotamente bonita. Porém, não se embarca. A gente vai ficando. Vai ficando. Vai ficando. A gente envelhece, casa. Morre em menino. Nasce outro. A mulher vai ficando feia. Um dia a mulher morre. Depois a gente também morre. E lá de cima do cemitério, à meia noite, o defunto ainda sobe da cova e fica olhando a cidade lá em baixo, a cidade bonita, bonita, bonita...”

Revista *Belo Horizonte*, do dia 28.10.1933, p. 6: “*Signor L....* (Dr. Luiz Signorelli, visto por Bigi)

O sr. Luiz Signorelli é, entre os homens, como as suas casas: inconfundível.

Alto e magro. Não acredita em artistas gordos. O seu automóvel é comprido como um arranha-céu que tivesse caído no chão. Passam as duas rodas. Algum tempo depois aparece o arquiteto Luiz Signorelli.

Passam, finalmente, as outras duas rodas.

Quando desce do seu automóvel de luxo, Luiz Signorelli vai conversar com os amigos em um café. Mas não demora muito. Aparece alguém e pede;

- Quero ver o negócio da minha casa.

A ambição dos noivos é ter uma residência criada por ele. Os homens lhe pedem, sempre, um prédio original. A cidade deseja crescer.

E é por isso que ele trabalha, atendendo aos apelos que lhe chegam de todos os pontos da Capital. Belo Horizonte será, ainda, a metrópole de alguma coisa. Nessa metrópole, a obra de Luiz Signorelli se destacará, pelo vigor e pelo estilo.

Ele é o artista novo, mas experimentado; audacioso, mas perseverante; inteligente, mas operoso.

- Quando se precisa de construir, ocorre a todos o nome de Luiz Signorelli. Por que?

A propaganda do seu nome está nos prédios que construiu.

Quando queremos uma gravata bonita, perguntamos:

- Meu amigo, onde você comprou essa gravata?

Quem deseja um prédio confortável e de luxo, indaga, com interesse:

- Qual o arquiteto que fez a sua casa?

Os anúncios do sr. Signorelli não são Impressos. São edificados. São anúncios permanentes, de cimento armado...”

Adhemar Rodrigues passa a atuar na cidade, tanto na aprovação de projetos como na execução de obras, e será o responsável por um grande número de edificações verticais nas décadas de 1930 e 1940. No ano de 1933, assina o projeto do edifício localizado na esquina de rua dos Tupis com avenida Amazonas, em estilo protomoderno, com três pavimentos de altura. Nessa edificação reaparece na arquitetura pós primeira fase do ecletismo, varandas, que avançam sobre o primeiro pavimento, reciclando uma figura que já era empregada nos anos 1910 e 1920, principalmente nos palacetes, como balcões, situados em esquinas, com uma outra linguagem formal.”¹⁶

Em 8 de maio de 1933, Angelo Antônio Murgel aprova uma residência para a Sra. Maria da Glória Moura da Costa, no lote 2, do quarteirão 18, da IX Seção Urbana, situado à rua Bernardo Guimarães.

Em 24 de maio de 1933, Angelo Antônio Murgel, que havia projetado casas modernistas no ano de 1932, aprova para Eunice Silveira o projeto de uma residência, situada na rua São Paulo, no lote 20, do quarteirão 28, da X Seção Urbana, dando continuidade a ocupação do bairro de Lourdes, iniciada no final da década de 1920.

¹⁶ NORONHA, 1999

Este projeto segue linhas protomodernas, com coluna em linha espiral e janelas de verga em arco pleno. Não fosse pela simplificação dos elementos ornamentais, poderíamos, em certos aspectos, identificar similaridades com as fachadas neocoloniais.

Clóvis de Magalhães Pinto assina, como arquiteto, o projeto de uma vila a ser implantada nos lotes 9 e 13, do quarteirão 13, da III Seção Urbana, aprovada em 16 de março de 1933. Localizava-se na rua São Paulo, entre avenida Augusto de Lima e rua dos Guajajaras. As unidades, todas de um pavimento, continham uma varanda, uma sala de jantar, dois quartos, uma cozinha e um banheiro. O acesso era feito por meio de uma rua interna (de 6,00m de largura), marcada na entrada por uma pérgola, e ao final por uma praça de 12,00m x 20,00m. As soluções eram idênticas, espelhadas de um lado para o outro da rua interna.

Em 22 de julho de 1933, Angelo Antônio Murgel aprova projeto na rua Espírito Santo, entre ruas Fernandes Tourinho e Antônio de Albuquerque, no lote 17, do quarteirão 22 da XI Seção Urbana. O proprietário era o Sr. Marcelo Silviano Brandão.

Projetos:

Caetano Defranco aprova, em 13 de julho de 1933, para Campos, Maia & Cia Ltda., um conjunto de nove casas térreas, a serem construídas nos lotes 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e parte do lote 9, do quarteirão 5, da XIV Seção Urbana, localizados na rua Ourissanga esquina de rua Mucuri, no bairro Floresta. As soluções são idênticas em planta, com fachadas de tipologia semelhante, com telhados em três águas, diferindo-se, todavia, nos detalhes.

As residências compunham-se de uma varanda embutida no corpo da construção e uma janela na fachada frontal. As plantas constam de duas salas, dois quartos, um banheiro e uma cozinha. Cada unidade situava-se a 3,00m do alinhamento, em lotes subdivididos em frentes de 11,00m cada. Ainda existem no local algumas unidades que sofreram intervenções posteriores.

Angelo Antônio Murgel aprovou, em 14 de setembro de 1933, um projeto para edificação de uso misto, cujo proprietário era Jair Lins. O projeto localizava-se no lote 2, do quarteirão 23 A, da I Seção Urbana. A edificação, até hoje existente, situa-se na rua Curitiba entre avenida Santos Dumont e rua Tiradentes. Na parte térrea, Murgel alocou 4 lojas, e duas entradas laterais para o hotel, situado no primeiro e segundo pavimentos. Em cada andar foram implantados 12 unidades, sendo que seis delas, situadas no segundo andar, são identificadas como “apartamentos”, constando de um quarto, um vestiário e banheiro privativo. Para o atendimento das demais unidades, há dois banheiros coletivos por andar.

A fachada, composta por corpos que avançam sobre o alinhamento no primeiro e segundo pavimento, mostra varandas retangulares, partes fechadas e reentrâncias, permitindo um jogo de cheios e vazios bem proporcionado.

Com a introdução dos elementos decorativos geométricos, de inspiração déco, há uma constante modificação das fachadas ecléticas. Salientamos o projeto de “modificação das janelas, fachada e varanda, para o prédio existente nos lotes 10 e 12, do quarteirão 28, da V Seção Urbana”, correspondendo ao imóvel situado à rua Pernambuco, de propriedade do Sr. Leonidas C. Brant. A modificação foi elaborada por Caetano Defranco e aprovada em 5 de junho de 1933. O projetista possuía “Escritório de Arquitetura” na “avenida Afonso Pena, 398, próximo ao Cinema Avenida”, conforme consta nos carimbos das plantas por ele elaboradas. A fachada ganha uma varanda em pó-de-pedra, com linhas retas, com o vão escalonado nos ângulos superiores. A platibanda, também escalonada, apresenta desenhos geométricos, sendo marcada por dois pilares laterais com frisos verticais, sobre os quais há uma composição de formas curvas, em baixo relevo, delimitada por um retângulo.

O Colégio Santa Maria constrói uma capela voltada para a rua Pouso Alegre, com um projeto elaborado pelo arquiteto Angelo Antônio Murgel (com escritório na rua Rio de Janeiro, 385) e aprovado em 3 de agosto de 1933. A capela, em linhas modernas, estilizadas a partir do gótico, tem sua volumetria definida a partir de duas retas inclinadas que se encontram em uma cruz situada na parte superior. Sylvio de

Vasconcellos considera este um dos projetos mais modernos realizados na década de 1930 em Belo Horizonte. Sua abertura principal é feita por um arco gótico de volta elevada, de grande dimensão, sobre o qual se desenvolvem três seteiras longas, seguindo as mesmas linhas das ogivas góticas, sendo que a central apresenta maior dimensão. O interior é desenvolvido por um grande arco ogival, que se inicia no piso. É das composições de maior proporção realizadas por Murgel em Belo Horizonte. Tem um expressivo volume interno, estilizado em linhas que aludem aos portais das catedrais góticas, a exemplo do vão do portal da catedral de Estrasburgo, do século XIII.

Na esquina de rua Curitiba com rua Tiradentes, no lote 3, do quarteirão 23 A, da I Seção Urbana, a firma paulista Lindeberg, Alves & Assumpção, com sede à rua Boa Vista, 11, em São Paulo, aprova o projeto de um hotel para o Sr. Navantino Alves, em 1933. A construção hoje denominada Hotel Vitória tem como principal característica a forma em linha curva de sua fachada. O hotel, “...localizado na rua Curitiba com rua Tiradentes, uma das poucas esquinas da área central com ângulo de 135. Em sua volumetria ficam evidenciadas as marcações salientes verticais, correspondentes aos pontos em que se situam os pilares da construção. Os pilares deste edifício são emoldurados por frisos verticais, que passaram a caracterizar a composição de diversas obras. Projetado inicialmente com quatro pavimentos, sofre modificações durante as obras, ganhando mais um andar. Seu acabamento ainda é em reboco e argamassa. Verifica-se, ainda hoje, que o referido acabamento apresenta excelente qualidade técnica. A base, como nas demais construções, fica destinada ao acesso às lojas comerciais, voltadas para as referidas ruas.”¹⁷

Miguel Noce e Adhemar Rodrigues aprovam em 24 de julho de 1933, projeto de Hotel, situado na rua dos Tupis próximo à avenida Amazonas, no lote 2, do quarteirão 8, da II Seção Urbana. Composto por 3 pavimentos, o primeiro destinado a comércio, o volume tem em suas varandas longitudinais a principal marcação. A cobertura é resolvida como “terraço”, onde estão localizados um depósito, o quarto de empregada e uma área de “tanque”. A circulação vertical é feita através de uma escada

lançada na parte dos fundos, onde em planta há uma circulação designada em projeto como “passos perdidos”.

José Carlos S. Rosi, que produzirá inúmeras construções na década de 1920 e 1930, projeta para S. D. Maciel uma residência localizada em partes dos lotes 1 e 2, do quarteirão 12, da III Seção Urbana, na rua dos Guajajaras esquina de rua da Bahia, aprovada em 8 de abril de 1933. A obra ainda seguia a estética do neocolonial e era afastada da divisa do terreno. No local, após sua demolição, foi construído o edifício Tunísia.

1934

Notícias:

Diário da Tarde, 1934: “Visões do passado e do presente cinematografo da cidade - Os 1^{os} cinemas de Belo Horizonte apareceram em 1907, foram o ‘Familiar’, propriedade do Sr. José Poni, e o “Colosso” situado na mesma rua do primeiro. Havia também um pequeno teatro na rua da Bahia que exhibia filmes. Em 1908 instalou-se o “Comércio” na Rua Caetés esquina de S. Paulo. Apareceram depois o “central”, à rua da Bahia esquina de Goiás. O “Ideal”, à rua Espirito Santo. O “Avenida”, o Odeon”, à Rua da Bahia, o “Parque cinema”, a rua dos Caetés e o “Floresta” a rua Pouso Alegre de propriedade de Poni Caldeira e Cia. O “Pathé” do Sr. Adriano dos Santos, o “Gloria”, “Paris” e o “Democrata”, vieram em seguida. Na década de 30 instalou-se os aparelhos para o cinema sonoro. Segundo o Sr. Júlio Munhoz, gerente do Glória, Belo Horizonte acompanhou sem nenhum atraso os progressos da cinematografia. O senhor Américo de Castro, gerente-geral da empresa cine-teatral garante que Belo Horizonte é muito bem servida de cinemas e que as fitas logo depois de exibidas no Rio vem para Belo Horizonte”

¹⁷ NORONHA, 1999

Diário da Tarde, 17.10.1934, p.5: “A comissão italiana anuncia a construção de um edifício denominado Casa d’Itália para abrigar suas instituições. O novo edifício surgirá à rua Tamoyos, 341, sob os projetos do engenheiro Berti, do estúdio Signorelli”

Folha de Minas, 19.10.1934: *A estética da cidade*: “Um intenso movimento renovador vem se verificando na cidade, de alguns anos para cá. Ele constitui, efetivamente um orgulho para nós, mineiros e uma afirmação nítida e incontestável da confiança que alimentamos nos destinos da capital. Ela tem evoluído sempre e já não apresenta mais aquele traço provinciano de outrora. Já se enfileira ... entre os grandes centros do país. Tal como a “cidade maravilhosa” do carioca volúvel e irrequeto, Belo Horizonte apresenta agora, aos velhos dos forasteiros e de seus filhos, aspecto inteiramente moderno. O asfalto de suas ruas, que dia-a-dia, se intromete pelos seus bairros, ligando-os ao centro, tem contribuído para o redução dos comentários que sempre faziam acerca da poeira da cidade e de seus buracos, coisas que evidentemente estavam a exigir dos nossos governadores providencias urgentes e enérgicas. Si por um lado isto tudo é digno de registro, por outro é justo que se frise a necessidade de um trabalho de conservação desta pavimentação. Atualmente, isto não se verifica com regularidade. Ruas asfaltadas, em que os buracos numerosos estão a quebrar a sua estética primitiva. É necessário, pois uma medida que acabe com essas pequenas falhas.”

Folha de Minas, 23.10.1934, p. 5: “Os marcos de civilização de Belo Horizonte - A moça bonita que ia no banco da frente enumerava à amiga de fora que vibra em visita à cidade, as maravilhas de Bello Horizonte. São quatro: o Automóvel Clube, o Cinema Brasil, o estádio do Atlético e o jornal Folha de Minas. [...] Realmente, se Belo Horizonte pode ser chamada de uma grande cidade, deve este título a melhoramentos dessa natureza.”

Folha de Minas, 26.10.1934, p. 1: Affonso Arinos de Mello Franco: “Quando a imprensa publica a dias, que o ministro da Educação tinha fixado a verba auxiliar, para a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, na soma ridícula de um conto de réis por

ano, o público deve ter sorrído, incrédulo, supondo que se tratava de uma pilhéria, ou um erro de impressão. Entretanto, nada é mais verdadeiro que isto, e devemos cre-lo, ainda que seja absurdo, ou, mais precisamente, exatamente porque é absurdo, segundo o salutar conceito escolástico.

Esta questão da arquitetura, em Belo Horizonte, é mais grave do que se poderá supor.

A nossa adolescente capital é uma jovem cheia de viço e frescura, mas vestida por alguma costureira de subúrbio. As ruas se transformaram, a vida se agita, o comércio progride, mas as construções, salve raras exceções, permanecem as pobres e melancólicas conseqüências das imaginações [...] dos mestres de obras. A capital de Minas precisa de uma escola de arquitetura, mais do que qualquer outra capital de grande Estado, no Brasil.”

Folha de Minas, 31.10.1934, p. 3: “O elevado preço dos lotes na zona urbana empurra os belorinzontinos para as vilas distantes onde não há qualquer infra estrutura “

Folha de Minas, 31.10.1934, p.7: fala-nos que “os professores da Escola de Arquitetura fazem um abaixo assinado pleiteando amparo financeiro do governo.” O artigo diz ter nesta data apenas 2 arquitetos em Belo Horizonte e 12 pseudo-arquitetos, sem nenhum curso.

Folha de Minas, 03.11.1934,p. 3: comenta que a população pede a construção de um novo teatro municipal: “O velho casarão da rua Goiás não condiz mais com o progresso da cidade tendo um nível muito reduzido de lugares, camarotes que não primam pela elegância e faltam por completo os requisitos técnico, constituindo-se num embaraço para a vida artística da capital, já por si tão pequena.”

Folha de Minas, 04.11.1934, p.14: “Enquanto o centro urbano se mantém mais ou menos limpo e bem cuidado, os bairros se conservam em um estado lastimável como que relegados a um plano secundário”.

Estado de Minas, 12.10.1934, p.5: “As grandes iniciativas particulares de Belo Horizonte e o que elas representam no embelezamento da capital - (...) Visitamos ontem o ‘Edifício Haas’, com a finalidade de darmos informações ao público sobre o que são as novas construções da nossa capital. A nossa impressão foi simplesmente ótima, pois que encontramos um prédio feito segundo as mais modernas normas de construção e estética. O Edifício Haas tem inúmeras salas para aluguel, todas elas com água corrente, telefone e excelente iluminação. Em cada andar existe uma espécie de hall, modernamente mobiliado, destinado a visitas.

O aspecto exterior do prédio é excelente e ele se transforma naturalmente num ornamento da capital pelo elegante estalo, linhas harmoniosas e discretas. (...)”

Estado de Minas: 07.03.1934, p. 1: “Duas expressões do progresso de Belo Horizonte - O progresso arquitetônico de Belo Horizonte veio se processando gradualmente, mas um tanto lentamente. Nem por isso se pode afirmar que a Capital estivesse contrastando com as demais grandes cidades do País. Essa evolução arquitetônica foi, em geral, um tanto morosa, como que receando as inovações ousadas.

Seria fácil, todavia, marcar etapas de referência nessa evolução da arquitetura, em Belo Horizonte. E cada etapa assinalaria um surto de progresso na cidade moça. Constituiria até um estudo interessante, capaz de indicar as tendências administrativas e as iniciativas particulares no curso do desenvolvimento da Capital de Minas.

O progresso material apresenta uma das suas expressões mais características nos tipos artísticos que possibilita. Os edifícios permanecem como índices de um estado social e econômico. Têm um valor histórico. Expressam um momento de vida da ‘urbes’.

Como expressões de dois momentos desses na evolução da Capital poderiam ser citados dois edifícios – o da Secretaria do Interior e o do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. (...)”

Folha de Minas, 03.05.1934, p. 2: “Discutida na Associação Comercial a questão dos cartazes colocados em prédios e monumentos públicos que vão de encontro à estética da cidade.”

Projetos:

O engenheiro Aristoteles Juvenal de Faria Alvim projeta e aprova, em 12 de setembro de 1934, um edifício com dois pavimentos, com lojas e escritórios, em parte dos lotes 2 e 3, do quarteirão 6, da I Seção Urbana. Edificação posteriormente ampliada, ainda existente na rua Espírito Santo, entre rua dos Carijós e avenida Amazonas. O projeto constava de 3 lojas na parte térrea e 8 escritórios no segundo pavimento, com longos corredores e uma varanda na parte dos fundos, para a qual se voltavam os sanitários.

Angelo Antônio Murgel projeta, para o Capitão Clorindo Valladares, uma edificação comercial de dois pavimentos, construída no lote 6, do quarteirão 15, da III Seção Urbana, correspondendo à esquina de ruas Curitiba com Tamoios. Posteriormente, a edificação foi ampliada em mais um pavimento. O projeto mostra uma solução bastante singular para o momento, dado que sua aprovação ocorreu em 18 de julho de 1934, com um desenho limpo, sem adornos, com aparência dos projetos a serem desenvolvidos nos anos de 1950, pelos arquitetos mineiros. Murgel, caracteriza neste projeto alguns revestimentos e materiais, como tubos metálicos para arrematar a platibanda, que tinha como acabamento “feira de Mezanelas”, cerâmica utilizada para piso e revestimento de guarda-corpo. As paredes foram emassadas com “Majolica Lunardi”. As partes em balanço deveriam receber a pintura na cor branca, enquanto as partes alinhadas e marquise deveriam ser em cinza, com as esquadrias metálicas pintadas na cor branca. A obra tinha como construtor Carneiro de Rezende.

Projetada por Ângelo Antônio Murgel e aprovada em 27 de julho de 1934, a obra destinada a “sede de sociedades religiosas filiadas à Matriz de São José”, encomendada pelos padres redentoristas, localiza-se no quarteirão 29, da III Seção Urbana. Trata-se, portanto, da edificação anexa à igreja, que na literatura arquitetônica é atribuída a Edgard Nascentes Coelho, por ser solucionada com os mesmos elementos construtivos da igreja, projetada no início do século.

Um dos primeiros projetos elaborados por Francisco Zimmer Westphal na cidade foi a residência de Nagib Calil Jeha, na praça Tiradentes. A edificação é inscrita no *livro de tomba* da Secretaria de Cultura de Belo Horizonte. Implantada no lote 2, do quarteirão 31, da V Seção Urbana. Varandas, terraços, janelas em veneziana, guarda corpo em tubo metálico e pó-de-pedra são alguns elementos que compõem sua volumetria de 2 pavimentos. A utilização de três tons de pó-de-pedra dá à edificação um destaque especial entre todas as demais residências do período.

Em 1934, no dia 8 de outubro, Luiz Signorelli aprova “projeto de remodelação e acréscimo do prédio da CASA D’ITÁLIA (antiga sede da “Società Italiana de Beneficienza e M. S.), nos lotes 21 e 22, do quarteirão 30, da III Seção Urbana, correspondendo à rua dos Tamoios, entre ruas Rio de Janeiro e São Paulo. O projeto, com dois pavimentos, é assinado por L. Signorelli e Berti, sendo o primeiro projeto encontrado com a assinatura de Raffaello Berti, que desde 1929 trabalhava como arquiteto associado, no escritório de Signorelli, situado à avenida Amazonas, 336. O projeto recebeu o número de ordem XXI-10, conforme consta no carimbo do escritório de Luiz Signorelli.

Este projeto será substituído por um outro, que apresenta três pavimentos, constando em planta a seguinte caracterização: “Projeto para o aumento de um andar para o edifício da ‘Casa D’Itália, em construção nos lotes 21-22 do quarteirão n.º 30 da III Seção Urbana.” Este segundo projeto é assinado apenas pelo arquiteto Luiz Signorelli, e foi aprovado no dia 17 de maio de 1935. A fachada é caracterizada por uma solução simétrica, com um corpo central em que há uma nítida predominância de elementos verticais: tanto os frisos salientes no último pavimento, quanto a solução verticalizada das aberturas. A composição, bastante requintada, apresenta um contraste entre os pavimentos, marcados por soluções diferenciadas entre cheios e vazios, que não se repetem formalmente em nenhum deles, embora seja utilizada uma mesma tipologia para as esquadrias metálicas. Durante a Segunda Guerra Mundial, a edificação é apropriada pelo Estado, funcionando, posteriormente, por um período como Assembléia Mineira e, a seguir, como Câmara de Vereadores do município.

Antônio Ferreira Guimarães assina pelo pai, Benjamim Ferreira Guimarães, um projeto elaborado por Caetano Defranco (que possuía escritório de arquitetura na rua dos Tupis, 26), um conjunto de “16 sobrados”, no quarteirão 13, da III Seção Urbana. Todos os sobrados possuem a mesma solução em planta, apresentando, contudo, soluções distintas nas fachadas, característica da arquitetura protomoderna dos anos de 1930. O projeto foi aprovado em 18 de outubro de 1934, constituindo um conjunto singular. Hoje encontra-se quase todo demolido.

O arquiteto Francisco Zimmer Westphal aprova, em 7 de junho de 1934, duas residências geminadas, nos lotes 7 e 8, do quarteirão 20 A, da III Seção Urbana. Este quarteirão foi desmembrado em dois, em virtude da canalização do córrego do Leitão, com a abertura da rua Padre Belquior. O proprietário era o Sr. Mário de Campos e Silva, e as duas unidades estavam voltadas para a rua Curitiba. O primeiro pavimento compunha-se de duas salas, um quarto e a parte de serviços, em que uma circulação organizava os acessos à cozinha, ao lavabo e ao quarto de empregada. O acesso ao pavimento superior era feito por uma escada situada na sala de jantar, e continha 3 quartos, um banheiro e dois terraços, um voltado para a rua e o segundo voltado para os fundos. A fachada, simétrica, tinha o revestimento em pó-de-pedra, com trecho da parte superior marcado por frisos envolvendo o espaço correspondente às janelas.

No ano de 1934, Fernando Scarpelli que, também, já vinha atuando em Belo Horizonte em obras arquitetônicas de menor porte, projeta na Av. Santos Dumont, 240, um hotel, denominado Londres, com 4 pavimentos, ainda com elementos ecléticos, e marcação da verticalidade bem caracterizada pelos pilares, com frisos, em sua fachada, que realçam a altura da edificação. Nela a nota peculiar são os balcões salientes no segundo andar, retangulares, projetados de forma não simétrica à fachada e de dimensões diferenciadas. No projeto aprovado o autor salienta que "A obra não será

estruturada de concreto armado, devendo ser executada toda em alvenaria. Apenas os pisos serão daquele material. 09/07/34".¹⁸

1935

Notícias:

Folha de Minas, 11.05.1935: "Os alunos da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte lançaram a revista "Architectura", cujo o primeiro número saiu a 1º de maio de 1935."

Folha de Minas, 19.05.1935: p. 2: a notícia sobre a primeira avaliação dos projetos para a sede da Prefeitura: "Realizou-se no Teatro Municipal, a reunião da comissão incumbida de dar parecer sobre os projetos apresentados à concorrência pública para a construção do palácio da prefeitura de Belo Horizonte. A comissão é composta dos seguintes engenheiros: Dr. Alfredo Ernesto, J. Amaral Nedermeyer, Angelo Murgel, Otávio Penna e Paulo Costa. A comissão rejeitou todas as plantas apresentadas."

Folha de Minas 01.06.1935, p.11: o anúncio "A Vila Parque Cidade Jardim - constituirá sua casa - a casa da sua família - a sua casa própria e *lh'a* entregará sob o pagamento mensal de 80\$00 apenas. Mais 100 casas já estão prontas para seres escolhidas. Serviço rápido de transporte - Auto ônibus de 15 em 15 minutos. A vila tem água e luz"

Folha de Minas 04.06.1935, p. 3: comenta sobre as questões de legislação urbana: "Entre as medidas que se introduziram há tempos, nas leis municipais, e que nos parecem pouco acertadas, figura sem dúvida a proibição de se construir 'vilas' na parte urbana da cidade. Valem tanto por sua notória demasia, (e nem tiveram outro propósito), as exigências impostas agora na matéria. Claro, estava sendo até mesmo

¹⁸ Ver NORONHA, 1999

afrontoso ao bom - gosto aquele amontoado de casinhas que emergia rapidamente nas áreas centrais de Belo Horizonte. Há entretanto um abismo entre o relaxamento dos primeiros tempos e uma tolerância razoável em que se ampare nas prescrições da higiene e da estética.

Muito menos grato a vida que aquelas edificaçõeszinhas cercadas de jardim alegres e festivas, que poderiam encher largos trechos vazios de terreno urbano, são os muros imensos estendidos principalmente na parte mais nova da cidade, com todo aquele aspecto tristonho ...Atendendo ao nosso auto grau de progresso, impunham-se em nome da higiene e do bom gosto determinada área para construção de vila e todos os rigores arquitetônicos compatíveis com obras dessa natureza. [...] Venham as vilazinhas higienizadas, floridas, como existem às centenas nas maiores cidades do mundo. Um dia, quando a valorização do terreno o exigir, elas irão desaparecendo. Não para estas largas folhas de construção que desagradam tanto, mas para darem lugar às grandes edificações, aos arranha-céus.”

Folha de Minas, 15.06.1934, p.8: há a informação de que “O Sr. Lincoln Continentino - engenheiro - apresentou na ultima reunião da Comissão Técnica Consultiva da Cidade um trabalho relativo ao plano de urbanização de Belo Horizonte.”

Folha de Minas, 28.07.1935: informa aos leitores que “Foi derrubado o barracão na avenida Afonso Penna, bem próximo ao Bar do Ponto onde funcionou um teatro popular de vida efêmera.”

Folha de Minas, 26.09.1935: fala do eventos que “Realizou-se anteontem, as 17 horas e 30 minutos no edifício ‘Imperial Palace’, à rua dos Guaicurus, esquina de Rio de Janeiro, a cerimonia da entrega das chaves do prédio, recentemente construído pelo jovem engenheiro Romeu de Paoli, ao Sr. Ângelo Raffaelli Gagiardi, seu proprietário”.

Folha de Minas, 15.10.1935, p. 8: “Está sendo construído o novo edifício do ginásio Santo Agostinho, cujo lançamento da pedra fundamental foi realizado no dia 28 de Agosto. O projeto é do arquiteto Romeu de Paoli.”

Minas Gerais, 29.03.35, p11 e12: “O prédio da Exposição Permanente. Terminada a Pavimentação do último andar – Concluído ontem os serviços de pavimentação do último andar do edificio em que irá funcionar a Exposição Permanente. A firma construtora Alfredo C. Santiago & Cia. Limitada, convidou o sr. Secretário da Agricultura, e a Imprensa desta capital, a fazerem uma visita àquele prédio. Às 17 horas, precisamente chegavam ao local o dr. João Kubitscheck, representante do sr. Secretário da Agricultura, os representantes da Imprensa local, o dr. Luiz signorelli, arquiteto da obra, representantes da firma Carneiro de Rezende 7 Cia, e diversos elementos de destaque da nossa sociedade.

Após uma visita demorada ao suntuoso edificio, a firma construtora ofereceu aos presentes magnífico lunch havendo o Dr. Alfredo C. Santiago em breve discurso, salientado a alta significação que vai ter em nossa vida econômica a Exposição Permanente, que grandes serviços prestará as nossas classes produtoras, terminando com uma saudação ao sr. Secretário da Agricultura, ali representado pelo seu assistente técnico.[...] o edificio com 38 metros de altura ocupa uma grande área na Praça rio Branco e, além dos departamentos destinados à exposição dos produtos mineiros, há um espaço reservado para a construção de pavilhões de outros estados, que quizerem manter nesta capital, em exposição, os seus produtos.”

Minas Gerais, 29.10.1935, p. 11: “O que vai ser a grande represa da Pampulha – Ontem, ao meio dia, o prefeito Otacilio Negrão ofereceu ao Governador Benedicto Valadares e a todos os membros do governo, um almoço na Pampulha, no local onde vai ser construída, por ordem do sr. Governador, a grande represa, que ira completar o volume d’água necessário para atender as necessidades do crescimento de Belo Horizonte, não apenas em nossos dias, mas dentro de um período de cinquenta anos, conforme a exposição que o Dr. Otacilio negrão teve oportunidade de fazer...”

Minas Gerais, 13 de dezembro de 1935, p. 17: “As comemorações do dia da cidade [...] O lançamento ontem da pedra fundamental do Palácio da Municipalidade.”

Mensagem do Prefeito Octacilio Negra de Lima, lida na Seção de Instalação da Câmara Municipal, realizada em 08.08.1936: “... Tendo encontrado em concurso os projetos do novo edificio da Municipalidade, acabei por adotar o projeto Luiz Signorelli, agora em adiantada construção. No Palácio da Municipalidade, em sobrio estilo moderno, com frente para a Avenida Afonso Pena e face arquitetônica para a rua Goiás, caberão todos os departamentos da Prefeitura instalados com todos os requisitos de conforto e disposição racional.”

Minas Gerais de 1935 (xerox s/d) publica nas páginas 11 e 12 uma reportagem sobre o prédio da Feira Permanente de Amostras: O prédio da Exposição permanente - Terminada a pavimentação do último andar. Concluídos ontem os serviços de pavimentação do último andar do edificio em que irá funcionar a Exposição Permanente, a firma construtora Alfredo C. Santiago & Cia. , convidou o Sr. Secretário da Agricultura e a Imprensa desta capital, a fazerem uma visita àquele prédio.

Às 17 horas, precisamente chegavam ao local o Dr. João Kubitschek, representante do Sr. Secretario da Agricultura, os representantes da imprensa local, o Dr. Luiz Signorelli, arquiteto da obra, representantes da firma Carneiro de Rezende & Cia, e diversos elementos de destaque da nossa sociedade.

Após uma visita demorada ao edificio, o Dr. Alfredo C. Santiago [...] salientando a alta significação que vai ter para a vida econômica a Exposição Permanente, que grandes serviços prestará as nossas classes produtivas, terminando com uma saudação ao Sr. Secretário da Agricultura, ali representado pelo seu assistente técnico.

Agradecendo, o Dr. João Kubitschek fez o elogio daquela obra. O edificio com 38 metros de altura ocupa uma grande área na Praça Rio Branco e, além da [área destinada] à exposição dos produtos mineiros, há um espaço reservado para a construção de pavilhões de outros estados, que quiserem manter nesta capita, em exposição os seus produtos.”

Revista Arquitetura de Julho e Agosto de 1935. Ano: 1935, n. 03: “Palácio da Municipalidade - Luiz Signorelli – Professor da E.A.B.H - A fachada principal, lançada

em linhas modernas e obedecendo na sua estrutura e no seu conjunto os moldes arquitetura contemporânea, salienta-se pela imponência do seu torreão lateral esquerdo, vazado por grandes vitrais de concreto armado. A sobriedade das linhas e a severidade de sua concepção, fazem com que o edifício apresente aquele caracter todo especial, imposto pelas suas finalidades.

Os grandes vitrais centrais, em concreto armado, basculantes e modernos, dão a esta parte do edifício um cunho de elegância e grandiosidade. Enfim, as grandes escadarias da entrada, o pórtico, as portas e os portões principais, uma impressão real de folga, de luz, de ventilação e de espaço.

O edifício, é projetado em 5 pavimentos, com o partido principal da fachada no alinhamento da Avenida Afonso Penna e a fachada posterior no alinhamento da Rua Goiás.

Porão: Foi previsto por imposição do terreno um porão aos serviços de almoxarifados e depósitos, além de uma espaçosa área onde poderão ficar estacionados durante o dia os automóveis de serviço da Prefeitura. A parte central do porão é coberta por uma peso vidrado correspondente ao peso do primeiro pavimento. A entrada lateral é provida de uma passagem privativa do Prefeito, em comunicação com um pequeno ascensor e escadaria particular. Foram localizados três elevadores, que servem todo o edifício, do povão ao ultimo pavimento: dois no saguão principal e o terceiro próximo à entrada secundaria da rua Goiás.

As salas necessárias á administração municipal foram todas calculadas com áreas folgadas de forma a proporcionar aos funcionários e às partes maior comodidade e perfeita harmonia na distribuição dos serviços internos.

Primeiro Pavimento: No primeiro pavimento, de acordo com o que vem se fazendo nos centros mais adentados, foram localizados todos os serviços que têm contato direto com o publico. De fato, aí se acham instalados todos os guichês das diferentes seções de arrecadação municipal, com as respectivas dependências, oferecendo aos que ai transitam, conforto e comodidade, sem prejuízo da independência e harmonia dos serviços internos. Um dos característicos principais do amplo saguão central, circundado pelas diversas recebedorias é a falta iluminação e ventilação de que é dotado. Este, encimado por um moderno telhado de vidro e concreto armado, colocado

ao nível do 4º pavimento, dá no seu conjunto o aspecto de grandiosidade na singeleza de suas linhas, ao lado de um confortável abrigo para quantos aí venham tratar de seus interesses municipais.

Esta parte monumental, que centraliza num só todos os serviços de trato diário com o grande publico, constitui uma das soluções pratica e lógica dos edificios públicos onde grande é a massa humana que nele diariamente se agita. Ainda no primeiro pavimento tive de localizar o protocolo geral, reservando a ala direita do grande hall para o desenvolvimento da escadaria de acesso aos demais pavimentos.

Outros Pavimentos: Quanto á distribuição das outras salas de serviços da administração pelos demais pavimentos esta obedece nas suas linhas ás necessidades do serviço. As plantas apresentadas contém dados esclarecedores das exigências de distribuição e mostram claramente a conexão entre as seções e suas dependências e suas relações de contato entre si.

Em tudo convém salientar a disposição das amplas janelas no sentido horizontal, permitindo utilizar as dependências com proveito.

Muito pensadamente foi reservado no ultimo pavimento, uma área para acomodação da Comissão do Plano da Cidade e de suas dependências. É assim que localizei, junto á frente do edificio a sala da Comissão, a Secretaria, o Gabinete do Presidente da Comissão e as instalações.

Revista Arquitetura, Julho de 1935. Ano: 1935, n. 02: Mostra a “Fachada principal da residência do Sr. Dr. Octacilio Negrão de Lima”, plantas do 1º e 2º pavimentos – projeto de Angelo A. Murgel, Eng.º Arquiteto, e detalhes da fachada lateral e vista da sala de jantar.(p. 10 e 11);

Projeto da Casa d’Italia em Belo Horizonte. “Projeto do escritório SIGNORELLI, Arquiteto Raffaello Berti, Professor da E.A.B.H. Foram empregados neste prédio os seguintes materiais: cimento Perú, fornecido por Rezende Rache & Cia.; ferros, fabricados pela Siderúrgica Belgo-Mineira” (p. 14).

Residência do Dr. Nêbio Foltram, a ser construída na rua dos Emboabas, no Sto. Antônio. Projeto do escritório Signorelli. Desenhado por L. Pinto Coelho, E.A.B.H., 5º ano” (Plantas e projeto – p. 20).

Residência do Sr. Antônio Mello e residência do Dr. Catão Gomes Jardim. Ambas são projetos do escritório Signorelli, e construídos nos terrenos de Vicente Inecco” (p. 22)

Projeto do Pavilhão Central do Instituto Ezequiel Dias destinado ao serviço de Biologia do Estado – De autoria de Bruno Graflinger, um dos arquitetos do Departamento de Arquitetura do Estado e professor da E.A.B.H.” (p. 18).

Projetos

Em 1935, é inaugurado o edifício Ibaté, com 10 pavimentos, destinado a loja no térreo e escritórios nos demais. É considerado o primeiro arranha-céu da cidade. Projetado, como afirmamos anteriormente, por Ângelo Murgel, a edificação é inovadora na forma volumétrica, caracterizada pela eliminação de qualquer referência mais ostensiva as características decorativas em voga. O edifício, localizado a rua São Paulo nº. 498, construído em uma pequena fração de lote, apresenta em sua cobertura um mirante, para a época, era quase um "terraço jardim". Que não deixa de ser uma das características das coberturas, como preconizava Le Corbusier, transformada em um espaço livre, possível de apropriação.

Executado em concreto armado e linhas retas, esta edificação apresenta como solução volumétrica a peculiaridade de todos os andares após o térreo avançarem sobre o passeio, e tem em suas esquadrias, um elemento significativo: a introdução das janelas em "L", que vão se tornar usual no modernismo, nas extremidades da fachada.

LEMOS (1988:172), dá destaque a edificação, pois, "Como primeiro arranha-céu, um conjunto de significados próprio das metrópoles americanas lhe atribui um papel relevante na história do centro. Portanto, o prédio significou uma fantasmagoria no espaço, de um 'mundo visto de cima', a 'ânsia de evolução' e do novo. Suas características semânticas passam a idéia de mundo moderno, valorizada pelo geometrismo de linhas simples e precisão mecânica."

A composição representa uma renovação nos modos de construir. Sua imagem é ressaltada pela saliência do vigamento estrutural e lajes dos andares, com uma estrutura

exposta, caracterizando a estética do concreto armado ostensiva, sem necessidade de ser camuflada, marcando cada pavimento e, pela simetria das esquadrias metálicas (até então pouco utilizadas nas obras mais verticais) em relação ao plano de fachada. O Ibaté, já pré anuncia em sua composição os elementos que vão caracterizar as edificações do período modernista em Minas Gerais, como veremos posteriormente.

O avanço de quase toda a fachada sobre o alinhamento desobedece a norma do Decreto 165, de 1º de setembro de 1933, então em vigor, que em seu artigo 52, parágrafo 2º, estabelece que os avanços sobre o alinhamento de corpos fechados não poderiam ultrapassar a 1/4 da dimensão da fachada; dispositivo repetido, porém com mais restrição (1/3), da Lei 363, de 4 de setembro de 1930. Em 1935, é inaugurado o edifício Ibaté, com 10 pavimentos, destinado a loja no térreo e escritórios nos demais. É considerado o primeiro arranha-céu da cidade. Projetado, como afirmamos anteriormente, por Ângelo Murgel, a edificação é inovadora na forma volumétrica, caracterizada pela eliminação de qualquer referência mais ostensiva as características decorativas em voga. O edifício, localizado a rua São Paulo nº. 498, construído em uma pequena fração de lote, apresenta em sua cobertura um mirante, para a época, era quase um "terraço jardim". Que não deixa de ser uma das características das coberturas, como preconizava Le Corbusier, transformada em um espaço livre, possível de apropriação.¹⁹

O arquiteto de origem alemã, Francisco Zimmer Westphal, projeta um “prédio comercial e de apartamentos, no lote n. 2, do quarteirão n. 22 da II Seção Urbana – Edifício Cecília – Propriedade do Ilmo. Sr. Dr. Estevão Leite de Magalhães Pinto”. O edifício Cecília será um dos primeiros acima de 4 pavimentos a ter apartamentos em sua solução. A edificação foi projetada com o pavimento térreo destinado a lojas, o segundo pavimento com conjuntos de salas e do 3º ao 6º apartamentos de tamanhos diferenciados. Após adaptações passou a abrigar o Hotel Cecília, hoje Hotel Estoril, situado na esquina de rua São Paulo com rua dos Carijós. A fachada, com elementos decorativos inspirados no art-déco, possui uma esquina resolvida com uma varanda curva no segundo pavimento que será utilizada posteriormente em diversos projetos

verticais na área central, dentre outros o Hotel Magestic, do escritório de Romeo de Paoli, aprovado no mesmo ano. O projeto foi aprovado no ano de 1935.

O Palácio Arquiepiscopal, construído na praça da Liberdade, tem seu projeto elaborado pelo escritório de Luiz Signorelli, ao qual é atribuída a participação de Raffaello Berti, que trabalhava no escritório do primeiro. O projeto segue as características neoclássicas, estilizadas, porém, com a introdução do revestimento externo em pó-de-pedra. A obra, bastante comentada na literatura arquitetônica, foi aprovada em 7 de novembro de 1935. Situada entre a praça da Liberdade e rua Santa Rita Durão, caracteriza-se externamente como uma construção “pesada”, em função de seu partido e elementos compositivos, não competindo, em qualidade volumétrica, com as construções protomodernas do mesmo período, como o Cine –Theatro–Brasil e o edifício Chagas Dória.

Porém, seu interior é dotado de uma ambientação e riqueza nas soluções espaciais e nos detalhes arquitetônicos, desde aqueles presentes nas estruturas, nas alvenarias e tetos, assim como nos pisos, escadas e demais componentes.

Em 1935, o arquiteto Francisco Zimmer Westphal (com escritório no edifício Califórnia, situado na avenida Afonso Pena, 542, sala 21) projeta uma reforma e um aumento no prédio destinado aos telégrafos: “Projeto de remodelação e aumento do prédio existente nos lotes n. 2, 3, 4 e 6 do quarteirão 33, da III Seção Urbana, sito à avenida Afonso Pena: propriedade da Companhia Industrial Ferreira Guimarães – Belo Horizonte – Planta complementar ao projeto aprovado em 10 de abril de 1935, ficha 113”. Este novo projeto de adaptação de edificação existente é aprovado em 23 de setembro de 1935. Era considerado na época um dos maiores edifícios de escritórios de Belo Horizonte, no qual funcionaram por um longo período lojas como a Sloper e a Perfumaria Lourdes. Seu espaço era um ponto de referência urbana. Sua entrada é marcada por uma marquise que ganha maior dimensão, onde são incrustados tijolos de vidro, para passagem de luz. O hall principal é trabalhado em mármore de Carrara, à meia altura nas paredes laterais, e em seu piso mostra um jogo de cores bem delineado.

¹⁹ Ver NORONHA, 1999.

É aprovado, em 22 de agosto de 1935, para o Sr. Olímpio Brasiliense D'Oliveira, uma residência situada no lote 16, do quarteirão 18, da III Seção Urbana, na rua Rio de Janeiro, entre rua dos Goitacazes e avenida Augusto de Lima (atualmente existe um estacionamento no local, ao lado do edifício Miraci). O autor do projeto é Octávio Roscoe, que tinha seu escritório na rua dos Carijós, 528. O projeto segue as diretrizes implementadas aqui por Angelo Antônio Murgel: grandes balanços, terraços, laje plana de cobertura, janelas industrializadas em estrutura metálica, linhas retas e guarda corpo em tubos metálicos. A obra desenvolvia-se em dois pavimentos, sendo o segundo destinado exclusivamente à parte íntima da residência.

Francisco Zimmer Westphal (com escritório à avenida Afonso Pena 542) projeta para o Cel. Lindouro Augusto Gomes, uma modificação e *crêscimo* em obra em construção, destinada à sua residência, na rua São Paulo, entre rua dos Goitacazes e avenida Augusto de Lima, no lote 10 e 12, do quarteirão 19, da III Seção Urbana, uma das primeiras residências com piscina na cidade. O projeto recebeu o n. 351, e foi aprovado em 26 de setembro de 1935. Anteriormente, Angelo Antônio Murgel havia aprovado o projeto original, em 22 de março de 1935, em solução de fachada neogótica, hoje bastante descaracterizada.

Na rua Fernandes Tourinho, no quarteirão 2, da XI Seção Urbana, Caetano Defranco aprova a residência de Adelaide Gouveia Dolabella, com 1 pavimento, em 24 de abril de 1935.

1936

Notícias:

Estado de Minas, 01.09.1936, p.5: “Inauguram-se hoje a Feira Permanente de Amostras e o Parque de Diversões Shangai - Em todos os países do mundo, que fazem das feiras dos produtores nacionais instrumentos de seu progresso econômico, a parte das diversões foi posta sempre no mesmo plano, para merecer a atenção dos organizadores dos certames, da parte propriamente econômica. Assim acontece na França, na Alemanha, e na Itália, para só citar estes países entre os muito que vêm apelando para o mecanismo das feiras, por conhecer-lhe a eficiência indiscutível como fonte de progresso para a sua produção.

A Feira de Amostras de Belo Horizonte, obedecendo a moldes modernos, não poderia deixar de ter igual orientação.

Por isso, a extensa área compreendida entre os pavilhões é inteiramente destinada a diversões...”

Estado de Minas, 02.1936, p.7: fala da inauguração da nova capela do Colégio Santa Maria, projetada pelo arquiteto Angelo Antônio Murgel.

Estado de Minas, 14.02.1936, p. 3 : contém um artigo intitulado *Conheçam Belo Horizonte*: “Os mineiros precisam conhecer a sua capital. É uma questão de necessidade, é uma questão de justiça.

Plantada no coração do Estado, edificada num esforço tipicamente mineiro, que fala bem alto no espírito construtor de nossa gente, cresceu, progrediu depressa e aqui está para atestar bem expressivamente a capacidade realizadora do nosso povo. Belo Horizonte é nos dias correntes uma cidade que Minas pode se orgulhar principalmente se atentar que ela tem 38 anos de vida. [...] Venham vê-la. Venham admirar o seu conjunto maravilhoso, a sua juventude sadia, o seu traçado moderno, as suas avenidas largas, paradoxalmente cheias de luz e sombras, [venham] saber do seu progresso...”

Estado de Minas, 24.05.1936: p. 1-4: o jornal trás informações sobre as obras realizadas pelo prefeito Otacílio Negrão de Lima: “A Capital em plena fase de remodelação: Calçamento dos passeios que circundam as avenidas, Praça Raul Soares, Parque Santo Antônio, Represa da Pampulha, Avenida do Contorno” e cita as “Obras em andamento e em estudo: Matadouro Municipal, Colônia Agrícola (nos arredores do Matadouro Modelo) e Parque Industrial.”

Estado de Minas, 14.07.1936 p.1: comenta o “4º aniversário do Cine-Theatro Brasil - Há quatro anos, neste dia, era inaugurada na cidade sua principal casa de diversões. Na idade do cimento armado, Belo Horizonte realizou seu monumento típico: o Cine-Theatro Brasil. Há quatro anos no dia de hoje, ele era inaugurado. Demarcavam-se duas épocas. Duas épocas: a do ciclo do tijolo, felizmente encerrada em edificações monumentais, a do ciclo do cimento armado, que invadiu o mundo e teve sua realização máxima neste edifício grandioso.”

Estado de Minas, 28.08.1936, p. 3: “Feira Permanente de Amostras - Estão sendo ultimadas as instalações da Feira permanente de Amostras de Belo Horizonte, já havendo sido inaugurada a parte destinada à Produção Animal, onde existem pequenas usinas para demonstração da fabricação de manteiga, queijo e derivados, bem como um laboratório de análises de produtos do leite e um serviço de venda de produtos veterinários.

Inaugurou-se também, o restaurante, a agência de correios e telégrafos, coletorias das rendas federais e estaduais e o salão de projeção cinematográfica.”

Estado de Minas, 08.09.1936 e 09.09.1936: são noticiados fatos sobre uma possível construção de uma nova catedral em Belo Horizonte: “Esta marcado para hoje às 15 horas, a solenidade de lançamento da pedra fundamental da nova catedral de Bello Horizonte. Essa solenidade terá lugar na Praça Raul Soares.” (p.1) e afirma que “A comissão técnica para a construção da catedral será composta dos seguintes nomes: Drs. Caetano Lopes, Francisco de Magalhães Gomes, Pires e Albuquerque, Saul Macedo, Luiz Signorelli e Benedicto dos Santos. A Catedral ficará situada na praça da Eucaristia

próxima do Estádio do Clube Atlético Mineiro, no local formado pela junção da Av. Olegário Maciel com rua Gonçalves Dias; ocupar uma área de vinte mil metros quadrados e terá capacidade para oito mil pessoas. (p.4)

Estado de Minas, 10.09.1936: o jornal trás uma matéria sobre exposição realizada no dia anterior: “Inaugurou-se, ontem no Municipal - a 12ª exposição de pintura organizada pela sociedade Mineira de Belas Artes. [...] A parte de arquitetura e engenharia apresenta alguns projetos interessantes. Assim João Jorge Coury planejou a construção de uma interessante escola de samba; o estudante De Paoli apresenta um abrigo de Bondes para a Lagoinha; Santolia ideou uma vila operária e um albergue noturno; V. Castro mostra como poderia ser um restaurante dos proletários; Hermínio Gauzzi projeta uma casa para os jornaleiros e Hardy Filho uma “creche”. Finalmente o Sr. F. Salomé mostra um projeto interessante: um templo para todos os cultos.”

Estado de Minas, 16.09.1936, p.2: uma reportagem já falava da construção de um centro de lazer na Pampulha: “Hoje o Sr. Alberto Deodato apresentará na Câmara Municipal um projeto determinando a abertura de concorrência pública para a construção de um grande cassino na Pampulha. No mesmo local será construído também um parque de corridas de cavalos e outro de diversões, nas proximidades da represa, com um restaurante modelo. Um outro melhoramento projetado: a construção de uma estrada de rodagem ligando a capital à pitoresca serra do Curral. [...] O projeto Deodato contém entre seus quarenta artigos um que vem de encontro a uma velha aspiração da cidade: a construção do Theatro Lyrico, no ponto mais central de Bello Horizonte.”

Estado de Minas, 26.09.1936, p. 3: temos a seguinte notícia sobre a cidade: “Embelezamento da cidade - Foi sancionada a lei 33 que dispõe sobre o embelezamento da cidade. Foi ela considerada uma das resoluções mais importantes da câmara Municipal, na ultima sessão, tal soma de beneficios que trará o aformoseamento de Belo Horizonte. Pelas suas exigências, todo proprietário de terreno, edificado ou não, na zona urbana ou suburbana e em ruas já providas de calçamento e redes de esgoto, luz e

água, é obrigado a fechá-lo completamente, na divisa da via pública com muro, gradil ou balaustrada. Dentro em pouco vamos ver toda a cidade, dentro de uma uniformidade agradável, com os terrenos baldios todos murados. Nada melhor à vista e ao prestígio da capital dos mineiros. Mesmo porque ninguém pode alegar que desculpas para eximir-se desta obrigação de ordem estética porque a Prefeitura oferece todas as possibilidades aos proprietários desprovidos de fundos no momento.

Não supomos necessária a aplicação de sanções contidas no artigo n.º 3 da lei, porque ninguém irá ao extremo de desprezar o desconto de 20 por cento nos impostos municipais ante o agradável cumprimento da lei de aformoseamento que vigorara a partir de 1º de janeiro próximo.”

Estado de Minas, 06.12.1936, p. 4: “*Architectura e arte decorativa*: Abrimos hoje uma exceção nesta seção, publicando a perspectiva do projeto da sede do Sindicato dos Ferroviários da Oeste de Minas.

De linhas simples, mas de caráter monumental, foi projetado para construção inicial de dois pavimentos previstos aumentos futuros, isto é construção de maior número de pavimentos. Contém salas de assembleias, diretoria, biblioteca, secretaria, tesouraria, farmácia, armazém, gabinetes médico e jurídico, amplos dormitórios para os associados do interior e também cozinha e refeitório para os mesmos.

Para construção do prédio haverá concorrência pública. E será pago com um empréstimo entre todos os sócios do sindicato, no valor de 130:000\$ 000, mais ou menos, distribuído entre 5.000 sócios.

Como se vê a quota de cada um será muito pequena: justificando o velho ditado de que a união faz a força.

O projeto, foi elaborado pela firma Andrade e Campos, sita à rua Rio de Janeiro, 446, desta capital, conhecida pelas numerosas, belas e solidas construções realizadas na cidade.

A esforçada diretoria do Sindicato pretende iniciar breve os serviços de construção que será um monumento atestador de esforço, boa vontade e clarividência”

Estado de Minas, 25.12.1936, p. 3: há um artigo referente o prédio da Prefeitura Municipal: “Palácio da Municipalidade - A vitória da arquitetura racional, centralização de serviços e embelezamento do centro da capital.

Tanto cresceu, tanto progrediu a cidade, que já hoje nos sentimos acanhados em possuir como sede da municipalidade um prédio “demodé”, cujas linhas de construção estarão para a história pitoresca da cidade que venceu. Se há trinta anos atrás o prédio em que se achava instalada o governo municipal viveu dias de grandeza, atingiu agora a idade máxima em que não poderia ser tolerado. Ele não peca só em beleza mas também em deficiência dos compartimentos capazes de comportar os vários departamentos que a administração dinâmica criou. São várias as seções que vivem ocupando, invadindo outras com flagrante prejuízo para o serviço, o arquivo mesmo, teve que se instalar no antigo prédio da Caixa Econômica, porque na sede da prefeitura, não havia lugar para ele. Resulta daí algum embaraço a presteza, que o Sr. Otacílio Negrão exige nas informações que pede e uma dificuldade na transmissão de suas ordens. Além disso, não há mal em se falar de família, não podemos receber visitantes ilustres, gente de cerimônia, porque o gabinete do prefeito e todas as ante-salas estão ocupadas por funcionários e novas seções.

Foi por isso que a prefeitura fixou sua atenção na centurião do Palácio da Municipalidade. Datar a cidade de uma sede de governo condizente com o seu progresso, apurar o bom gosto que a nossa cultura criou foram também objetivos altamente expressivos que levaram o sr. Otacílio Negrão de Lima ao desejo de construir sua obra dentro do mais curto espaço de tempo. E o que vemos hoje é a atividade, febril, a psicose de trabalho em duas centenas de operários, que dia e noite se entregam na execução do projeto de Luis Signorelli premiado em rumoroso concurso.

Essa obra é uma vitória da arquitetura racional em Minas Gerais. O Palácio da Municipalidade, em sóbrio estilo moderno, terá frente para a avenida Afonso Penna e face arquitetônica para a rua Goiás. Todos os departamentos da prefeitura serão ali instalados com todos os requisitos de conforto e disposição racional.

No dia da sua inauguração podemos chamar os visitantes mais ilustres para os salões onde o prefeito dará suas recepções e festas em nome da cidade.”

Estado de Minas, 25.12.1936: p. 8: fala da praça a ser construída no bairro de Lourdes, que na verdade não ocorreu, sendo incorporado o terreno, ainda público, aos jardins da igreja: “Praça de Lourdes - um novo ponto de elegância e um novo encanto para a cidade.

Está em projetos a construção de uma praça junto à Lourdes. Promessa do Sr. Otacílio Negrão e decreto. Ali vai se construir a praça “mignon” da cidade cujo batismo foi antecipado pelo povo - Praça de Lourdes.

No lugar do velho edifício do Instituto Claret a batuta mágica do prefeito Otacílio Negrão de Lima vai fazer surgir uma bela praça que se propõe desviar o luxo de elegância da Praça da Liberdade para o seu terreno. Ela não constituirá somente um luxo de elegância porque será um novo encanto da cidade.”

Montanheza, 7 de maio de 1936, ano II, n. 18, p. 29: “Belo Horizonte, que constrói quatro casas por dia, já é a segunda cidade do Brasil, quanto a extensão de área asfaltada. Com estes índices de progresso que entusiasмам, nossa encantadora cidade caminha a passo agigantado para um futuro esplendoroso. (...) Levantam-se arranha-céus e rasgam-se novas avenidas, que se entrecruzam e se alinham ampliando os limites da ‘urb’. O Dr. Octacílio Negrão de Lima, que ama Belo Horizonte, prossegue incansavelmente, na sua obra fecunda de reconstrução, impulsionando o nosso progresso e a população dos bairros onde se vão introduzindo novos melhoramentos...”

Folha de Minas, 21.08.1936, p.8: “Está sendo construído o novo edifício do ginásio Santo Agostinho, cujo lançamento da pedra fundamental foi realizado no dia 28 de agosto. O projeto é do arquiteto [sic] Romeo de Paoli.”

Projetos:

Um dos edifícios mais característicos da parte mais próxima ao ribeirão Arrudas, na esquina de rua São Paulo com avenida Oiapoque, é o edifício “OIAPOC”, que tem seu nome grafado na platibanda. O proprietário era o Sr. José Ribeiro de Oliveira e Silva Júnior.

O projeto foi reaprovaado em 14 de fevereiro de 1936 para acréscimo de mais um pavimento, que acabou não sendo executado, tendo a edificação permanecido com três andares. Sua fachada, solucionada de forma simétrica nos pavimentos superiores, apresenta um conjunto de varandas centralizadas, voltadas para a rua São Paulo, nas quais o guarda-corpo de alvenaria mostra uma seqüência de frisos ondulados. Nos anos de 1990 suas janelas foram substituídas por pequenos basculantes, descaracterizando a edificação.

A Cia. Industrial Ferreira Guimarães, após aquisição do prédio destinados aos telégrafos, existente na avenida Afonso Pena, em frente ao antigo prédio dos Correios, manda elaborar um “projeto de modificação mostrando a instalação de quartos de banho - WC para as salas de frente do Edifício Guimarães – Antigo Telégrafo, na avenida Afonso Pena n. 952, lotes 2,3,4 e 6, do quarteirão 33, da III Seção Urbana” conforme consta na planta aprovada em 29 de maio de 1936, assinada por Francisco Zimmer Westphal. Trata-se de um dos mais importantes edifícios da década de 1930, com uma fachada em que os pilares ganham destaque, quebrando a longa horizontalidade do partido. Esta segunda modificação, define a forma atual do prédio, não sendo executado os dois pavimentos recuados propostos em projeto.

Na rua Espírito Santo, esquina de rua dos Caetés, Romeo de Paoli, através de projeto elaborado por seu escritório, aprova obra destinada ao Hotel Magestic, atualmente denominado BH CENTRO. Seguindo as tendências protomodernas, suas varandas fazem a concordância das duas fachadas, com solução curva. O projeto nos parece ser, também, de autoria de Angelo A Murgel, pelas características do desenho e da caligrafia. Quem assina o projeto, contudo, é, como já assinalado, o construtor Romeo de Paoli. Sua aprovação deu-se em 27 de fevereiro de 1936.

O engenheiro sanitarista e urbanista Linconl Continentino projeta uma residência para a Sra. Lydia de Lemos Rache, nos lotes 13 e 15, do quarteirão 26, da IX Seção Urbana, aprovada em 5 de maio de 1936. A residência situava-se na rua Curitiba, entre rua dos Timbiras e Aimorés, no bairro de Lourdes.

O projeto separa a parte de serviços, garagem e quarto de empregada em um segundo bloco. A parte principal é solucionada com uma varanda em “L” e um escritório frontal, com uma janela em linhas quebradas, lembrando um meio hexágono. A parte social se mistura com a parte íntima, dado que os acessos aos quartos são feitos pela sala de visitas. O setor de copa, serviços, banheiro e mais dois quartos são estruturados a partir de uma pequena circulação, ordenando melhor as partes em relação ao todo. Sua fachada segue as soluções “californianas”, apresentando uma varanda com longos arcos ogivais, e uma saliência correspondendo a parte da janela “sextavada” que tem cobertura independente, em três águas, e como marcação de pano de fundo uma empena triangular.

O escritório de Romeo de Paoli aprova, em 6 de maio de 1936, o projeto para o Colégio Imaculada Conceição, na rua da Bahia esquina de rua dos Aimorés. Embora não conste, o projeto é, possivelmente, de autoria de Angelo Antônio Murgel, pelas características do desenho, similar a de outros projetos assinados por ele. Como se sabe, o engenheiro Romeo de Paoli, (com escritórios à rua São Paulo, 387, salas 201 à 205) assinava como responsável técnico os projetos desenvolvidos em (para) seu escritório, omitindo o nome do arquiteto colaborador, também responsável pelo mesmo.

A solução volumétrica do Colégio Imaculada é marcada por dois pavimentos em que os elementos estruturantes dão ênfase à horizontalidade, ao passo que o pavimento superior, isoladamente, tem marcações verticais.

Para a solução de ventilação do auditório há uma composição com elementos circulares, unidos por uma linha saliente, que segue a forma da metade das aberturas circulares e por trecho em linha reta no intervalo entre elas. Estes elementos são sobrepostos às janelas em venezianas, também envolvidas por duas linhas paralelas, salientes, que as enquadra. A esquina, resolvida em projeto com três ordenações diferenciadas de vãos, tem, a partir da porta principal, elementos salientes verticais cegos que sobressaem acima da platibanda, marcada por dois frisos horizontais. Na obra, foi adotada outra solução, com aberturas horizontais predominando.

Luiz Signorelli aprova, em 26 de julho de 1936, projeto de um edifício destinado à sede do jornal *O Diário*, em parte dos lotes 5 e 6, do quarteirão 24, da III Seção Urbana. O projeto teve como construtora a firma Alfredo Carneiro Santiago Cia Ltda. Projetado com quatro pavimentos, sua fachada apresenta uma composição assimétrica, adotando uma solução *mais verticalizada* na faixa correspondente à entrada da edificação, e um segundo trecho tratado com janelas contínuas, que quebra a verticalidade do primeiro seguimento. Em 1º de julho de 1938, Caetano DeFranco aprova “projeto das modificações executadas no prédio em construção...”, sem alterar o conceito básico de volumetria proposto por Luiz Signorelli.

O Centro dos Chauffeurs de Belo Horizonte aprova sua sede na rua Acre esquina de rua Paulo de Frontin, no dia 9 de outubro de 1936. O projeto elaborado pelo escritório do engenheiro e construtor Romeo de Paoli é atribuído a Angelo A Murgel, um dos primeiros arquitetos "modernistas" a trabalhar em Belo Horizonte. As características da obra e do “desenho” (representação/expressão) nos remetem às obras do referido arquiteto. Esta obra pode ser considerada, possivelmente, a mais significativa da arquitetura vertical dos anos de 1930, pela sua forma inusitada de tratar a esquina, confirmando as possibilidades e plasticidade das estruturas em concreto armado.

O projeto, com quatro pavimentos, faz da esquina em 45° seu ponto focal. O arquiteto elabora a mais criativa solução até hoje concebida para edificações em tal situação. A fachada principal da edificação é solucionada através de duas paredes em semicírculo e um prisma triangular centralizado, construído por duas paralelas ao alinhamento. Sua entrada é marcada por um jogo de volumes que permanece contemporâneo até os dias atuais. O pavimento térreo é composto por um conjunto de lojas voltadas para as duas vias citadas. Pela esquina faz-se a transição entre o *público* e o *privado*, através de um hall com dois espaços simétricos, destinados a “chapelaria” e a “portaria”, sendo que o elevador situa-se no centro da escada. Os demais pavimentos são solucionados por dois corredores, em forma de um “V” voltados para um vazio interno, que se encontram no hall do elevador. Os andares são subdivididos em salas, destinadas no segundo pavimento ao Centro dos Chauffeurs e nos demais a escritórios.

Com a introdução de um maior número de veículos particulares, uma nova tipologia arquitetônica passa a ser utilizada – as edificações destinadas à postos de gasolina. O arquiteto Luiz Signorelli aprova, para o Sr. Ignácio Furletti, uma edificação com este fim, na esquina de ruas Saturnino de Brito com Tiradentes, em parte do lote 23, do quarteirão 23 A, da I Seção Urbana. O projeto é aprovado em 18 de dezembro de 1936, e sua principal característica é uma torre bem saliente, em cuja extremidade foi instalado um farol.

Na avenida Afonso Pena, entre Praça Rio Branco e Rua Guajajaras, assim como nas Praças Rio Branco, 7 de Setembro e ruas que contornam os quarteirões 23-a e 31-a, da 1ª seção urbana, os prédios novos deverão, segundo legislação, ter três pavimentos, no mínimo.

Os quarteirões denominados 23-a e 31-a, são quarteirões que foram acrescidos à proposta inicial do traçado da cidade, e se acham localizados de cada lado da Praça Rio Branco, que neste momento já se achava sem o mercado inicial e finalizava uma das primeiras construções mais verticalizadas da cidade, com sua torre principal atingindo a altura de mais de trinta metros, com seus 10 pavimentos.

O edifício destinado a Feira de Amostras, projetado pelo arquiteto Luiz Signorelli, atribuído também a Raffaello Berti, em estilo protomoderno passa a ser o ponto de fuga da principal avenida da cidade, a Afonso Pena, que proporcionava toda uma ambientação favorável a sua inserção: dois renques de "ficus benjamina", que serviam de moldura e enquadramento de sua perspectiva. Talvez um dos prédios mais belos que se tenha construído na cidade, uma vez que o seu partido, foi trabalhando com um correto escalonamento em função de sua localização no meio urbano.

O edifício da Feira de Amostras, projetado no mesmo momento do edifício Ibaté, com altura aproximada, pois a volumetria apresentava também 10 pavimentos, é inaugurado em 1936²⁰. A Feira Permanente de Amostras, tem no centro de sua

²⁰ Alguns autores atribuem a data de inauguração a outros anos. No Bilhete Posta, CEHC-FJP a data é de 1932-1835, o que o transformaria no primeiro prédio aprovado com 10 pavimentos, superando o Ibaté, como projeto, que foi aprovado em 1933, conforme consta nos microfilmes da PBH.

volumetria, uma vedação em esquadria metálica e vidro que atingia toda a fachada da esquina voltada para o eixo da avenida Afonso Pena, na Praça Rio Branco.

O Estado de Minas do dia 01 de setembro de 1936, traz a manchete "Inaugura-se hoje a Feira Permanente de Amostras e o Parque de Diversões Shangai...". Em 1937, A revista A Metropole, anno 1, nº 3 /set., registrava que de 28 de fevereiro de 37, até 30 de junho do mesmo ano, registrou o número de 210.436 visitantes ao conjunto da referida edificação. Essa edificação causava fascínio e sua presença marcante pode ser percebida pela descrição de LEMOS. 1988:169, que afirma: "A Feira de Amostras apresenta uma fachada geométrica composta por uma cascata de planos integrados e uma torre central. Como resultado, uma composição de cubos em várias alturas e um cilindro em vidro centralizando os volumes simetricamente. Os vitrais fazem, através da luz, o jogo claro/escuro, durante o dia, internamente e, no período da noite, externamente. Cria-se uma alegoria da luz e do brilho mediante o recurso artificial."

Sylvio de Vasconcelos, não valoriza a edificação. Em um artigo publicado no livro Noções sobre Arquitetura, de 1962, que se trata de uma coletânea de artigos publicados originalmente em jornais de Belo Horizonte, em sua página 13, sob o título Viaduto da Lagoinha, enfatiza: "(...) Segundo consta, o viaduto implicará na demolição do prédio que pomposamente se chama Feira de Amostras, embora desde tempos imemoriais não se tenha notícia nem de feiras nem de amostras no local. A não ser que se entenda m como tal pequenas vitrinas de anúncios de casas comerciais da cidade que ali se instalaram. Assim sendo, de uma só cajadada dois coelhos serão caçados: o viaduto e a retirada da almanjarra²¹ que entope a saída da principal via de tráfego da cidade em solução pastichada das grandes cidades européias, como se houvesse uma praça proporcionada no local e como se o edifício da dita feira fosse de fato um monumento digno de perspectivas mais desafogadas. O que acontece é porém, precisamente o contrario: nem existe a praça nem existe monumento. O que há é o afogamento do trânsito e uma torre infuncional com linhas exíguas ocupadas por

²¹ Almanjarra, parece ser usado com o sentido de: Coisa enorme, desmedida, mal-acabada, segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1986

estúdios de rádio que poderiam perfeitamente localizar-se em qualquer outro ponto da cidade.”²²

Romeo de Paoli, formado pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte, em 1932²³, consolida como um dos maiores empreendedores imobiliários da capital, sendo seu escritório um dos que apresentam maior número de projetos aprovados junto a PBH. Paoli “aprova no ano de 1936, o projeto do Edifício El Greco, com 4 pavimentos, revestido em pó de pedra, localizado na rua Rio de Janeiro, 348, entre Tupinambás e Caetés. A edificação, apresenta em sua composição 4 pavimentos, com volumes que se sobressaem no plano da fachada, e apresenta janelas em ângulos de 90°, que vão realçar sua imagem. Seu revestimento externo, como citado, em pó de pedra, é uma das edificações em que o mesmo permanece com o acabamento em boas condições até os dias de hoje.”²⁴

“O edifício Divinópolis, na rua Rio de Janeiro esquina de Tupinambás, com 5 pavimentos, projeto de J. Giovaninni, aprovado em 37, como modificação e acréscimo ao projeto anterior de Francisco Farinelli, é a primeira edificação vertical em um quarteirão que se constituirá em um dos poucos com todas as edificações com 5 ou mais pavimentos na área central da cidade.”²⁵

1937

Notícias:

Folha de Minas, 14.03.1937, p. 6: há uma referência ao início da implantação do Minas Tennis Clube no terreno destinado ao Zoológico de Belo Horizonte no projeto de Aarão Reis: “Terá lugar, terça feira, às 16 horas o lançamento da pedra fundamental

²² Ver NORONHA, 1999

²³ Dicionário Biográfico de construtores e Artistas de Belo Horizonte - 1894/1940 :1997:92

²⁴ Ver NORONHA, 1999

²⁵ Idem

da futura sede do Minas Tênis Clube no terreno em que esta sendo construído o balneário do bairro Santo Antônio.”

Folha de Minas, 05.09.1937, p. 6: “Inaugura-se hoje o majestoso estádio da Feira de Amostras. A sua construção é toda de cimento armado e preenche fielmente a sua finalidade, pois dentro de sua arena, podem ser disputados jogos de basquete, vôlei, lutas e pugilismo. É o único do país que dispõe de adaptação para os diversos ramais de esporte a que nos referimos. E não é só. Pode ser transformado imediatamente numa luxuosa e confortável casa de diversões para representações de peças teatrais e exibição de filmes cinematográficos.”

Folha de Minas, 10.10.1937, p. 2: Monteiro Lobato escreve um artigo sobre a cidade: “Belo Horizonte, a Bela - Uma cidade certa - Belo Horizonte foi a maior surpresa da minha vida. Permitiu-me ver no Brasil coisa que jamais esperei: uma cidade a qual coubesse com absoluto rigor a classificação de bela. E no entretanto não me era cidade desconhecida. Lá estive há muitos anos ao tempo em que Arthur Bernardes se elegia presidente da República, e lembro-me de como lhe respondi a pergunta clássica: ‘Que acha de Bello Horizonte?’

- Uma cidade de 500 mil habitantes, dos quais 450 mil estão veraneando não sei onde - aqui é que não estão [...] Extrema escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semi - construída, quase apenas desenhada no chão, um prédio aqui, outro lá, tudo semi-feito - é a tudo envolver um pó finíssimo e finissimamente irritante. Lembrava-me uma dessas meninas de onze anos, em pleno período de crescimento desajustado de óculos por causa da escola; cabelos em trança; sapatos rasos; pernas magras de fora; vestido baratinho acamisolado. De meninas assim pode sair moças maravilhosamente lindas, mas nesse período de crisálida as futuras moças lindas são feias de doer. É o caso da ‘senhora’ de José de Alencar.

Não havia povo nas ruas. Os passantes, definitivamente funcionários que subiam e desciam lentamente, a fingir de transeuntes. Transeuntes públicos daí o sono que dava aquilo. Uma semana passada lá deixava a impressão de meses.

Fiquei com esta lembrança na memória e ao escrever 'Geografia de Dona Benta' deixei a transparecer nas poucas linhas que dediquei à capital mineira. Lealmente confesso minha ingenuidade de supor que a Belo Horizonte de hoje permanecesse a mesma de três lustros atrás.

Porque a Belo Horizonte de hoje já não é a meninota de onze anos que eu vi. Cresceu, desenvolveu-se, está no período encantador do 'menina-moça' e a caminho de tornar-se uma dama de mais fulgurante beleza ainda nascida no Brasil. Com um pouco mais de desenvolvimento se firmará na posição de única cidade verdadeiramente bela do Brasil. Nada mais fácil do que provar isso.

No continente americano só existem duas cidades feitas, sob medida, estudada, calculadas, desenvolvidas no papel antes de serem fixadas em cimento e tijolo: Washington e Belo Horizonte. Disso resulta que só estas duas cidades podem receber sem restrições o qualificativo de beleza integral que a harmonia de conjunto dá. Todas as mais, nascidas e desenvolvidas ao acaso e fora de qualquer plano de conjunto, terão apenas o bonito do pitoresco ou belezas parciais, porque todas encerram em si, pelo menos uma parte insanavelmente aleijada: o centro.

Em regra as cidades nascem dum nucleozinho humano ocasional. Um ponto de pega as determina - rancho de tropeiros, vendola, uma capelinha, um minúsculo agrupamento humano fixado em certo ponto por motivos econômicos. Nenhuma surge do plano de vir a ser cidade e muito menos capital. Tornam-se cidades, tornam-se capitais: e como não nasceram com intenção de ser cidades sofrem o defeito comum de um aleijamento de origem. A parte aleijada, o monstrengo é inevitavelmente o centro. Com os bairros novos procuram reparar o mal de origem - mas é mal irreparável. O centro de todas as cidades nascidas e desenvolvidas ao acaso é o mal de quase todas as cidades do mundo. Entre todas as capitais só duas escapam a isto: Washington e Belo Horizonte. (...). Afeito ao erro de São Paulo e de todas as demais cidades do país, meu espanto não teve limites quando penetrei em Belo Horizonte. Que maravilha! Que desafogo! Que encanto o da cidade certa! Da cidade que nasceu para ser cidade e capital e que não se afasta em seu crescimento do plano preestabelecido por um grupo de urbanista inteligentes!

As ruas são de fato ruas, não vielas ou becos. São ruas que confortam a alma com a sensação raríssima do desafogo. Desafogo sim. É essa a sensação predominante que Belo Horizonte nos dá. Quem sair de uma cidade de tulmutuária, de ruas de 12 metros, ridículas, meras passagens por entre fileiras de casas, desafoga-se em ruas que são verdadeiramente ruas [...] E a colocação dos edifícios públicos sempre atendendo a paisagens e aos efeitos urbanos? Oh, como é Belo Horizonte! E que cidade maravilhosa não será quando atingir seu milhão de habitantes! A nossa verdadeira ‘cidade maravilhosa’ esta se formando ali; não é o misto de sublime natural e grotesco humano do Rio de Janeiro, um Pátio de Milagres ... Maravilha no Brasil só teremos na capital que nasceu há apenas 40 anos e já nos dá tão alta mostra do que vai ser: Belo Horizonte. Belo Horizonte, a bela. A única cidade bela do Brasil. (...) O apuro arquitetônico de Belo Horizonte espanta. Os edifícios públicos revelam um parentesco de sobriedade, elegância e distinção, que nos envergonha de nosso largo do colégio, com aquilo que chamamos Palácio do Governo e as três famosas secretarias. Que dó! Como corta um coração paulista, ver, sentir, o que é São Paulo do ponto de vista urbanístico, quando voltamos de Belo Horizonte. [...] Só sabemos que o cimento armado em Belo Horizonte não produz monstros...”

Folha de Minas, 17.10.1937, p.1: “Um dia de festa para Belo Horizonte - Importantes melhoramentos serão inaugurados hoje na Capital, pelo governador Benedicto Valadares e prefeito Octacílio Negrão.

A primeira dessas inaugurações será a da praça de S. Tereza defronte ao quartel do 5º Batalhão da força pública. Nesse amplo local, ainda há pouco tempo melancólico sem iluminações suficiente e sem calçamento, assenta-se agora um lindo e artístico jardim, com espaços asfaltados e fortes globos de luz. (...) As 12 horas, será inaugurado o Matadouro Modelo, juntamente com o Matadouro será oficialmente aberto ao tráfego o ramal férreo que o liga ao central (...) Com o deslocamento do centro da viação urbana para a Praça Sete, surgiu a necessidade de se construírem, próximos à circular de bondes, dois abrigos para o público. Esses amplos logradouros de linhas a um tempo severas e bonitas abri-se hoje às 20 horas, ao uso da população. (...) O viaduto da

Floresta, cujos benefícios é desnecessário encarecer, inaugura-se hoje. É mais uma obra importante para aumentar a beleza arquitetônica de Belo Horizonte.”

Estado de Minas, 25/12/1937, p.4: Histórico do Ginásio Afonso Arinos: “O Ginásio Affonso Arinos, fundado em 18 de julho de 1934... funcionou provisoriamente á rua da Bahia, 1210/1220, transferindo-se no mês março de 1937 para o prédio próprio, á rua Carambola, 288, no aprazível bairro de Sto. Antonio. (...)”

Estado de Minas, 08.09.1937, p.3: “Teve lugar ontem... a solenidade do lançamento da pedra fundamental do Minas Tênis Club, a ela comparecendo altas autoridades civis e militares. (...)”

Estado de Minas, 28/11/37 noticiava a inauguração da Praça de Esportes do M. T. Clube.

Estado de Minas, 29 .01.1937, p. 4: “Críticas e observações sobre Belo Horizonte [feitas pelo prof. Morales de los Rios, arquiteto e urbanista em visita à capital]:

(...) Sobre a arquitetura de Belo Horizonte o professor Morales de Los Rios teve palavras de entusiasmo. Cidade ampla e com largas possibilidades de aumento, seus edifícios não necessitarão, nunca, de se elevar muito acima do solo em deselegantes arranha-céus, desprovidos das mais simples linhas arquitetônicas e sem finalidade residencial.

Com um plano bem organizado de urbanismo e arquitetura em que se levassem em consideração as observações que expendo, em que se proibisse a construção de arranha-céus, e obrigasse a conservação do estilo barroquino predominante nas aprazível cidade do Brasil...”

Estado de Minas, 09.01.1937, p. 7: “Da América do Norte - F. Saturnino de Britto Filho - ... Olhando a lapide de L’Enfant e a cidade que se estendia fronteira, lembrei-me de Bello Horizonte. Poderia ter sido a nossa Washington Sul-americana e hoje já se acha quase que irremediavelmente estragada pela estreiteza de horizonte espiritual. Porque não se construíram ali as casas afastadas de uns três a quatro metro para dentro do alinhamento das ruas, afim de se ter na frente canteiros gramados, como em Washington? Porque existem muros entre as casas e para a rua, quando aqui nenhuma divisão se materializa? Porque tendo tido o centro planejado à moda de Washington, foram lá os subúrbios deixados expandir-se ‘a la diable’, sem método nem previsão? porque, finalmente, se desprezaram os cursos de água urbana, a que só agora o atual prefeito deu um pouco de atenção? (...)”

Estado de Minas, 9.12.1937, p.3: “ Nas vésperas do aniversario da capital - [depoimento do engenheiro (e arquiteto?) Romeo de Paoli, sobre o movimento de construções em B.H.]: ... Inicialmente, referiu-se ao crescimento da cidade, observado em relação ao aumento de construções executadas, determinando como causa primordial desse fenômeno, o particular dinamismo com que se empenha na administração da Capital o seu prefeito Dr. Octacilio Negrão de Lima que se acha cercado de bons engenheiros-auxiliares. O chefe do executivo municipal é que vem se desdobrando em dotar a Capital de uma extensa área pronta para construção imediata, quer por meio de novos calçamentos, pela drenagem e canalização de terrenos alagadiços e córregos, quer pela execução de inúmeras obras públicas imprescindíveis quer a realização de obras particulares. No momento, [o município] não possuía dados seguros para a avaliação do numero de obras executadas durante este ano, mas podia salientar que houve um pequeno decréscimo na construção de obras particulares, em relação ao ano anterior. [...] o Dr. Romeo de Paoli referiu-se a vários fatores que corroboraram de maneira ponderável para esse fato e cita, por exemplo, os sucessivos aumentos de custos de materiais de construção, encarecimento da mão de obra, falta de transportes e ultimamente a grande deficiência de operários, observando, todavia, da parte dos proprietários um grande entusiasmo na consecução de planos não só para novas habitações como também para modificações e reformas dos prédios antigos. Não

obstante a verificação desse ligeiro declínio da construção residencial, a zona comercial, isto é, a parte central propriamente dita da cidade, não sofreu a mesma influência dada a grande valorização locativa dos prédios, notando-se o aparecimento constante de novas obras de elevado valor e pequenos arranha-céus...”

Estado de Minas, 16.12.1937, p.3: “O problema urbanístico em Belo Horizonte[Depoimento do engenheiro e urbanista Armando Godoy]: “Tenho vindo sempre a Belo Horizonte. Ainda no ano passado, vieram comigo seis engenheiros do Rio aqui estudar os calçamentos. Tiveram todos magnífica impressão, pois o que encontramos é uma verdadeira conquista da administração municipal.

Entretanto, não obstante a tudo de belo e grandioso que já me acostumei a ver em Belo Horizonte, aconselho o estabelecimento de um plano diretor de urbanismo, para evitar que nos arredores surjam aleijões em desacordo com o plano de Aarão Reis. Homens não faltam aqui para isso, cito por exemplo, o nome do professor Lincoln Continentino. (...)”

Folha de Minas, 17.10.1937: “Inaugurações:

- Da Praça de Santa Tereza defronte ao quartel do 5º Batalhão da Força Pública;
- Abrigos de bondes na Praça Sete de Setembro;
- Viaduto da Floresta.”

Folha de Minas, 05.11.1937: Aprovação do projeto para a construção do “grande Aeroporto de Belo Horizonte.”

Folha de Minas 27.11.1937: “inauguração da Praça de Esportes do Minas Tênis Clube”

Projetos:

Caetano de Franco aprova, em 11 de junho de 1937, um conjunto de 3 residências localizadas nos lotes 1 e 2, do quarteirão 13, da XI Seção Urbana, para a

Construtora Campos, Gontijo e Cia. Ltda.. Solucionadas em 2 pavimentos as edificações foram construídas na esquina de rua Sergipe com Fernandes Tourinho.

Luiz Signorelli aprova, em 24 de agosto de 1937, o projeto para o Hospital Maternidade São José, na esquina de Rua Aimorés com rua Ouro Preto, nos lotes 4 a 7 e 9, 11, 13 e 15, do quarteirão 4, da VIII Seção Urbana. A edificação com 3 pavimentos passa por reformas aprovadas em 11 de novembro de 1941 por Luiz Pinto Coelho, e em 30 de julho de 1945 por Raffaello Berti.

O Engenheiro civil e construtor Alfredo Carneiro Santiago assina o projeto atribuído a Raffaello Berti para o Instituto metodista Izabella Hendrix, na rua da Bahia, quarteirão 19 da X Seção Urbana, terrenos adquiridos após a venda da quadra onde hoje se encontra o edifício Acaiaca, local da igreja e colégio metodistas, até os anos de 1930. Com três pavimentos, um no desnível do terreno, a obra foi aprovada em 29 de novembro de 1937, sob o n. 519, e tem a assinatura da diretora Mary Sue Brow. No início dos anos de 1980 a edificação ganha um quarto pavimento, resolvido com a mudança da cobertura existente, através de uma estrutura metálica, que descaracterizou a edificação, uma vez que não há um *bom diálogo* entre o velho e o novo. A reforma destinou a implantação da Faculdade de Arquitetura do Instituto Metodista.

Celso José Weneck de Carvalho, formado na Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, elabora o projeto para o lote 10, do quarteirão 19, da I Seção Urbana, porém assinado por J. Rugani, engenheiro civil, que é aprovado em 13 de setembro de 1937. O proprietário é Sebastião Dayrell de Lima, e a obra situa-se na rua Curitiba, 327. No local encontra-se hoje uma das lojas destinadas à Drogaria Araújo. É um dos primeiros projetos em que o nome de um arquiteto formado em Minas consta em planta. Celso Weneck é um dos arquitetos formados na primeira turma. Vai projetar de uma forma mais próxima das características do movimento moderno da arquitetura brasileira, talvez devido a influência de professores, como Angelo Antônio Murgel, o mais modernista entre os acadêmicos mestres da escola aqui implantada.

Romeo de Paoli projeta a sede da Sociedade Beneficente dos Empregados dos Correios, situada na esquina das ruas Guarani com Paulo de Frontin, ao lado do Centro dos Chauffeurs de Belo Horizonte, aprovada em 18 de maio de 1937.

Construída em um lote de 15,00m x 20,00m, em um quarteirão acrescido ao projeto original de Aarão Reis, o projeto da sede apresenta três pavimentos, sendo o térreo destinado a lojas, o segundo a atividades de apoio da Sociedade Beneficente, e o terceiro a salas. Na edificação, após adaptações, funciona atualmente o Hotel Madrid. A obra segue as características encontradas em projetos de Angelo Antônio Murgel.

Em 17 de junho de 1937, a empresa de construção civil Carneiro de Rezende & Cia. aprova um aumento para a residência de Juscelino Kubitschek de Oliveira, projetada por Angelo A Murgel em 1932. Consta como alteração a inclusão de um escritório de 5,20m x 5,70m no pavimento superior, com acesso por um dos cômodos anteriormente designado como quarto. Este acréscimo corresponde à construção de mais um pavimento sobre a área de garagem existente.

1938

Noticias:

Folha de Minas, 05.03.1938 trás o artigo sobre o edificio Capichaba em construção, projetado pelo escritório de Luiz Signorelli e de propriedade de Américo Gasparine: “Está sendo construído o prédio mais alto de Belo Horizonte - o Edificio ‘Capichaba’ terá doze andares e se destina a escritórios. Dentro em pouco assistiremos à inauguração do edificio ‘capichaba’, em construção na esquina da rua Rio de Janeiro com Tupinambás. (...) Cansada de alargar-se pelos quatro pontos cardeais a cidade começa agora sua fase de construções altas. Ao lado dos novos prédios este é o mais alto. Terá mais de cem divisões adequadas às necessidades de todas as profissões liberais. Linhas arquitetônicas sóbrias, em suma um índice do progresso na capital.”
Obs.: O edifício não foi construído na esquina de rua dos Tupinambás, mas em trecho de meio de quarteirão da rua rio de Janeiro.

Estado de Minas, 07.08.1938, p.4 :“Ainda este mês será inaugurado o ‘Edifício Capichaba’ - (...) O prédio, sito á rua Rio de Janeiro, no quarteirão abaixo da Av. Afonso Penna, tem 13 andares e 50 metros de altura, e foi edificado especialmente para escritórios e consultórios, obedecendo aos requisitos técnicos mais modernos exigidos para esse fim.

A alumando solar de todas as salas é perfeita, podendo ser regulada à vontade, graças ao sistema de janelas. 90 telefones e 100 filtros serão instalados no prédio. (...)

Segundo, informou-nos o Sr. Américo Gasparini, o ‘Edifício Capichaba’ deverá ser inaugurado ainda este mês.”

Estado de Minas, 03.05.1938, p.5: “Vai ser reformado o prédio do Teatro Municipal. A nossa população tem se privado de assistir as grandes companhias teatrais racionais e, sobretudo, as estrangeiras que escrutinam ao Brasil, em virtude da falta de uma casa de espetáculos adequada com maior lotação e provida de instalação que permitam as montagens de vulto. (...)

Inaugurado em 1908, para atender ás exigências da época, evidentemente o Teatro Municipal não poderia servir a uma população muito maior e a um grau de progresso extraordinariamente aumentado, trinta anos depois.

A construção de uma casa de diversões moderna e com amplas acomodações, passou, assim, a constituir um dos problemas da cidade... (...)

No momento, entretanto, não é possível á Prefeitura arcar com a construção de um novo teatro, pelo que, decidiu transformar o prédio da rua Goiás, de modo a adaptá-lo ás nossas exigências, da melhor forma possível.

Entendendo-se, para esse fim, com o governador do Estado, o prefeito José Osvaldo de Araújo recebeu a necessária autorização e dentro em breve ordenará o início dos serviços de reforma.

As grandes transformações... compreenderão o aumento de lotação, tanto na platéia, como nos camarotes e gerais, instalações modernas e mais confortáveis no palco e nos camarins, adaptação adequada ao lugar destinado á orquestra e outros melhoramentos indispensáveis...”

Folha de Minas, 08.03.1938, p.5 : “Realizou-se na manhã de anteontem as solenidade do lançamento da pedra fundamental do edifício do Instituto dos cegos e surdos-mudos, na avenida do Contorno, entre ruas Uberaba e Bernardo Guimarães.”

Folha de Minas, 09.03.1938, p. 3: “A cidade e o seu progresso - O admirável espetáculo que Belo Horizonte de 1938 oferece com o surto surpreendente de seu progresso deve ser sempre exaltado, porque diariamente se renova. A jovem metrópole, adquirindo hábitos salutareos e modernos, melhora constantemente as suas condições de conforto com a solução dos problemas urbanos que vão surgindo. Longe do mar, privado assim, das atrações das praias, a cidade construiu as suas piscinas para a prática da natação. E no Minas Tênis Clube, no América, no Coutury e no Atlético as tardes e as manhãs são alegres e amenas. Faltava-nos contudo as regatas. Lagoa Santa não fica perto e o transporte é difícil. Foi então construído o imenso lago artificial da Pampulha nos arredores da cidade. Tão grande foi o êxito desta iniciativa da Prefeitura e tão grande a afluência à Pampulha que, embora as obras já estejam no meio, lá já se encontram instalados os postos de salvamento e socorro médicos, há dias inaugurados. Por enquanto, na Pampulha têm se realizado apenas provas de natação, mas em breve, todos os esportes náuticos ali serão praticados. E será esse mais um marco decisivo do progresso e da civilização da cidade.”

Folha de Minas, 26.03.1938: “A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Rede Mineira de Viação mandou construir para seus associados sessenta e uma casas, localizada na Vila Bella Vista, no Bairro de Carlos Prates.”

Folha de Minas, 24.08.1938, coluna A cidade, p. 3: Belo Horizonte é, antes de mais nada a cidade da picareta e dos andaimes. Habitante algum pode se lembrar do dia em que a Avenida Afonso Penna esteve quietinha, sem o calçamento revolvido em algum trecho, sem as lâmpadas vermelhas, a noite avisando, dos buracos e dos tropeços de uma obra qualquer. E toda a cidade é uma sucessão de obras públicas e particulares, de trabalhos de aterro, de pavimentação, de distensão das redes subterrâneas dos

esgotos, da água, do telefone. E o panorama urbano esta salpicado do amarelo das construções, com os caixotes de madeira que moldarão o cimento armado, se levantando, de todos os pontos, cada vez mais altos”.

Folha de Minas, 16.09.1938, p.1: “A prefeitura acaba com a antiga favela Barroca, transferindo seus habitantes para a Vila concórdia, visando a expansão da cidade para os fins da Avenida Amazonas.”

Folha de Minas, 23.09.1938, p.3: “*A Cidade* - A noticia da próxima construção, na Avenida Afonso Penna de dois grandes edificios, com vários andares, despertou da parte da população, justificada curiosidade. E motivou, em certos círculos comentários vários e por assim dizer, controvérsias.

Generalizou-se a opinião de que um arranha-céu em pleno centro urbano, traria desequilíbrio à área comercial, econômica, e social da cidade. Os preços dos alugueis se descontrolariam e o movimento comercial se deslocaria, agravar-se-ia o problema do trânsito.

O caso demanda ponderação, a fim de que se definiam a origem e a qualidade destas opiniões. Nós não somos dos que julgam arranha-céu, um mal necessário, como há quem assim o interprete. Para nós o arranha-céu é uma fase do progresso social, e representa um novo “*pattern*” da vida humana, na sua trajetória incansável. Ainda que seja um mal, ele é entretanto, um mal inevitável, imposto pela civilização que nos estamos criando, e de que Belo Horizonte será, em tempos bem próximos um paradigma.

Se o arranha-céu veicula males, estes não são absolutamente, os aludidos acima. O arranha-céu, é pelo contrário, um propiciador de maior desenvolvimento comercial e econômico, um catalisador de atividades novas, uma atração para novos capitais e um animador da vida financeira.

A noticia perde, dessarte, todo o caráter inquietador. A começar que os próprios financiadores, capitalistas como os demais, fazendo parte desta classe pela comunhão de interesses, são os primeiros a desmentir os motivos da inquietação com a espontaneidade da iniciativa. E a cidade ganha um novo argumento, em favor da

realização que será benéfico - atestando seu progresso e ativando a circulação de riquezas.”

Folha de Minas, 09.10.1938, p. 4: (propaganda) “Mais um desses monumentos (arranha-céu) será construído na metrópole Montanhosa. É o Edifício Rex, sito à rua Carijós, junto à Praça sete, entre essa Praça e a rua São Paulo, no coração, mesmo da cidade. Projetado e construído pela firma Andrade e Campos.”

Folha de Minas, 13.10.1938, p. 5: “Belo Horizonte dotada de mais um excelente hotel. A inauguração anteontem do Santa Cruz Hotel, magnífico e moderno estabelecimento sito à rua Tupinambás – 352.”

Folha de Minas, 28.10.1938, p. 3: “- A cidade - ...Os prédios públicos que o governo mineiro vem erguendo em Belo Horizonte são todos marcados por este novo espírito arquitetônico - grandiosidade na simplicidade, beleza no conjunto. Mas um detalhe na nova arte da construção vem sendo neles descuidado - o que diz respeito ao ornato, à contribuição das demais artes, como a pintura e a escultura para o seguimento de seu valor. [...] Aqui em Belo Horizonte, a Feira Permanente de Amostras e a nova Prefeitura Municipal, que têm tantas superfícies lisas, forneceriam motivo para a revelação de nossos muralistas. E o governo da Capital, que tanto se vem distinguindo pelo apoio bem intencionado a todas as iniciativas de arte, bem poderia imitar o Ministério da Educação, instituindo concursos para a decoração dos prédios públicos que estão surgindo.”

Folha de Minas, 01.11.1938, p. 3: “A cidade - A civilização complicou a vida e um prédio, hoje em dia pode se destinar a várias coisas. Já se foi o tempo que os homens erguiam casas apenas para morar, e templos para adorar os deuses.(...)”

As cidades modernas não são, portanto, apenas residenciais. E as necessidades da vida urbana impõem o aproveitamento de polegadas de terreno. É um imperativo. No aglomerado dos escritórios, casas de diversões, magazines, bares, arranha-céus, o espaço é precioso e tudo força seu aproveitamento.

Mas isso tem os seus inconvenientes sobre a saúde pública. E a tendência do urbanismo contemporâneo e a do zoneamento, pelo qual se distribuem áreas para residência, indústrias, para o movimento comercial e financeiro.

O zoneamento é, porém, uma questão complexa e cansativa. Uma questão que exige soluções locais e circunstanciais, de acordo com a topografia, a distribuição das bacias d'água, a marcha de crescimento das cidades, mil e um pormenores ainda [...] Só há um ponto firmado universal; só há uma doutrina decidida e incontroversa - a da necessidade de se preservarem à risca, as características das áreas residenciais.

Dessas características, que se faz mister manter intactas, para a saúde da população e dos próprios residentes, ressaltam algumas que não vem sendo observadas em Belo Horizonte, apesar de leis que as tornam obrigatórias. O arejamento, a insolação, a cubagem de ar interior são imposições da boa residência que não vem sendo obedecidas na capital de Minas, a principiar pela questão da área livre.

Estão se construindo em Belo Horizonte, casinhas que são verdadeiras caixas de fósforos, sem a mínima área livre, sem insolação e arejamento, as quais são um verdadeiro atentado contra a saúde da própria segunda geração de quem as manda construir.

Para coibir esse erro não precisa leis novas. Requer-se apenas um espírito mais severo de observância, uma fiscalização mais detalhada e exigente.”

Estado de Minas, 12.04.1938, p.3: “Belo Horizonte vai ter um dos maiores edifícios Brasil - Recentemente noticiamos a aquisição, por parte da Companhia de Seguros Sul América, do terreno em que fica situado o velho prédio dos Correios e Telégrafos de Belo Horizonte, posto em hasta pública pela Prefeitura.

Pretende aquela companhia construir nesse local o edifício da sua agência, nesta cidade. Sobre os seus planos de construção, falou-nos o Sr. Joseph Arcelus, *superintendente do Departamento do Centro*, da Sul América. Logo que a Prefeitura nos faça a entrega do terreno, serão inciais as obras, que deverão orçar em alguns milhares de contos... posso afirmar que será um edifício à altura da importância de Belo Horizonte e um dos maiores do Brasil. Pretendemos contribuir não só para o

embelezamento e engrandecimento da capital mineira como também retribuir a grande preferencia que o povo deste Estado dispensa á nossa companhia...”

Estado de Minas, 19/03/1938, p. 5: “Sociedade Beneficente dos Empregados dos Correios de Minas: inaugurou ontem, a sua nova sede social no majestosos edificio que construiu á rua Guarani esquina da rua Acre, nas proximidades da Feira de Amostras. [...] Foi... dada a palavra ao Dr. Romeo de Paoli, construtor do edificio, que em brilhante improviso fez a entrega das chaves ao presidente Sr. Versiani Caldeira, referindo-se com satisfação ao fato de ter podido construir nesta capital, mais [um] majestoso edificio que muito veio contribuir para o enriquecimento de seu patrimônio artístico.”

Projetos:

A Construtora Andrade Campos refaz o projeto inicialmente elaborado por Luiz Signorelli para o edificio Rex, que é reaprovaado em 3 de fevereiro de 1938, sem a assinatura do arquiteto. A edificação é construída no lote 3, do quarteirão 22, da II Seção Urbana, na rua dos Carijós, 436. O proprietário era Geraldo de Lima Mello. É composto de 9 pequenas salas por pavimento, com dois sanitários voltados para a circulação. A fachada, resolvida em janela única, em perfis metálicos, segue o balanço de 1,00 metro sobre o alinhamento, ficando duas estreitas faixas de alvenaria nas laterais alinhadas ao terreno. A platibanda, recuada, é marcada por um conjunto de frisos em linha quebrada.

É elaborado pelo engenheiro arquiteto Alberto Mazoni Andrade o templo da Igreja Batista da praça Raul Soares, em 1938. De arquitetura eclética, "mistura elementos góticos tradicionais com detalhes do art-déco, como o revestimento em pó-de-pedra. A sede da Primeira Igreja Batista de Belo horizonte foi transferida para a praça em agosto de 1942. (Estado de Minas, 1.05.1982)

Romeo De Paoli, engenheiro civil (com escritório à rua São Paulo, 249), aprova, em 1 de dezembro de 1938, projeto de uma residência à rua dos Aimorés, em parte do lote 2, do quarteirão 22, da IV Seção Urbana, entre rua Sergipe e avenida João Pinheiro, tendo como proprietário o Sr. Antônio Gonçalves Maia Sobrinho. Solucionada com apenas um pavimento de 81,00m² de área construída e planta convencional, a residência apresenta uma fachada com elementos decorativos geométricos, predominando reentrâncias e saliências nos sentidos horizontal e vertical, típicas das construções com revestimento em pó-de-pedra.

O escritório de Romeo de Paoli constói a partir de projeto elaborado pelo mesmo, aprova um conjunto de unidades residenciais no lote 8, do quarteirão 1, da X Seção Urbana, com frente para a avenida do Contorno, em um lote de esquina com a rua Fernades Tourinho. O projeto é o de n. 866 do escritório e foi aprovado em 6 de dezembro de 1938.

A Construtora Andrade Campos elabora o projeto para a residência de Milton Soares Campos, aprovada em 8 de novembro de 1938, nos lotes 19 e 20, do quarteirão 13, da X Seção Urbana. Localizada na rua Tomás Gonzaga entre ruas Espírito Santo e da Bahia. A residência é solucionada em dois pavimentos.

No lote 10, do quarteirão 15, da X Seção Urbana, na rua São Paulo, no bairro de Lourdes, Caetano Defranco projeta a residência de José de Magalhães Pinto. A obra apresenta a indicação Defranco & Gauzzi, referente a uma parceria entre o então estudante de arquitetura Hermínio Gauzzi e Caetano de Franco.

O escritório de Romeo de Paoli elabora o projeto da residência de Cyro dos Anjos no lote 22, do quarteirão 15, da X Seção Urbana, na rua Tomás Gonzaga. O projeto foi aprovado em 3 de março de 1938.

1939

Notícias:

Folha de Minas, 15.08.1939, p.4: “Inaugurada hoje a Matriz de Nossa Senhora das Dores no bairro da Floresta., a pedra fundamental foi lançada em 1922”

Folha de Minas, 22.08.1939, p. 3: “A cidade - ... O progresso da cidade nos últimos anos em todos os setores de atividades ultrapassa a simples escala geométrica. E persiste clamorosamente. No setor arquitetônico, ocasiona esta verdadeira babel de andaimes que anda vestida, não havendo quarteirão no centro urbano em que os altos edifícios não se projetam para o alto nos seus esqueletos de cimento armado, não havendo um lote nos bairros em que as residenciais não surgem e se multipliquem, na maioria média diária de construções do continente, proporcionalmente à população. É um ritmo pioneiro - o trabalho incessante da construção de uma metrópole”.

Folha de Minas, 10.12.1939, p. 3: “A Cidade - Vai desaparecer, afinal, o velho edifício dos Correios e Telégrafos. Velho em termos. E preciso não esquecer que Belo Horizonte ainda é a moça bonita, para quem o vestido de ontem já está fora de moda. E um edifício de quarenta anos, para uma cidade jovem não é mais velho que um vestido de véspera, que as meninas em flor rejeitam por estar fora de moda.”

Projetos:

É aprovado em 1939 o edifício do antigo Hotel Imperial, hoje Hotel Popular na rua Espírito Santo, 287, projeto de um aluno da primeira turma da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte. Aprovado em 1939, a edificação apresenta na racionalização e limpeza do volume sua força compositiva. Consta como autor o arquiteto Celso José Werneck de Carvalho, sendo, também, responsável técnico a empresa Carneiro de

Rezende & Cia.²⁶. A edificação apresenta uma fachada onde três janelas contínuas em madeira se contrapõe a janelas isoladas situadas na outra extremidade, numa composição assimétrica.

Fernando Scarpelli, com escritório à avenida Afonso Pena, 599, sala 15, aprova em 27 de setembro de 1939, uma residência destinada a operários, na Vila Renascença, no lote 3 do quarteirão 51, com frente para a rua Botucatu. Quem assina como proprietário é Christiano Guimarães, presidente do Banco Comércio e Indústria.

O projeto é composto por 3 quartos, sala, banheiro e cozinha, bem organizados, com um corredor fazendo a ligação entre sala e cozinha.

A fachada é marcada por uma varanda de vão em arco pleno e uma janela frontal, caracterizando o tipo “porta e janela”, que vai predominar nas pequenas construções.

Em 15 de maio de 1939, o projetista Francisco Farinelli aprova projeto de 2 prédios a construir-se em parte do lote 12, do quarteirão 27, da VI Seção Suburbana. Trata-se do mesmo terreno em que se acha a “Casa da Loba”, edificada em 1923. As duas unidades foram construídas pela “Empresa Construtora”, propriedade de Farinelli & Romagnolli, (com sede à rua dos Carijós, 403), o projeto das duas unidades, com solução idêntica em planta, apresenta uma escada que parte da área externa e que após 5 degraus penetra na projeção da edificação, criando um vazio central, que marca a sua identidade. A solução consta de um hall de entrada que faz as ligações com um escritório e com a sala de visitas pelas laterais e ao fundo com a sala de jantar. Desta última parte uma circulação para a qual estão voltados os quartos e o setor de serviços, que subdividi-se em uma cozinha e uma passagem que dá acesso ao banheiro e à dispensa. O banheiro é dividido em duas partes, com o vaso sanitário isolado. Suas fachadas, ainda preservadas, é solucionada de forma simétrica, com a platibanda alteada sobre as duas janelas laterais. Pequenos motivos decorativos diferenciam as residências, que apesar disto mantêm o mesmo caráter volumétrico.

²⁶ Trabalhavam como arquiteto na Carneiro de Rezeende & Cia, segundo Dicionário...IEPHA:1997:226, os arquitetos Olavo Pires e Albuquerque; Marco Paulo Rabelo e Celso Werneck.

O arquiteto Adriano Duguer, nascido na Holanda em 1865, e cadastrado em 22 de setembro de 1919 na Prefeitura Municipal, projeta na avenida Augusto de Lima a Igreja de São Sebastião, aprovada em 16 de maio de 1939, que terá seu alvará renovado em 1944 e em 1954. Sua fachada com duas longas torres laterais, seguindo as características do historicismo, em especial do barroco europeu, com profusão de elementos decorativos, mostra uma sucessão de calotas arrematando as torres. Entre estas encontra-se um frontão com volutas, e em sua parte central há uma imagem do padroeiro. O curioso é que o autor tinha matrícula cancelada em 1932 pela Diretoria de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Um dos primeiros projetos assinados exclusivamente por Raffaello Berti, após sua saída do escritório de Luiz Signorelli, é aquele elaborado para Lindouro Augusto Gomes, que destinar-se-ia ao Hotel Metrópole. Aprovado em 27 de julho de 1939, o projeto não foi edificado, tendo sido preterido em relação a uma nova proposta elaborada pelo escritório de Romeo de Paoli, que foi efetivamente construída. Constatamos um equívoco no livro destinado às obras de Berti, que atribui a este arquiteto a construção existente. Ressaltamos que existem diferenças significativas entre o projeto de Berti e o que foi realmente edificado pelo escritório de Romeo de Paoli.

O escritório de Alfredo Carneiro Santiago, um dos maiores construtores da década de 1940 na cidade, aprova em 3 de julho de 1939, para o Sr. Paulo de Souza Lima, uma pequena edificação vertical, na rua dos Tamoios, 510, entre rua Curitiba e São Paulo, no lote 6, do quarteirão 15, da II Seção Urbana, com 5 pavimentos, destinados a lojas, no térreo, e escritórios nos demais, configurando, em projeto, um conjunto de 12 salas comerciais interligadas. O projeto recebeu um quinto pavimento na década de 1970. Sua fachada é muito bem resolvida em um jogo preciso de elementos decorativos, de forma simétrica, com varandas e corpos salientes permitindo um jogo de luz e sombra, utilizado nas fachadas protomodernas, e uma platibanda alteada na parte central, com duas janelas estreitas e longas, enfatizando a verticalidade da construção.

Luiz G. Januzzi, engenheiro civil CREA 682, aprova para partes dos lotes 1 e 2, situados no quarteirão 12, da III Seção Urbana, na rua Rio de Janeiro 1212, o projeto de reforma da residência eclética, transformando, inclusive, sua fachada para o “estilo neocolonial”. A obra foi aprovada em 10 de setembro de 1939 e tinha como proprietário o Sr. Mário Ferreira Guimarães.

O arquiteto radicado em São Paulo Kurt Quade projeta a igreja do Colégio Sagrado Coração de Jesus, propriedade da Sociedade Propagadora de Ciências e Arte, à rua Professor Moraes, 363, aprovada em 19 de dezembro de 1939

O projeto, localizado no quarteirão 23, da VII Seção Urbana, tem solução de fachada em torre única, erguida após frontão triangular neoclássico, subdividida em três setores. No coroamento há uma calota e uma lanterna encimada por uma cruz.

Em 1939 inicia a construção do edifício Lutetia de uso múltiplo, ou seja, com lojas no térreo e escritórios no 2º pavimento e os andares superiores destinados à habitação. O primeiro edifício vertical de apartamentos no centro da cidade, realizado conforme as tendências até hoje em voga, diferenciando do exemplo aplicado no edifício Cecília, que implementou a solução vertical de mordida pela primeira vez na cidade. O projeto original elaborado pelo escritório Santos Maia, do Rio de Janeiro, que tem como responsável técnico o arquiteto Mário Santos Maia. Esta edificação sofre modificações posteriores, ainda em fase de construção, e recebe assinatura de Adhemar Rodrigues, como responsável técnico em sua nova aprovação em 19/10/40. As modificações alteram alguns aspectos mas permanece a solução de partido original de Santos Maia. Os seis pavimentos, mais um ático, tem sua imagem ressaltada pela posição do lote na morfologia urbana: esquina de rua São Paulo com avenida Amazonas. Trata-se até aquele momento da única edificação vertical privada, que recebe tratamento primoroso em todas as suas fachadas, excluindo algumas obras públicas citadas anteriormente. É, também, o único volume vertical em que se pode observar todas as suas faces com tratamento homogêneo. A solução para tal aspecto se deve a feliz implantação obtida pelo arquiteto Santos Maia, em recuar a fachada que

estaria voltada para o lote vizinho, criando uma passagem pública, ligando a rua São Paulo com a avenida Amazonas, que permitiu a abertura de janelas e varandas voltadas para este corredor, assim como, criar uma segunda entrada para a edificação. Essa passagem, tornar-se-á um referencial do centro urbano, possibilitando trânsito livre, de acesso público e reconhecida no imaginário dos cidadãos como a passagem da "Perfumaria Lourdes", loja de cosméticos, que ocupou o espaço durante vários anos. Hoje, a mesma se acha descaracterizada e entulhada de mesas, perdendo o público uma possibilidade de maior fruição na travessia, em troca a especulação comercial sai vencedora, apropriando do espaço, perde seu atrativo original.

Os empreendedores, quando da resolução do projeto, criaram um prolongamento do passeio, ligando duas vias, quebrando, pela primeira vez a rigidez do quarteirão, impenetrável em obras privadas. Não havia uma obrigatoriedade legal, que induzisse tal solução, fato que denota o modo peculiar da implantação do edifício, o primeiro a tratar de maneira inovadora as possibilidades de novas relações entre os espaços públicos e privados.

Em 23 de março de 1939, José Castro, com escritório a rua Espírito Santo, 328, aprova o projeto de um hotel, com seis pavimentos, a ser construído na praça Rio Branco (lote 4, do quarteirão 23 A, da I Seção Urbana), no prolongamento da avenida Paraná, cujo proprietário era o Sr. Cândido Gonçalves. O projeto modificava a fachada e o interior de um projeto anteriormente aprovado. Atualmente, o edifício ganhou uma reforma com acréscimo e descaracterização do projeto original, que fazia parte de uma forte tendência de modernização pela qual passou a região, com a implantação de diversas obras verticais, incluindo entre elas o Centro de Chauffeurs de Belo Horizonte, e a Feira Permanente de Amostras. O acréscimo, ocorrido na década de 1980, transformou a edificação numa cópia vulgar dos prédios que seguiram com o modismo "pós-modernista," que marcou aqueles anos da cidade. A obra, aparentemente concluída, encontra-se sem uso.

Hermínio Gauzzi, trabalhando como desenhista da firma de Sabino José Ferreira, projeta o primeiro edifício vertical de caráter exclusivamente residencial no

atual hipercentro. Trata-se do Edifício São Marcos, situado em parte do lote 1, do quarteirão 20, da III Seção Urbana, de propriedade do Sr. Francisco Amantéa. A localização corresponde à esquina da rua São Paulo com rua Padre Belquior, em quarteirão voltado, também, para a avenida Augusto de Lima, por onde se dá o acesso principal do edifício. Quem assina o projeto é o engenheiro civil Gilberto C. Andrade, um dos construtores mais significativos das décadas de 1930 e 1940 na cidade. A obra foi aprovada em 1939.

A composição é marcada pelo destaque da verticalização na esquina, com o sexto andar emático. Apresenta varandas abertas e corpos fechados em balanço sobre o alinhamento do terreno. O acesso principal ocorre no vértice de 45° da esquina e a entrada para dois dos apartamentos térreos é feita de forma independente, nas fachadas laterais.

O projeto apresentava uma área construída de 227,00m² por pavimento, contendo nos andares tipo quatro apartamentos de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, interligados por uma circulação. Todos os apartamentos possuíam uma varanda: naqueles próximos à esquina ela interligava-se com a sala, e nos outros dois voltava-se para um dos quartos.

Em função da inexistência de áreas de serviço privativas, criou-se uma área coletiva na cobertura da edificação, que atendia a todos os apartamentos. A cobertura é considerada aqui como o sexto pavimento, pois apresentava, além da casa de máquinas, um único quarto, destinado, talvez, ao zelador, espaço muito comum em edificações verticais.

Um dos primeiros edifícios assinados por Luiz Pinto Coelho, formado na primeira turma da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, é um projeto de uso misto, situado na avenida Paraná e construído em parte dos lotes 3 e 4, do quarteirão 16, da II Seção Urbana. A edificação, ainda existente, sofreu alguns acréscimos no quarto pavimento e no térreo. A fachada apresenta uma composição simétrica, com varandas salientes e janelas com marcação horizontal, característica das soluções protomodernas. O projeto foi aprovado em 16 de junho de 1939. Seu proprietário era o Sr. J. Marcolino.

Gilberto C. Andrade, construtor, aprova em 1939 o projeto de aumento de um hotel com 4 pavimentos, de propriedade do Sr. Luciano Lavallo. O desenho e a caligrafia lembram aqueles encontrados nas pranchas desenvolvidas por Ângelo A Murgel. Localizava-se na avenida Paraná, nos lotes 11, 12 e 13, do quarteirão 30, da II Seção urbana. A edificação encontra-se em bom estado de conservação, embora o pavimento térreo tenha sido totalmente descaracterizado. A principal característica do volume são as varandas retas contínuas, centralizadas na fachada.

Caetano Defranco assina um projeto para Sabino José Ferreira, construtor licenciado. No carimbo encontramos os nomes de Hermínio Gauzzi como desenhista e Gilberto C. Andrade como responsável técnico pela aprovação. Trata-se da residência de Júlio Mourão Guimarães, edificada em partes dos lotes 14 e 16, do quarteirão 22, da IV Seção Urbana, aprovada em 29 de novembro de 1939. A residência compunha-se de dois pavimentos mais um pequeno porão. no primeiro pavimento estavam distribuídas a parte social e de serviços, e no segundo pavimento foram alocados a parte íntima, com quatro quartos e um banheiro. O porão, acessado por uma escada externa, destinava-se, provavelmente, ao quarto e banho de empregada e a um pequeno depósito. A fachada, repleta de elementos da arquitetura mourisca, com profusão de linhas quebradas e de seguimentos circulares, mostra uma tendência que permaneceria até o final dos anos de 1940 em várias composições que variavam do estilo “californiano” ao estilo “mediterrâneo”.

Outra edificação construída na Praça 7 tem sua primeira aprovação em 1939, *projeto original de Bruno Grasfield*²⁷, professor da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, tem seu projeto estrutural elaborado escritório de Emílio H. Baumgart. O projeto final com alterações, é aprovado por Luiz Pinto Coelho em 1941, que segue a volumetria básica proposta inicialmente. Esta obra vai abrigar as instalações do Brasil Pallace Hotel.

²⁷ O autor, funcionário da Secretaria de Viação, colaborou também, no mesmo período, com Lincoln Continentino na proposta de um Plano Diretor, conforme consta em texto publicado pelo referido sanitaria. Ver Revista Mineira de Engenharia, Belo Horizonte, n. 25 e 26, p41-59, mar./abr. 1941.

A grande diferença apresentada em sua volumetria é o tratamento apurado dado aos dois últimos pavimentos, onde os vãos das aberturas apresentam dimensão dupla em relação aos demais, e a introdução de varandas que sobressaem em relação ao chanfro da edificação na esquina de Afonso Pena com rua dos Carijós, voltadas para o centro da Praça Sete, ou seja para o Monumento ao Centenário da Independência, carinhosamente denominado *Pirulito*.

Essa solução em esquina de 45°, emolduradas por varandas, já estava tornando-se recorrente em obras verticais no centro comercial, independente da função da edificação.

1940

Notícias:

Folha de Minas, 09.01.1940, p. 3, publica uma crônica de Mário de Andrade sobre Belo Horizonte: “Belo Horizonte - Depois de quinze anos volta agora a Belo Horizonte. Sim, não há dúvida que a cidade cresceu muito, bairros inteiramente novos, grandes edificios que eu não conhecia, avenida que se encompridam à vista da gente... mas na verdade eu só descobri o encanto nova da grande cidade quando um amigo meu, filho de altíssimo poeta, me levou a casa dele e me apresentou a esposa. Cercada de seus vários filhos, todos já em idade escolar, sorrindo, cuidando discretissimamente em fazer com que o seu lar me fosse agradável, muito bonita, ele me contou ser já nascida em Belo horizonte os seus filhos também tinham nascido na cidade. Duas gerações já dera a capital dos mineiros. E foi só então que eu compreendi o encanto novo de Belo Horizonte.

Belo Horizonte já não tem mais aquele ar de coisa inaugural, o tempo já ? a cidade, o aspecto da feira internacional desapareceu. Apesar de sua suntuosidade natural, daquela grave nobreza que lhe vem das suas árvores incomparáveis e das suas avenidas, Belo Horizonte é hoje uma cidade intensamente humana, sem ar exclusivo de festa, onde a vida se processa sem preparos artificiais; tristezas e alegrias, ? e aventuras se misturam, nessa fraternidade esquecida com que cada qual disputa o seu destino.

Hoje, o forasteiro não “vê” mais Belo Horizonte, porque a vive. A cidade não é mais um problema de urbanização forçada, que atrai nossa curiosidade e nossa crítica. Hoje, Belo Horizonte é uma cidade como as outras, e o que ela tem de excepcional ou de melhor, não são teorias aplicadas - as próprias teorias foram patinadas pelo tempo e desapareceram - mas conquistas profundamente humanas.

Para mim, a grande exceção, o que há de melhor em Belo Horizonte, é a inexistência de partes propriamente nobres, as tais de salas-de-visitas das cidades. Não há dúvida que a praça da Liberdade (com exceção do inconcebível coreto central) é de uma beleza extraordinária de conjunto, outras praças de mais ou menos, idêntica distribuição de serviços públicos se estão organizando, há bairros operários mais pobres, bairros de burguesia. Mas o alastramento de avenidas suntuosas, magnificas de largueza, esplendidas pela arborização e ilhas florais, por todos os bairros, nobilitam a cidade inteira, distribuindo a beleza e a grandiosidade por todas as partes da ?. Não há bairro, por mais pobre, que uma dessas avenidas não alcance, levando-lhe nobreza urbanística, e o direito a paisagem, aos perfumes, aos ares leves ?

Ares incomparáveis de montanha, vistas largas em que a cidade inteira está perpetuamente junto de nós. De repente bate um perfume de rosas ou de magnólias pesadas, que turbilhona, nos envolve, nos afaga, e lá se vae, levado pelas fugas do vento que avança desordeiro para os lados do Acaba-Mundo, ou desliza salutar para os vales da Ponte do Navio e de Baleia. É divertido esse “complexo”... Baleia, Ponte do Navio, Calafate, Mar de Espanha, Minas deseja o mar...

Desta vez fui encontrar as artes muito vivas na cidade. O teatro Municipal está se refazendo, porque já não comporta os ouvintes que o procuram. O novo governo da cidade, com a mesma audácia de Fábio Prates, se interessa também pelas iniciativas culturais. Os parques infantis se distribuindo pelos bairros, há um salão de Artes Plásticas anual, uma orquestra sinfônica já bastante regular, concertos grátis a que o público já se acostumou, casas cheias, ?. Já não falo das artes literárias que com seus prosadores e principalmente seus poetas, Belo Horizonte mantém hoje posição de primeira grandeza no país. A isso correspondem, aliás, as livrarias da cidade, numerosas, ricas, de coisas modernas.

E o jeito mineiro dos habitantes, que ainda não conseguem encher normalmente de trânsito a largueza santuário das avenidas. Aquele mineiro descrito, um século faz, por Saint-Hilaire, ainda é o mesmo. Talvez apenas os homens sejam atualmente um bocado mais baixos que os vistos pelo viajante. E não são curvados mais. Mas é aquela mesma tez amorenada, um pouco pálida, aqueles corpos finos em que ainda corre, sem adispósidades pesadas; gente de morro que devora as ladeiras mansas, feliz, matutando hábeis políticas. Ao sublime odor das magnólias.”

Folha de Minas, 13.01.1940, p. 3: “A cidade - O ritmo febril de construção que faz de Belo Horizonte uma das cidades com a maior medida de casas diárias no continente dá a todos os *belorizontinos* uma nítida previsão do que será, em poucos o nosso centro urbano? Quando esse dia chegar, a falta do Parque Municipal, onde está atualmente, será um crime. Hoje, o belíssimo logradouro ainda pode parecer grande demais e realmente o é, tanto que se admite perfeitamente a entrega de metade dele à utilidade do arruamento e da construção, seja da universidade, seja de mais hospitais, ou mesmo de um bairro residencial. Mas essa metade se refere à mais afastada do centro urbano, à parte cuja população próxima pode perfeitamente encontrar outros logradouros mais afastados. Mas a parte que confina com a avenida Afonso Pena e o viaduto, encravada no coração da cidade essa deve ser sagrada e constituirá uma prova de idoneidade administrativa a simples consideração de qualquer projeto ou pretensão que envolva a cessão de terrenos do parque, naquela área.

Em futuro que sentimos muito próximo, essa metade do parque será um pulmão da cidade, a dois passos da Praça Sete. Inutilizai-a (e a abertura de um precedente significa mais cedo ou mais tarde, o desaparecimento de grande área de recreio) será um crime contra as gerações futuras, um crime contra uma população de que talvez nós mesmos ainda façamos parte. Por hora quando a cidade, embora em franco progresso, oferece as maiores possibilidades em vários de seus pontos, a pretensão sobre terrenos do parque, longe de exprimir um desejo de contribuição para o embelezamento, indica apenas a ambição e a cobiça por terrenos que valerão ouro em dias próximos e que incumbe as nossas autoridades defender, em benefício da saúde, do conforto e do bem estar do povo.”

Folha de Minas, 02.12.1940, p. 3: “A cidade - Estatísticas da Prefeitura Municipal sobre o progresso da capital, nos vários setores de atividades, durante o ano de 1939. Das primeiras cifras já obtidas, [chama a atenção] o número de construções diárias na cidade, media que alcançou o belo número de 7 prédios por dia. Ora, esse algarismo que marca a intensidade com que se processa em Belo Horizonte o ritmo das construções, diz bem da nossa vitalidade. Pelo menos de todos os algarismos conhecidos representa ela a maior media da América do sul, ultrapassando mesmo a de Porto Alegre, cidade cujo surto é dos mais notáveis e que alcançou o número de doze prédios diários, com uma população aproximada de 500.000 habitantes, ou seja o dobro da de Belo Horizonte.

Ela representa, um pronunciado avanço sobre o progresso verificado em 1938, cuja média da construção foi pouco superior a quatro.

A construção de prédios, constituindo uma inversão definitiva de capitais, realizando uma consolidação de riqueza, se apresenta como um dos índices mais significativos de nosso acelerado crescimento e um argumento inquestionável da realidade de Belo Horizonte, como uma capital que, dia a dia, caminha para um brilhante destino, inscrevendo-se como uma das maiores capitais brasileiras e a futura grande metrópole do interior”.

Folha de Minas, 24.02.1940, p. 3: “O nascimento, a gloria e o fim de um palácio em Belo Horizonte -

As obras de demolição do velho edificio dos correios estão sendo designados por um homem que ajudou a construir o prédio ilustre - o Sr. Biagio Polizzi relembra o orgulho com que os mineiros de 1906 assistiram a inauguração do palácio que agora está sendo reduzido a escombros. [...] Um edificio torna-se ‘demodé’ em Belo Horizonte em tão curto espaço de tempo que cabe dentro da vida de um homem.

Depoimento de Biagio Polizzi (um dos mais competentes mestres de obra) construtor do prédio: ‘Gastamos dois anos na construção deste edificio. Foi começado em abril de 1904 e terminado em setembro de 1906, por ocasião da posse do presidente João Pinheiro. E vamos gastar pouco mais de três meses na sua demolição’

Foi construtor do edifício o dr. Prado Lopes., (...) Na Avenida Afonso Pena apenas sobressaia o edifício dos correios, que mandava sozinho na cidade. Imagine que o calçamento da Avenida somente foi iniciado depois de terminada a construção deste edifício [...] Há 35 anos atrás era dos grandes edifícios da cidade. Hoje já não interessa mais. [...] E note-se que naquele tempo não havia cimento armado. Sobre base de pedra, colocava-se potentíssima armação de ferro, nos lugares dos esteios e barrotes... E quanto a durar, isto dura. Pois se o edifício era pequeno e insuficiente, não estava arruinado. Porque era tudo de ferro.”

Folha de Minas, 02.02.1940, p.3: “A cidade” - Estatísticas da Prefeitura Municipal sobre o progresso da capital, nos vários setores de atividades, durante o ano de 1939 – “Das primeiras cifras já obtidas, [é grande o número] de construções diárias na cidade, media que alcançou o belo número de 7 prédios por dia. Ora, esse algarismo que marca a intensidade com que se processa em Belo Horizonte o ritmo das construções, diz bem da nossa vitalidade. Pelo menos de todos os algarismos conhecidos representa ela a maior media da América do sul, ultrapassando mesmo a de Porto Alegre, cidade cujo surto é dos mais notáveis e que alcançou o número de doze prédios diários, com uma população aproximada de 500.000 habitantes, ou seja o dobro da de Belo Horizonte.

Ela representa [...] um pronunciado avanço sobre o progresso verificado em 1938, cuja média da construção foi pouco superior a quatro.

A construção de prédios, constituindo uma inversão definitiva de capitais, realizando uma consolidação de riqueza, se apresenta como um dos índices mais significativos de nosso acelerado crescimento e um argumento inquestionável da realidade de Belo Horizonte, como uma capital que, dia a dia, caminha para um brilhante destino, inscrevendo-se como uma das maiores capitais brasileiras e a futura grande metrópole do interior.”

Folha de Minas, 06.4.1940, p. 3: “A cidade - ... Raros estabelecimentos de reunião pública desempenharam tão importante e insistente papel na história de uma cidade como o Bar do Porto, na crônica de Belo Horizonte.

Com ele desaparecerá talvez, a nossa primeira tradição. Ponto de referência da vida da cidade, ponto de encontros, ponto de negócios, o Bar do Porto atravessou vinte e quatro anos na história da capital, passando de proprietário, mas conservando-se sempre, acima de tudo, uma instituição essencialmente popular, quase propriedade do público.

O interessante é que a vocação do Bar do Porto para centro oficioso dessa vida barulhenta da cidade - o centro das conversas, dos encontros, das notícias - se afirmou sempre, apesar das circunstâncias e mesmo o deslocamento do centro de viação urbana para a Praça sete não tirou do Bar do Porto esse característico, pois o velho café continua sendo reduto, o ponto, o centro famoso e conhecido de todo mundo. Houve uma certa nostalgia quando daquela mudança, mas o progresso da cidade veio provar que não houve propriamente mudança: apenas se tornou um novo centro de viação, com maior movimento, sem que o antigo ? perdesse., E a própria confirmação disso está no fato de que o movimento e a trepidação da esquina celebre da rua da Bahia com a Avenida Afonso Pena é mais hoje do que no tempo em que ? o porto central de cidade.

Fundado em 1906, ao tempo da fixação da esquina da rua da Bahia c/ Av. Afonso Pena como centro da viação da capital no prédio do Hotel Globo, que seria durante longos anos 1º hotel mais chic e famoso de Belo Horizonte [...] Durante todo esse tempo foi o mais famoso café de Minas Gerais. A política mineira tinha no Bar do Porto ou na sua calçada o seu reduto: ali se reuniram sujeitos ilustres, os cabos eleitorais e [...] Na véspera de todo acontecimento importante, o Bar do Porto fervilhava, e muita briga ali houve e muito discurso inflamado dali saiu, muito desfile e muita manifestação dali partiu.”

Folha de Minas, 11.04.1940, p.3: “A cidade - O que empolga a cidade, no momento, são as grandes construções no centro urbano. A silhueta da capital modifica-se dia a dia, com os arranha-céus cada vez mais altos que surgem, aqui e ali, adensando um núcleo quase bebérico de torres e andares”.

Folha de Minas, 08.08.1940, p. 3: “A cidade - Quando o leitor reparar que o indivíduo parou na esquina, espichou o nariz e correu os olhos em volta, para depois

sair protestando, não tenha dúvida: é um dos tais. Um produto peculiar a Belo Horizonte - o cidadão que fiscaliza o crescimento da cidade. Pára na Praça Sete, olha para cima, e fica fazendo uma torcida medonha para que aquele prédio, ainda em andaimes, tenha mais um andar. Conta os já existentes com regalo um, dois, três, quatro, cinco, oito...E sai dali satisfeito, pronto a pagar o café para o primeiro amigo que apareça.”

Folha de Minas, 25.08.1940, p.3: “A cidade - ... os arranha-céu de Bello Horizonte se vão situar fora da Avenida, quando a grande artéria da capital esta a exigir a imponentia dos edifícios de vários andares. [...] Não haverá um meio de intervenção da Prefeitura no sentido de que as grandes construções dêem preferência à Av. Afonso Pena, um dos mais belos “boulevards” do mundo? [...] Se os primeiros arranha-céus da cidade não estão onde o povo desejaria que eles estivessem, tanto melhor para o destino da Avenida, que fica reservada para as construções de primeira classe, para os edifícios realmente dignos de sua beleza. Não tenham pressa os torcedores o nosso grande “boulevard” - chegará também a vez da Avenida Afonso Pena. Mas chegará definitivamente.”

Folha de Minas, 08.09.1940, p.3: “A cidade - ...A Praça Sete, por exemplo, é um fruto de um conjunto de espaços e de contribuições desde os da capitalistas que se reuniram em sociedade e lhe deram os lindos prédios e arranha-céus, até o simples passante, que aumenta com a sua presença a vida e o movimento da praça, isso sem falar no calçamento e nas árvores que são cuidadas com o dinheiro do povo; nos homens de trabalho que a tornaram o centro dos escritórios e consultórios da cidade, noa demais comerciantes que nela espalham as lindas e modernas salas, e assim por diante. Em resumo: a praça Sete é o que é, comercial e socialmente, falando, graças ao povo, às classes e ao poder público. E os anseios do povo são justamente os de que a beleza, o movimento, a graça e a imponentia da praça Sete se afirmem cada vez mais e se multipliquem. Dai ser razão popular - ainda que isso pareça mesmo - quando se irrita ao assistir a impunidade com que alguém nela instala uma loja de baú, com balcão de venda da esquina e tabuleta de botequim da estrada...”

Folha de Minas, 11.10.1940, p. 3: “A cidade - O que pouca gente sabe [...] é que o limite de altura em Belo Horizonte já foi atingido. Realmente, a nossa Municipalidade acaba de vetar o projeto de edifício de dezessete andares, a ser erguido na esquina da rua Espírito Santo com Carijós, em frente aos prédios do Banco Minas Gerais e do Banco do Brasil, restringindo esse prédio para apenas quatorze andares, que atingem o limite previsto na legislação belo-horizontina...”

Folha de Minas, 31.10.1940, p. 3: “A cidade - Seguindo a moda das palavras, o cronista não poderá encontrar denominação melhor para a área interna da circular de bondes, na Praça Sete, do que esta moderníssima terra de ninguém. Na realidade, a organização do trânsito de veículos deixou aquela área em torno do obelisco, completamente neutra - tendo em volta o bulício trepidante e os bondes metropolitanos da Praça Sete...”

Folha de Minas, 10.04.1940: “A cidade - A apresentação da maquete definitiva do futuro edifício de dezessete andares que a Sul América erguerá no centro da cidade, feita ontem às autoridades municipais pelos diretores daquela companhia, dá bem idéia de quanto Belo Horizonte soube se impor, no mundo dos capitais e das finanças, como um dos lugares mais promissores para as mais largas inversões.”

Folha de Minas, 11.04.1940, p.3: “A cidade - O que empolga a cidade, no momento, são as grandes construções no centro urbano. A silhueta da capital modifica-se dia a dia, com os arranha-céus cada vez mais altos que surgem, aqui e ali, adensando um núcleo quase babélico de torres e andares.”

Folha de Minas, 06.04.1940, p.3: “Acidade: - raros estabelecimentos de reunião pública desempenham tão importante e insistente papel na história de uma cidade como o Bar do Ponto, na crônica de Belo horizonte. Com ele desaparecerá talvez, a nossa primeira tradição. Ponto de referência da vida da cidade, ponto de encontros, ponto de negócios, o Bar do ponto atravessou vinte e quatro anos na história da capital, passando

de proprietário, mas conservando-se sempre, acima de tudo, uma instituição essencialmente popular, quase propriedade do público.

O interessante é que a vocação do Bar do Ponto para ofício dessa vida borbulhante da cidade – o centro das conversas, dos encontros, das notícias – se afirmou sempre, apesar das circunstâncias. Mesmo o deslocamento do centro de viação urbana para a Praça Sete não tirou ao Bar do Ponto esse característico, pois o velho café continua sendo reduto, o ponto, o centro famoso e conhecido de todo mundo. Houve uma certa nostalgia quando daquela mudança, mas o progresso da cidade veio provar que não houve propriamente mudança: apenas se firmou um novo centro de viação, com um maior movimento, sem que o antigo nada perdesse. E a própria confirmação centro de viação, com maior movimento, sem que o antigo nada perdesse. E a própria confirmação disso está no fato de que o movimento e a trepidação da esquina celebre da rua da Bahia com a Avenida Afonso Pena é maior hoje do que no tempo em que era ele o ponto central da cidade ...”

Fundado em 1906, ao tempo da fixação da esquina da rua da Bahia com Avenida Afonso Pena como centro da viação da capital e no então novíssimo prédio do hotel Globo, que seria durante longos anos o hotel mais chic e famoso de Belo horizonte[...] Durante todo esse tempo foi o maior café de Minas Gerais. A política mineira tinha no Bar do Ponto ou na sua calçada o seu reduto: ali se reuniam sujeitos ilustres, os cabos eleitorais e os boateiros. Na véspera de todo acontecimento importante, o Bar do Ponto fervilhava, e muita briga ali houve e muito discurso inflamado dali saiu, muito desfile e muita manifestação dali partiu. Socialmente o bar do Ponto era o centro dos elegantes da cidade. Na sua calçada, os ‘trezentos de Gedeão’ de Belo horizonte viam as mulheres passar, ou faziam ponto para a fiscalização do movimento dos bondes, no ponto em frente. Mais tarde, com o desaparecimento da política, com o crescimento da cidade, com o deslocamento do ponto de bondes para a Praça Sete – por tantas coisas enfim – o bar do Ponto perdeu, inegavelmente o seu prestígio antigo, o seu nome perdeu aquele ar catedrático e peremptório que dava autoridade a qualquer notícia; Isso, eu vi lá no Bar do Ponto...”

Folha de Minas, 08.08.1940, p.3: “Quando o leitor reparar que o indivíduo parou na esquina, espichou o nariz e correu os olhos em volta, para depois sair protestando, não tenha dúvida: é um dos tais> Um produto peculiar a Belo horizonte – o cidadão que fiscaliza o crescimento da cidade. Pára na Praça Sete, olha para cima, e fica fazendo uma torcida medonha para que aquele prédio, ainda em andaimes, tenha mais um andar. Conta os já existentes com regalo: um, dois, três, quatro, cinco, oito... E sai dali satisfeito, pronto a pagar o café para o primeiro amigo que apareça. Preço: uma longa dissertação sobre o progresso da Capital.”

Folha de Minas, 05.05.1940; p. 3: “A cidade: quem presencia o movimento da Avenida, à tarde nos dias atuais, pode julgar com exatidão o incessante crescimento da cidade. Há algum tempo, só mesmo um forte pretexto tornava a nossa principal artéria movimentada e cheia de encanto, como sejam as saídas das matinês elegantes ou um acontecimento político ou social relevante. Hoje, ao contrário, contemplamos o estriar de uma vida própria, cheia de perspectivas animadoras, atestado do grande desenvolvimento por que passa a capital do estado(...)”

Folha de Minas, 25.08.1940, p.3: “Acidade - ...os arranha-céus de belo horizonte se vão esconder fora da Avenida, quando a grande artéria da capital está a exigir a imponência dos edificios de vários andares [...] Não haverá um meio de intervenção da Prefeitura no sentido de que as grandes construções dêem preferência à Av. Afonso Pena, um dos mais belos ‘boulevards’ do mundo?” [...] Se os primeiros arranha-céus da cidade não estão onde o povo desejaria que eles estivessem, tanto melhor para o destino da Avenida, que fica reservada para as construções de primeira classe, para os edificios realmente dignos de sua beleza. Não tenham pressa os torcedores do nosso grande ‘boulevard’. Chegará também a vez da Avenida Afonso pena. Mas chegará definitivamente.”

Revista dos Construtores, agosto de 1940. Ano I, n.1, p.3: “Editorial - O prodigioso surto de desenvolvimento de Belo Horizonte é o mais impressionante testemunho da pujança econômica mineira e da capacidade civilizadora dos brasileiros. [...] O que, todavia, pretendemos especialmente focalizar, no vertiginoso crescimento da cidade, é o índice das construções, que é, ha alguns anos, o mais alto em todo o país. Não somente os bairros residenciais, mas o centro comercial *multiplicam-se* em edifícios, com a nota arquitetônica moderna a predominar. O bom gosto e o arrojo caracterizam as construções modernas de Belo Horizonte.

Por essas razões, as atividades relacionadas com as construções civis têm, entre nós, o mais auspicioso incremento. E assim se impunha a publicação de órgão de interesse da laboriosa classe...”

Projetos:

Virgílio de Castro projeta um edifício de apartamentos e lojas no térreo, localizado na rua dos Tupinambás, entre ruas São Paulo e Curitiba. A edificação que passa a ser denominada edifício Tupinambás, tem como construtor Romeo de Paoli, que vai assinar como responsável técnico o projeto, após algumas pequenas modificações, sendo excluído o nome do arquiteto no projeto aprovado em 21 de dezembro de 1940.

Composto de nove apartamentos por pavimento tipo, com tipologias variando entre um e dois dormitórios, o partido é solucionado em três blocos unidos por uma longa circulação. Os apartamentos voltados para a rua e os de fundos apresentam pequenas varandas que se comunicam com a única sala proposta em planta.

A fachada principal é marcada pelo desenho das varandas em linhas curvas, e tem como revestimento argamassa texturizada e lisa. No hall de entrada, o piso forma desenhos geométricos com um primoroso trabalho em mármore de Carrara, e a porta apresenta uma grade artisticamente trabalhada, uma das mais significativas encontradas nos edifícios da cidade.

Na rua São Paulo, esquina de rua dos Carijós, Nicola Santólia, também como construtor, aprova em 1940, “projeto do complemento do prédio construído em parte

do lote 1, quadra 23, da segunda Seção Urbana”, propriedade do Sr. Domingos Mancini. A obra aprovada é parte anexa ao atual Hotel São Domingos, então com 5 pavimentos, que ganha posteriormente maior verticalização, inclusive com a participação do arquiteto Hermínio Gauzzi. O projeto trás, também, a assinatura do arquiteto Augusto Faria. O principal elemento de marcação da edificação são os frisos verticais que envolvem a esquina. A edificação, inicialmente destinada a escritórios e comércio no térreo, passa por reforma e transforma-se em hotel, apresentando dois blocos interligados, de alturas diferenciadas.

É nos anos de 1940 que o gosto pelas residências em estilo normando vão ter o seu momento de apogeu, principalmente nos novos bairros destinados à classe média alta, em ascensão. Mas é, também, através da substituição de construções existentes, em locais nobres, que o estilo passará a compor um cenário diversificado nos espaços já consolidados. Assim, Gilberto C. Andrade, assina a responsabilidade técnica (RT) em projeto elaborado por Caetano de Franco e desenhado por Hermio Gauzzi. A edificação foi construída em parte dos lotes 12 e 14, do quarteirão 22, da IV Seção Urbana, situado na avenida João Pinheiro, entre ruas dos Timbiras e Aimorés. Assinada como proprietário por Júlio Mourão Guimarães. Com uma área construída de 256,00m², teve sua aprovação em 19 de janeiro de 1940. Aproveitando a declividade do terreno, o projeto é desenvolvido em três pavimentos, dois deles acima do nível da rua e o porão, destinado a serviços e quarto de empregada. Há uma estruturação funcional já bem delineada, com os setores social, serviços e parte íntima bem articulados. Nesse momento, os projetos já apresentam a *garagem posicionada na lateral*.

José Castro aprova em parte do lote colonial 12, da ex-Colônia Afonso Pena, na rua Quintiliano Silva, o projeto de uma residência, solucionada em dois blocos, sendo o posterior destinado a serviços. A volumetria dá ênfase ao tratamento de fachada com elementos do art déco, utilizando frisos e figuras geométricas como adornos. A solução do programa não estabelece uma setorização entre as partes *social e íntima*.

Em 1940, é aprovado por Raffaello Berti o Edifício Teodoro com 8 pavimentos, que passa a ser um dos mais altos da avenida Afonso Pena e o primeiro nesta avenida a ter em seus pavimentos superiores o uso residencial. Nota-se que, cria-se na região uma *intromissão* de edifícios verticais residências que se alinham no trecho da rua Tupinambás entre Avenida Afonso Pena e rua Curitiba e vai possibilitar outras obras do gênero na região mais próxima à avenida Paraná.

A edificação apresenta varandas *subtraídas* do volume básico, em toda a extensão das fachadas, que tem uma ligeira alteração na largura no ponto central, criando um ligeiro movimento no volume e, são separadas por pequeno trecho vertical. Esta composição mostra as possibilidades do concreto em solução de maiores vãos. As varandas que se voltam para a esquina, recebem tratamento diferenciado: são como adições ao partido, por se situarem em balanço e aparecem com subdivisão interna.

O volume da esquina é o único que apresenta um corpo mais compacto, que avança um pouco mais em altura que as laterais em varandas abertas, arrematado por pequena composição em cimalha escalonada, onde recebe adereços verticais de pequena proporção. Essa tentativa de Raffaello Berti em se fazer moderno, não aparece como uma constante em suas obras seguintes, algumas ganham um tratamento mais carregado de marcações, tanto horizontal como vertical, assim como na diversidade de acabamentos, que vai converter o edifício num elemento dominante da paisagem, pela sua forte aparência. (NORONHA, 1999)

Hermínio Gauzzi projeta, para o construtor Sabino José de Ferreira, obra que vai ser assinada por Gilberto C. Andrade, engenheiro civil, que trabalhava em parceria com o citado construtor. O edifício, destinados a escritórios, denominado Caetés, situa-se na rua dos Caetés, em partes dos lotes 6 e 8, da quadra 17, da I Seção Urbana. Aprovado em 30 de janeiro de 1940, ano em que Hermínio Gauzzi ainda cursava a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, onde formará no ano de 1941. Desde o início de sua vida estudantil, Gauzzi já projetava para os diversos escritórios de engenharia. Neste projeto há uma dúvida em relação a autoria uma vez que aparece a assinatura de Caetano Defranco sobre o nome “Gauzzi, desenhista”, no carimbo da construtora. A obra segue a solução protomoderna de varandas que sobressaem na fachada, resolvida

de forma simétrica, com corpo central marcado pela verticalização de frisos que emolduram uma sequência de janelas, sobressaindo além da platibanda mais alteada na parte central.

Na avenida do Contorno, nos lotes 12 e 13, do quarteirão 29 A, da I Seção Suburbana, correspondendo ao bairro da Serra, Francisco Farinelli aprova, em 4 de setembro de 1940, projeto de uma residência para o Sr. Pierino Tricerri, de pequena área construída, em um pavimento. A solução volumétrica apresenta um jogo de telhados com um volume cilíndrico na lateral direita, que sobressai na construção.

O arquiteto Nicola Santólia, com firma localizada à rua dos Carijóos, 517, aprova, em 29 de maio de 1940, para a senhora Helena Cabral Tavares, residência no lote 2, do quarteirão 22, da XI Seção Urbana, situado na rua Fernandes Tourinho, entre ruas Espírito Santo e Rio de Janeiro. A obra proposta apresentava um jogo de volumes com duas entradas simétricas, e um volume curvo no primeiro pavimento, mais saliente. A solução caracteriza-se pelas marcações de janelas em esquadrias metálicas, seguindo frisos horizontais presentes nos volumes e na marcação dos pilares laterais, onde se acham incrustada duas pequenas varandas.

Em 4 de março de 1940, o escritório de Mário Santos Maia, denominado Studio Maia (com sede à avenida Nilo Peçanha, 151, 9º andar, no Rio de Janeiro), elabora um projeto de reforma e aumento de um pavimento para o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, na praça Sete de Setembro, esquina de rua dos Carijós com avenida Amazonas.

O projeto não interfere na solução plástica proposta por Luiz Olivieri, mantendo o estilo eclético/neoclássico da edificação projetada em 1919. Com a nova solução, o edifício existente ganha, além de mais um pavimento, uma acréscimo em sua parte posterior, também solucionada em três pavimentos, agregados à edificação existente, seguindo exteriormente a solução original. O projeto é reestruturado internamente, ganhando um conjunto de 5 colunas que vão estruturar os pavimentos.

A edificação ganha dois elevadores e é pelo vão central que se dá toda a circulação horizontal. O edifício Banco Hipotecário e Agrícola é um dos poucos na área central em que todas as fachadas recebem tratamento semelhante. Outro exemplo pode ser apontado no edifício Lutetia, na esquina oposta, também projetado por Santos Maia. O construtor foi Adhemar Rodrigues, que vai participar de todas as obras do arquiteto em Belo Horizonte, entre elas os edifícios Mariana e o já citado Lutetia.